1500

A BAHIA DE OUTRORA

COMPOSTO E IMPRESSO
— NA —
IMPRENSA VITÓRIA
Rua J. J. Seabra, 360
Salvador - Bahia

MANUEL QUERINO

A BAHIA DE OUTRORA

PREFÁCIO E NOTAS DE
FREDERICO EDELWEISS

Livraria PROGRESSO Editora
Praça da Sé, 26
SALVADOR BAHIA
1955

MÃE DE SANTO

CARYBÉ

PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO

Manuel Raimundo Querino, nascido em 28 de julho de 1851 e falecido a 14 de fevereiro de 1923, já teve os seus biógrafos. Fixou-lhe o perfil em vida José Teixeira Barros à maneira de prefácio ao publicar-se a primeira edição desta obra em 1916. Antônio Viana enalteceu-lhe as qualidades em sentida conferência evocativa à inauguração do seu retrato, na Casa da Bahia, em 1928 (*). Novas achêgas trouxe-nos Gonçalo de Ataíde Pereira em folheto dedicado à sua memória, em 1932 (**). Finalmente, os seus estudos afro-brasileiros foram aquilatados com criteriosa simpatia por Artur Ramos, ao reeditá-los num volume, em 1938 (***).

Que mais poderíamos dizer?

Manuel Querino foi a estranha resultante das suas aspirações sociais reacionárias e do seu pendor para os estudos tradicionalísticos. Nas primeiras estava fadado ao fracasso. Quanta vez deve ter ouvido a frase feita e ainda corriqueira: "Êste negro não se enxerga!"

As reivindicações a favor dos seus irmãos de raça haviam de trazer-lhe simpatias e desafetos; mais desafetos. A sua condição de professor de desenho dificilmente

(*) Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, n. 54, pg. 305-316.

(**) Gonçalo de Ataíde Pereira — Prof. Manuel Querino, Sua Vida e suas Obras; Bahia, 1934.

(***) Vide o número 25 da Bibliografia abaixo.

poderia garantir-lhe a subsistência na Bahia de há cinquenta anos, e, como funcionário de convicções políticas próprias, não lograria acesso importante.

Vieram as decepções. Com elas e a idade, Manuel Querino espiritualiza-se. O político e trabalhista desiludido refugia-se no acampamento sossegado do tradicionalismo. Porém, se ao estudioso dos nossos costumes populares tôdas as portas humildes se abrem de par em par, garantindo-lhe farta colheita, as suas apreciações, cheias de benevolente compreensão, não podiam deixar de ressentir-se, aqui e ali, da falta de preparo científico.

Mas, que importa o não ter êle sido etnólogo ou sociólogo?

O seu objetivo de colecionador foi plenamente atingido principalmente no mais valioso repositório das tradições baianas: "A Bahia de Outr'ora", que será sempre uma fonte indispensável para o estudioso dos nossos costumes e de alguns episódios históricos correlatos.

Entretanto, nem todos foram fixados por Manuel Querino em primeiro lugar, ou tão sòmente por êle. Em tais casos as indicações bibliográficas poupam tempo e muitas vezes orientam os interessados; indicamo-las em notas, sempre que nos pareceu conveniente. Tivemos aí em mira principalmente os estudantes do curso de Geografia e História da nossa Faculdade de Filosofia.

Do que mais se ressentem até hoje as análises da obra de Manuel Querino é de uma bibliografia coordenada. Tentamos preencher a lacuna com a lista que se segue, de onde, por motivos óbvios, excluímos a sua esparsa colaboração jornalística de tendências emancipadoras, trabalhistas ou políticas. "Manuel Querino-trabalhista e a sua época" virão certamente a ser o tema sugestivo para uma tese atualíssima, baianíssima, de algum apaixonado das ciências sociais.

BIBLIOGRAFIA DE MANUEL R. QUERINO

1. — DESENHO LINEAR DAS CLASSES ELEMENTARES — Bahia, 1903; 30 pags.
2. — ELEMENTOS DE DESENHO GEOMÉTRICO.
3. — OS ARTISTAS BAIANOS — "Rev. Inst. Hist. e Geogr. da Bahia", 1906, N.º 31, pgs. 43-115.
4. — CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS ARTES NA BAHIA — **José Joaquim da Rocha**; "Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia"; 1908; N.º 34, pgs. 79-82.
5. — TEATROS DA BAHIA — "Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia", 1909 N.º 35, pgs. 117-133.
6. — AS ARTES NA BAHIA — Bahia, 1909; 96 pgs. — E' uma coleção de artigos publicados no jornal "Diário de Notícias", durante os anos de 1908 e 1909, sob o titulo de "Contribuição para a História das Artes na Bahia".
7. — ARTISTAS BAIANOS — **Indicações Biográficas** — Rio, 1909; XVIII e 207 pgs., ilustrações no texto e 6 estampas no fim.
8. — CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS ARTES NA BAHIA — **Os Quadros da Catedral**; "Rev. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia"; 1911; N.º 36, pgs. 59-63.
9. — CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA DAS ARTES NA BAHIA — **Notícia Biográfica de Manuel Pessoa da Silva**; ibid. pgs. 137-144.
10. — ARTISTAS BAIANOS (**Indicações Biográficas**) 2.ª ed. melhorada, cuidadosamente revista; Bahia, 1911. IX, 258 e V. páginas numeradas e 36 belas ilustrações de página inteira.
11. — EPISÓDIO DA INDEPENDÊNCIA — "Revista do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia", 1913; Ns. 37-39, pgs. 221-230.
12. — AS ARTES NA BAHIA (**Escôrço de uma Contribuição Histórica**) 2.ª ed. melhorada; Bahia, 1913; 241 páginas numeradas.
13. — BAILES PASTORIS — Cidade do Salvador, 1914, 42 pgs.
14. — A LITOGRAFIA E A GRAVURA — "Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia", 1914; n.º 40, pgs. 36-38. com 5 ilustrações de página inteira.

15. — A RAÇA AFRICANA E OS SEUS COSTUMES NA BAHIA — Anais do 5.º Congresso Brasileiro de Geografia, Bahia, 1916, VII e 294 pgs. numeradas.
16. — A BAHIA DE OUTRORA — **Vultos e Fatos Populares**: Bahia, 1916. VII e 254 pgs. numeradas. Neste livro vêm reeditados os números 9, 11, 14, 17 e 22 da presente lista.
17. — PRIMÓRDIOS DA INDEPENDÊNCIA — "Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia", 1916; vol. 42, pgs. 41-47.
18. — O COLONO PRETO COMO FATOR DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA — Bahia, 1918, — Separata dos Anais do 6.º Congresso Brasileiro de Geografia, Belo Horizonte.
19. — CANDOMBLÉ DO CABOCLO — "Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia", 1919, vol 45, pgs. 235-236.
20. — A BAHIA DE OUTRORA — **Vultos e Fatos Populares**: Bahia, 1922. 2.ª ed. aumentada; VII, 301 e II páginas numeradas.
21. — O DOIS DE JULHO E A SUA COMEMORAÇÃO NA BAHIA — "Rev. Inst. Geogr. e Hist. da Bahia", 1923. Vol. 48, pgs. 77-105; incompleto.
22. — VEIGA MURICI — ibid. pgs. 269-273.
23. — HOMENS DE CÔR PRETA NA HISTÓRIA — ibid. pgs. 353-363.
24. — A ARTE CULINÁRIA NA BAHIA — Bahia, 1928; 39 pgs. numeradas. Publicação póstuma feita por Alberto Morais Martins Catarino, aos cuidados de José Teixeira Barros.
25. — COSTUMES AFRICANOS NO BRASIL — Rio, 1938; ilustrado; 351 pgs. numeradas. Organizado e prefaciado por Artur Ramos. Contém aquêles estudos de Manuel Querino que se referem à cultura e influência dos africanos no Brasil, ou sejam os números: 15, 18, 19, 20 (parte) e 24 desta lista.

Bahia, Mês do São João, 1946.

FREDERICO EDELWEISS.

MANUEL R. QUERINO

Conhecemos a Manuel Querino, em 1887, quando mais perseverante era a campanha abolicionista, e em uma das sessões da SOCIEDADE LIBERTADORA BAIANA, reunida na sala de redação da GAZETA DA TARDE, onde trabalhávamos em companhia de Pâmfilo da Santa Cruz, proprietário e diretor, Eduardo Carigé e Sergio Cardoso. O corpo de colaboradores era constituido de quase todos os abolicionistas.

Não nos lembramos bem do que se tratara na reunião da LIBERTADORA; a matéria devera ser de singular relevância a julgar pela numerosa e seleta concurrência dos que tomaram, nela, parte, como fôssem os drs. Anselmo da Fonseca e Frederico Lisboa, acadêmicos Brício Filho e Cosme Moreira, professor Austricliano Coelho, Jornalistas Raimundo Bizarria e Lelis Piedade, negociante Luís Barreto, proprietário Antônio Pereira de Araujo e outros cavalheiros de distinção, além de muitos outros abolicionistas.

Fôra nessa memorável sessão que vimos, pela primeira vez, a Manuel Querino, de quem, pouco antes haviamos lido na GAZETA DA TARDE uma série de artigos sôbre a questão social do dia — a extinção do elemento servil (*)

(*) Nêsse mesmo ano de 1887, fôra editado o vigoroso e alentado livro de propaganda A ESCRAVIDÃO, O CLERO E O ABOLICIONISMO, do dr. L. Anselmo da Fonseca, obra amplamente documentada e que servirá de único roteiro ao historiador que se propuser a estudar o movimento abolicionista na Bahia, pois ninguém perlustrará o assunto sem ter diante dos olhos o precioso livro do sincero e devotado propagandista baiano.

Cremos que o ABOLICIONISMO de Joaquim Nabuco e o trabalho do dr. Anselmo da Fonseca são os mais notáveis livros que a campanha abolicionista produziu.

Um dos companheiros de trabalho fêz-nos elogiosas referências de Manuel Querino, como artista laborioso e inteligente e que consagrava a sua atividade a tôdas as coisas que interessassem ao bem público, à civilização e ao progresso do país.

De fato, ninguém se empenhou tanto pelo levantamento das artes, na Bahia, como Manuel Querino e nenhum outro artista propugnou, com tamanha veemência, a união da classe operária de modo que viesse a constituir uma fôrça, uma vontade, um poderoso elemento de ação, no seio da coletividade.

O seu maior ideal era arredar o artista da tutela da política, que tudo avassala, torná-lo independente e autônomo. Da sua propaganda pelo jornal e pela palavra nasceu, em 1875, a LIGA OPERÁRIA, que encerraria o ponto de partida para a realização dos seus desígnios; mas os profissionais da política valendo-se do prestígio do poder e das promessas de efêmeras vantagens tiveram a sagacidade de abolir a nobre ambição do artista. E a nóvel sociedade, inaugurada sob os melhores auspícios, teve que se extinguir.

Nem por isso Manuel Querino perdeu o ânimo, antes convenceu-se de que não frutificou a sua tentativa porque faltava ao artista a instrução indispensável para não transpor a porta da fábrica de deputados.

De 1874 a 1885, conservou-se arredio da questão operária que veio agitar novamente depois de inaugurado o regime democrático.

Durante êsse interregno frequentou Manuel Querino, para aperfeiçoar-se, as aulas de português e francês do Liceu de Artes e Ofícios e ao mesmo tempo estudava o desenho na Escola de Belas Artes com o professor Miguel Cañyzares.

Por essa época o movimento abolicionista se derramava por todo o país e Manuel Querino declarou-se francamente partidário da libertação imediata e incondicional.

Voltou, de preferência, o seu espírito para o generoso ideal, também com a preocupação de adquirir outros elementos de combate em favor da reabilitação da classe operária.

Em berço humilde, porém laborioso e honrado, nasceu Manuel Raimundo Querino aos 28 de julho de 1851, na vizinha cidade de Santo Amaro, neste Estado.

Criança ainda e órfão de pais, o juiz competente nomeou ao dr. Manuel Correia Garcia, lente jubilado da Escola Normal, seu tutor.

Homem educado na Europa e dedicado ao ensino, procurou despertar no espírito de seu tutelado o amor ao trabalho e ao estudo, e Manuel Querino começou a entregar à cultura da inteligência os instantes de ócio que lhe deixavam os esforços despendidos na aprendizagem da arte que depois lhe asseguraria os meios de subsistência.

Ambicioso de colocação mais vantajosa, em 1868, viajou o estado de Pernambuco até ao sertão do Piauí, sendo aí recrutado com destino ao Paraguai.

Chegado ao Rio de Janeiro e reconhecidas as suas habilitações ficou empregado na escrita do quartel do batalhão a que fôra mandado engajar.

E como a campanha tendesse a diminuir não foi mistér a sua ida para o Paraguai.

Em 1870, a primeiro de março, foi promovido a cabo de esquadra e em outubro do mesmo ano teve baixa do serviço militar.

De volta à Bahia, em 1871, começou a exercer de novo, a profissão de pintor decorador, iniciando os estudos de francês e português no COLÉGIO 25 DE MARÇO.

Fôra um dos fundadores do Liceu de Artes e Ofícios e aí fez ato daquelas matérias, em 1874, obtendo distinção em francês e aprovação plena em português.

Instalada a ESCOLA DE BELAS ARTES, de que foi um dos fundadores, inscreveu-se logo Manuel Querino no curso de desenhista, recebendo o respectivo diploma em 1882. (**). Nesse mesmo ano e em recompensa do seu aproveitamento foi nomeado membro do júri da Exposição da mesma Escola.

Em seguida, matriculou-se no curso de arquiteto, obtendo aprovação distinta nos exames do 2º ano e não lhe conferiu a Escola o competente diploma, em virtude de não ter sido lecionada uma das cadeiras do 3º ano.

Em um dos concursos promovidos por essa instituição de artes alcançou Manuel Querino a menção honrosa e, posteriormente, como expositor externo, obteve

(**) A Congregação da Escola, havendo deliberado a inauguração de um quadro de honra na sala de suas sessões, com os nomes dos alunos fundadores, Manuel Querino foi contemplado entre os primeiros.

duas medalhas de prata, e nas exposições anuais do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS foram os seus trabalhos premiados com medalhas de bronze, prata e ouro.

Em 1884, e por solicitação do govêrno geral, concorreu com um PLANO DE CASAS ESCOLARES ADAPTADAS AO CLIMA DO BRSIL, instruindo-o com ligeira MEMÓRIA explicativa. (***).

Em 1885, a diretoria do LICEU DE ARTES E OFÍCIOS distinguiu-o com a nomeação de lente de desenho geométrico e depois concedeu-lhe o diploma de sócio benemérito em reconhecimento dos serviços prestados à instituição.

Manuel Querino, há longos anos leciona a mesma disciplina no COLÉGIO DOS ÓRFÃOS DE S. JOAQUIM.

Com o advento do novo regime político fundou os periódicos A PROVÍNCIA e O TRABALHO, e em ambos defendeu calorosamente os direitos da classe operária e isso lhe valeu a nomeação de membro do CONSELHO MUNICIPAL, 1891, e nos debates em que aí se achou empenhado não cessou de propugnar e acentuar as suas idéias em relação à causa do operariado (****).

Mais ou menos, por essa época organizou-se, nesta capital, o partido operário, que o indicou candidato a deputado federal, e o elegeu delegado da classe no CONGRESSO OPERÁRIO BRASILEIRO, a reunir no Rio de Janeiro.

A primeira vez que Manuel Querino militou em política foi em 1878, como republicano, quando teve o seu nome indicado aos sufrágios do povo, tal o devotamento com que se empenhara na propaganda democrática.

Atualmente exerce Manuel Querino o cargo de oficial da SECRETARIA DA AGRICULTURA, onde é reco-

(***) Vide JORNAL DE NOTÍCIAS, de 29 de maio de 1883.

(****) Exerceu ainda o mesmo cargo de eleição popular, sendo um dos mais votados na chapa de que fez parte.

nhecido como um dos mais distintos funcionários pelas suas habilitações técnicas e pelos seus predicados morais.

* * *

De algum tempo a esta parte, Manuel Querino tem dado outra orientação à atividade do seu espírito. Sócio fundador do INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA, hoje honorário, começou de interessar-se pelo estudo das nossas antigualhas históricas e da tradição popular, fez reviver figuras apagadas pelo olvido condenável e reanimou fatos que se extinguiram lentamente na tradição, ou de que fôra testemunha, revelando indiretamente as inclinações, as tendências, os costumes, os sentimentos do povo, em épocas arredias do presente.

Por isso, sem renegar convicções entranhadas em sua consciência, desde a mocidade, está prestando com as suas modestas informações serviços de alta relevância e que só mais tarde terão o merecido aprêço.

Além da presente publicação, a cujo texto não podemos nos referir com a desejada minudência, como fôra do nosso intento, é-nos grato, porém, assinalar nominalmente a produção de Manuel Querino, nos últimos anos, a qual muito o recomenda às simpatias de quantos admiram o esfôrço intelectual do artista.

Tem publicado os seguintes trabalhos: DESENHO LINEAR DAS CLASSES ELEMENTARES, mandado admitir nas escolas por uma resolução do Conselho Municipal, ELEMENTOS DE DESENHO GEOMÉTRICO; ARTISTAS BAIANOS; AS ARTES NA BAHIA; tem nos prelos A BAHIA DE OUTRORA e em preparação COSTUMES AFRICANOS, obra esta de certo vulto e que muito recomendará o autor ao aprêço público e aos aplausos dos competentes.

J. TEIXEIRA BARROS

Bahia, maio — 916.

O Natal

Ao se extinguirem os últimos acordes das festas de *S. João* e *Dois de Julho*, logo em agôsto começavam os ensaios dos aplaudidos bailes pastoris, cujo início, na metrópole, fôra devido ao engenho de Gil Vicente que, para o Natal de 1502, compôs o primeiro auto pastoril, a pedido da rainha D. Beatriz, o que, certamente, aumentou o realce, da côrte de D. Manuel (1).

(1) Não há dúvida. Gil Vicente é o verdadeiro criador do auto pastoril a destacar-se, como peça literária bem caracterizada, dos mistérios medievais, que são por sua vez um dos ramos do arremedilho. — Porém, o histórico do primeiro auto pastoril de Gil Vicente carece de algumas observações. A primeira composição literária do poeta-ourives, o **Monólogo do Vaqueiro**, foi representada na noite de 7 de junho de 1502 para felicitar a rainha D. Maria, mulher de D. Manuel, pelo nascimento, no dia anterior, do futuro D. João III. — D. Beatriz, a mãe de D. Manuel, assistiu à representação, mas ela nunca foi rainha e nada pediu na ocasião. Diz a primeira edição das obras de Gil Vicente, de 1562: "E por ser coisa nova em Portugal, gostou tanto a rainha velha desta representação, que pediu ao autor que isto mesmo lhe representasse às matinas do Natal, endereçado ao nascimento do Redentor; e porque a substância era mui desviada, em lugar disto fez a seguinte obra..." — Esta seguinte obra foi o **Auto Pastoril Castelhano**, representado de fato no dia de Natal de 1502. — A rainha velha era D. Leonor, a mulher de D. João II, antecessor de D. Manuel.

Os bailes pastoris do Natal da Bahia antiga são assim descendentes diretos dos autos pastoris portugueses do século dezesseis. — O fundo pagão da festa de Natal, recoberto pelas comemorações católicas, e que ainda transparece em Portugal nos

Escultores, seus discípulos e até curiosos viam-se atarefados com encomendas de figurinhas trabalhadas em barro do engenho da Conceição, pedra jaspe do sertão e madeira, inclusive casca de cajazeira.

Outros ainda manufaturavam-nas de papelão. Essas figuras representavam animais e tipos engraçados e jocosos.

Os pintores e encarnadores de imagens entregavam-se também à mesma faina, aliás rendosa, tal o grande número de encomendas a satisfazer, como fossem: cidades, montes e tudo mais que necessário se tornava às aplicações do presépio, na razão dos recursos de cada um. Ganhadeiras, trazendo à cabeça grandes taboleiros,

ritos dendrolátricos do **madeiro ou cepo de castanheiro**, (como **do tronco de oliveira** no sul da França, ou da **árvore de natal** nos países nórdicos) nunca encontrou guarida em nossa alma popular. Talvez lhe faltassem raízes entre os primeiros imigrados. A quadra estival foi-lhe certamente adversa.

Outra descrição do Natal da Bahia se encontra em:

Melo Morais Filho. — Festas Populares do Brasil; Rio, 1888, pgs. 1-16, ou Festas e Tradições Populares do Brasil; Rio s/d. Pgs. 59-71.

Sôbre o desenvolvimento histórico dos festejos de Natal convém ser lidas, com alguma reserva, as interessantes notas de José Teixeira, em seu Folclore Goiano, São Paulo, 1941, pgs. 53-63.

A letra de alguns bailes pastoris acha-se transcrita em:

Manuel Querino — Bailes Pastoris, Bahia, 1914;

Gustavo Barroso — Ao Som da Viola, Rio, 1921, pgs. 104-210;

Melo Morais Fº — Serenatas e Saraus, Rio, 1901, vol. I, pgs. 1-166;

Pereira da Costa — Folclore Pernambucano, tomo 70, parte II da Revista Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro, Rio, 1908, pgs. 475-498.

Uma visão panorâmica dos cantares populares encontramos em:

Sílvio Romero — Cantos Populares do Brasil, Lisboa, 1882.

munidas de um chocalho de fôlha de Flandres, mercadejavam êsses artefatos e despertavam a atenção dos compradores cantarolando esta quadra:

As barras do dia
Já vêm clareando;
Que belo menino
Na Lapa chorando !

Era o prenúncio do Natal.

Homens de letras, como João da Veiga Muricí, J. G. Santos Reis, Olímpio Deodato Pitanga, padre Maximiano Xavier de Santana e muitos outros escreviam belíssimos bailes pastoris, sendo as músicas muito bem adaptadas pelos melhores compositores do tempo, e, aproveitados, com sucesso, excelentes trechos de óperas, notadamente do *Trovador, Traviata, Ernani* e *Norma,* os quais dêsse modo realçavam animadoramente as diversões do fim do ano. (2) Dentre os ensaiadores de bailes pastoris distinguiam-se o professor Olímpio Pitanga, João Crisôstomo de Queirós, Euclides Teles da Cruz, padre Maximiniano X. de Santana, Eduardo de Abreu Contreiras, os quais se esforçavam pelo bom desempenho de seus discípulos, na entonação da voz, na mímica, nos diversos tons fisionômicos e gesticulação indispensáveis ao seguro efeito da representação. Igrejas matrizes e filiais, conventos e casas de família, armavam seus presépios, e todos empenhados em exceder à espectativa geral e recolher maior soma de elogios. Entre os afamados presépios da época sobressaía o do convento das religiosas da Soledade, pela correção e beleza das figuras, primorosamente trabalhadas pelo grande escultor Bento Sabino dos Reis.

(2) Nos seus **Bailes Pastoris** Manuel Querino ainda cita êstes autores:

João Crisóstomo de Queiroz, Eduardo Contreiras e Boaventura dos Santos Lima.

Sôbre João da Veiga Muricí veja a última crônica dêste livro.

* * *

Ao amanhecer do dia 23 de dezembro observava-se o irradiar da alegria em todos os semblantes: o alvorôço era enorme, na família.

Logo cedo, começava o trabalho para armação do presépio. Fâmulos e escravizados saiam à procura da tradicional folha de pitangueira e das frutas do Natal. Sôbre uma mesa colocavam arcadas de galhos de pitangueiras enfeitadas de flores, e pequenos frutos; no interior de uma lapa via-se, inclinado entre palhas, o Menino Deus, tendo de um lado a Virgem e do outro S. José e as demais personagens, em adoração.

Formavam o conjunto do presépio: um monte escarpado, águas cristalinas, correndo em sinuosidades; ao fundo a cidade de Belém, com suas tôrres, zimbórios e fortalezas; descendo por montes e serras, os três Reis Magos, com seus criados; animais conduzindo cargas; árvores e arbustos de tamanhos diversos; criações de tôda a espécie, pastores com oferendas, figuras descalças e de túnicas, no estilo antigo; animais bebendo água; outros se desviando do rebanho; em frente da mesa, na parte inferior do presépio, uma tela, onde estavam bem pintados os frutos do Natal.

As estrofes abaixo dão uma idéia aproximada dos antigos presépios:

"Céu de estrelinhas douradas,
Estrêlas de papelão;
Brancas nuvens fabricadas
De plumagem de algodão !
Anjos soltos pelos ares,
Peixe saíndo dos mares,

Feras chegando d'alem,
Marcha tudo, e vêm na frente
Os reis magos do Oriente
Em demanda de Belém !

E' esta a Lapa; o menino
Nas palhas está deitado,
Co'um sorriso de alegria,
Todo doçura e amor !

Contempla o quadro divino
S. José ajoelhado,
E a Santíssima Maria
De Jericó meiga flor". (*)

* * *

À hora aprazada, os adros das igrejas apinhavam-se de povo, que ia ouvir a *missa do galo*.

Moças de vestidos brancos, enfeitados, e rapazes ostentando casacos brancos de portinholas completavam o quadro. De instante a instante, ganhadeiras mercavam — *pasteis-quentes*, e na repetição tremulada, os — *pasteis bem feitos*.

Acabada a missa, o povo, em grupos, tomavam destinos diversos: uns voltavam para suas residências, e aí chegados, dirigiam-se ao presépio, cantando, bailando e tocando pequeno pandeiro de fôlha de Flandres e castanholas, em homenagem ao Deus Menino.

Uma moçoila, vestida à camponesa, era o guia de uma turma de pastores, que entoavam belo cântico, acompanhado de instrumentos:

(*) Joaquim Serra.

Dos mais vívidos fulgores
Cobre-se o Céu de Belém,
Tem mais placidez a lua
O sol — luz mais forte tem.

Oh ! que nova, estranha e grata
Chega ao sítio que habitamos !
Já é nascido o Messias
Todos contentes folgamos.

A mais feliz és de tôdas
Belém formosa e bela;
A mais lisonjeira sorte
Sôbre ti, constante vela.

Bailem, bailem, pastorinhas
Bailem com grande primor;
Bailem que hoje é nascido
Nosso grande Salvador,

Das pastoras que aquí trago
Eu sou a que menos tem;
Umas oferecem ouro
Eu também dou meu vintém.

Remoçando os cajueiros
De verdes frutos se exornam,
E seus preciosos mimos
Nos campos vastos entornam.

Depois seguia-se animada função, prolongando-se até ao amanhecer, mesmo porque, nessa noite, ninguém dormia, como era do protocolo popular.

Outros grupos demandavam os arrabaldes das Pitangueiras, Acupe, Matatú, Quinta das Beatas, Boa-Vista e lugares outros aprazíveis, conduzindo trouxas,

balaios carregados de vitualhas e divertindo-se por tôda a viagem, tocando e cantando versos alegres, como os que vão abaixo, adaptados à música da opereta *"Orfeu nos Infernos"*:

Nestes lares deleitosos,
Onde só reina harmonia,
Prenderam meu coração
Com laços de simpatia.

Sagrados laços que ligam
Meu amor à gratidão,
Laços que a morte não pode
Desatá-los, não, não !

São laços que perfumam
Minha vida, meu amor,
Assim serei meu anjo
Teu constante trovador.

Meu anjo, atende, meu anjo, escuta,
O sofrer do teu cantor !
Tem dó de mim, como é sensível teu amor,
Como é terrível o sofrer a minha dor !

Por tôda a parte, salões e choupanas franqueados à alegria.

Aquí eram recitativos ao piano, alí eram as notas requebradas do violão saudoso; era a doce flauta em melífluos acordes; era a viola, a harmônica, a castanhola, o bimbalhar dos sinos, a cantoria deante dos presépios; eram canzás, pandeiros, o batuque atroando com dissonâncias agradáveis, tudo isso traduzindo o grande regosijo da população pela festa do Natal.

A êsses entretenimentos não faltavam as boas iguarias, os saborosos frutos, o roxo vinho Figueira, os licores, etc. Uma saúde feita à dona da casa era motivo de grande contentamento, e havia até quem bebesse à saúde do *Senhor Menino*.

* * *

Do dia 25 de dezembro em diante começavam as funções públicas e particulares, em que sobressaíam os bailes pastoris, tendo preferência, os do "Caçador", "Marujo", "Meirinho", "Filho Pródigo", "Liberdade", "Lavadeira", "Mouros grandes e pequenos", "Elmano", "Quatro Pastores", "Aguardente", "Graça Eficaz", "Triunfo do Amor", "Astros", "Pagode no Mercado", "Visinha", "Patuscada", "Hortaleira", "Negrinha", "Catarina", "Velho Terêncio", etc.

Ia começar a função: a sala de espetáculo onde se achava armado o presépio, ostentava opulenta ornamentação; as cadeiras dispostas de maneira que os cavalheiros ficavam separados das senhoras, e um grande espaço, no centro, em forma de retângulo, era destinado aos pastores.

Os músicos, para o acompanhamento dos cânticos, acomodavam-se convenientemente. Em algumas casas improvisavam palcos. À hora aprazada, pastores e pastoras apareciam, em cena, precedidos de um anjo e um guia e davam começo ao *Coro to Pastoril*.

Correi, caros pastores,
Ao presépio glorioso,
Vinde ver o Deus Menino
Como é belo e majestoso.

Cantava o guia:

Si um anjo nos anuncia
O Messias esperado,
Também deve ser por nós
Primeiramente louvado.

Seguiam-se os pastores:

Não haja tempo a perder,
Vamos o gado guardar,
Para o Salvador do mundo
Irmos todos adorar.

O guia :

Oh ! povos de tôda terra
Vinde ver, admirar !
Os passarinhos contentes
Ao Deus Menino louvar.

Que feliz aviso !
Oh que gôsto e prazer
A êste nascimento
Corramos a ver.

Cantavam todos:

Venham com boa harmonia
Homens, astros, terra e mar;
Louvando ao Menino Deus
Neste dia singular.

Lôa do guia :

Oh grata felicidade
De ver a Deus os pastores:
Vejam como a natureza
Se veste de lindas côres !

Reina já por tôda parte
Tal prazer e alegria,
Por saber que é nascido
Jesus filho de Maria.

Todos :

Ditosa hora, o instante,
Mil vezes, por todo dia
A quem nasceu em Belém,
Jesus, filho de Maria.

Lôa da pastora :

Adorem com acatamento
O Redentor humanado,
Com o respeito mais profundo,
Neste presépio sagrado.

Lôa do guia :

Em humilde aposento,
Sôbre palhinhas e flores,
Dos anjos é festejado
E dos felizes pastores.

Todos :

Hinos de prazer e glória
Sim, meus pastores, cantemos,
À excelsa criatura
Que por Maria tivemos.

O guia :

Da glória supremo rei
Estão meus olhos patentes;
Aos vossos pés de bondade
Nos prostramos reverentes.

Presepio

Ilust. de Ligia.

Todos :

Meu coração, meu amor,
Formoso infante divino ;
Nossas preces, nossos cantos
Aceitai, meu Deus Menino.

O guia :

Com açafatas de flores
Venham lindas camponesas,
Para enfeitar o trono,
Do autor da natureza.

Revestiu-se em criatura
P'ra salvar os pecadores,
Nasceu o sacro Menino,
A quem damos mil louvores.

Todos :

Hinos de prazer e glória
Sim, meus pastores, cantemos :
A excelsa criatura
Que por Maria tivemos.

Terminado o coreto, bravos e palmas dos espectadores abafavam os últimos cantos, sendo oferecidos bonitos ramalhetes de flores naturais.

Depois de ligeira pausa entrava logo o primeiro baile, sempre entrecortado de cênas chistosas e agradáveis: ora era um meirinho, em tempo de férias forenses, que, abusando da ignorância dos camponeses, extorquia dinheiro, por meio de citações, e um marujo desabusado retribuia-lhe com calabrotadas; ora, era um cabôclo a oferecer aguardente a uma saloia, que lhe retribuia a

gentileza com frutos; ora era uma lavadeira, de quem desapareciam roupas, atribuindo o furto ao meirinho. Uma cigana, mercadora de fazendas, incorporava-se às demais personagens, conspirando contra o meirinho, que se vê atormentado por um estudante. Afinal aparecia um velho jocoso e conduzia todos a Belém. Esta personagem rompia a marcha, cantando :

Aos sons de flauta e clarim
Fraternalmente marchando,
A Jesus, Deus soberano,
Vamos versos entoando.

Terminando um baile preenchia-se o intervalo com animadas quadrilhas e dansas sôltas. Cada representação tinha o seu cenário, mesmo porque os pastores usavam vestimentas características, adaptadas aos bailes que iam representar. Em certas e determinadas representações necessário se tornava armar palco, pela exigência teatral do baile. Êsses bailes, além da parte alegre e divertida concentravam lições de moral.

O *Baile da vizinha,* por exemplo, tinha um enredo interessante, e era, ao mesmo tempo, uma sátira aos costumes da época. Um velho pai de família, de costumes severos, encontrava-se constantemente apoquentado por uma vizinha, que timbrava em contrariar-lhe as ordens dadas em casa, por meio de convite às duas filhas do ancião, para contínuos divertimentos, onde não fôra difícil um casamento em perspectiva. Eis alguns trechos do aludido baile :

Sai o velho e fala :

Ora, eu tenho duas filhas,
Que só vivem na janela,
Por dizerem que é estilo
De tôda moça donzela.

Não querem coser nem rezar,
Nem assar um só peixinho,
Vivem só pra lá e pra cá,
Com recado e segredinho.

Quando foi ontem à tarde, vindo eu do escritório, encontrei em casa certo meninório. Agarrei o tal sujeito; e elas foram logo me dizendo :

Acomode-se, paizinho, que êsse moço é nosso freguês, que nos veio ensinar uma aria lá do teatro francês. Dei o cavaco, às caladas, vou para a cozinha; quando volto encontrei outro meninório. Aí, não estive pelos autos, dei pancada por cabeça, perna, braços e pus-lhe a casaca em pedaços.

Dêste dia para trás elas já iam muito melhor; porém, com a amizade da tal vizinha *Sussú,* as meninas estão indo a pior.

Pois eu agora estou resolvido que elas não frequentem mais teatros, salas de dansas nem missas de madrugada. A missa da Ressurreição que elas por influência entram em borbotões, aí é que são os abracinhos, e também os beliscões. Pois eu quero ver qual delas me há-de vir falar com chibância.

Vem a primeira filha e fala :

Venho lhe pedir licença,
Paizinho do coração,
Para ir com a vizinha
Numa função.

Que diz, faz a bondade ?
Da resposta do proposto,
Veja que sua filha
Nisto faz grande gôsto.

Fala o velho :

Filha do meu coração;
Folia ? ora esta é boa !
Venha em outra cousa falar-me,
Que esta, cá, não me entôa.

Estais doida, rapariga ? uma moça donzela querer saracotiar; em casa deveis estar com vossos irmãos sossegada. Porque estas funções não se acabam sem que haja barulhada.

Então, paizinho, o que diz ?

— Arre, já disse que não,
Torno a te dizer que não;
Não venhas irritar-me
Com semelhante tentação.

— Para me dizer que não, não precisa assim gritar, que os vizinhos podem ouvir, e também tôda esta gente saberá o que eu sofro de um pai impertinente.

Entra a vizinha Sussú e diz :

— Dá licença, senhor vizinho ?
— Entre, senhora vizinha.
— Como está, senhor vizinho ?
— Estou em mil maravilhas.
— Outro tanto para vos servir.
— Sente-se, senhora vizinha.
— Não, senhor, vou a caminho.
— Olé, onde vai de bunda armada, (cadeirões) sem dúvida, temos viagem formada? Queira repartir comigo da sua bela matalotagem.

— Não levo nada aquí
Que lhe possa oferecer;
Se levasse lhe ofertava
Com sumo gôsto e prazer.

Levo aquí um balainho
Coisa indigna de se dar;
Porém, se quer assim mesmo,
Com licença, vou buscar.

— Obrigado minha senhora,
Pela sua cortezia ;
Tenho visto que é formosa
E cheia de bizarria.

— Senhor vizinho às meninas
Chame-as que já são horas;
Porque da nossa viagem
Estão se aproximando as horas.

— Para que as quer senhora vizinha ?
Entram as filhas e falam :
— Senhora vizinha, entre cá, pra dentro.
O velho, indignado:

— Alto lá, tenham mão com isso; fiquem vocês lá dentro, deixem-me falar com a vizinha. Senhora vizinha, as meninas não vão, não senhora.

— Mas, porque, senhor vizinho? si lhe falo a verdade, pode confiar-se em mim. E assim quero a certeza, si elas vão ou não.

— Senhora vizinha, tanto lhe digo que sim, como lhe afirmo que não.

— Pois de mim, senhor vizinho,
Não deve desconfiar;
Veja que sou capaz
De fiel as entregar.

Você é bem capaz, mas é de perdê-las tôdas; você supõe que eu sou o senhor Mamede, que chupa das pulhas bem gordas ?

Essas vizinhas de borra,
Consintam-me assim dizer,
São quem as filhas da gente
Deitam logo a perder.

Com seus modos polidos e suas amabilidades, vão introduzindo ofensivas falsidades. Sentido e mais que sentido, vamos refletir nos casos que já tem acontecido. Ora, não se pode ter filhas, na época presente porque vosmicês deitam logo a perder, sendo as próprias vizinhas da gente.

Terminada a contenda, aparecia uma negrinha (africana), que punha o velho a par do segrêdo da romaria.

O velho entusiasmado, cantava :

Rapariga do balaio
Dá-me um gole pra beber.

Todos :

Cipriana, tu não dês
Que nos deitas a perder.

Negrinha :

Meu senhor não pode ser,
Minha sinhá não quer que eu dê.

Todos :

Cipriana, tu não dês
Que nos deitas a perder.

Dispostos todos a seguir viagem para Belém, canta a negrinha :

Nosso vai de romaria, de romaria.
Nosso vai de frogamento, de frogamento.
Nosso vai fazê folia, fazê folia.
A lê, lê; à lê, lê de mãe Mariá

Que da terra de rei de Congo
Oia, zambia pongo
E' de nosso riá.

* * *

O pagodista era uma personagem do baile dêste nome. Bastante embriagado, descrevendo curvas e zigzags, convida a todos para irem louvar a Deus Menino, cantando :

"A lê, lê, lê, lê, prestes ao caminho,
Na taça do vinho, vamos nos banhar".

"Ora viva o Deus Menino
Que nascido é,
Viva a Virgem pura
Viva S. José.

Todos :

Vivô-ô-ô-ô.

Sim, viva Jesus,
Maria e José,
Tesouro da graça,
Modêlo da fé.

Todos :

Vivô-ô-ô-ô

"Bebamos, aos mil tonéis e canadas
Vamos com as fadas e ninfas sonhar!
Mosquitos e pulgas, e ratos às turbas,
Jàmais nos perturbe o sono gozar".

Chegados a Belém, cantavam loas, terminando por um bem arrojado lundú; em seguida retiravam-se todos com a seguinte chula :

Cantemos louvores,
Com muita alegria,
Louvando a Jesus,
José e Maria.

Êsse divertimento prolongava-se até à véspera do entrudo, ao que se dava o nome de *fechamento do presépio*.

A noite de Reis

Nas expansões calorosas da alma popular figura, com extraordinário brilho, a celebrada *Noite de Reis*.

A gente de poucos recursos e de humilde condição social, o povo pròpriamente dito, é quem se reserva de celebrar, com certo brilhantismo, essa passagem da Bíblia, tão cheia de ensinamentos e de encantos para os crentes no catolicismo.

Nessa diversão religiosa existem três categorias ou espécies de agrupamentos :

Ternos — na capital ;
Ranchos da Burrinha — nos arrabaldes ;
Ranchos do boi ou bumba meu boi — no sertão (3)

---

(3) **Os ternos** da noite dos Reis ainda lembram, com os seus pastores e as suas pastoras, os autos pastoris, transformados em desfiles de luminárias e pequenas funções a domicílio. São **reisados** familiares. A vestimenta é branca.

Os ranchos da burrinha e do boi são filhos do **entremez** e do **momo** portugueses com enxertos tirados dos autos pastoris e visível influenciação totêmica por parte dos índios e negros. A indumentária berrante lembra as côres do bicho, da planta ou do objeto que dá o nome ao rancho.

Os elementos totêmicos dos ranchos foram estudados em primeiro lugar por Nina Rodrigues, por volta de 1900 e finalmente publicados por Homero Pires sob o título:

Nina Rodrigues — Os Africanos no Brasil, São Paulo, 1933.

Nos ternos, o divertimento primitivo, as pastoras se apresentavam com o tradicional vestido de estopinha branca, chapéu de palha fabricado com palmito de ouricurí enfeitado de fitas, tendo a copa coberta de algodão, com enfeites de velbutina preta, cajado com fitas, cesta no braço com flores e pequeno pandeiro de folha de Flandres.

Os pastores trajavam roupa branca, chapéu de ouricurí enfeitado, ostentando castanholas de jacarandá, com fitas de côres.

Compunha-se a charanga, geralmente, de violão, flauta, e, algumas vezes, de viola.

Assim dispostos, dirigia-se o terno à igreja da Lapinha, no distrito de Santo Antonio, em meio de cantatas alegres, que se ouviam durante o trajeto.

Aí chegando, dirigiam-se à sacristia do templo, onde estava armado o presépio, ostentando em tamanho natural os reis Magos do Oriente.

Faziam a costumada adoração e depois desfilavam, com entusiasmo, aos lugares destinados.

O assunto que ora nos ocupa encontra-se no cap. VI: Sobrevivências totêmicas: Festas Populares e Folclore, pgs. 256-272.

Artur Ramos em O Folclore Negro do Brasil. Rio, 1935, Cap. III. Autos e Festas Populares, pgs. 77-101, e cap IV. A Sobrevivência Totêmica, pgs. 103-128.

Encontram-se reisados em:

Silvio Romero — Cantos Populares do Brasil;

Manuel Querino — Bailes Pastoris, e

Melo Morais Fº — Serenatas e Saraus, vol. I, pgs. 169 e 197.

Gustavo Barroso traz um auto do **Bumba-Meu-Boi** em Ao Som da Viola, pgs. 256-291.

Veja-se uma variante em **Contos Populares**, ou em **Serenatas e Saraus**, vol. I, pgs. 187-195.

Chegado que fôsse o terno à casa preferida, o chefe da família simulava ter a porta fechada, e o terno rompia a celebrada canção dos *Reis,* entoando êstes versos :

Vinde abrir a vossa porta,
Si quereis ouvir cantar;
Acordai, se estais dormindo,
Que vos viemos festejar.

Os três reis de longas terras
Vieram ver o Messias,
Desejado há tanto tempo
De tôdas as profecias.

Incenso, mirra e ouro
E' que vêm ofertar,
Despem cetros e coroas
Com prazer mui singular.

Abra já a vossa porta,
Pois temos muito que andar,
Antes que o dia amanheça
Queremos a Belém chegar.

Aberta a porta, entravam todos dansando bem chorado *lundú* e cantando :

Cavalheirismos,
Briosas ações,
São dotes que esmaltam
Vossos corações.

Queremos apenas
Um brinde fazer
A quem, nesta casa,
Dá todo prazer.

Queremos ser gratos
A quem, generoso,
Dá provas dum gênio
Assás prestimoso.

Feita a pausa natural do descanso, serviam-se doces, licores, no que os donos da casa se mostravam gentís e agradecidos pela distinção.

Depois disto, encaminhavam-se ao presépio, pois raríssima era, antigamente, a casa de família que não o armava.

Afinal, retiravam-se todos satisfeitos com o proverbial acolhimento da família baiana.

A música das cantatas da Noite de Reis é uma inspirada composição do alferes de milícias, João da Veiga Muricí, provecto professor de l,nguas e filosofia, e ao mesmo tempo competente musicista da época, bom peeta, autor de diversas obras sôbre religião e língua portuguêsa.

Essa música está identificada com o sentimento religioso do povo baiano, como o Hino Nacional nas alegrias patrióticas do povo Brasileiro.

Nos ranchos de burrinha não se observava a uniformidade dos ternos. A burrinha é um indivíduo mascarado, tendo um balaio na cintura, bem acondicionado, de modo a simular um homem cavalgando uma alimária, cuja cabeça de fôlha de Flandres produzia o efeito desejado.

A música compunha-se de *viola, canzá* e *pandeiro.* O divertimento assemelhava-se ao dos ternos: a diferença, apenas, estava na presença da burrinha dansando, e nas chulas.

Assim, depois de *tirado o reis,* entravam cantando:

Minha burrinha bebe vinho,
Bebe também aguardente,
Arrenego dêste bicho
Que tem vício feito gente.

Côro

Xô-xô, bichinho.
Xô-xô, ladrão,
Cadeado do meu peito,
Chave do meu coração.

Bota a burrinha p'ra dentro,
Pr'ó sereno não molhá,
O selim é de veludo,
A colcha de tafetá.

Côro

Xô-xô, bichinho, etc.

Na ocasião da burrinha sair o côro cantava.

Cambrainha é vem, é vem,
Cambrainha é vem da banda de lá,
E' vem da banda de cá.

Quando acontecia o terno ou rancho funcionar muito distante da Lapinha, os grupos se dirigiam à casa mais próxima que tivesse presépio armado, e aí faziam a competente adoração.

O *rancho do boi — ou bumba meu boi* — era o divertimento predileto do sertanejo. *O boi* — um homem vestido de um pano pintado à imitação da pele do animal, com os demais accessórios, dansava ao som da seguinte cantiga. acompanhada de *viola, pandeiro* e *canzá:*

Eh ! boi, bumba meu boi,
Meu boi malhado,
Eh ! meu boi laranja,
Eh ! boi, bumba meu boi.

Ùltimamente êsse divertimento fôra introduzido também nos arrabaldes da capital.

Depois da guerra do Paraguai, os festejos populares da Bahia tomaram certo incremento, como dantes.

A mocidade folgasã, que, por espaço de cinco anos, esteve obrigada aos trabalhos da luta, e mesmo os que lá não foram entenderam que deviam aproveitar o regosijo; e assim começaram por melhorar os festejos. Coube ao distrito de Itapoã, arrabalde da capital, a glória de introduzir nos ternos de Reis o estandarte de veludo ou de seda, bordado a ouro, como emblema ou distintivo, sendo que o primeiro terno que assim se apresentara fôra o da *Estrêla d'Alva,* seguindo-se o do *Sol,* do *Cordeiro* e da *Sereia.*

As pastoras trajavam a caráter, sobressaindo a porta-estandarte, luxuosamente vestida a capricho.

Nas noites de 1º e 2 de fevereiro, a freguesia de Itapoã veste-se de galas para festejar a excelsa padroeira.

Não há muito tempo assistí a êsses festejos. Organizaram-se os ternos: das *Flores, Gira-sol, Barquinha, Espera, Esperança e Pescadores.*

Êste último apresentou mais de trinta moças de vestidos brancos, enfeitados de flores, touca branca, luvas, incorporadas duas a duas; umas conduziam lanternas de côres e outras arcos de flores. Os rapazes trajados de branco, chapéu Canotier, ostentavam flor na lapela, como distintivo. Rompia a marcha uma charanga de oito músicos, executando marchas escritas especialmente para tais divertimentos.

Seguia-se uma criança de dez anos, vestida à pescador com todo os petrechos de indústria, a dansar, ao som de um *habanero*, com a cadência precisa, fingindo pescar. Ao mesmo tempo entoava esta cantiga:

Sou um pobre pescador
Que ando nas ondas do mar,
Sòmente a matar peixinhos
Para as freguezas comprar.

Trago o anzol, trago a linha,
Para o peixinho pegar,
Sou um pobre pescador
Que ando nas ondas do mar.

Segue-se uma pastora, a melhor trajada do terno, ostentando o estandarte, que tem pintado, a óleo um pescador na jangada.

Depois, aparece um grupo de ganhadeiras — seis meninas de oito anos de idade, trajando saia de sêda, de côr, enfeitada, chinelinha, rosário de ouro, pulseira, torso feito de um lenço de sêda branca, penca de moedas na cintura, com tetéias de prata, argolas de ouro, pano da Costa, camisa bordada, anéis nos dedos, enfim no rigor da moda da creoula baiana, em dia de grande gala; pequena gamela na cabeça, dansava ao som de uma música adaptada e do côro, que cantava:

Tanto peixe na pedreira!
Eu não vejo ganhadeira,
Eu não vejo ganhadeira,
Que queira ganhar dinheiro.

Cantam as ganhadeiras:

O cação não tem valor
Para êle nós comprar,
A cavala é peixe lindo
Para a Jesús ofertar.

Os ternos da capital, imitando aos de Itapoã sobrelevam a êstes em brilhantismo de roupagem, o que se torna difícil dentre êles distinguir os mais importantes, tal o garbo com que se apresentam, principalmente os ternos do *Sol, A Terra, Aurora Boreal, Romeiros de Belém, Romeiros da Palestina, Crisantemo, Rosa Menina, União das Flôres*, e um sem número de outros que se exibem cada ano.

Obedecendo à lei da evolução, os ranchos da capital desprezaram a primitiva burrinha e tomaram os seguintes nomes: rancho do *Peixe, Cachorro, Águia, Estrêla d'Oriente, Garça, Fênix, Carneiro, Avestruz, Beija-Flor, Esperança, Canário, Sereia, Pinicopêu* e outros muitos.

Cada um dêles tem um emblema indicativo da sua designação, feito de fôlha de Flandres, conduzido na cabeça de um homem, que se exibe dansando ao som de uma orquestra de vozes, pandeiro, violas e canzás.

Admitiram vestimentas carnavalescas bem enfeitadas com gôsto e simetria.

Criaram um balisa, à imitação dos antigos batalhões de caçadores do exército; depois substituiram-no por um *mestre-sala*, espécie de *arauto*, bem trajado, que é o dançarino do grupo ora sòzinho, e depois com a porta-estandarte, e bem assim com as demais pastoras.

Houve antigamente nêsses ranchos, uma personagem saliente: um popular conduzia pequeno caixão com uma tábua móvel, que, a um determinado movimento, produzia um som onomatopaico, designado por *Vu*.

O maestro brasileiro Francisco Libânio Colás, apreciando o entusiasmo popular, escreveu, sôbre o motivo da música dos ranchos, uma saltitante polca, intitulada — *Reis na Lapinha*.

Ùltimamente os ternos e ranchos adotaram o seguinte programa: na véspera da festa do Senhor do Bonfim vão todos em romaria, à noite, e tiram o Reis na porta da igreja, como saudação e homenagem.

Depois dessa devoção retira-se cada qual para o seu destino, ao som de cantarolas e boa música, iluminados por fogos de Bengala, e assim dão por terminados os festejos da noite de reis.

A noite primeira de Julho

Não fôra dado prever, aos nossos maiores, que o esfôrço despendido com tanta abnegação e desprendimento, na conjuração do absolutismo político da metrópole, tão cêdo seria esquecido, com desamor e com menosprezo tratadas as tradições características do entranhado patriotismo que nos legaram.

Desde os tempos coloniais vem o povo baiano justificando as prerrogativas do seu valor, nas armas, nas letras e nas artes.

D. João III, com o empenho de arrefecer as tentativas de incursões aventureiras na América portuguêsa, resolveu tornar a Bahia o centro de irradiação das ordens régias, e fundou a cidade do Salvador.

Deu-lhe por armas, em campo azul, uma pomba branca, trazendo no bico um ramo de oliveira, circulado de uma orla de prata, com esta legenda:

Sic illa ad arcam reversa esta.

Estas armas figuravam nas duas portas da cidade, nas casas da Câmara, no seu pendão, e ainda, nas varas dos seus cidadãos.

A pomba era símbolo de amor; a oliveira, sinal de serenidade.

Justificava essa prerogativa concedida pelo monarca o modo por que se houve contra as invasões estranhas e outras calamidades do tempo. A Bahia nunca desertou do seu posto, nas ocasiões em que se fazia mister a prova de sua dedicação. E foi por isso que a Bahia tornou-se "o seio que amamentou, a cabeça que dirigiu, o braço potente que defendeu quase tôdas as antigas capitanias" que hoje formam a República dos Estados Unidos do Brasil.

Quando, em 1624, os holandeses se apoderaram dos seus muros, ela soube cumprir o seu dever, forçando a retirada do intruso elemento, auxiliada por D. Marcos Teixeira, que no momento, trocara o roquete de prelado, pela couraça de combatente.

Na segunda tentativa dos bátavos, em 1638, o povo baiano bateu-se com tenacidade glorificadora.

"O caráter eminentemente revolucionário que havia sido impresso no mundo pela filosofia do século XVIII, cujos apostolos foram Rousseau, d'Alembert, Montesquieu e outros, e que tinha colocado o povo como a mais formidável potência para derrubar tronos e quebrar diademas diante do cadafalso, havia igualmente abalado a humanidade, dando-lhe uma nova ordem de idéias, que tôdas convergiam para a liberdade, constituindo o mesmo povo senhor absoluto de todos os destinos sociais.

"E às idéias sucediam os fatos, que felizmente não iludiram a sociedade brasileira, que desde 1808 caminhava pela vereda do progresso material e moral.

"Aquí, como nos Estados Unidos, a metrópole, não vendo senão os tesouros da terra e os homens como brutos, nada mais fazia do que aurir aquêles e exterminar a êstes, cometendo as maiores atrocidades.

"Os brasileiros, debaixo de uma pressão esmagadora, eram obrigados até a obter da mãe pátria o sal, objeto indispensável aos mais pequenos usos da vida humana.

A rivalidade entre brasileiros e portuguêses crescia dia a dia, principalmente quando a côrte portuguêsa se viu na necessidade de empregar nos diversos ramos da administração pública uma imensa multidão de aventureiros, que a havia acompanhado de Lisboa, em busca de fazer fortuna".

"Os sentimentos de liberdade, que tinham atroado o mundo inteiro, produzindo a independência dos Estados Unidos, depois de uma luta sanguinolenta com uma das maiores potências, a Inglaterra, não podiam deixar de ecoar no Brasil".

A página talvez mais brilhante que, no livro das liberdades públicas, assinala os seus grandes feitos, personificados nos seus heróis, como fôssem: Labatut, Lima e Silva, Dória, Argôlo, Bulcão, Castro, Pires, Siqueira e muitos outros, não fôra olvidada pela geração que combateu; nem esmorecimento houve, no ânimo dos que testemunharam tão memoráveis feitos. A Bahia sagrou o seu prestígio nas armas, notadamente de 1821 a 1823, levantando o estandarte da liberdade, de modo que sòmente ela derramou o seu sangue em favor da Independência do Brasil.

Essas tradições ficaram na memória do povo, e foram sempre relembradas como nota dominante, no entusiasmo e no brilho de suas vitórias.

Para comemorar a data gloriosa da Independência, que assumira proporções gigantescas, mandaram os patriotas, em 1826, esculpir o vigoroso *Caboclo*, para símbolo da jornada de 2 de Julho de 1823.

No dia 27 de junho, uma guarda de honra do exército percorria as ruas da cidade, distribuindo e pregando nas paredes editais impressos, nos quais a Câmara convidava o povo a tomar parte nos festejos do 2 de Julho.

Era lançado em linguagem viva e alevantada, de modo a despertar o patriotismo e o entusiasmo popular.

Como documento histórico, aquí reproduzo o texto do edital do ano de 1875:

"*Edital* — A Câmara Municipal desta leal e valorosa cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos etc.

Baianos! Não tarda a raiar de novo no horizonte da pátria o sol majestoso da liberdade.

Nesse dia, o grande dia do povo, a glória imensa de uma nação, poema que resume uma história, fato político que enobrece coevos e descendentes; nesse dia todos os brasileiros nasceram, porque despertaram de um letargo — o cativeiro — e começaram a existir, porque passaram a ser livres!

A nossa emancipação foi marcada com um sêlo indelevel — *Dois de Julho de 1823* é a nossa data mais gloriosa. Ela só, ou a sua lembrança será capaz de levantar exércitos de bravos. O sangue que jorrou de nossos pais em Pirajá fecundou o solo e fez brotar êmulos dos Dórias, Bulcões, Siqueiras e outros tantos, que estão eternos na memória dos briosos filhos dêste pedaço de torrão americano. O *grito de Independência ou Morte* fez assentar-se a primeira pedra do edifício social.

O Ipiranga! o gigante que, com sua voz atroadora, fez retumbar do Amazonas ao Prata, o brado eloquente que arrancou do marasmo aquêles que se iam definhando, à falta de liberdade. Então o povo levantou-se, e, unido como irmão, como um só oprimido fez valer os seus direitos, reivindicando seus foros; e na hora extrema do ingente combate olhando o perigo como uma necessidade, a morte

como um meio, chega ao fim almejado, consegue, fazer a sua independência e diz aos povos do universo — Sou Livre!

A luta foi suprema, mas a vitória correspondeu ao sacrifício dos heróis da Independência! O Brasil ocupou, então, o seu lugar de honra.

E', pois, êsse grande dia, o aniversário da época mais faustosa da nossa história, que vamos brevemente aplaudir, festejando-o com tôda a efusão do nosso patriotismo.

Baianos!

E' preciso que esqueçais que pleiteam dois partidos no país; a lide política da imprensa, a discussão que divide os homens, as rivalidades, as idéias enfim que não sejam — *Pátria e Liberdade*, tudo isso que se antepõe ao regosijo comum, ao abraço fraternal dos diletos da invicta cidade, da poética *Moema*, deve ser esquecido para terem lugar ùnicamente o entusiasmo, o contentamento e a homenagem devida ao imortal dia *Dois de Julho!*

A Câmara Municipal, fiel intérprete dos sentimentos de seus munícipes, sabe que durante três dias vos entregareis a tôda sorte de divertimentos lícitos, tomando parte ativa e generosa, naquêles que são pròpriamente nacionais.

E assim, espera a Municipalidade que concorrais ao *Te-Deum* que, em ação de graças ao *Todo Poderoso*, vai ter lugar na igreja da Catedral, na dia e hora do costume, e que acompanheis os carros triunfais nas ocasiões anunciadas pela respectiva comissão, juncando de flores as frentes de vossas casas e iluminando-as por espaço de três noites.

Viva a Religião do Estado!
Viva a Constituição Política do Império.
Viva Sua Majestade o Imperador.
Viva o Povo Baiano.
Viva o Dia Dois de Julho.

Paço da Municipalidade da Capital da Bahia, etc."

Em as noites de 28 e 29 de junho havia bailes mascarados nos teatros públicos e particulares; nas de 29 e 30, os batalhões patrióticos formavam luzida passeata; era a *guardada* das respectivas bandeiras, em casas de pessoas influentes, a-fim-de, no dia 2 de Julho, aí receberem-nas e se incorporarem ao préstito.

Publicado o edital da municipalidade, numeroso bando de mascarados, a pé e a cavalo, precedido de bandas marciais, além de gôndolas repletas de músicos, no dia 29, partiam do largo da Lapinha, indo dissolver no Campo Grande.

No trajeto, distribuíam-se poesias, e aquí junto a que fôra distribuida em 1882, do saudoso poeta dr. Antônio Alves de Carvalhal:

2 DE JULHO

Já nos céus, o horizonte se ilumina.
Das transparentes nuvens no regaço
Surge o clarão da aurora purpurina
E um dilúvio de luz inunda o espaço!
Na cheirosa campina
Desdobra a flor o cálice mimoso,
Sacode as plumas o coqueiro altivo
No monte majestoso.

E o chão se veste de viçosa relva,
E as aves cantam nas risonhas matas,
E o oceano soberbo une os clamores
Aos ecos das cascatas.
— Santo dia da Pátria, eu te bendigo!
Eu te bendigo, ó sol, que tão formoso,
Como risonha a lâmpada suspensa
Dessa cúpula imensa
Iluminaste o drama portentoso
Da nossa Liberdade!
O' vem, surge de novo!
Como dedo de Deus na imensidade
Vem revolver as cinzas do passado,
Abre aos olhos do povo
Êsse livro dourado
Da nossa grande, imorredoura História!
Foste tu testemunha das grandezas,
Que, percorrendo o espaço, ao mundo inteiro
Levaste a nossa glória!
Vem recordar às gerações modernas
Que seus pais foram bravos.
Êles nasceram míseros escravos,
Mas heróis se tornaram!
Da pátria a preciosa liberdade
Foi com sangue das veias que plantaram.
Dize ao povo que guarde êsse legado
Tão sublime e tão puro!
Não nos mostre, apenas o passado...
Oh! bendito e santo!
Vem rasgar o sombrio, espesso manto
Da aurora do futuro!

Dize aos filhos do império abençoado:
Nascestes pr'a ser grandes.
Lá sacode as espáduas o Amazonas!
Alí se empina a cúpula dos Andes!
Sêde intrépidos, fortes como as vagas!
Sêde altivos, soberbos como os montes!
Olhai, que imensas plagas...
Que vastos, luminosos horizontes!
Neste torrão da América, bendito,
Sorri-se a natureza!
Nessa imensa grandeza
Se reflete a grandeza do infinito
E tu, Bahia, lânguida Moema,
Casta filha da América formosa,
Que te miras sorrindo graciosa
Na esmeralda do Mar...
Cinge a fronte do augusto diadema...
Abre da glória o homérico poema...
O povo o quer ouvir!
Somos independentes... resta agora
Trabalhar, progredir!
No teu seio nasceu a Liberdade,
Do teu seio irradia-se o Progresso
Aclarando o Porvir.

Eram as primeiras explosões da alegria que, pouco depois, iria subjugar a alma baiana. A cidade agitava-se com alvorôço e entusiasmo.

Em a noite de 30 de junho, o *Caboclo*, e mais tarde, depois de 1846, também a *Cabocla*, eram retirados do depósito à rua do Maciel de Baixo, freguesia da Sé, e conduzidos para os barracões levantados à Praça da Piedade.

Na noite de 1.º de julho organizavam-se os batalhões patrióticos, na seguinte ordem: *Acadêmicos, Caixeiros Nacionais*, incorporando-se a êste uma companhia de negociantes alemães, trajando palitó branco, fita encarnada a tiracolo, salientando riquíssimo estandarte bordado a ouro; *Couraças Baianos*, porque trajavam: chapéu, gibão, guarda peito e perneiras, tudo de couro, comandado pelo veterano, major Umburanas; *Boa Ordem, União Brasileira, Minerva, Liceista, Dois de Julho, Defensores de Pirajá, Baiano, Brasileiros, Defensores da Liberdade, Henrique Dias, e Zuavos Baianos*. Fechavam a retaguarda, com a imponência precisa, os *Veteranos da Independência*, comandados pelo visconde de Pirajá, José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, a quem o povo idolatrava e o designava pelo nome de *Santinho*. Êste e o dr. Cipriano José Barata d'Almeida eram os patriotas da inteira confiança do povo e, como tais, levantavam a massa popular, sempre que se tornava preciso, ou dominavam insurreições bastando, apenas que um dêles fizesse dobrar o sino da Câmara e se apresentasse ao povo, segurando um ramo de cafeeiro.

Os luzidos batalhões patrióticos usavam o seguinte uniforme: calças e palitó brancos, chapéu de palha, chamado de vintém, enfeitado de fôlhas brasileiras (cróton), com uma depressão do lado direito e aí colocado um botão de folheta.

Faixa verde a tiracolo com legenda dourada, indicando o nome do batalhão; capela de flores com as cores nacionais, no ombro direito, luvas brancas, e o nunca esquecido archote.

No trajeto da Praça da Piedade até o largo da Lapinha, onde eram guardados os emblemas, o povo prorrompia em verdadeiro entusiasmo de aclamações e vivas à data gloriosa, aos veteranos, ao Dois de Julho, etc.

Os oradores e poetas, das sacadas das janelas, recitavam inspiradas notas alusivas ao fato grandioso.

Francisco Moniz Bareto, o repentista admirável, o poeta-soldado, que nos campos de Pirajá derramou o seu sangue pela liberdade, saudava os emblemas e apostrofava:

Essa Cabocla engraçada
Que traz a face tostada
De beijos que dá-lhe o sol!

Aos seus companheiros veteranos referiu-se nestes têrmos:

Deixai-os passar, mancebos;
Deixai-os ir adiante;
Curvai-lhes a fronte ovante,
Que isso vileza não é;
São velhos que batalharam,
E que jamais renegaram
A sua divisa e fé;
São velhos e já cansados;
Porém ainda soldados
Vos acompanham a pé.
.....
E' de uma história volume
Desdobrando êsse estandarte,
Mortalha de luso marte
Que em Pirajá sucumbiu;
Recorda o braço famoso
Do soldado corajoso
Que primeiro desferiu.
E' cometa que de novo,
De agouro feliz ao povo
Contra tiranos surgiu.

O dr. Luiz Álvares dos Santos, vestido à moda indígena, roupa de meia, côr de carne e os competentes enfeites de penas, no auge de emoções patrióticas, saudava o batalhão acadêmico, recitando:

O GRITO DOS BRAVOS

Ao batalhão acadêmico, na noite de 1.º de Julho

São êles: as frontes de glórias enastradas
Elevam sorrindo na terra da Cruz.
Olhai-os: na festa da noite de Julho
Derrama a ciência torrentes de luz.
.....
Liberdade é a brisa das florestas
Suspirando a sorrir.
Liberdade é o grito do Oceano
Nos teus pés a bramir.
Liberdade é o raio das estrêlas
A cintilar aquí.
Liberdade é teu céu! Glória a teu povo!
Bahia, glória a ti!

Nós somos teus filhos: agora queremos
Da aurora sagrada saudar o arrebol,
Caminha depressa, rainha dos bosques,
Das sombras da noite lá vem o teu sol.
.....
Nós somos teus filhos: daquí reunidos
Contentes marchamos a ver tua luz.
No dia de Julho o Eterno nos grita
Do Céu — *Liberdade p'ra Terra da Cruz.*

Nós somos teus filhos: agora queremos
Daurora sagrada saudar o arrebol!
Caminha depressa, rainha dos bosques
Das sombras da noite lá vem o teu sol.

O inspirado poeta acadêmico Antônio Joaquim Rorigues da Costa dirige-se aos seus colegas:

Mocidade, a vós meu canto
Rude, mas livre qual é;
Cantei-o em êxtase santo
Da mais fervorosa fé.
Ungi-o co'a liberdade,
Bebi-o na heroicidade
De nossos feitos aquí.
E' um hino para bravos;
Uma praga contra escravos
Que infames rojam aí.
A vós, livre mocidade,
Irmã das letras, da luz,
Que abraçada com a verdade
Só vos curvais ante a Cruz,
A vós falange de brios,
Que não seguis os desvios
Da infame turba vilã;
Que olhais cetros com desprêso,
Que dais o devido peso
À sábia letra cristã;
A vós, colegas, sòmente
Minha altiva saudação!
Aceitai-m'a; — vai ardente
Qual sinto-a no coração.
Eia — nem mais vos detenho,
Ide ao santo desempenho
Do vosso pátrio dever!
Recebei nossa bandeira
Co'a sua inscrição primeira
— Independência ou morrer.

Ainda em saudação ao Batalhão Acadêmico, João Gualberto dos Passos recitava os seguintes versos:

Timbre, flor da brasília mocidade,
Dalma nobre, subida inteligência,
Cultores talentosos da Ciência,
Ataláias fiéis da — liberdade!

Quando a peste fulmina a humanidade,
Malogrado o saber, a experiência,
Que fazeis? — devotando-lhe a existência,
Os Apóstolos sois da Caridade.
Dos doze que morreram co'heroismo,
A saudosa memória como ocorre,
Si um dia fôr avante o despotismo,
Também, para ser livre, heróico morre.

Em seguida falava o acadêmico e distinto poeta paraibano Cruz Cordeiro:

Marchai, colegas, ufanos,
Filhos de bravos leais:
Não se diga que aos tiranos
Vosas fontes humilhais;
Formai um corpo luzente
Que festeje independente
Da Pátria o dia gentil!
Magestoso e de saudade
Que nos trouxe a Liberdade,
A independência ao Brasil.
.....
.....
..... Êstes montes,
Que olhando estão para os Céus!
Êles mostram da Bahia
A grande soberania
Querendo os Céus atingir!
Festejai esta orgulhosa
Que em suas águas vaidosa
De glória se espalha a rir.

De distância a distância, a procissão patriótica parava, e os poetas e oradores recitavam versos e discursos, ainda aquecidos do fogo das bombardas, ao alarido das vitórias.

Ergue-se o moço poeta Augusto de Mendonça e vibra o seu canto patriótico:

Vou cantar: bravos, ouví-me;
No poeta fôra um crime
O silêncio, a adulação.
Da infância tocara a meta
Quem hoje sendo poeta,
Renegasse da missão.
. . . . . .
Na fronte te resplandece
O astro da liberdade;
O teu nome em glória cresce
No livro da eternidade.
Teu nome, grande e sonoro,
Grande como um meteoro
No imenso espaço a brilhar !
Por onde passa, orgulhoso,
Deixa um rasto luminoso
Que só Deus pode apagar.

Nas ruas, onde transitava o préstito, as habitações ostentavam galas de primor, dando realce à festa que era de todos, pois naquêles dias gloriosos cessavam até as dissenções políticas. Os carros partiam recebendo festões de flores pelas ruas, apinhadas de povo, em ovações estrepitosas. Tôdas as casas deitavam luminárias, sendo que antigamente eram as velas de sêbo, de carnaúba; assim como pequenos vasos de louça, contendo estôpa embebida em azeite de peixe. Raro era o casal que se não preparava para obsequiar os visitantes, e isso com a

satisfação peculiar à hospitalidade baiana. Fazia côro com a multidão a falange de poetas, além dos acima nomeados, Manuel Pessoa, Bernardino Bolivar, Santos Reis, Sinfrônio Olímpio, Laurindo Rebelo, Rosendo Muniz, Fortunato e João de Freitas, e muitos outros, que afinavam suas liras pela alma patriótica do povo.

"Nos vôos de cem côvados de seu gênio de repentista, o veterano Moniz Barreto, assombrado de talento", volta a entusiasmar a multidão:

Olhai, povo ! resumida
Aqui vossa glória está.
Povo, deveis vossa vida
Aos velhos de Pirajá.
Foram êles que na guerra
Livraram a vossa terra
Do jugo ferrenho e vil,
Foram êles que, ajudados
Por Deus, deram denodados
Independência ao Brasil.

Êstes velhos que frustaram
Tremendos planos hostís,
Quando os mancebos juraram
O que esta legenda diz;
Êstes velhos que em batalhas
Ganharam essas medalhas
Que dizem — Restauração —;
Êstes velhos, como dantes
Hoje marcham triunfantes
À frente de um povo — irmão.

A patriótica *Sociedade 2 de Julho*, instituida em 1835, para comemorar a data gloriosa, mandou edificar um elegante pavilhão, no histórico largo da Lapinha, para serem depositados aí os emblemas, o que se efetuou em

1860. Os primeiros batalhões patrióticos foram: o *Baiano*, organizado por Antonio Olavo da França Guerra, artista tipógrafo, e o *Brasileiro*, por Tranquilino de tal.

Em certa ocasião êsses dois cidadãos entraram em discordância, quanto à colocação de comando.

França Guerra, muito exaltado, em petição solicitou ao presidente da Província demissão de comandante de seu batalhão. O presidente, então, despachou o pedido nestes têrmos: *Quem o nomeou que o demita*. O oportuno despacho, por muito tempo, andou de bôca em bôca, e era citado a propósito de tudo.

Cito o caso, apenas, para mostrar como era, naqueles bons tempos, levada a sério a disciplina dos patriotas.

A voz do comando tinha a fôrça da dos corpos arregimentados.

Os festejos da noite primeira de Julho se prolongaram até o ano de 1864, quando um grupo de desordeiros, que constituiram o *Batalhão de Alabama*, promoveu grave conflito, na fonte de S. Antônio, em a noite da levada dos carros para a Lapinha.

Essa circunstância lembrou a prudência de acabarem com os festejos à noite.

Em 1874, o cons. Manuel Pinto de Souza Dantas, presidente da direção dos festejos do Dois de Julho, aproveitando a grande popularidade de que dispunha, promoveu os meios de levar a efeito, com o regozijo antigo, a tradicional romaria da noite primeira. Aumentou nesse ano o número de batalhões patrióticos, com especial menção a *Legião da Imprensa*, comandada pelo genial brasileiro cons. Rui Barbosa, e o do *Liceu de Artes e Ofícios*.

* * *

No acervo das grandezas desta terra é digno de nota o seguinte fato: O conde de Arganil, cardeal patriarca de Lisboa, costumava perguntar aos estudantes baianos, que cursavam a universidade de Coimbra — *há na Bahia alguma fonte de talento?* O sábio reitor admirava e exaltava a inteligência vivaz dos naturais da antiga província. Pois bem: foi tudo isso, na colônia e no Império.

Nenhuma região do país tem suportado o pêso do despotismo republicano, como a Bahia; talvez estejam castigando-lhe a altivez de outrora, com as maiores provações.

Desprestigiaram-lhe o valor, deturparam-lhe o merecimento, fizeram-lhe representar o humilde papel de comparsa, em farrancho político, conservando-se estacionária e abatida, por ingratidão de seus filhos.

Sucedem-se os empréstimos e a cantilena é sempre a mesma: o prurido enganoso do progresso material que não chega:

Idéias e programas políticos desapareceram; pululam as personagens que as circunstâncias do momento bafejam.

A preocupação desordenada de subir, a sêde de fortuna rápida, a ganância do ouro sem amor ao trabalho, tem deslumbrado a uns tantos espíritos fracos ou pusilânimes, que se dizem oportunistas, quando a verdade é que êles depois de calejados no emprêgo do incenso podre da bajulação, que tudo vence, agarram-se às botas dos que pisam o Olímpo do poder.

"Os espíritos sérios e refletidos vêem contristados, nessa deplorável conjuntura, os males que, debalde, por seus votos sinceros, quiseram conjurar.

O momento é grave e cheio de vagas inquietações, enredam-se nas intrigas de uma política de conveniên-

cias pessoais, que exclui tôda dignidade de sentimentos e tôda elevação de concepções.

O espírito popular, cruelmente desiludido, descrê de tudo e lança às aventuras do porvir a derradeira esperança".

O genial artista italiano Miguel Ângelo, absorvido num pensamento constante de desespêro, com uma torrente de fel no coração, melancólico e taciturno, esculpira a estátua d'*A Noite*, como protesto sincero do que presenceava.

Strozzi, desejando interpretar o pensamento do artista, dedicou-lhes êstes versos :

"A noite vês dormir,
Em tão doce atitude,
Foi esculpida por um anjo
Nesta pedra; e, porque dorme,
Vive; acorda-a, se duvidas,
E ela te falará".

Ao que o severo Miguel Ângelo respondeu, aludindo aos males da Pátria:

"E'-me agradável o sono, e mais ainda o ser de pedra, neste tempo em que reinam o mal e a vergonha.

E' grande ventura para mim, o não ver e o não sentir.

Não me acordes, pois; oh ! fala baixo".

Tem aplicação o caso. (4).

(4) O fel que êste final ressuma, certamente se refere, pelo menos em parte, à suspensão dos antigos festejos populares de primeiro e dois de julho.

Depois de longo intervalo foi restabelecido o cortejo dos caboclos em 1943, pelo prefeito eng. Elísio de Carvalho Lisboa, um dos apaixonados tradicionalistas que últimamente procuram reavivar o culto do nosso passado.

Sôbre o carro do Caboclo consulte: Álvares do Amaral, Resumo Cronológico, pgs. 299-300.

Cheganças (5)

Era em outros tempos, tempos saudosos, pela sua singeleza patriarcal, a festa predileta dos pescadores Bahia e das suas adjacências, cujo objetivo visava como recordação de certo período histórico, a catequese dos cristãos pela conversão dos mouros: uma cena ou auto das cruzadas, relembrado pela festa de *Reis, S. João e 2 de Julho*.

(5) **A chegança** é um auto patriótico-marítimo do ciclo das conquistas portuguesas e filia-se nas **Moralidades** outro ramo do **Arremedilho** peninsular. O seu conjunto pode ser chamado de **grande chegança**. Corresponde na sua essência ao **Auto dos fandangos** de Gustavo Barroso em "Ao Som da Viola" e à **Barca** de Gonçalves Fernandes n' "O Folclore Mágico do Nordeste". Em suas minúcias, a letra e as cenas variam, o que se compreende em autos populares transmitidos oralmente em regiões afastadas uma das outras. — Também com o nome de **chegança** citam-se comumente episódios destacados da grande chegança e assim se fala em: **chegança dos mouros, ou mouriscadas**; na dos marujos ou **marujada**.

A chegança em si nada tem que ver com os autos da natividade ou com o ciclo do Natal como quer Gustavo Barroso. O episódio principal é inteiramente profano; mas, como era levado à cena pelo Natal, São João, Dois de Julho etc., incluia-se uma parte referente à festa da ocasião.

A **chegança** é criação brasileira; o seu tema é português.

Convém frisado que os **fandangos** gaúchos nada têm de comum com o fandango ou a chegança do nordeste, como também a **chegança portuguesa** se afasta completamente da brasi-

O préstito bem numeroso, em geral, constituido de *almirante, pilôto, padre, oficiais, marujos*, enfim, da tripulação de bordo, conduzindo uma *náu* bem aparelhada, armada em guerra, pronta para combate.

Na enseada marítima ou insular, em que os recursos não eram suficientes para a construção do navio, fincavam um mastro como se estivessem a bordo, e então, um marujo subia no dito mastro, distendia um binóculo sôbre o *oceano*, a fim de descobrir o *inimigo*.

Ao se encontrarem dois grupos de cheganças faziam alto. Cumprimentavam-se, seguindo invariàvelmente o *parlamentarismo* de guerra.

Como é bem de ver, cada parte interessada procurava chamar a si as prerrogativas do direito internacional, as quais, uma vez violadas arbitràriamente, davam motivos a rompimento de relações e a uma terrível abordagem, pois não se conheciam os canhões, revólveres, as espingardas modernas e outros engenhos da arte militar.

Clamava o mouro, chefe de uma expedição de pseudos argonautas :

---

leira. Aquela é uma dança lasciva como muito bem ressalta da crônica romanceada que lhe dedica Júlio Dantas, n' **O Amor em Portugal no século 18**, pgs. 179-188.

O autor por excelência sôbre a chegança tornou-se Antônio Osmar Gomes com o seu substancioso trabalho **A Chegança**, Rio, 1941. — Servirão de complemento:

Gonçalves Fernandes — **O Folclore Mágico do Nordeste**, Rio 1938, Cap. VIII; **A Barca**, pgs. 125-149.

Alí, principalmente no primeiro, se encontram outras fontes bibliográficas.

Depois dêstes estudos de autores nacionais convém remontar às fontes dalém-mar através do belo trabalho de Luis Chaves: "O Ciclo dos Descobrimentos na Poesia Popular do Brasil", em Brasília, vol. II pgs. 81-157.

"Eu sou o grão sultão,
Senhor de meio mundo,
Si não me obedeceres
Tua náu irá ao fundo".

Respondia o chefe cristão:

"O sol entrou na vidraça
E saíu sem tocar nela ;
Assim, a Virgem Maria
Deu à luz, ficou donzela".

Não havendo acôrdo, nem interstício, entravam imediatamente, em peleja.

O pilôto cristão ameaçava, dizendo:

"Entrega-te, rei mouro,
À nossa religião,
Dentro, aquí, desta náu
Há um padre capelão".

Replicava o mouro :

"Entregar-me não pretendo,
Em meio de tanta gente;
Eu sou filho da Turquia,
Tenho fama de valente".

No mais aceso da luta, o mouro cai vencido, e surge o capelão a confessá-lo.

Recrudesce o entusiasmo, rufam os pandeiros e canzás, o côro de vozes é cada vez mais animado, as cenas sucedem-se, interessantes, acompanhadas de gestos e vozes cadenciadas, a um conjunto de agradável efeito musical.

A *chegança* fôra, antigamente, dos divertimentos populares, talvez, o mais importante.

Os dispêndios pecuniários eram notórios e consideráveis pelo capricho dos adereços.

O suposto *almirante* parecia verdadeiro. A luta da Independência proporcionou certo entusiasmo e preferência pela classe militar.

E o fato de vestir uma farda, ainda mesmo por divertimento, dava certo garbo ao indivíduo, que se julgava, por momentos, parecer o que, na realidade, não podia simular.

Em certa ocasião, pelos festejos do *Dois de Julho*, João Pacheco, *almirante* de uma *chegança*, dirigia-se ao largo da Lapinha, como de costume, no intúito de acompanhar os emblemas de nossa emancipação política. Ao chegar à praça de Palácio encontrou uma divisão do exército, estendida em linha, tendo à sua frente o comandante das armas, general Luiz da França Pinto Garcez.

João Pacheco, bem persuadido de sua posição de *almirante*, fez parar o préstito, e, de acôrdo com as ordenanças em vigor, prestou as homenagens a que tinha direito o general, com tôdas as formalidades do estilo.

O general, por sua vez, não se fez esperar, retribuindo ao *almirante* a continência a que tinha direito, na ocasião.

Esta circunstância, de todo imprevista, molestou a vaidade do capitão do pôrto, oficial da armada, sr. Leal Ferreira, pai do de igual nome, que fôra governador da Bahia, em 1892, a ponto de procurar vingar-se com o popular João Pacheco, por ter obtido a continência do general, num dia de entusiasmo patriótico. Correram os tempos, e o perseguidor não alcançou o perseguido. Dá-

se a luta da *Sabinada*, em 1837; João Pacheco tomou parte na revolução, foi prêso e remetido para a *Presiganga*, navio que serviu de prisão aos revoltosos, onde imperou, com o rigor da ocasião e a ferocidade do mando, a voz do comandante.

O marinheiro, ansioso de vingança, não conhecia a quem procurava; porém houvera notícias dos seus feitos. Inquiria de uns, fazia promessas vantajosas a outros, e nada de conseguir saber quem era o tal Pacheco, que, no entanto, estava às suas ordens dentro do navio.

Chegou a permitir um ano de licença com sôldo, e uma gratificação, ao marinheiro que descobrisse o paradeiro do tal *almirante*.

Não houve esforços empregados que lhe correspondessem à espectativa. A descoberta de Pacheco constituiu um segredo tumular. Ninguém o denunciou.

Os presos foram deportados, os que escaparam com vida — (Pacheco foi dêste número); muito depois de terem voltado do destêrro, quando nada mais lhe podia acontecer, foi que o comandante Leal Ferreira conheceu o indivíduo, que êle pretendia ver expirar sob a ação do calabrote de bordo. Vingança por fatuidade!

A musa brejeira da época satirizou o fato em versos chulos, entoados nos populares sambas:

Derecum, derecum deroá,
Nos botões da casaca do Leal.

Senhor Leal com seu barretão
Fez as crioulas andar de pé no chão;
Às mulatinhas de presunção
Êle mandou repartir bolachão.

* * *

No litoral êsse divertimento sofreu modificações, com variantes; assim é que, na ocasião do bailado, as personagens, armadas de espadins, cruzando uns nos outros, cantavam:

Cutila, cutila,
Torna cutilar,
Estamos em campanha,
Toca a degolar.

Da náu cristã, um marítimo aparece vendendo fazendas saqueadas aos mouros, dizendo:

Trago fazendas mui finas
Para as moças do Brasil;
Trago bom tope de flores
Para afagar meus amores.

Afluiam os compradores, discordando, quanto ao preço das fazendas, sendo o vendedor denunciado como contrabandista.

Dizia um interessado:

"Saiba vossa senhoria, senhor capitão de fragata, que êste marinheiro está vendendo contrabando".

O vendedor é prêso e amarrado; então solicita a intervenção dos oficiais para ser sôlto, e diz:

— Capitão, patrão...

Responde êste:

— Não é comigo, não.

Dêste modo se dirige às demais autoridades de bordo, tendo sempre a mesma resposta negativa, até que exclama:

"Oh! meu comandante, venha me soltar.

Êste, sem demora, ordena:

"Guarda-marinha, êste prêso solto já
Hoje, dia de festejos, não devemos castigar".

Cucumbís (6)

O cucumbí não passava de uma recordação das festas africanas, é certo, mas, foi-me impossível conhecer a significação própria do vocábulo. Compunha-se de numeroso agrupamento: uns armados de arco e flexa, capacete, braços, pernas e cintura enfeitados de penas, saiote e camisa encarnados, corais, missangas e dentes de animais no pescoço, à feição indígena.

(6) Nos velhos autos profanos trazidos pelos portugueses havia os de fundo histórico, alusivos à coroação dos seus reis. Aquí os negros copiaram dêles as suas **congadas,** ou **Autos dos Congos,** também chamados **Cucumbis** da Bahia, que são reminiscências de homenagens aos chefes africanos com os cortejos de praxe.

Os cucumbis eram a contribuição africana nos festejos do Natal, dos Reis e de outras festas populares. Hoje vivem dêles apenas alguns vestígios em préstitos carnavalescos.

Descreveu-os antes de Manuel Querino, Melo Morais Fº, em **Festas e Tradições Populares do Brasil,** pgs. 155-166 e Sílvio Romero em seus **Cantos Populares**. Outro auto dos congos foi transcrito por Gustavo Barroso em **Ao Som da Viola,** pgs. 213-255.

Sob o ponto de vista etnológico referem-se ao cucumbi:

Nina Rodrigues — Os Africanos no Brasil pgs. 272-274 e

Artur Ramos — O Folclore Negro do Brasil, cap. II; pgs. 39-73.

Uma idéia nítida das congadas do Rio dá-nos Luís Edmundo com a sua descrição ilustrada em **O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis,** Rio, 1932, pgs. 185-196.

Outros, porém, trajavam corpete de fazenda de côr, saieta de setim ou cambraia, com enfeites de velbutina azul e listas brancas, num estilo bizarro, acomodado ao *divertimento*.

Os instrumentos consistiam em pandeiros, canzás, checherés ou chocalhos, tamborins, marimbas e piano de cuia (cabaça enfeitada de contas).

Os cucumbís ensaiavam as suas diversões em determinados pontos, como fôssem: Largo da Lapinha, Terreiro de Jesús e largo do Teatro, sob as frondosas cajazeiras que aí existiam.

No trajeto, iam cantando:

Viva nosso rei,
Preto de Benguela,
Que casou a princesa
C'o infante de Castela.

Respondia o grupo indígena:

Dem bom, dem bom,
jurumaná;
Catulê, cala montuê
Condembá.

Além dos instrumentos acima indicados, certas personagens conduziam os seus grimas, (*) os quais no final de cada estrofe se cruzavam dois a dois.

O bi iáiá, o bi iôiô,
Saravudum, sarami, saradô.

(*) Pequeno cacete, medindo 0,m30 de comprimento por 0,02 de diâmetro.

Ao pronunciarem a sílaba *dó*, era o som abafado pelo choque dos grimas, batendo uns de encontro aos outros. Em seguida, davam voltas e trejeitos ao corpo, repetiam o canto e os mesmos movimentos.

Chegados ao ponto determinado, começava a função:

Cum licença auê,
Cum licença auê,
Cum licença de Zambiapongo,
Cum licença auê.

Em meio da festança, um indígena era acusado de haver enfeitiçado o *guia*, que devido a essa circunstância, se achava em estado mortal.

Discutido o assunto com alacridade, o feiticeiro se entusiasma e canta em tom autoritário:

Tu caiá gombê,
Tu caiá gombê,
Chaco, chaco,
Mussugauê.

O áiá calumgambá,
Cui sambambê;
Matê, ô matê ô!
Vida ninguém dá.

Compenetrado do seu valor, e solicitado para mudar de resolução, o feiticeiro se delibera a curar o guia, que simula agonisante.

Para isso, no meio de grande algazarra, toma de uma bolsinha e com ela toca levemente as pernas e braços do doente, dando movimento desordenado ao corpo, entoando cantigas lúgubres. Ao depor a bolsinha ou

contra-feitiço nos lábios do guia, êste recobra os sentidos, e todos se entregam às maiores expansões de regozijo. Os nacionais se afeiçoaram tanto ao cucumbí que conseguiram imitá-lo vantajosamente, intercalando nos cânticos vocábulos da língua vernácula, sem, contudo, desvirtuá-lo.

Oliveira Lima — no seu livro *Aspectos da Literatura Colonial Brasileira*, à página 101 — descreve uma dessas folganças, no século XVIII, do seguinte modo:

"Andavam as touradas estimadas a par dos sermões, mas a animação de regozijo algum emparelhava-se com a que reinava na festa de São Gonçalo d'Amarante, celebrada a pouca distância da cidade (Itapagipe). Nas dansas desenfreadas em derredor da veneranda imagem tomava parte o vice-rei, de parceria com os cavaleiros de sua casa, os monges e os negros.

Desapareciam as distinções sociais nessa saturnal cristã, à qual serviam de incomparável cenário as matas frondosas, onde à pálida claridade das estrêlas e ao som mavioso das violas o amplexo dos sexos atingia proporções de demência animal.

Três dias acampava o governador do Brasil numa linda parte do bosque, e em sua presença, festivamente alternavam-se, com as copiosas refeições, os hinos sacros e as comédias profanas".

"A Capoeira" (7)

O Angola era, em geral, pernóstico, excessivamente loquaz, de gestos amaneirados, tipo completo e acabado do capadócio e o introdutor da *capoeiragem,* na Bahia.

A *capoeira* era uma espécie de jôgo atlético, que consistia em rápidos movimentos de mãos, pés e cabeça, em certas desarticulações do tronco, e, particularmente, na agilidade de saltos para a frente, para trás, para os lados, tudo em defesa ou ataque, corpo a corpo.

O capoeira era um indivíduo desconfiado e sempre prevenido. Andando nos passeios, ao aproximar-se de

(7) Ainda se joga capoeira na Bahia por ocasião de certas festas populares. Mas a capoeira de hoje, ritmada, estilizada, verdadeira capoeira de salão, está bem longe da que Rugendas fixa num dos seus desenhos e na descrição seguinte:

> "Os negros têm ainda outro folguedo guerreiro muito mais violento, a **capoeira**, que consiste em dois contendores se jogarem um contra outro, como dois bodes, procurando dar marrada no peito do adversário, para derrubá-lo. Neutralizam o ataque por meio de paradas, ou fogem-lhe com o corpo em hábeis saltos. Por vezes, entretanto acontece chocarem-se terrìvelmente as cabeças e, não raro, a brincadeira degenera em conflito sangrento.
>
> (Malerische Reise in Brasilien — Sitten und Gebraeuche der Neger, pg. 26).

Sôbre a capoeiragem no Rio de Janeiro de antanho merece ser lido o artigo **Capoeiragem e Capoeiras Célebres,** de Melo Morais Fº em **Festas e Tradições Populares do Brasil,** pgs. 401-413.

uma esquina tomava imediatamente a direção do meio da rua; em viagem, si uma pessoa fazia o gesto de cortejar a alguém, o capoeira, de súbito, saltava longe, com a intenção de desviar uma agressão, embora imaginária.

O domingo de Ramos fôra sempre o dia escolhido para as escaramuças dos capoeiras. O bairro mais forte fôra o da Sé; o campo da luta era o Terreiro de Jesús. Êsse bairro nunca fôra atacado de surpresa, porque os seus dirigentes, sempre prevenidos fechavam as embocaduras, por meio de combatentes, e um tulheiro de pedras e garrafas quebradas, em forma de trincheiras, guarneciam os principais pontos de ataques, como fôssem: ladeira de S. Francisco, S. Miguel e Portas do Carmo, na embocadura do Terreiro. Levava cada bairro uma bandeira nacional, e ao avistarem-se davam vivas à sua parcialidade.

Terminada a luta, o vencedor conduzia a bandeira do vencido.

Nos exercícios de *capoeiragem,* o manejo dos pés muito contribuia para desconcertar o adversário, com uma rasteira, desenvolvida a tempo.

No ato da luta, tôda a atenção se concentrava no olhar dos contendores pois que, um golpe imprevisto, um avanço em falso, uma retirada negativa poderiam dar ganho de causa a um dos dois. Os mais hábeis capoeiras logo aos primeiros assaltos, conheciam a fôrça do adversário; e, neste caso, já era uma vantagem, relativamente ao modo de agir.

Por muito tempo, os exercícios de *capoeiragem* interessaram não só aos indivíduos da camada popular, mas também às pessoas de representação social; estas, porém como um meio de desenvolvimento e de educação física, como hoje é o *foot-ball* e outros gêneros de *sport*.

Os povos cultos têm o seu jôgo de capoeira, mas sob outros nomes: assim, o português, joga o *pau;* o francês, a *savata;* o inglês o *sôco;* o japonês, o *jiu-jitsu,* à imitação dos jogos olímpicos dos gregos e da luta dos romanos.

Havia os capoeiras de profissão, conhecidos logo à primeira vista, pela atitude singular do corpo, pelo andar arrevesado, pelas calças de bôca larga, ou pantalona, cobrindo tôda parte anterior do pé, pela argolinha de ouro na orelha, como insígnia de fôrça e valentia, e o nunca esquecido chapéu à banda.

Os amadores, porém, não usavam sinais característicos, mas exibiam-se galhardamente, nas ocasiões precisas. No domingo de Ramos e sábados de Aleluia entregavam-se a desafios e lutas, nos *bairros* então preferidos, como fôssem: o da Sé, S. Pedro, Santo Inácio ou da Saúde.

Prèviamente, parlamentavam, por intermédio de gazetas manuscritas. Duas circunstâncias atuavam, poderosamente, no espírito da mocidade, para se entregar aos exercícios de capoeiragem: a leitura da História de Carlos Magno ou os doze pares de França, e, bem assim as narrações guerreiras da vida de Napoleão Bonaparte. Era a mania de ser valente, como modernamente, a de cavador. Nêsses exercícios, que a gíria do capadócio denominava — *brinquedo,* dansavam a capoeira sob o ritmo do *berimbau,* instrumento composto de um arco de madeira flexível, prêso às extremidades por uma corda de arame fino, estando ligada à corda uma cabacinha ou moeda de cobre.

O tocador de berimbau segurava o instrumento com a mão esquerda, e na direita trazia pequena cesta contendo calhaus, chamada — *gongo,* além de um cipó fino, com o qual feria a corda, produzindo o som.

Depois entoava esta cantiga:

Tiririca é faca de *cotá,*
Jacatimba muleque de sinhá,
Subiava ni fundo di quintá.

CÔRO

Aloanguê, caba de matá
Aloanguê.

* * *

Marimbondo, dono de mato
Carrapato, dono de fôia,
Todo mundo bêbê *caxaxa,*
Negro Angola só leva fama

CÔRO

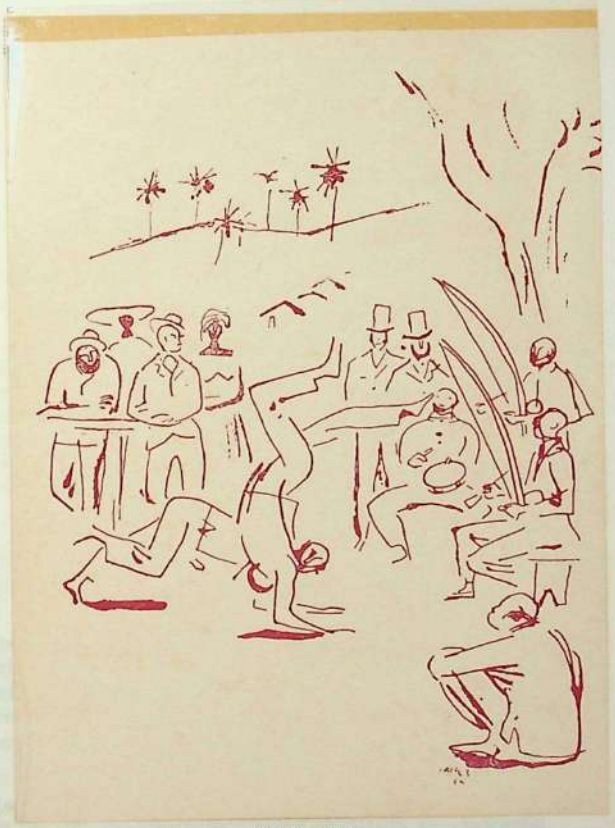
Aloanguê, Som Bento tá me chamando,
Aloanguê.

* * *

Cachimbêro nã fica sem fogo,
Sinhá veia nã é mai do mundo,
Doença que tem nã é boa
Nã é cousa de fazê zombaria.

CÔRO

Aloanguê, Som Bento tá me chamando,
Aloanguê.



A Capoeira

Ilust de Caribé

Pade Inganga fechou corôa
Hade morê;
Parente, não me caba de matá.

CÔRO

Aloanguê, Som Bento tá me chamando,
Aloanguê.
Aloanguê.

* * *

Camarada, toma sintido,
Capoêra tem fundamento.

CÔRO

Aloanguê, Som Bento tá me chamando,
Aloanguê, caba de matá.
Aloanguê.

* * *

Por ocasião da guerra com o Paraguai, o govêrno da então Província fez seguir bom número de capoeiras; muitos por livre e espontânea vontade, e muitíssimos voluntariàmente constrangidos. E não foram improfícuos os esforços dêsses defensores da Pátria, no teatro da luta, principalmente nos assaltos à baioneta.

E a prova dêsse aproveitamento está no brilhante feito darmas praticado pelas companhias de Zuavos Baianos, no assalto ao forte de Curuzú, debandando os paraguaios, onde galhardamente fincaram o pavilhão nacional.

Cezário Álvaro da Costa, rapaz bem procedido e caprichoso, não era um profissional, mas amador competente.

Marchou daquí para o sul, como cabo d'esquadra do 7.º batalhão de caçadores do exército.

Nos primeiros encontros com o inimigo, começou por distinguir-se, a ponto de ser apreciado por seus superiores. E, fôra subindo gradualmente, até o posto de alferes. Certo dia, depois de um combate, Cezário da Costa encontrou dois paraguaios, e enfrentou-os corajosamente.

Depois de acirrados reencontros e, auxiliado pelo que conhecia de esgrima da baioneta, conseguiu suplantar os adversários. Êsse ato de bravura, unido a outros anteriormente praticados, levaram-no à promoção no posto imediato, e a ser condecorado com o hábito da Ordem do Cruzeiro, pelo marechal Conde d'Eu. Êsse oficial faleceu em Bagé, Rio Grande do Sul, no posto de capitão.

Antônio Francisco de Melo, natural de Pernambuco, seguiu para a campanha, no posto de primeiro cadete-sargento ajudante do 9.º batalhão de caçadores do exército. Não se limitava a simples amador de capoeira, possuia tendência pronunciada para um destemido profissional, o que, decididamente, lhe prejudicou, demorando a promoção, apesar de possuir certa importância pessoal, tendo o curso de preparatórios.

Não lhe eram favoráveis as opiniões escritas pelos comandantes de corpos, nas *relações semestrais*, livro onde se apurava o comportamento dos oficiais inferiores. O cadete Melo usava calça fôfa, boné ou chapéu à banda pimpão, e não dispensava o geito arrevesado dos entendidos em *mandinga*. Francisco de Melo fazia parte do contingente a bordo da corveta *Parnaiba*, na memorável *batalha do Riachuelo*, e a respeito assim se pronunciou o comandante do navio:

"O contingente do 9.º batalhão portou-se como era de esperar de soldados brasileiros. Entusiasmados no ato da abordagem, valor e esfôrço denodado na luta travada braço a braço com o inimigo, excedem ao melhor elogio".

Depois dessa ação, o cadete Melo fôra promovido a alferes e condecorado. Esteve na campanha até o ano de 1869, quando voltou ao Brasil, ficando adido ao 5.º batalhão, no Rio de Janeiro.

No dia que estava de serviço, costumava dizer:

— "Camaradas! sabem quem está de estado hoje? Quem está debaixo dos pés de S. Miguel".

Passava a noite a velar, fazendo revista incerta a tôda hora. Quem faltava à revista, no dia imediato corria *marche-marche* por espaço de duas horas. Era o único oficial que podia conter a soldadesca desenfreiada, nos dias de pagamento de sôldo. Promovido a capitão, faleceu num dos Estados do Norte. Trago êsses dois exemplos para justificar que a capoeira tem a sua utilidade em determinadas ocasiões.

No Rio de Janeiro, o capoeira constituia um elemento perigoso, tornando-se necessário que o govêrno, pela portaria de 31 de outubro de 1821, estabelecesse castigos corporais e providências outras, relativas ao caso.

Milícia, Ordenanças e G. Ncional

A necessidade de dar cumprimento às ordens régias, numa região extensa, como o Brasil, a repressão indispensável aos ataques contínuos do indígena, trazendo em sobressalto a população, justificou a criação dos regimentos de milícias das três armas: cavalaria, infantaria e artilharia.

Diminuta como era a fôrça de primeira linha, pois que a Bahia, apenas possuia dois batalhões, a lei de 1.º de setembro de 1800 determinou que o senado da câmara da capital e bem assim as câmaras municipais do interior criassem, a expensas suas, os corpos de milícias necessários ao seu policiamento.

Os oficiais eram nomeados pelo govêrno do município, sendo as patentes referendadas pelos governadores.

Em 1808 determinou-se que as patentes fôssem expedidas pelo Conselho Supremo Militar.

Em 1822, permitiu-se o uso de banda.

Os majores dos regimentos de milícias saiam do exército, dentre os capitães, assim como, o estado efetivo de um regimento compunha-se de 818 praças.

Verificada a insuficiência da milícia para os trabalhos a seu cargo, necessário foi, pouco tempo depois de sua organização e como elemento complementar, que o govêrno determinasse a criação dos regimentos de *Ordenanças*, nos distritos, para policiamento dessas localidades.

Seus oficiais eram escolhidos dentre os bafejados da fortuna. O *capitão-mor de ordenanças* dispunha de certa importância e autoridade: era eleito pela câmara municipal, com assistência do ouvidor; obtinha a nomeação para êsse cargo, com a obrigação de construir cadeias, onde não houvesse, e também de contribuir com as despesas necessárias ao alojamento das praças, sob pena de se lhe cassar a patente.

Comandava o regimento, era o governador do distrito, com alçada civil e criminal, ordenava o recrutamento, autorizava o *almotacel* a vergastar, impunemente, os súditos de sua majestade, com o célebre cipó vermelho (caboclo), motivando êsse fato reclamação da câmara municipal de Cachoeira, em 17 de março de 1751, que declarou ser essa prerrogativa da alçada do Juiz Ordinário.

Para ser oficial de odenanças precisava o candidato contar quarenta anos de idade e vinte e cinco de serviço na corporação. O indivíduo sujeito à praça, na primeira linha, não podia ser aceito nas ordenanças.

Estas possuiam cunho aristocrático, tanto que o alvará de 3 de setembro de 1809 proibiu aos oficiais do exército e aos de milícias servissem nos corpos de ordenanças.

A resolução de 3 de março de 1910 determinou que só os homens casados pudessem alistar-se nessa corporação .

Capitão de estrada era denominação dada ao indivíduo encarregado de escravizar o indígena; *capitão do mato* ou de assalto, nomeado pela câmara municipal, tinha a incumbência de prender escravo fugido. A lei de

10 de outubro de 1831 criou a corporação dos *Guardas Municipais*, cuja obrigação especial consistia em fazer a ronda noturna, de meia noite para o dia; depois, procederam-se a diversos engajamentos, tomando a corporação o nome de *Urbanos*, sujeitos ao regulamento de primeira linha.

O exemplo dos filhos d'América do Norte que, armados em guerra, derrotaram os numerosos soldados da Inglaterra e proclamaram a independência dos Estados Unidos, serviu de estímulo ao govêrno do Brasil, desiludido dos mercenários Suiços, que, desviados de sua missão, auxiliavam, por sua vez, os tumultos no Rio de Janeiro; promulgou a lei de 18 de agosto de 1831, criando a Guarda Nacional, como elementos de defesa da nação.

Os oficiais superiores, subalternos e inferiores eram escolhidos por eleição dos guardas alistados na paroquia, presidida pelo respectivo juiz de paz.

O oficial eleito servia por quatro anos; findo o tempo, não sendo reeleito, voltava a servir como simples guarda.

Era um arremêdo democrático, na aristocracia do tempo. O visconde dos Fiais, antes de ser titular, ocupava o lugar de desembargador na Relação. Concorrendo a uma eleição da guarda nacional, fôra eleito coronel-comandante de batalhão; na segunda eleição, obteve o posto de capitão, e na terceira, porém, só alcançou a graduação de sargento! O cargo de major da guarda nacional era privativo de um oficial do exército, com a obrigação de ser instrutor. O alvará de 6 de dezembro de 1831 declarou proibido o uso de bigodes, entre oficiais e praças dos corpos arregimentados, sendo revogada essa ordem, em 8 de Julho de 1837.

A lei de 19 de setembro de 1850 deu nova organização à guarda nacional, considerando-a reserva do exército.

As nomeações de alferes a capitão competiam aos presidentes de província, de major a coronel, ao ministro do império. As patentes dessa milícia foram equiparadas às do exército e da armada. Os espíritos interessados na boa organização da milícia, receando a perversão politiqueira, procuraram amparar o pensamento do govêrno, conciliando a eficiência militar com o caráter da instituição.

A respeito, assim se externava um grande espírito da época, o cons. Nabuco de Araújo:

"Quanto à guarda nacional é preciso organizá-la, de modo que ela seja uma fôrça pública e não uma fôrça de partido. Repugna que uma parte dos brasileiros seja destinada para oficiais, e a outra só para soldados.

"Convém, pois, contemplar as influências legítimas de ambos os lados, contanto que tenham merecimento e não sejam hostís à ordem pública.

"O comandante superior pode ser a influência de um lado, o chefe do estado maior pode ser a influência do outro lado; assim ficam equilibradas as influências e satisfeitos os ânimos; entretanto, que o govêrno, pela faculdade que tem de dispensar qualquer dessas patentes, neutraliza o mal que elas podem fazer. Aonde houver um só batalhão e influências reais, a mais forte, legítima, e que mais garantias oferecer de lealdade, dedicação e aptidão deve ser preferida.

Eis aí uma prova suficiente da boa orientação do patriotismo colocado acima dos interêsses subalternos, e tão digna de ser imitada na hora presente (8).

(8) A Guarda Nacional, gloriosa sucessora dos corpos de milícias, correspondeu durante muito tempo a prementes necessidades do País. Quando estas foram remediadas de outra maneira, a corporação decaiu, mantendo-se ainda durante algum

tempo os títulos dos postos de comando, vendidos a bom preço pelo govêrno. Já era o arremate ridículo a um nobre passado.

Os títulos de **coronel e major,** ainda conferidos no interior a civis de respeito, prendem-se à fase áurea da guarda-nacional. Nas cidades prevalece mais e mais o sentido pejorativo que lhes emprestou o sarcasmo popular.

A respeito da guarda nacional consulte-se: Gustavo Barroso — A História Militar do Brasil. São Paulo, 1935, pgs. 94-96; reprodução da obra comemorativa do primeiro centenário da Independência, intitulada: Uniformes do Exército Brasileiro, Rio, 1922; onde, nas estampas 212-223, se vêem os diferentes uniformes.

A procissão de fogaréus (9)

Representava a captura do Nazareno, à noite, no Jardim das Oliveiras pelos Judeus, guiados pelo maldito discípulo que ia entregar o Divino Mestre aos seus algozes, sendo o sinal convencionado o ósculo na face.

Na quinta-feira santa, ou de Endoenças, às oito horas da noite, desfilava a enorme procissão de fogaréus da igreja da Misericórdia. O préstito era assim constituido: na frente, um indivíduo com o estandarte, ao qual o povo dava o nome de *Pendão,* com a vistosa inscrição em letras de ouro — *S. P. Q. R.*, atestando a solidariedade do povo romano com as arbitrariedades que iam praticar com Jesús Cristo.

(9) A procissão de fogaréus é velha usança ibérica transplantada por espanhóis e lusos ao Novo Mundo. As ocorrências com ela relacionadas constituem um dos capítulos mais interessantes para ilustração de certos costumes luso-brasileiros do século dezessete até quase o fim do segundo império.

Referem-se à mesma, além de Manuel Querino, o **Resumo Cronológico e Noticioso da Província da Bahia,** de José Álvares do Amaral, 2.ª ed. pg. 176 e principalmente João da Silva Campos nas suas **Procissões Tradicionais da Bahia,** Anais do Arquivo Público da Bahia, vol. 27, pgs. 298-327, onde se encontram diversas retificações e longa série de pormenores locais e históricos em geral. O valioso trabalho de Silva Campos foi reeditado no mesmo ano de 1941 pelo Museu do Estado da Bahia e forma o número um da série.

Depois, vinham os sete passos da Paixão, em painéis, cada um guarnecido por dois sacerdotes e dois irmãos da Misericórdia, conduzindo tocheiros com os respectivos *balandraus*, vestimenta com capuz e mangas largas. Possantes etíopes conduziam pesadas lanternas de ferro, penduradas do tôpo de fortes varas de madeira. Nelas ardiam estôpa, breu e água-rás, produzindo enorme clarão. Os irmãos da Misericórdia abriam alas à passagem das diversas dignidades do clero, e, bem assim, aos músicos da orquestra, que acompanhavam os cânticos. O *fagote*, instrumento de madeira, de timbre melancólico, imprimia sensível tristeza ao ato.

Duas personagens jocosas quebravam a imponência da solenidade.

Uma, o *enxota cães* ou *farricôco*, trajando túnica roxa, com capuz, que lhe cobria a cabeça e o rosto, mal deixando perceber os olhos e a bôca, conduzia uma baliza reluzente, para o exercício do seu cargo.

A outra, com igual uniforme, era designado pelo nome de — *Gato da Misericórdia*. Competia-lhe a função de dar o sinal preciso para o préstito parar ou prosseguir, servindo-se de atroadora matraca.

Esta personagem, durante o itinerário da procissão, era constantemente perseguida por populares, apesar de estar garantida por praças de polícia.

O primeiro ponto visitado era a igreja de N. S. da Ajuda. Aí a imagem de Cristo, conduzida pelo respectivo escrivão, era colocada numa banqueta, preparada para êsse fim; o capelão cantava três vezes o *Senhor Deus, Misericórdia*, findo o que se retiravam todos repetindo a mesma cerimônia, em tôdas as igrejas do Curato da Sé. Ao recolher a procissão, havia sermão, pregado por um dos afamados oradores sacros do tempo. Terminado

êste ato, os irmão, convidados e pessoas gradas encaminhavam-se para a sala de sessões, e, aí, lhes era oferecida pelo Provedor, em exercício, lauta mesa, com empadas, frigideiras, doces, pastéis e vinho velho do Pôrto.

Na Provedoria do cons. Manuel Pinto de Souza Dantas, extinguiu-se a procissão de fogaréus, em consequência de grande conflito, que tomou proporções assustadoras, acontecendo serem alguns irmãos atingidos por pedras, atiradas no *Gato da Misericórdia*.

Ocorreu isso em 1874.

Em substituição, adotou-se a cerimônia do *Lava-Pés*, missa cantada, e procissão do Santíssimo no cláustro.

A festa do Espírito Santo (10)

Rezam as crônicas que em 1765, os naturais das ilhas de Portugal, conhecidos aquí por *ilhéus*, saiam em procissão, aos domingos, a pedir esmolas, conduzindo uma criança, a que davam o nome de *imperador*. Era êsse recebido à porta das igrejas paroquiais pelos respectivos vigários, com pluvial e água benta, e levado à capela mor, onde se sentava em cadeira de espaldar.

Como na época se admitia prisão por dívida, ia o *imperador* do Espírito Santo, acompanhado do seu séquito, às cadeias e soltava êsses prêsos, sem outra formalidade mais do que pagar o que êles deviam.

(10) Os festejos populares por ocasião da festa do Espírito Santo arraigaram-se desde tempos imemoriais em vários países, e não apenas em Portugal, de onde nos veio indubitàvelmente o costume. Talvez seja a festa do Divino, com a sua bandeira, o seu imperador e o seu leilão, uma das usanças portuguesas mais generalizadas pelo Brasil; abrange todos os Estados, embora variem alguns pormenores.

Da origem dessas comemorações conta-nos Melo Morais Fº em **Festas Populares do Brasil**, pgs. 99-100. Contra os seus argumentos, aliás transcritos, falam tradições idênticas e não menos antigas de outros países. Mesmo em Portugal o costume é atribuido a origens várias, como se pode ver comparando com a notícia citada a que refere Armando de Lucena em **Arte Popular**, vol. III. Lisboa, 1945; pg. 87-91.

Dois relatos ilustrados da Festa do Divino no Rio de Janeiro temos em: Melo Morais Fº, Festas e Tradições Populares, pg. 45-57, e Luís Edmundo, o Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis, pgs. 211-220.

Para os festejos, armavam grandes palanques no largo de Santo Antônio além do Carmo, havendo por esta ocasião jantares públicos, muitas diversões, as quais rematavam sempre com desordens. O conde de Lavradio proibiu êsses festejos.

Posteriormente fôra instituida a irmandade do Divino Espírito Santo, cujo *imperador* é sempre um menino, as mais das vezes escolhido entre famílias ricas.

No Sábado da Aleluia costumavam sair diversos membros da irmandade a recolher esmolas para a festa, acompanhados de quatro meninos vestidos de branco com enfeites encarnados, chapéus de palha, tendo a copa coberta de algodão: dois rufavam pandeiros, outro tocava tambor e o último conduzia uma bandeira. Êstes meninos entoavam esta quadra:

Aleluia, Virgem Santa,
Recobrai doce alegria,
Já Cristo ressuscitou
Que glória teve Maria !

Saindo da matriz de Santo Antônio, diretamente se dirigiam à igreja de Nazaré e aí cantavam esta saudação:

Deus vos salve, santa casa,
Deus vos salve, sacrário, bento,
Onde está bem colocado
O Santíssimo Sacramento.

A tradição continua, mas, sem o brilhantismo antigo.

* * *

Nas grandes festas antigas era diversão obrigada, a *Dansa de Corda*, que consistia no seguinte: armavam-se

duas *cruzetas*, de madeira, na distância aproximada de cinco metros e retezava-se uma corda forte, nos ângulos.

Um amestrado equilibrista, munido de maromba — uma vara com um pêso em cada extremidade, sôbre essa corda efetuava difícies exercícios acrobáticos, que despertavam as mais calorosas ovações dos espectadores que admiravam o equilíbrio do artista, sentado numa cadeira, que apenas tinha um dos pés apoiado sôbre a corda.

Todos êsses exercícios eram acompanhados por música, sendo que, engraçado palhaço distribuia sortes pelas pessoas gradas presentes.

No Teatro S. João exibiu-se um estrangeiro dançando em um arame bambo e movediço.

Dava saltos mortais e caia firme sôbre o arame. Seria hoje ridículo um espetáculo dessa natureza.

Superstição

Não há povo, por maior que seja o seu cultivo científico, que tenha escapado à participação de crenças supersticiosas. Não se pense que é um legado de povos ignorantes e atrasados, porque muito se enganará. Na culta França, em 1811, mlle. Lorimier fôra apedrejada, por estar copiando ou desenhando a vista da cidade de Saint-Flour.

Em 1778, no mesmo país, foram quase mortos, a pedradas, como feiticeiros, os engenheiros que levantavam a planta da província.

Na Inglaterra, em 1815, o tribunal julgou um processo, no qual o procurador da coroa acusava o dr. Færeman de ter promovido bruxarias para uma senhora se fazer amar por um rapaz.

Os egípcios cultivavam as ciências, possuiam uma imensa biblioteca pública, e contudo adoravam os gatos. Chateaubriand, que chamou as crenças populares — *Harmonias da religião e da natureza*, explica-se nestes têrmos :

"Grosseiro êrro cometiríamos, se, querendo tudo submeter às regras da razão, condenássemos com rigor estas crenças, que ajudam o povo a suportar o fardo da vida, ensinando-lhes uma moral, que as melhores leis jàmais saberão infundir-lhe.

Oratório da Cruz do Pascoal

Ilust. de Ligia

"E' bom, é belo, digam o que quiserem, que tôdas as nossas ações sejam cheias de Deus, e que, sem cessar, nos vejamos cercados dos seus milagres".

A Bahia de outras éras, que tanto primava nos diversos ramos do saber, acolheu em alta escala a superstição, talvez com a fusão de diferentes tipos que entraram na formação da nossa raça; resultando daí as diversas crenças populares, ainda muito em voga.

Com o fim de amedrontar as crianças, criaram a — *mula sem cabeça*, a *cabra cabriola*, a *caipora*, o *tatú gambeta*, o *lobishomem*, etc.

Nas ruas da cidade avultavam as casas *mal assombradas*, com prejuízo dos proprietários, pois ninguém queria habitá-las.

Diziam que as *almas* vinham à noite, cada uma exercer a função que tinha em vida. Ouviam-se *cantos, batidos de sola, por sapateiros*, lavadeiras esfregando roupa, quitandeiras mercando, batimentos de pratos, etc.

As beatas perdiam-se das horas de ouvir missa, e então encontravam sempre com visagens, entre as quais os *fantasmas*, que eram os indivíduos vestidos de branco, que aumentavam de tamanho, e por isso denominados: *cresce e míngua*.

Eram os namorados que, por êsse meio, iludiam a vigilância da família para se entregarem aos colóquios amorosos.

Falava-se muito na aparição de espíritos maus, que faziam travessuras, à noite. A casa de família que necessitava de uma pessoa para amamentar uma criança despedia um escravo, à noite, gritando: *ama de leite, ama de leite*.

Ouvindo-se tocar viola, alta noite, dizia-se logo: *é o diabo*.

Os mais antigos contam a lenda de que, em certa ocasião, num festejo de Nossa Senhora da Conceição, divertiam-se muitas pessoas, faltando, porém, um tocador de viola, para animar o samba.

Alguns dos interessados sairam à busca do que precisavam todos. Por acaso, encontraram, numa esquina, um rapaz tocando admiràvelmente.

Nada mais simples do que convidá-lo para a função.

Chegados ao lugar, houve grande alvorôço. O homem da viola, interrogado, declarou chamar-se *Sassaraneco;* continuando a deleitar o auditório com a sua mágica viola.

No torvelinho das dansas bradava a multidão: *Viva o senhor Sassaraneco,* que respondia: *Bravos as mulatas*.

Quando a multidão dizia: *Viva Nossa Senhora da Conceição,* respondia o homem, em voz baixa: *Com esta senhora não quero graça*.

Por muito tempo passou despercebida essa resposta, até que afinal alguém prestou atenção e calou-se. O homem da viola fazia prodígios no instrumento, o samba cada vez mais arrojado, quando, de súbito, grita um menino: *Olhem, o senhor Sassaraneco tem o pé redondo!*

O homem deu um grande estouro e desapareceu, produzindo enorme fumarada, tresandando a enxofre (11).

(11) A literatura versando superstições é vastíssima. Eis algumas obras de mais fácil consulta e cuja bibliografia podera orientar os que desejarem fazer estudo mais detido em nosso meio:

A *encomendação das almas* era uma detestável prática religiosa, saturada de idéias absurdas, embora sustentada com ingenuidade ou boa intenção. Nas sextas-feiras de cada semana, rezava-se o ofício da Paixão; aos sábados, porém, o ofício de Nossa Senhora, nos oratórios particulares e públicos, e em diversas igrejas, sendo os oratórios mais concorridos: da Cruz do Pascoal, o do Maciel de Baixo, ladeira do Carmo, Baixa dos Sapateiros e Santo Antônio da Velha Bárbara, junto à igreja da Misericórdia. Grande, porém, era o número de pequenos nichos encravados nas paredes dos edifícios, e, bem assim, nas diversas casas particulares onde se armavam grandes oratórios, franqueados à visita do público, nos dias de procissão. Até bem pouco tempo, grandes cruzes de madeira, pintadas de pixe, encostadas às paredes dos prédios, serviam de ponto de *estação*, colocando-se aí gasofilácios para receberem esmolas para as *almas santas benditas*, e santos outros mais em voga.

Na Semana Santa efetuava-se o penoso ofício das almas que trazia as crianças e os espíritos timoratos, em pavoroso mêdo. Os rezadores, trajando *alva* (vestimenta comprida de pano branco) e empunhando matraca, percorriam as ruas, acorrentados, de modo a ser ouvido o

João Ribeiro — O Folclore; Rio, 1919.

Pereira da Costa — Folclore Pernambucano, Rev. Inst. Hist. e Geogr. Bras., tomo 70, Parte III. Rio, 1908.

Gonçalves Fernandes — O Folclore Mágico do Nordeste, Rio, 1938.

Osvaldo Orico — Vocabulário de Crendices Amazônicas; Rio, 1937.

Gustavo Barroso — Ao Som da Viola; Rio, 1921.

Afonso Arinos — Lendas e Tradições Brasileiras; 2.ª ed.; Rio, 1937.

Nestor Diógenes — Brasil Virgem; Recife, 1924.

José A. Teixeira — Folclore Goiano; São Paulo, 1941.

som produzido pelo atrito das correntes no chão, fazendo *estações* em pontos determinados. Durante o percurso açoitavam-se com finas correias de couro, ouvindo-se a seguinte lamentação:

Dos fiéis as almas,
Divino Senhor,
Convosco descansem
Em paz e amor.

Ninguém se animava a abrir porta ou janela para presenciar o estranho e pavoroso cortejo.

Acreditava-se que, se algum dos *amortalhados* olhasse para trás seria tragado por espíritos maus, que os acompanhavam. A um momento dado a campainha vibrava, a matraca batia e a procissão desfilava, tétrica, medonha mesmo. Sòmente os homens podiam tomar parte nessa romaria. Do meio da multidão ouvia-se, de vez em quando, um som cavernoso, como que saido de um túmulo, exigindo um *Padre Nosso* e uma *Ave Maria* pelas almas dos prêsos da cadeia, pelas dos que se achavam nas ondas do mar.

Donde vinha a estranha procissão? onde se organizara? quem a dirigia? E' o que ninguém indagava.

* * *

A crueldade do tempo auxiliava a superstição. Os indivíduos que fàcilmente enriqueciam e tornavam-se poderosos; os traficantes de carne humana; senhores de engenho que, em momento de ferocidade, atiravam os filhos das escravas, na fornalha; os proprietários de terrenos que não edificavam, todos êsses, dizia o povo, tinham feito contrato com Satanás, e referia lutas havidas entre os contratantes, por conclusão de tempo, quando o Diabo vinha buscá-los. Dizia a tradição: os senhorios maus apareciam sentados à porta das fornalhas; ouviam-se latidos, vultos dispersos, exigindo cumprimentos das obrigações contratuais.

Nas cidades e vilas do interior, aos domingos, saia um cidadão, carregando uma cruz, acompanhado de muitas pessoas, algumas vestidas de opa e regular acompanhamento de fiéis, rezando o *têrço* pelas ruas.

Os rezadores mostravam-se bastante religiosos; não perdiam missas e festas, decoravam grandes trechos de sermões, bem como citavam capítulos da Bíblia Sagrada, especialmente dos Evangelhos de S. João e de S. Mateus. Ficavam nas igrejas como que magnetizados pelos oradores, com o olhar fixo, aproveitando os menores movimentos. Em outras épocas, a reza constituia uma obrigação e um consôlo das almas singelas.

A Imprensa

O feudalismo indígena do tempo não admitia a mais leve censura, ou mesmo o simples e inocente reparo, nos atos emanados de sua intolerância.

Havia de se lhe bater palmas, aplaudindo, ou cair no desagrado, sujeito às arbitrariedades de tôda ordem; pois não faltavam indivíduos assalariados para o mister de desafrontas.

Como se vê, eram de uma deplorável estreiteza os processos jornalísticos da época.

As gazetas dos partidos políticos, valha a verdade, discutiam buscando convencer pela lógica dos fatos, aprofundando-se no raciocínio, sem que de leve tocassem na vida particular ou na família do adversário, como escandalosamente hoje se pratica.

As gazetas periódicas alargavam-se mais um pouco, satirizavam com veemência, corroborando o dito do tempo: "A quem não tem cauda, deita-se".

Nas proximidades dos pleitos eleitorais surgiam os *Pasquins* — pequenos periódicos que cobriam de ridículo os adversários políticos; mas, de modo que, a linguagem, apesar de torturante, não excedia à pessoa alvejada.

Havia duas espécies de *testas de ferro*: um que manejava o cacête, outro que assumia a responsabilidade do autógrafo perante a lei.

Em 1833, por motivo de divergência de opiniões manifestadas na imprensa, o dr. Sabino Vieira viu-se na contingência de assassinar, em pleno dia, à entrada da Câmara Municipal, o alferes do exército Ribeiro Moreira, no momento em que êste levantava um instrumento aviltante, para chicoteá-lo.

Prospero Diniz e João Nepomuceno, poetas satíricos de larga aceitação, não puderam resistir às perseguições e expatriaram-se.

Manoel Pessoa da Silva, apesar de pertencer a uma família dominante, fôra tão odiado, que por ocasião de seu falecimento, a imprensa recusou consagrar-lhe as homenagens a que tinha incontestável direito, como poeta e literato de valor.

Domingos Guedes Cabral cumpriu sentença na fortaleza do Barbalho, devido aos seus escritos, arrojadamente desdenhosos dos mandões do tempo, no periódico — *Marcos Mandinga*.

Êste valente escritor, como não podia empunhar a pena e o cacête, fazia-se acompanhar de dois homens de confiança; pois que, ou o jornalista mudava de rumo, coagido pelas ofensas físicas dos capoeiras, ou então, era levado aos tribunais, por demasias da palavra escrita; e não raro, os juízes, antes de sentenciarem, confabulavam com os mandões, sôbre as perseguições a desenvolver contra os comentadores dos desmandos políticos.

O dr. Fortunato de Freitas, além de demitido do lugar que ocupava numa sociedade particular, fôra agredido fisicamente, salvando-se milagrosamente da sanha dos sicários.

Domingos de Faria Machado não fôra mais feliz que os outros; faleceu sùbitamente em uma farmácia, depois de ter ingerido um copo dágua: atribuiu-se êsse fato a envenenamento.

Arestides Ricardo de Santana, por ter repelido uma ofensa, respondeu a juri e fôra condenado.

Cassiano Hipólito, Eduardo Carigé e Pânfilo da Santa Cruz viram-se sobressaltados por constantes ameaças, a ponto dêste último, em certa ocasião, viajar inesperadamente para o Rio de Janeiro, afim de escapar a violenta agressão.

Landulfo Medrado, talento de escol ao serviço da democracia, teve o seu panfleto — *Os Cortezãos e a viagem do Imperador*, condenado às chamas, na primeira edição, porque os proprietários da tipografia, onde fôra impresso, não consentiram que tivesse publicidade, como elemento subversivo, um livro que se desviava das normas de subserviência aos poderosos.

O sr. José Álvares do Amaral constituia uma exceção: passou incólume pelas colunas do *Guaicurú* moderno. Isso, porém, não admira; pois, voltamos à barbaria antiga, aos processos violentos, aos ataques a mão armada.

E nos dizemos civilizados: civilização de palavras, unida a uma democracia que se tem distinguido pelos empréstimos, bombardeios, bailes e desfalques, sem ideal decente, sem escrúpulos e balda de patriotismo. O homem de hoje constitue-se senhor absoluto nas aplicações da lei e do dever, desrespeitando a tudo e a todos. No entanto, fez-se escravo do dinheiro e das ações ruins.

O veterano da independência, Ladislau Titára, saudando o *Dois de Julho*, disse:

> Nunca mais o despotismo
> Regerá nossas ações;
> Com tiranos não combinam
> Brasileiros corações.

Que decepção amarga não sentiria o patriota se presenciasse o que testemunhamos hoje, com indignação e tristeza? (12).

(12) Aqui Manuel Querino é injusto com os seus contemporâneos. Sempre houve e sempre haverá excessos de um lado e de outro, simpatizantes e inimigos. O apôio de uns será sempre classificado de subserviência por outros, e quem poderá evitar que a venalidade se aninhe, aqui e ali, numa profissão onde, além de propugnar idéias e ideais, também se luta pela vida.

O histórico da imprensa na Bahia poderá ser estudado em: Anais da Imprensa da Bahia, por Alfredo de Carvalho e João Nepomuceno Torres; Bahia, 1911, e Hélio Viana — Contribuição à História da Imprensa Brasileira; Rio, 1945.

A Irmandade de Santa Cecília

Nos tempos coloniais, a cobiça era um tanto moderada; verdade é que se desconhecia a elasticidade contemporânea dêsse sentimento.

As coisas sérias tinham seu cunho de valor, na época em que o fio branco de cabelo arrancado à barba do cidadão exprimia o compromisso de uma letra assinada a prazo fixo. Cogitando nos meios de defesa dos seus interêsses, por intermédio de representação própria, a classe operária conseguira fosse expedido um Alvará, criando o lugar de *Juiz de ofício,* como um passo dado em seu favor, no século XVII.

O benefício dêsse ato inspirou o maior respeito e acatamento às decisões imparciais do juiz eleito pelo voto da classe. Aos dezesseis dias do mês de dezembro de 1626, o juiz ordinário, André Cavalo de Carvalho, dava posse solene, com juramento aos Santos Evangelhos, perante o Senado da Câmara, a Antônio da Fonseca, que saira eleito *juiz dos alfaiates,* por um ano, sob a promessa de que verdadeiramente serviria o dito ofício, guardando em tudo o serviço de Deus, o de sua majestade, e às partes o seu direito.

Em 29 de abril do mesmo ano, assim também sucedera com Antônio Cardoso, que havia sido eleito juiz do *ofício de pedreiros*.

Foi essa prerrogativa concedida aos operários que despertou, nos artistas liberais, a idéia de associação,

uma vez que não possuiam também o seu juiz de ofício, como os operários.

A religião, influindo como síntese das manifestações psíquicas do homem, e, por sua importância capital, ultrapassando tôdas as outras manifestações, deu ensejo aos auxiliares do culto divino de se congregarem, e constituirem uma agremiação musical. Não é conhecida a data da instalação da Irmandade de Santa Cecília, ereta primitivamente na matriz de Nossa Senhora da Conceição da Praia, onde começou a funcionar. O documento mais antigo referente ao assunto diz que, a 6 de julho de 1785, reunidas mesa e junta, organizaram o novo compromisso que devia regê-la, e criaram o livro de *Termo dos Irmãos;* pois até àquela data, os seus nomes figuravam, apenas, em listas anuais de recebimento das jóias da festa.

O artigo primeiro do compromisso assim rezava:

"Tôda a pessoa que quiser exercitar a profissão de músico, ou seja cantor ou instrumentista, será obrigada a entrar nesta Confraria, e para ser admitida por confrade, representará à mesa, declarando a qualidade do seu estado, a sua naturalidade, o instrumento que tocava ou a vóz que cantava, para que a mesa pudesse admití-la ou excluí-la, sendo notòriamente inábil ou publicamente escandalosa por seu máu comportamento". Êsse compromisso obteve aprovação régia, por alvará de 20 de dezembro de 1785; sendo que a parte complementar do mesmo fôra confirmada em 9 de outubro de 1816, por D. João VI. A criação da irmandade teve grande aceitação, por isso que tomaram parte não só os profissionais, como pessoas gradas de tôdas as categorias. Não era fácil a qualquer músico encarregar-se de funções; necessário se tornava a competente autorização que lhe conferia, por uma *Carta Patente*, a irmandade,

em virtude da qual o artista ficava obrigado a uns tantos deveres.

Em 1830, a mesa da corporação, composta dos mais competentes profissionais, como fôssem: Damião Barbosa, Santos Barreto, José Joaquim dos Reis, Augusto José d'Oliveira Estrêla Forte, Pedro Hipólito Merkel, José Pereira Rebouças, José Joaquim de Souza Negrão, solicitou da autoridade diocesana a competente autorização da parte religiosa, afim de obterem de S. M. o Imperador a confirmação do novo compromisso, em virtude da Carta de Lei de 22 de setembro de 1828. Dirigindo-se ao monarca, assim se exprimira a mesa.

"Pedem a Vossa Majestade que, derrogando o Compromisso confirmado em Lisboa pela Senhora Rainha D. Maria I, em 20 de dezembro de 1785, e seu adendo confirmado, na côrte dêste Império pelo Senhor D. João VI, em 9 de outubro de 1816, haja por bem confirmar êste, que a mesma corporação respeitosamente dirige à presença de V. M. I. para melhor regimen e prosperidade da dita Confraria. Pedem igualmente a V. M. I. e Constitucional haja por bem nomear para a mesma Confraria um *Juiz Privativo*, que tenha efetiva residência nesta cidade; para com mais prontidão se poder concluir a marcha dos negócios da mesma Confraria. Que, apesar do compromisso estar enriquecido de leis boas, mas, sem nenhuma das indispensáveis penas para conter abusos; resultando disso, não só o pouco respeito que gosa a corporação, mas também o pouco progresso de luzes respectivas à mesma arte.

E consequentemente poucos rendimentos para o Pio, um dos principais objetos desta caritativa Confraria, por causa dos professores que concorrem as funções sem serem irmãos, contra a lei, mesmo do antigo compromisso.

E como os mesários e mais irmãos, abaixo assinados, conhecem o quanto V.M.I. é propenso a contribuir para a prosperidade das Instituições Religiosas, principalmente para esta, cujo principal objeto é socorrer os seus confrades, no caso de moléstia e decrepitude".

Por intermédio dos Religiosos Franciscanos, em cujo convento fucionava a irmandade, obteve um breve de Roma, autorizando a festividade da Santa, no mês de novembro, independente das prescrições do Advento. D. Manuel, Arcebispo desta Arquidiocese, de volta de sua viagem a Roma, trouxe um pequeno quadro, onde se vê fotografada a Santa, tendo a seguinte inscrição no verso:

"Efígie de Santa Cecília, Virgem Mártir, exprimindo a posição em que entregou a alma a Deus, assim como foi encontrada no Cemitério de S. Calixto na *Via Ápia*, segundo consta da tradição, existindo ainda na igreja, além do Tibre, dedicada à mesma Virgem Mártir, para onde foi seu corpo transladado por S. Pascoal I.

Oferecida a esta irmandade por S. Ex.ª Revm. o Sr. D. Manuel Joaquim da Silveira, Conde de S. Salvador, em 1870, fotografado no sepulcro da mesma Santa, em Roma, a mandado de S. Exa. em 1869, quando esteve no Concílio Vaticano, para o dogma da infabilidade pontifícia. André Avelino Caxangá — Tesoureiro da Irmandade".

Em 1900, por ocasião dos festejos do 4.º Centenário do descobrimento do Brasil, a Irmandade de Santa Cecília apresentou-se, pela primeira vez, em público, com as insígnias, e conduzindo um painel da Virgem (13).

(13) A irmandade de Santa Cecília, embora nada conste sôbre a terminação do seu funcionamento, deixou pràticamente de existir há muito tempo.

O Colégio de S. Joaquim

Antes que começasse de funcionar o antigo Liceu Provincial criado em 1836, existiam as cadeiras rédias de latim, filosofia, retórica, grego e matemáticas; mas os candidatos à matrícula dos cursos superiores iam estudar preparatórios no Colégio dos Órfãos de S. Joaquim, que, sendo único na época, admitia, mediante módica contribuição, alunos externos.

Os rapazes, uma vez adquiridas as primeiras noções de línguas e ciências, se dirigiam a Portugal ou à França, onde frequentavam um dos cursos superiores. De volta, mediante atestado da Universidade de Coimbra ou diploma de bacharel em medicina pela faculdade de Montpellier, ou em letras, pela faculdade de París, eram admitidos nos cursos de medicina ou de ciências jurídicas, conforme a lei de 26 de agôsto de 1830. Donde se vê que o Colégio dos Órfãos de S. Joaquim não tem sido útil sòmente à infância desafortunada, mas também àquêles que alí iniciaram seus estudos, para o exercício de altas funções sociais. Cumpre-me citar, entre outros, os barões de Pirajá, de Alagoinhas e o de Santiago; o irmão dêste, Gustavo Américo da Silva, Antônio Joaquim de Pita Lima, dr. Felipe de Araújo Pinho e o major Jerônimo Sodré Pereira.

O Colégio dos Órfãos de S. Pedro, do Rio de Janeiro, que começou com os mesmos intúitos do de S. Joaquim, da Bahia, pois fôra fundado por um simples

sacristão, cujo nome a história não conservou, o qual, acompanhado de dois órfãos, solicitava das almas caridosas um óbulo para os desvalidos, mais tarde, em 1766, passou a chamar-se "Colégio dos Órfãos de S. João", em virtude da oferta de uma capela, com essa denominação, que fizera aos ditos órfãos um velho de nome Manuel de Campos Dias. E por último a instituição fôra desviada de seus fins humanitários, tornando-se o educandário afidalgado, com o pomposo título de Imperial Colégio Pedro II.

Entretanto, o Colégio dos Órfãos de S. Joaquim, da Bahia, não tem descurado dos fins para que fôra instituido, perseverando em sua idéia primitiva, o que tem cumprido à risca, entregando à sociedade cidadãos aptos a tôdas as funções úteis.

Em 1838 existiam nesta capital os seguintes colégios: de d. Perpétua Pacheco, exclusivamente para meninas; de d. Angelina Laura César, à rua Carlos Gomes, misto, admitia alunos internos e externos, sendo que meninas até doze anos, e meninos até dez anos; colégios de rapazes: do Hipólito Perret, do Melo Pacheco, do padre Pereira, do Magriolli, do padre Vicente, do Eusébio Vanério, à Barroquinha; do Rangel, e bem assim o do padre Eutíquio, que fôra secretário particular de d. Romualdo, (14) grande orador, o qual desempenhou

(14) Manuel Querino traz aqui algumas achêgas ao lacunoso capítulo da instrução secundária na Bahia entre 1808 e 1836. Como a escassez de dados relativos a êsse período quase não fosse alterada com a publicação da Memória Histórica do Ensino Secundário na Bahia, damos a seguir alguns novos informes colhidos no Semanário Cívico N. 2, de 1821:

De 1810 a 1821 funcionavam as seguintes aulas de ensino complementar:

4 aulas régias de latim;

1 aula particular de latim, chamada do Madeira;

O Colégio de São Joaquim
Ilust. de Ligia.

papel saliente na diocese do Pará, onde faleceu, depois de calorosa discussão pela imprensa, com o respectivo bispo, d. Antônio de Macedo Costa, a propósito da Questão Religiosa.

---

1 aula régia de grego;
1 dita de retórica;
1 dita de filosofia;
1 dita de geometria;
1 dita de desenho;
1 dita de comércio, (criada em 1811);

1 aula de música, (criada em 1819); além do Colégio Médico-Cirúrgico, (criado em 1815) e do Seminário, (criado em 1811).

A frequência, que era de 139 estudantes em 1810,passou a mais de 600 em 1817. Ao lado dessas aulas oficiais existiam, em 1821, diversas particulares, entre as quais já figurava o colégio de Euzébio Vanério, a que se refere M. Querino.

Uma notícia histórica do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, onde M. Querino lecionava desenho, foi publicada em 1899, por João Nepomuceno Torres, no vol. VI da Revista do Instituto Geogr. e Hist. da Bahia; pgs. 327-361.

A procissão de cinzas

No dia 17 de fevereiro de 1649, primeira quarta-feira da quaresma, o povo desta capital estava preparado para assistir a um dos atos religiosos de maior esplendor e solenidade; e por isso se tornava o mais rico e imponente da época.

Pela primeira vez, nêsse dia, efetuou-se a procissão das cinzas. Logo pela manhã, realizou-se a cerimônia denominada — *ofício de cinzas*, com sermão: uma espécie de advertência, ao cristão descuidado, para que se compenetrasse do seu nada, de que o homem veio do pó e que ao mesmo estado volveria.

Às quatro horas da tarde, depois de novo sermão, desfilava a enorme procissão, com desusada imponência, imprimindo no espírito da população o mais puro sentimento de veneração pelos atos do culto externo.

Essa solenidade se prolongou até o ano de 1860, quando se celebrou pela última vez. O préstito saía da igreja da Veneravel Ordem 3.ª de S. Francisco, com o acompanhamento das outras ordens terceiras, irmandades, cabido metropolitano, seminaristas, comissões das corporações religiosas, autoridades civis e militares, guarda de honra de primeira linha, conduzindo vinte e uma charolas, além de representações outras, análogas ao ato. Em primenro lugar exibia-se a frondosa árvore do *Paraiso*, com os pomos proibidos e a serpente tentadora, aos lados, Adão e Eva, com as insígnias do trabalho, ves-

tido de peles, e, após êles, um anjo, lançando-os fora do Paraíso, armado de uma espada de fogo. Depois apareciam a figura da *Morte*, com as insígnias da brevidade da vida e as armas da Ordem Seráfica acompanhadas de dois anjos.

Seis figuras, vestidas de saco de penitente, representavam a *Contrição*, a *Satisfação*, a *Penitência*, a *Obediência*, a *Memória da Morte* e o *Desprêso do Mundo*.

A esta acompanhavam dois anjos, com peças de ouro em salvas e outros despojos do seu desprêso. Seguia-se uma figura conduzindo uma bandeira, onde estava escrita a sentença de morte dos mártires do Japão, aí representados com os alfanges, nas partes em que fôram martirisados, todos acorrentados pelo pescoço, dirigidos por um mouro. Ao lado dos mártires, dois anjos levavam as palmas do triunfo; um outro anjo, armado de lança, garantia os mártires contra a violência do tirano. Em seguida, vinham a figura da *Justiça* com seus atributos, a árvore de *Penitência*, com bentinhos, rosários e outros acessórios condizentes; S. Francisco, recebendo as chagas de Cristo; Maria Madalena, Maria Egipciaca, Santa Efigênia, Santo Antonio de Catagirone, S. Benedito. Um rapaz, vestido à S. Luis, rei de França, acolitado por dois anjos, que sustinham o grande manto, evitando-o de tocar no chão. Surgiam depois a imagem de N. S. da Conceição, em cujo andor estavam ajoelhados os santos doutores, e a comunidade franciscana, com o seu emblema.

Encerrava o grande préstito um sacerdote com o Santo Lenho, debaixo do Pálio, incensado por dois anjos.

Bandas de música executavam marchas adequadas ao ato. A procissão percorria apenas, a freguesia da Sé.

Depois do desordenado divertimento do entrudo, a religião prescrevia a penitência, como desagravo aos desregramentos humanos. (15)

(15) — A procissão de Cinzas ou da Penitência foi introduzida em Portugal e seus domínios pela Ordem Terceira de São Francisco.

De como ela era levada a efeito na Bahia contam diversas crônicas outras, que poderão ser lidas em Silva Campos, "As Procissões Tradicionais da Bahia", Anais do Arquivo Publico; vol. 27, Bahia, 1941, ou na separata publicada pelo Museu do Estado, no mesmo ano. Consulte-se também Vieira Fazenda, Antiqualhas e Memórias do Rio de Janeiro; Rev. Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro; vol. 140, pag. 131.

A Vida no Lar

Entre os muitos prejuízos da civilização moderna, que têm comprometido a gravidade da gente de outro tempo, sobressai, por sem dúvida, o desembaraço com que matronas e senhorinhas enchem as ruas, em passeios a pé, a bonde e, mais modernamente, a automóvel, quando não invadem as casas de armarinho ou de modistas. A família, noutro tempo, obedecia a orientação muito diversa. Os filhos não davam ordens aos pais, não lhes era permitida a entrada na residência paterna depois do toque de recolher, nem lhes era facultado também frequentar hotéis e casas de jogo.

Só em dias determinados a família podia ausentar-se de casa, como fossem na segunda semana da quaresma, para o beija-pé ao "Senhor dos Passos"; e na quinta-feira santa, para visitar as igrejas.

No fim do ano ia "passar as festas" nos arrabaldes, compareciam ao teatro e aos bailes da "Recreativa". As senhoras arreavam-se de joias, trajavam vestidos elegantemente decotados, braços nus, trazendo à cabeça largos e desmedidos pentes de tartarugas, alguns dos quais mediam mais de um palmo de comprimento.

Fora dêsses casos, senhorinhas e matronas só saiam à rua em cadeirinhas de arruar, ou acompanhadas por pessoas da família.

A educação da mulher limitava-se ao curso primário, a noções da língua francêsa, música — canto e piano — dansa e prendas domésticas.

Por êsse tempo, havia o uso dos balões, que, hoje, dificilmente, se acomodariam nos veículos de praça. Os homens seguiam o mesmo rigor da moda, sem dispensar o clássico chapéu de pelo lustroso, até porque o delegado de polícia publicava edital, determinando o uniforme de presença no teatro. Nos bailes dansavam a "Gavota", a "Valsa", a "Mazurca", a "Quadrilha", o "Lanceiro", e o sizudo "Solo-inglês". Fora disto, tôda a diversão era de portas a dentro, por ocasião de batisado, casamento, aniversário, e, como objeto de grandeza, vinha da Europa o gelo natural. E, a propósito cumpre recordar aquí algumas dansas do tempo:

O "Lundú da Marruá" — Duas pessoas, em posição de dansarem a valsa, davam começo ao lundú. Depois, apartavam as mãos, levantavam os braços, em posição graciosa, a tocar castanholas continuando a dansa desligadas.

A "Maria Caxuxa" — era dansa igual à antecedente, divergindo, apenas, nos movimentos e diversidade da música.

E então cantavam :

Maria Caxuxa, com quem dormes tu?
Durmo com um gato, que faz *miaú*.

Maria Caxuxa, quem é teu amor ?
Um soldadinho, que toca tambor.

O "Sorongo" — em que dansava uma só pessoa, desenvolvendo, com apurado gôsto, figuras determinadas, com os pés, procurando sempre os ângulos da sala, onde

fazia curta demora, e depois rodeava todo o espaço, obedecendo ao compasso de música adaptada.

* * *

Os homens consumiam a maior parte do tempo aredios de suas residências.

Terminados os trabalhos do dia, dirigiam-se à casa, e, satisfeitas as necessidades do estômago, retiravam-se: uns iam palestrar nas boticas, onde discutiam política, jogavam gamão e tramavam revoltas; outros encaminhavam-se para as casas de tavolagem, ponto de reunião dos grandes da terra; pois o jôgo campeava, em larga escala, notadamente entre os políticos, os negociantes, os senhores de engenho, etc.

Bacharel que não jogava, nem para deputado servia. Se algum ingênuo perguntava: dr. fulano joga?

— Ora, até pedra em santo.

Na antiga rua de Palácio, hoje rua Chile, existiu, por longos anos, uma loja de charutos, denominada — "Progressista", de propriedade de Laurentino de tal.

Fôra o ponto de reunião constante de políticos de todos os matizes: senadores, deputados, conselheiros, desembargadores, juízes, chefes políticos afluiam aí, prosavam, compravam charutos de "Havana" e conheciam das novidades sociais. As palestras eram animadas, atraentes.

Organizavam-se ministérios, derrubavam situações, conforme o desejo de cada grupo. O Laurentino, então, tirava o melhor partido: vendia os charutos por bom preço, adquiria boas relações de amizade e andava ao corrente de tudo que se passava nas altas rodas da política. Mais tarde, a Livraria Catilina, passou a substi-

tuir a "Progressista", do Laurentino. As demandas tinham grande voga, pois eram um elemento de vaidade, em tôdas as camadas sociais. Fumar fôra um vício; tomar rapé, um hábito.

O homem do povo, em tempo de verão, acompanhava, à noite, a família, que se dirigia às fontes públicas, para as ablusões diárias.

Uma vez dispensado dessa obrigação, só era encontrado nos botequins, a jogar o "três-sete" ou o víspora; ou, então, nos oratórios públicos, encravados nas paredes dos edifícios, a rezar, mais por exibir os seus recursos de afinada voz, do que por devoção, ou ainda era encontrado no adro das igrejas a discutir política e a esmerilhar a vida alheia.

Êsses indivíduos, e, com especial menção, os operários, foram tão viciados no "três-sete", que, nos dias feriados e santificados, almoçavam, jantavam, na mesa do jôgo, e aí se conservavam até noite alta. Ocasiões havia em que, saindo para as compras, entretinham-se no jôgo, dando lugar a que pessoa da família fosse procurá-los supondo tratar-se de algum acidente.

Ao penetrar em qualquer solar antigo, comumente se observava: a gorda matrona, trajando fôfo roupão, semelhante ao atual — "robe de chambre", sentada num sofá, na sala de jantar, rodeada de mucamas ou escravas, a costurar ou a fazer renda de almofada, a preparar dôces, e refinar açucar ou a arranjar laranjinhas para o entrudo. A moçoila, porém, com os cabelos soltos, estudava a lição de música, ao piano.

Noutra, porém, via-se largo estrado, onde senhoras e meninas cosiam rendas, picado, bordado a ouro e em lã de côres, nos vestidos e sáias das raparigas de tratamento. Como elemento de distração, não raro se via a

um canto da sala, um macaco, preso ao cêpo, a saltar, a guinchar, a fazer momices, costume que se estendera até às oficinas e casas comerciais.

De outro lado, era um papagaio, em gaiola de madeira, o qual, durante o dia, recebia lições, de uma senhora já entrada em anos.

Papagaio real,
Para Portugal,
Quem passa, meu loiro ?
E' o rei, que vai à caça.
Toca trombeta e caixa.

Trum, trum, trum.
Dê cá o pé, meu loiro,
Dê cá um beijo ?
Um! Está doce ?
Papagaio é cachorro ?

Papagaio é rei coroado.
Papagaio é galé,
P'ra ter corrente no pé ?

Curro pacos, papacos,
E' agora, chega, negra,
Mulambos, farrapos e tudo.
Teu papo é de veludo ?

Carocha vendeu a sáia,
Carocha—rú,
Por aguardente da praia,
Carocha—rú.
Nem aguardente nem saia.
Carocha—rú.

Papagaio verde,
Do bico dourado,
Leva esta carta
Ao meu namorado.

Êle não é frade,
Nem homem casado,
E' moço e solteiro,
Lindo, como um cravo.

Curro pacos, papacos.

Aos sábados, reunia-se tôda a família, em tôrno do oratório da casa, para o ofício de Nossa Senhora.

Durante o dia, visitavam a família as velhas curandeiras, que rezavam de quebranto contra espinheia caída, sem esquecer as velhas de caponas, comerciantes de bentinhos e rosários, conhecidas por — Devotas — e que exerciam a profissão lucrativa de mensageiras de cartas amorosas.

À noite, as crianças, deitadas no colo das mucamas, ouviam histórias do lobishomem, mula sem cabeça, Bernal francês e outras, das quais vai aquí um espécimen:

Vamos atrás da Sé,
Na casa de Sinha Tété,
Caiumba.

Ver a mulatinha
Da cara queimada.
Quem foi que a queimou?
A senhora dela,
Caiumba.

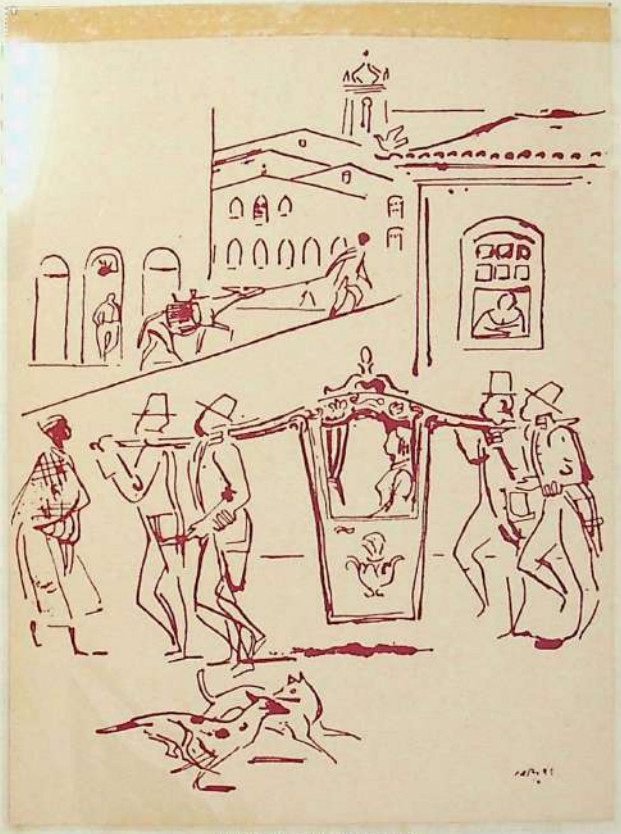
Por causa do peixe frito,
Que o gato comeu.
Dei-lhe com o meu bordão,
Tubarão:

Na casa do capitão
Coração.
Fomos em redor do poço,
Caiumba.

Peixinho nos mordeu no pé,
Jacaré
Para ver meu mano,
Caiumba.

Que veio da guerra,
Caiumba.

Si êle vier vivo
Para trabalhar,
Caiumba;
Se êle vier doente,
Para se tratar
Caiumba;
Se êle vier morto,
Para se enterrar.
Caiumba.



A cadeirinha de arruar

Ilust. de Caribé

A Cadeirinha de Arruar

Por muito tempo, a cadeirinha de arruar constituiu o único meio de condução, entre nós, nos ombros do africano.

Substituiu a *serpentina*, que fôra o veículo primitivo da cidade.

A princípio era a cadeira privilégio dos fidalgos, magistrados, médicos clínicos, professores notáveis, senhores de engenho, comerciantes, cônegos e vigários, enfim, tornou-se o distintivo da abastança, pois nem todos podiam manter certo número de africanos, reservados para o serviço exclusivo da cadeirinha.

Por ocasião de casamento ou batizado ricos, dezenas de cadeirinhas desfilavam conduzindo os noivos, padrinhos e convidados.

As senhoras, com vestidos guarnecidos de ouro e prata, carregadas de jóias, trazendo à cabeça chapelinhas bem enfeitadas, prendiam as cortinas da cadeirinha para que melhor expuzessem à admiração e à curiosidade o luxo e a riqueza de que se arreavam.

A vaidade feminil chegou ao ponto de, em uma simples visita na mesma rua ou vizinhança, não se dispensar o veículo.

As senhoras ou jovens recatadas fechavam a cadeira para não serem observadas.

Duas parelhas de carregadores, como se dizia no tempo, isto é, quatro possantes etíopes, custavam um conto de réis.

A cadeirinha do potentado se destacava pelas côres vivas e pelos ornatos da libré dos carregadores.

Êstes trajavam casaca de pano azul com portinholas, vivos botões dourados ou encarnados; calças da mesma fazenda, agaloadas; chapéu alto de oleado com galão de ouro; colete de flanela clara com botões dourados e gravata de manta. Posteriormente, a cadeirinha foi perdendo o valor, e, os menos abastados puderam ocupá-la de aluguel. Em diversos pontos da cidade, como fôssem: Largo da Conceição da Praia, Taboão, Baixa da Soledade, S. Francisco de Paula etc. se encontravam cadeirinhas pelo preço de uma pataca para subir uma ladeira; destinando-se a ponto mais longínquo, precedia ajuste. Da cidade à Barra ou ao Bonfim, o preço da condução era de seis mil réis. As pessoas de recursos faziam-se acompanhar de uma outra cadeirinha de sobressalente para descanso dos carregadores. Ainda existiam as cadeirinhas especiais para a condução de anjos ao cemitério, com sanefas, e as cortinas forradas de fazenda vermelha. Vem dêsse tempo o uso do chapéu de palha da Costa, fabricado pelos carregadores, em descanso. Anteriormente só havia o chapéu de pêlo e a carapuça portuguêsa.

* * *

A lei n. 223 de 3 de maio de 1845 concedeu privilégio por dez anos a quem quisesse estabelecer uma companhia de *Ônibus* (gôndolas); o que fôra levado a efeito sendo uma da cidade alta até à Barra, e outra das Pedreiras ao Bonfim.

Devido às irregularidades, na condução, o povo apelidou êsses veículos de *maxambomba*, ridicularizando-os em verso:

Subi na torre
P'ra comer pitomba,
Jogando os caroços
Na maxambomba.
Ande mais de pressa,
Senhor condutor,
Isto é maxambomba
Não é vapor.

Por longo espaço de tempo existiu certa repugnância da parte das senhoras em tomarem as gôndolas.

Fôra a condêssa de Barral, a primeira mulher que se serviu dêsse meio de condução; e fazendo propaganda entre pessoas de sua amizade conseguiu vencer a resistência.

A essa nobre dama, dotada de esmerada educação e de instrução variada, deve a sociedade baiana a introdução dos costumes europeus, e o afastamento das modas sombrias e excêntricas que dominavam na época.

Havia outro meio de transporte que eram os pequenos vapores da Companhia Bonfim, atual Navegação Baiana.

Êsses vapores partiam da cidade baixa, atracavam na Jequitaia, desembarcando aí os passageiros de meia viagem, e daí se dirigiam à ponte volante que existia no *Pôrto do Bonfim*.

Nas gôndolas só tinham ingresso as pessoas decentemente vestidas, de cartola.

Soldado, marinheiro, praças de polícia embarcavam nos vapores.

Não se fumava nem havia rusgas com os condutores. (16)

(16) — Sôbre o transporte público e particular da nossa população leia-se a interessante monografia de Carlos Alberto de Carvalho — A Locomoção da Cidade através dos Tempos: Bahia, 1940. Convém consultar sôbre êste capítulo, a título de comparação, a farta literatura publicada sôbre os transportes urbanos do Rio de Janeiro.

A festa da mãe d' água (17)

Estávamos em pleno regime de escravidão. Os africanos, em matéria de crença, quando não eram supersticiosos, praticavam a feitiçaria, de modo que êstes últimos se tornavam temíveis e os respectivos senhores, com receio de qualquer surprêsa, concediam-lhes certas e limitadas franquias, com tanto que, a benevolência calculada não implicasse o medo ou o terror do feitiço incurável.

O africano podia, pois, entregar-se às práticas do seu rito grotesco.

Entre estas, sobressaía a festa da mãe dágua (sereia); e a tradição guardou, como a de maior nomeada, a que se realizou, por muitos anos atrás, em frente ao antigo forte de S. Bartolomeu, em Itapagipe, hoje demolido, e na 3ª *dominga* de dezembro, à qual compareciam para mais de 2.000 africanos.

A ela achavam-se presentes todos os pais de terreiro da cidade, sob a direção suprema do tio Ataré, que residia à rua do Bispo, no citado bairro.

(17) — A festa da mãe dágua ainda continua sendo festejada em vários pontos marinhos da Cidade. Encurtou-se a duração; o entusiasmo ainda não arrefeceu.

Para estudos do aspecto etnológico desses festejos é conveniente começar com Artur Ramos — O Negro Brasileiro, cap. 10, pg. 305-333.

Os pais de terreiro trajavam roupas de brim de linho branco, e chapéu de Chile, ostentavam relógio, chapéu de sol de sêda, e comprido correntão de ouro do Pôrto, o qual passava por entre uma das casas do colete e em volta do pescoço.

Durava a festa quinze dias, nos quais abundavam os batuques (candomblés), o efó, o abará, o carneiro, o bode, etc., com azeite de dendê.

Em certo dia, Ataré anunciava à multidão que se iam realizar as homenagens à mãe dágua, e uma grande talha ou pote de barro cozido se enchia logo de presentes, como fôssem: pentes, frascos de pomada, frascos de cheiro, covados de fazendas e era atirada ao mar, na meia travessa, ponto muito conhecido dos marinheiros, principalmente quando reina vento forte.

Estava, pois, concluida a festa da mãe dágua e os festeiros se recolhiam às casas do senhorio.

A chapelinha das moças

Pelo ano de 1850, realizou-se com desusada pompa, na igreja do Rosário de João Pereira, a festa da padroeira.

A viscondessa da Pedra Branca, há pouco chegada da Europa, compareceu e assistiu a tôda a festa conservando na cabeça a sua elegante e formosa chapelinha.

Êsse fato escandalizou o auditório, por ser contrário aos hábitos do templo; pois era costume, entre as senhoras, deitarem a chapelinha para trás, ao penetrarem nas igrejas.

Acabada a festa, pessoas gradas, inclusive clérigos, dirigiram-se ao venerando arcebispo, que estava presente, reprovando o ato, e, ao mesmo tempo solicitando uma providência contra semelhante abuso.

D. Romualdo declarou-lhes que não achava motivo para semelhante reclamação; pois que, em sua opinião, a chapelinha das moças não era pròpriamente um chapéu, mas, sim, um *adôrno da moda*.

Daí em diante começaram as senhoras a conservar as chapelinhas no interior das igrejas, garantidas pela autoridade diocesana.

A chapelinha tinha uma copa posterior para acomodar o cabelo; e bem assim, na frente, um grande arco abobadado, em forma de capuz, que ocultava o rosto, que só de frente podia ser visto. Era adornada com profusão de rendas, fitas e flores.

* * *

O visconde da Pedra Branca, brasileiro notável pelo saber e pela riqueza, ocupou na política as funções mais distintas e elevadas. Fôra deputado, senador e diplomata. Os últimos anos, porém, de sua utilíssima existência passaram-se entre as agruras de impiedosa paralisia. Como distração, costumava reunir, em sua residência, os amigos e admiradores: e nessa convivência íntima, entretinha-se em fazer vibrar a sua fértil imaginação poética, quando não discutia os assuntos mais variados. Na época, era moda pedir aos poetas a inscrição, em álbum, de um pensamento, em prosa ou verso.

Certa senhora apresentou o seu álbum pedindo-lhe uma estrofe. O titular satisfazendo a solicitação escreveu:

Brasília, toma teu álbum,
Não bulas comigo não;
Se as pernas andar não podem,
Ainda pulsa o coração.

Apreciando, uma feita, as coisas de sua terra, notava o visconde que seus patrícios não tinham persistência nos atos; que as leis eram letra morta, sem valor; que a formiga auxiliava a preguiça, e que, até a temperatura, pelo excesso de umidade, prejudicava o vestuário; e então improvisou :

A desgraça do Brasil
E' um patriotismo fôfo:
Leis em parola,
Praga, preguiça e môfo. (18)

(18) — Domingos Borges de Barros, barão e visconde da Pedra Branca foi um espírito cintilante, irrequieto, enquanto o pôde ser, erótico até o túmulo. Nasceu nesta Capital em 1780 e morreu em 1855. Foi encarregado por D. Pedro I de obter

em Paris o reconhecimento da nossa Independência. Eleito senador parece ter comparecido ao Senado uma única vez para, como homem de finas maneiras, agradecer ao Imperador a escolha e o voto ao povo e... voltou à Europa para gozar a vida.

As mulheres foram a grande preocupação da sua vida. Como deputado à Constituinte de Lisboa apresentou um projeto de emancipação da mulher; foi intermediário do casamento de D. Amélia com D. Pedro I; traduziu um poema sôbre "O Merecimento das Mulheres" e consagrou dois volumes de poesias às senhoras brasileiras. Teve, entretanto, tempo e bastante espírito prático para, na sua mocidade, escrever diversas monografias sôbre assuntos econômicos, publicadas n' "O Patriota", revista carioca, que, durante muito tempo e sem fundamento algum, usurpou a "As Variedades" da Bahia o seu incontestável título de primeira revista literária do Brasil.

Extrema-unção. (19)

Era um dos atos externos do catolicismo que se realizavam, com a máxima reverência, e que despertavam a manifestação do sentimento religioso da população.

Os enfermos, em artigo de morte, recorriam ao confôrto imenso da igreja, e, para êsse fim, era procurado o pároco da freguesia que mandava tocar a Nosso Pai. Às badaladas compassadas do sino, surgia à porta principal um menor, com capa vermelha, a agitar uma campa. Acudiam os fiéis e muitos dêles interrompiam o itinerário que levavam ou suspendiam a preocupação diária para acompanhar o Santíssimo ao rico solar, à mansarda ou ao albergue do pobre.

Pouco depois de distribuidas as capas encarnadas desfilava o préstito religioso tendo à frente o mesmo menor a agitar a campa, como para anunciar a passagem do Viático.

---

(19) — O **toque da agonia** ou do **Nosso Pai**, era velha praxe em muitos países católicos e ainda se conserva em aldeias afastadas dos grandes centros até os nossos dias. O cortejo colonial de opa encarnada seria inconcebível nos tempos atuais, ainda mesmo na pacata Bahia.

Temos outras descrições ilustradas: a de **Melo Morais F.º** em Festas e Tradições Populares; pg. 319-29 e n'O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis, de **Luís Edmundo**; pg. 47-49.

Seguiam-se uma cruz de metal branco, alçada, e o vaso de água benta e, quase no fim da procissão, ia o sacerdote sob o pálio e, ao lado, um dos homens conduzia a umbela. Durante o trajeto outras pessoas se incorporavam ao préstito.

Em todo o itinerário os transeuntes se descobriam e se ajoelhavam em alguma porta, ou mesmo na via pública, enquanto passasse o Santíssimo.

Ao som da campanhia, as famílias afluiam às janelas e as mais devotas impetravam o socorro divino para o enfermo. Si na rua de trânsito da procissão estacionava algum corpo de guarda, esta formava tôda, à aproximação do préstito religioso, e à sua passagem fazia a continência da ordenança militar, com um dos joelhos em terra e a boca das espingardas inclinadas para o chão.

À voz do comando, a guarda se erguia e algumas praças, sob as ordens de um inferior, marchava em guarda ao Santíssimo, de baioneta calada e de barretina derreada para trás. As praças só voltavam ao corpo de guarda depois de recolhido o Viático.

Dada Extrema-Unção ao enfermo, a procissão se encaminhava, na mesma ordem, ao ponto de partida, mas, por caminho ou rua diversa. Era uma cerimônia tocante e impressionadora, principalmente se ocorria à noite, quando as famílias iluminavam as janelas de suas residências. Era a triste recordação da quarta-feira de cinzas. Depois da proclamação da República, pouco e pouco, aboliu-se a solenidade da procissão, e o Viático é levado, hoje, aos moribundos quase sem ser pressentido, como o praticam os vigários, nomeadamente os religiosos franciscanos que se dirigem a lugares ermos de acesso dificultoso, em cumprimento de sua piedosa profissão de fé.

Os sinos das matrizes não convocam os fiéis, não se ouvem mais os sons da campainha, nem as vozes de comando nos corpos de guarda. Esta rememoração dos fastos da Bahia religiosa, lembra-nos a sentimental quanto mimosa composição do elegante poeta português Macedo Papança, sob o mesmo título que adotamos.

Disse o primoroso poeta :

O cortejo que leva a extrema-unção,
Vai triste e vai calado;
Calado e triste o povo aglomerado;
Triste e calado o padre e o sacristão!
Turba-multa de sombras vacilantes,
Parece deslisar
Absorta nos magoados cambiantes
Da luz crepuscular !
Foi também numa tarde assim tranquila,
Que eu tive minha mãe julgada morta,
E o viático, atravessando a vila,
Entrou a nossa porta;
Mas o povo cantava atrás da umbela,
E ao vir se aproximando,
Assomaram com luzes à janela
As mulheres cantando;
Cantavam o bemdito de joelhos
E a tremerem, coitados !
Na rua, à porta dos quintais, os velhos
Torcidos e mirrados;
À frente retinia a campainha
Em soluços no ar...
Morte negra, ai de nós! que se avizinha,
No ar a soluçar !...
O cortejo que leva a extrema-unção,
Vai triste e vai calado;
Calado e triste o povo aglomerado;
Triste e calado o padre e o sacritão.

Em épocas mais distantes, as pessoas que se incorporavam ao cortejo entoavam êste bemdito:

Louvado seja o Santíssimo
Sacramento da Eucaristia
E também Santa Maria.

Outras respondiam :

E o fruto do ventre sagrado,
Sagrado de Santa Maria.

Ainda no meado do século passado, quando se julgavam impraticáveis as operações ginecológicas, os sinos das matrizes davam toques especiais, indicadores de mulheres que estavam mal de parto. A êsse toque das igrejas, quase tôdas as famílias faziam preces pelo pronto restabelecimento da parturiente.

E assim vão desaparecendo, na espêssa sombra do esquecimento, entranhadas usanças que implantaram a fé e a crença no coração compassivo do povo.

Os estudantes de Coímbra

Os principais fautores da nossa emancipação política, em sua maior parte, descenderam de honradas famílias deserdadas da fortuna.

Êsses homens estudaram, na Universidade de Coímbra, com a simples mesada de dez mil réis.

De vestiário faziam grande economia, auxiliados pelo costume das batinas; pois a mais velha imprimia-lhe a característica de veteranos, salvo conduto dos frequentes apupos.

Os rapazes de famílias abastadas não se preocupavam com estudos, desprezavam os dotes da educação aprimorada e preferiam os galanteios de tôda a ordem.

Dedicavam-se à lavoura cujos proventos eram imediatos, sem custo, pelo esfôrço da escravidão.

Até aquela época, ao menos, na Bahia, as famílias poderosas não contavam um só de seus membros versado em letras.

Havia natural indisposição contra a subordinação que a ignorância rende ao saber.

Cada qual firmava-se no valor de que dispunha.

Os poderosos incultos, não podendo discutir, procuravam ridicularizar.

Assim era que, de volta à terra natal, um rapaz laureado por seus estudos era logo olhado com desprêzo, e então diziam: *"E' formado, falador, não há dúvida; mas ainda que bem sacudido não pinga de sua algibeira uma moeda de ouro"*.

Dessa prevenção originou-se a seguinte nota de fraternidade rudimentar: os médicos curavam os colegas e bem assim os parentes dêstes, e não recebiam os honorários a que tinham direito; do mesmo modo, os advogados, na respectiva profissão (20).

(20) Manuel Querino é aqui algo injusto com a classe abastada da Bahia. Basta consultar a lista dos estudantes brasileiros em Coimbra no século que medeia entre 1872 e a reforma do ensino por Pombal, em 1772, onde figuram tantos filhos de pais ricos.

Essa lista publicada no volume 62 dos Anais da Biblioteca Nacional ainda é interessante sob outros aspectos, que procuramos frisar no resumo seguinte, onde damos, em duas colunas, o numero dos estudantes baianos comparado com o total dos brasileiros. Verdadeiramente desconcertantes, são os algarismos entre 1814 e 1828, periodo em que a indisposição crescente contra os portugueses deveria lògicamente provocar um retraimento.

Período de:	Estudantes baianos	Total dos estudantes brasileiros:
1772—1800	112	527
1801—1814	28	116
1815—1827	149 (!)	355
1828—1849	24	145
1850—1872	3	99
	316	1.242

A romaria dos jangadeiros

Era pela Independência. Acossados pelos repetidos ataques dos luzitanos, os moradores da povoação do Rio Vermelho abandonaram seus lares, retirando-se para os povoados da Pituba e Itapoã. Em o dia 13 de fevereiro de 1823, um grupo de pescadores decidiu-se a um reconhecimento na povoação abandonada, verificando que as casas, em sua totalidade, cobertas de palha, foram invadidas pela vegetação campesina. Então, sentaram-se uns, deitaram-se outros, nas trincheiras à *beira-mar*, ao lado da igreja, conversando sossegadamente a respeito dos acontecimentos, que os fizeram emigrar daí.

Em dado momento apareceu uma velha e disse:

"Meus filhos, o que fazem aí ? Olhem que os luzitanos aí vem".

Surpreendidos por tão grave nova, trataram de retirar-se.

Instantes depois, chegaram os luzitanos e foram logo, à queima roupa, atirando contra êles. Os jangadeiros desarmados, não puderam resistir; e então jogaram-se ao mar uns, e outros fugiram por terra, para se livrarem das balas, e, conseguindo tomar as jangadas se fizeram ao largo, em demanda de Itapoã, e lá se uniram aos patriotas reforçando assim a resistência.

Terminada a guerra da Independência, instituiram os pescadores do Rio Vermelho a romaria que ainda realizam, com solenidade, em recordação do *aviso* que tiveram livrando-se de uma morte certa.

No mês de fevereiro de cada ano, os pescadores festejam êsse fato, do seguinte modo: na véspera da romaria, sái numeroso grupo de populares, conduzindo uma imagem, e, precedidos de músicos, percorre o arrabalde angariando donativos para as despesas da festividade; e só se dispersa pela madrugada. Como sempre, todos os moradores concorrem com o seu óbulo, a que adicionando-se a pequena quantia cobrada diàriamente nas pesadas do peixe vendido cobrem as despesas da festa.

No dia aprazado, as jangadas empavezadas e repletas de gente tomam rumo da Pituba em saudação à Nossa Senhora da Luz, que aí se venera, sendo recebidas festivamente pelos moradores do lugar.

O chefe do mar vai com seu pessoal cumprimentar o chefe de terra. Feito isto, voltam ao pôrto de Santana e assistem à festa da Padroeira.

Antigamente iam os grupos por terra a encontrarem-se no antigo — *Contrato* — unindo-se aos pescadores vindos da Armação conduzindo as imagens de *S. Benedito* e *S. Gonçalo* para acompanharem, em procissão, a Nossa Senhora da Luz e ao Deus Menino.

Convém notar que a capelinha da Luz, primitivamente. não existia onde se acha atualmente; sim, mais adiante, no *Alto dos Coqueiros*, um pouco antes do lugar denominado — *Chega Negro* — (*), de modo que, a romaria lembra um fato histórico, como acima ficou dito.

Conta a lenda que, estabelecida a romaria, ficou deliberado que nesse dia não se cuidava de pesca. Alguns rapazes, porém, vendo surgir de perto da terra um car-

(*) Era assim que o senhorio chamava os escravisados para pucharem as redes de pesca do xaréu.

dume de peixe, violaram o compromisso e atiraram as rêdes ao mar, perecendo afogados dois ou três dentre êles.

À vista dêsse acidente ficou definitivamente restabelecido o antigo voto. Completando esta notícia, transcrevo algumas estrofes sôbre o assunto, do mavioso poeta Augusto de Mendonça:

Das cidades afastado,
Descuidado
Passa a vida o pescador;
Longe de um mundo que engana,
Que tantas almas tortura,
Em tôrno a sua cabana
Respira tudo ventura,
Tudo amor.

Apenas desperta a aurora,
Ei-lo fora.
Do tranquilo, pobre lar;
E saltando na canoa,
À querida margem prêsa,
Desfralda as velas, e voa,
Rindo, alegre, à Natureza,
Pelo mar.

Canta e dorme docemente,
Que não sente,
Vislumbre, siquer, de dor:
Na cabana, onde jocundo,
Seu universo descobre,
Mais feliz que os Reis do mundo,
Descuidado vive o pobre,
Pescador. (21)

(21) — Veja-se a notícia em Alvares do Amaral, Resumo Cronológico, 2ª ed., pg. 67-69, onde está também transcrita a

poesia completa. Vê-se aí que a comemoração se prende à festa de Santana, padroeira do arrabalde. Antônio Garcia confirma esta opinião n'**A Festa dos Jangadeiros**, Rev. do Inst. Geogr. e Hist. Vol. 48, pg. 283-286.

A pitoresca lenda relatada por Silva Campos em **Tradições Baianas**, pg. 63-67, talvez constitua o fundo indígena ou africano dos referidos festejos.

Oradores de sobremesa

Nos divertimentos populares não faltava certo número de indivíduos encarregados de discursar ou cantar, alegrando o auditório.

Era costume arraigado, no tempo.

Nos banquetes da aristocracia, êste hábito crescia de importância, conforme o valor do senhorio, quando a pragmática não sofria alteração.

A um dos festins da nobreza apresentou-se um poeta com a incumbência de, na melhor oportunidade, brindar o dono da casa, salientando-lhe as benemerências, ou melhor, levantando-lhe a vaidade. Antes, porém, de começar o festim, casualmente, dirigiu-se à sala do banquete. Aí deparou com elegante mesa preparada com iguarias que desafiavam vigoroso apetite.

Ao mesmo tempo, verificou a existência de pequena mesa, num dos ângulos da sala, convenientemente ornada, como que reservada a um conviva especial.

Causou-lhe espécie aquela singularidade, e, curioso de conhecer o mistério, perguntou a um criado presente:

— Que quer dizer esta mesa neste canto ?

— Ah! aquí é o lugar do homem que vem fazer o elogio do meu senhor, e dizer os versos. Êle não pode sentar-se na mesa com os nobres; naquêle lugar êle janta e dalí mesmo faz os discursos.

O poeta, intrigado com a desconsideração, pediu um pedaço de papel e escreveu êstes versos que deixou sôbre a pequena mesa, retirando-se sem ser percebido :

Pobre, rico, vassalo ou soberano
Iguais são todos, todos são parentes!
Natos do mesmo ramo e descendentes
Do mesmo tronco do primeiro humano.

E saiba quem por títulos, ufano,
Toma por qualidade os acidentes,
Que existem duas coisas diferentes:
Virtude e vício, tudo mais é engano.

Uma resposta de mestre.

A lavagem do Bonfim (22)

Ainda em meio do borborinho das festas do fim do ano, logo na primeira semana de janeiro, o povo se preparava para a tradicional festa do Bonfim. Grande era a agitação de todos, para aquela romaria.

Na quinta-feira anterior ao domingo da festa procedia-se à lavagem da igreja.

Para êsse fim, de véspera, começavam os arranjos da partida, que consistiam em acondicionar, em grandes cêstas, roupas e vitualhas, pondo-se todos a caminho.

Os saveiros e os pequenos vapores da Companhia Baiana conduziam grande parte dos romeiros; ao passo que muitos outros seguiam a pé ou serviam-se das gôndolas, que faziam transporte de passageiros, do "Cais Dourado" até à ladeira do Bonfim, por duzentos e cinquenta réis a passagem. Condutores de carroças e aguadeiros, uniformizados de branco, avental encarnado, com desenhos bizarros, chapéu de palha, com fitas, animais e carroças enfeitados com fôlha de pitangueiras e crótons — êstes então chamados fôlha brasileira, — reunidos todos, nos pontos combinados, desfilavam, na melhor ordem, em direção ao Bonfim, improvisando alegres trovas. Desde o romper da manhã o povo começava de afluir ao arrabalde.

(22) — A despeito do combate compreensível que os poderes eclesiásticos continuam a mover-lhe, a lavagem do Bonfim ainda se pratica sem arrefecimento. Essa curiosa excrescência do sincretismo religioso foi descrita recentemente pelo saudoso escritor Stefan Zweig em: Brasil, País do Futuro. Rio, 1941: pg. 283-289.

Sôbre o culto e a basílica do Senhor do Bonfim encontram-se amplos dados em :

Alvares do Amaral — Resumo Cronológico; 2ª ed., Bahia, 1945.

Carlos Alberto de Carvalho — Tradições e Milagres do Bonfim, Bahia, 1915.

Contavam-se por centenas os devotos e devotas, que seguiam, com vassouras, moringues, pequenos potes e vasilhas outras.

Algumas levavam água da cidade e em todo o trajeto dansavam com a vasilha na cabeça, e assim prosseguiam até ao têrmo da viagem. Às dez horas da manhã começavam a lavagem; do adro da igreja iam buscar água a uma fonte, na baixa do Bonfim. A lenha, para a iluminação à noite, era empilhada no tôpo da ladeira, que ainda conserva êste nome. E todos subiam e desciam, acompanhados pelos *ternos de barbeiros*, ao som de cantatas apropriadas, numa alegria indescritível.

Enquanto uns se entregavam ao serviço da lavagem, outros, a um lado da igreja, entoavam chulas e cançonetas, acompanhadas de violão.

Se o tesoureiro da devoção era prazenteiro e folgazão, mandava colocar aí uma pipa de vinho e outra de aguardente, para despertar o entusiasmo dos romeiros. O largo do Bonfim apresentava embandeiramento festivo; barracas de feiras erguiam-se na encosta da colina, provida de brinquedos de tôda a espécie, para crianças. Havia, ainda, palanque, para música, botequins repletos de comestíveis e bebidas.

A Lavagem do Bonfim
Ilust. de Caribé

Tocadores de realejos, vendedores ambulantes de refrescos, dôces, etc. aí se apresentavam.

Despertava logo a atenção de quem chegava ao largo o grupo de raparigas, que, alegres e saltitantes, deixavam ver o colo, através de finíssimas camisas abertas em bordados; bonitos chales em *tuquim*, panos da Costa de sêda, representando a aristocracia do torço e da chinelinha bordada a ouro, deixando metade do pé descalço, como distintivo de saber pisar. Os fidalgos, os poderosos e bem assim os comerciantes aí se apresentavam montados em bonitos animais, ricamente ajaezados.

O cofre da igreja regorgitava de esmolas, entre as quais, muitas moedas de ouro e prata. Ocasiões havia que necessário se tornava que o dinheiro fosse entregue em mão, assinando o ofertante o seu nome em livro.

Os navegantes, que, em hora de perigo, faziam promessas, lá iam, conduzindo fragmentos de panos rotos pela refrega dos temporais, depositá-los na sacristia dos milagres, recolhendo avultadas somas, no cofre das esmolas.

A cera era conduzida em caixas, conforme a promessa, e bem assim cumpria a cada romeiro levar uma vela.

Terminada a lavagem da igreja e a condução da lenha para as fogueiras na véspera da festividade, o povo tomava destinos diversos, encaminhando-se uns para o Itapagipe e seus arredores, outros, porém, conservavam-se no Bonfim.

Nos salões aristocráticos a orquestra executava trechos escolhidos; nos intervalos, porém, apreciavam-se as belas modinhas de Chico Magalhães, Tito Lívio e Aragão, da Cachoeira, como fossem :

Esquece, por uma vez
Quem te deu o coração,
Se não te move meu pranto,
Dai-me a morte com teu não.

Que importa, tirania,
Que eu viva sofrendo,
Se, por teu desprêso,
Eu vivo morrendo?

Alegro

Eu sofro tanto,
Porém calado,
Embora eu ame
Sem ser amado.

Palmas e bravos cobriam as últimas notas do cantor. Ato contínuo, outro cantor em cena ou elegante senhorinha exibia-se, com o acompanhamento do piano:

Amo-te porque és bela:
Amo-te porque jurei,
Inda mesmo na ausência
Constância eterna terei.

Alegro

Não me importa o teu desprêso,
Não me importa o teu rigor,
Só me importa o que juraste,
Só me importa o teu amor.

Tu és um anjo,
Sempre adorado,
Em qualquer tempo,
Sempre lembrado.

Num salão bem confortável, rapaz elegante recitava a paródia da *Judia*, de Tomaz Ribeiro:

O JUDEU

Já eram mais de dez; a noite estava fria:
a rua era deserta; amortecido o gaz:
A lua em seu minguante, ainda não se via
no céu aparecer dos montes por detrás.

Confuso vozear; barulho de garrafas
davam de *bródio* bons sinais num botequim;
cedia quem lá estava ao gôzo das *moafas;*
ecoava à viração dos copos o *tim-tim*.

Ó gente sem juizo! ó gente debochada!
de comedores corja! amigo do pifão!
súcia de malandros! grandissima cambada!
tratantes, sem vergonha, opróbios da nação.

Se eu fosse de polícia o chefe nesta terra,
havia-os de agarrar, sem escapar, um só,
mandava uns p'ra Fernando, os outros para a guerra,
metendo o vendilhão também no *chilindró*.

Já eram mais de dez; ébrio, cambaleando,
um capadócio vi saír do botequim;
p'ra mim se encaminhando, crioula me julgando,
afina o violão, e após discorre assim:

— Dormes! e eu bebo, sambadora imagem,
que na lavagem do Bonfim eu vi;
dorme — impossível de se amar por borra,
dorme, cachorra que eu descanto aquí!

Dormes ! — eu descanto a regalar-te o ouvido
com o sustenido desta voz nasal!
dorme e não ouças o *lundú* chorado
de quem torrado não possui real!

Mulher sem nicas, quituteira ingente,
são ou doente que eu me sinto estar,
hás de lembrar-me o *vatapá* celeste
que tu fizeste para o meu jantar !

De ti que é feito! por onde hás girado,
que procurado tu não tens por mim ?
na Barra, em Brotas, no Pilar, nos Mares,
tantos lugares sem eu ver-te ? Oh! sim.

Peixe que a isca do batuque arrasta !
moeda gasta que ninguém guardou!
Fôlha ilustrada que aparece, exulta,
bajula, insulta e nunca mais voltou.

Filha da terra da *moqueca* ardente,
que faz a gente s'inflamar, arder;
sempre de grandes *candomblés* na pista,
forte sambista, festival mulher !

Porque há de o vinho me mostrar candeias
e em minhas veias me mostrar calor ?
porque este impulso de *puchar fieira ?*
a torradeira me reprime o ardor!...

Braço, meu braço, já te sinto quedo !
dedo, meu dedo, para aqui não dobres !
E' vinho, é vinho, violão, calemos;
não n'a acordemos... para que, sem cobres ?

Dorme — eu me calo, sambadora imagem,
que na lavagem do Bonfim eu vi;
dorme — possível de se amar por borra,
dorme — cachorra, que eu me vou d'aqui...

E pos-se a andar, e eu roncava
para fingir que dormia;
mas quando em distância ia,
dizer seu nome o escutei...

ergui-me então furioso,
vi que era um meu inquilino
— caloteiro muito fino,
e disse à ronda: — Correi !

Trazei-m'o! quero mostrar-lhe
esta raiva que me abraza
por não lhe achar dentro em casa
cousa alguma de valor!
voai! trazei-me o seu fato,
o seu relógio, a corrente,
o violão... finalmente,
prendei-o o meu devedor!...

Mas não! que valem mulambos
p'ra dêles fazer-se prêsa ?
devo poupar a despesa
de o tornar a penhorar...
Sem dar-me fiança, a chave
de uma casa me apanhando
nela ficou-se morando
longo tempo sem pagar !

Cansei, a mim próprio um dia
disse eu: — E' de mais! agora
mando fazer-lhe penhora
em tudo que em casa houver;

vou mostrar ao mariola
que estou de esperar cansado,
que quero ser embolsado
do dinheiro do aluguel.

Fui, ensinei aos meirinhos
de tal patife a morada;
aí que grande velhacada!
aí que forte mangação!
que *cacarecos imundos!*
que montão de porcaria,
onde tudo ruim se via
e onde nada estava são!...

Aquí, um pote sem fundo;
alí, uma velha esteira;
acolá, uma cadeira
quebrada; além, um funil;
neste quarto uma garrafa;
naquêle... nada! uns destroços,
de mocotó alguns ossos!
e, ao fundo, um sujo barril!

Eu e os meirinhos rosnávamos
vendo a casa assim à tôa,
sem nenhuma cousa boa
que se pudesse filar.
Tudo réles! ordinário!
tudo escangalhado e velho,
onde um pedaço de espelho
ficou p'ra nos retratar.

Amigos, "disse eu, que lôgro"
— "com isso não temos nada,
pague-nos pela massada
que tivemos de vir cá".

"Mas eu perco; p'ra pagar-me
nada tem o caloteiro..."
— "Senhor, dê cá o dinheiro
e ao depois... depois vá..."
.....

Em tudo prejudicado
calote sôbre calote?
isto só com um chicote:
pagar além de perder!
nem uma cadeira boa!
nem um baú encourado!
nem um traste em bom estado
p'ra penhorar e vender.

Que vale, então, a justiça
com suas leis e juizos,
aumentando os prejuízos,
de quem sofre lôgros tais?
se o velhaco do inquilino
tem o prédio assim vasio,
há de ainda o senhorio
pagar as custas e o mais?

Ah! cantor de serenatas,
déste-me sal na moleira...
dizes que é a torradeira!
não, é mentira! isso não!
inventou essa desculpa
a preguiça descarada;
eu digo — que é velhacada,
e o mundo — vadiação.

Tu... és tu, e eu te conheço!
a justiça é... muito *grave!*
mas a minha casa a chave
nunca mais apanharás.

Dos aluguéis o calote,
dos *cacarecos* a peça
deram-me bem na cabeça
far-me-ão ser mais sagaz!

Mas se ficar tu não queres
comigo de contas justas,
Ao menos paga-me as custas
qu'eu paguei com tanta dor!
eu fico perdendo menos;
tu não serás tão velhaco;
não darei tanto o cavaco...
não serás tão devedor. (*)

Nas modestas vivendas aplaudiam os cantores e tocadores de violão, flauta e cavaquinho. Aquí, era o samba arrojado, melodioso, enquanto as morenas, entregues a um miudinho de fazer paixão, entoavam a chula:

Eu vou pedir a Iaiá
Licença p'ra passear,
Não posso ficar em casa
Nesta noite de luar.

P'ra maior desgraça
Isto só me basta,
Todo arrebentado,
De chapéu de pasta.

Mais adiante se encontrava o desempenho engraçado do *corta-jaca*, difícil sapateado popular, que requer enorme agilidade nos movimentos dos pés.

Além, num samba fervoroso, com acompanhamento de violão, cavaquinho, viola, canzá e palmas fortes, ouvia-se esta chula:

(*) Antonio Lopes Cardoso — 1870.

Maria Inácia
Dinheiro não tem,
Quem tiver inveja
Faça assim também.

Farinha pouca — meu pirão primeiro:
Pirão pouco — meu bocado grande;
Cama estreita — eu deitado ao meio;
Samba de moleque — eu na porta da rua.

Arrene-g-o-go
Da mula-t-a-ta
Que mere-c-e-ce
Calabro-t-e-te;
O Dia-b-o-bo
Que aten-t-a-ta
A gente-e-te
Que gosta, meu bem.

Sinhá Mariquinha dos ovos,
Ou me venda ou me dê um;
Eu sou doente do peito,
Não posso fazer jejum.

No largo do Papagaio, debaixo dos arvoredos, ao ar livre, nos botequins volantes, faziam-se as refeições, em meio da atordoadora aclaridade, em que esfuziavam a pilhéria jocosa, os ditos chistosos, as frases de espírito. E' nestes momentos de expansão que se pode admirar quanto é espontânea a inteligência do povo baiano. Muita vez, tôdas essas pilhérias, tão engraçadas quanto inofensivas, eram acompanhadas de gestos significativos: de um volver de olhos, de um requebro do corpo, de um estálido de língua, de um giro sôbre o calcanhar, o que dava maior expressão à frase e produzia maior efeito. O elemento africano aí estava; cada tribu se exibia, confor-

me seu estílo de dansa e cantoria, sem esquecer o *angóla*, que de argolinha na orelha, e ao som do berimbau, praticava proezas, jogando capoeira.

O Beco do Gilú fôra célebre pelos arrojados sambas em que *Eustáquio Muribeca*, entre outros, com sonorosa flauta, atraia enorme cortejo de admiradores, obedecendo ao compasso de uma bateria de violões, com esta chula:

S'eu achasse venda aberta,
Que vendesse aguardente,
Que tivesse pouca gente,
Eu queria beber

Côro

Não bebe, não—ão—ão.

Numa casa abarracada, por detraz da igreja do Bonfim, reuniam-se os rapazes das melhores famílias da cidade, os quais para alí se dirigiam, cavalgando bonita cavalhada, ricamente ajaezada, e lacaios bem trajados. Servida mesa lauta, ouviam-se depois as boas modinhas, em que sobressaia o — *Quiz debalde varrer-te da memória*. Seguiam-se os sambas infernais, com a chula:

Quando vejo da mulata
Seus reverendos brazões,
Cabelos pretos e finos,
Largos, chatos cadeirões...

Eu fico todo rendido,
Já cativo da paixão,
Perco o sentido de todos,
Não fico, mais, gente, não.

Se brilham dentes de prata,
O beicinho arrebitado,
Se tem um bigodinho
Côr de pássaro azuiado ...

Eu fico todo rendido, etc.

Se vejo pomos de Vênus
Finas vestes empurrar,
Se tem braços feito a tôrno,
Cinturinha de matar ...

Eu fico todo rendido, etc.

De longa data vinha o clero opondo barreira à continuação da lavagem do Bonfim. De mãos dadas com o govêrno, que via em qualquer manifestação popular, por mais simples, um ataque à sua estabilidade, a portaria de 9 de dezembro de 1889, do Arcebispo d. Luís Antônio dos Santos deu golpe mortal, extinguindo-a.

Em 17 de janeiro de 1890, apesar da proibição, o povo fez-se representar: mas, a *Guarda Cívica*, estacionada à ladeira do Bonfim, arrecadou vassouras, violas, vasos de barro, harmônicas, e algumas praças, com ordens severas, diziam, muito cheias de si: "Hoje, aquí, não há lavagem".

Em Itapagipe, nem sombra de modinhas, nada de divertimentos.

Acabassem com a bacanal no interior do templo, mas permitissem as diversões externas: os descantes ao ar livre, as chulas improvisadas de momento, o samba, ao som do cavaquinho e do violão, e entrecortadas de *tiranas* entoadas pela voz dengosa das morenas côr de canela.

O mais é matar as tradições desta terra, em que o povo sabe divertir e divertir-se.

Campanário da Igreja da Santa Casa de Misericórdia
Ilust. de Ligia.

A guerra das pedras

O venerando arcebispo d. Romualdo teve, uma feita, a intenção generosa de mandar vir da Europa as Irmãs de Caridade, para cuidar dos enfermos no Hospital da Misericórdia, destinando-lhes assim uma função especial, apropriada aos fins da instituição de que elas faziam parte.

O povo não se conformou com a resolução do prelado; mas, dadas as circunstâncias de respeito e consideração, em que eram tidas as virtudes do pastor, não houve oposição manifesta; sim, e à sorrelfa, sintomas latentes de desagrado.

Chegadas as religiosas, confiaram-lhes a direção de todos os recolhimentos da Santa Casa. Começaram então de surgir pequenas queixas, com alegações de maus tratos, que se foram avolumando, devido ao modo áspero por que as filhas de S. Vicente de Paulo tratavam as recolhidas da Misericórdia, chegando ao extremo de produzirem ferimentos na face de uma das recolhidas. Ocorrera êsse incidente a 28 de fevereiro de 1858 e diversas orfãs chegaram então às janelas e bradaram por socorro.

Nêsse dia o povo invadiu o estabelecimento de educação denominado *Casa da Providência*, que funcionava junto à igreja do Rosário da Baixa dos Sapateiros, e, a golpes de machado, arrombou as portas, agrediu as Ir-

mãs de Caridade, obrigando-as a se refugiarem na vizinhança.

Iguais cenas foram praticadas nas demais casas pias.

Posteriormente, reunida a multidão na Praça de Palácio, invadiu o edifício da Câmara Municipal, em assuadas e gritos estrepitosos, rasgando os papéis da apuração eleitoral de senadores, a que se estava procedendo. Alguém subiu à torre do edifício e tocou o sino, em sinal de rebate. A êsse tempo, o grosso da multidão, estacionada na Praça, arremessava pedras de encontro às janelas do Palácio da Presidência, despedaçando as vidraças. Providenciando o govêrno no sentido de que a tropa de linha e a guarda nacional aquartelada comparecessem, para conter os amotinados, ao chegarem as fôrças foram recebidas a pedradas.

A tropa reagiu, com energia, e fácil se torna prever o resultado daquele choque. Dissolveram-se os grupos e o motim parecia jugulado.

No dia imediato, deveriam tomar posse os suplentes de vereadores, para continuar a apuração das eleições, visto que foram suspensos os efetivos, pelo presidente da Província. A multidão, novamente, invadiu o Paço da Câmara Municipal, perturbando os trabalhos, com excessivas demonstrações de desagrado, inutilisando móveis, etc.

O presidente, cons. Cansanção de Sinimbú, mandou então evacuar a praça, por uma fôrça de cavalaria do exército. Êsse fato exacerbou os ânimos, e, como para justificar a sua exaltação, a grande massa popular solicitou do govêrno medidas que melhorassem a crise, proveniente do monopólio dos gêneros alimentares, e em voz alta pedia — *carne sem osso e farinha sem caroço*.

O presidente indignado, deu ordens terminantes para que a fôrça, com os auxílios recebidos, no momento, fizesse dispersar o povo a *golpes de espada e a pata de cavalo*. Esta ordem fôra fielmente executada pelo capitão comandante do esquadrão de cavalaria, sob furiosa tempestade de pedras, atiradas a torto e a direito, pelos populares, que, afinal, tiveram que ceder. À noite, nos pontos mais transitados da cidade, estacionaram patrulhas reforçadas, que efetuaram muitas prisões.

Por espaço de três dias, procedeu-se a rigoroso recrutamento, e a desforra do govêrno não podia ser mais violenta.

Seguiram-se verdadeiras deportações para as fronteiras do Rio Grande do Sul, uns com destino ao exército, e outros para a armada, sem falar nas prisões nas fortalezas. Não se atendia à posição social de quem era encontrado nas ruas. As vinganças pessoais e de motivo político ainda mais avolumaram a série de perseguições.

Era corrente, no tempo, que um arguto político, advogado de nomeada, fôra o instigador do movimento. Depois, êle próprio aconselhara as medidas de repressão. Por troça alusiva ao govêrno, dizia-se no tempo: *pelas irmãs da Caridade, eu peço que não me esbordôe*. Fôra a primeira vez que o povo perdeu uma cartada, pois o govêrno — *saiu cafangando* — por não existirem mais os Barata d'Almeida e os Santinhos (23).

---

(23) O **Motim das Pedras** é também chamado de **Carne sem osso e farinha sem caroço**, ou ainda **Sedição dos Chinelos**. Leia-se sôbre o episódio um artigo de Braz do Amaral na Rev. do Inst. Geogr. da Bahia, vol. 43, pgs. 109-114, onde transparecem melhor os motivos que para êle concorreram.

A moda Carijó

Era, outrora, o estudante um tipo folgasão e alegre; fazia versos, recitava, tocava flauta, seus gracejos eram inofensivos e quase sempre causavam riso, enfim, tinham espírito. Um dos mais brejeiros dêsse tempo, o introdutor dos discursos bombásticos, e que fôra mais tarde um grande tribuno e apaixonado da clássica literatura latina, entendeu vingar-se de certo alfaiate francês, do largo do Teatro, por se haver êste negado a entregar um fato de casemira, encomendado. O freguês nada devia, mas o alfaiate não quís entregar a roupa sem o dinheiro. O estudante exasperou-se, como era natural, e, entendendo-se com o operário, observou: "Garanto-lhe que não venderá outro costume igual". Retirou-se, e, chegando à sua casa, mandou chamar diversos rapazes, distribuiu com êles o dinheiro e lhes disse: "Eu vou sair; vocês me acompanhem e por todo o caminho vão gritando: *Fora o Carijó, Fora o Carijó*".

Efetivamente os garotos cumpriram o que lhes fôra ordenado, fazendo arruaça, durante o percurso das Portas do Carmo até o Campo Grande, tanto na ida como na volta. Dessa data em diante ninguém mais quís vestir-se à Carijó; e o alfaiate perdeu todo o trabalho feito nêsse estilo. A moda Carijó consistia em deitar o indivíduo chapéu de pêlo de abas largas e copa baixa, medindo quinze centímetros de altura; casaco preto, que descia até debaixo dos joelhos, e botinas com polainas

brancas. Daí por diante todo objeto sem graça, que merecesse o ridículo, chamou-se Carijó.

* * *

O casamento, entre os antigos, obedecia a certas formalidades indispensáveis. Entre as famílias que possuiam fortuna e posição, os casamentos se ajustavam, sem que os noivos se conhecessem. O pretendente anunciava que desejava casar com a filha de fulano. O pai do rapaz comunicava essa deliberação a um amigo comum, que se entendia com o genitor da moça; se êste concordava, o pai do pretendente ia pessoalmente tratar do assunto. Uma espécie de casamento real, obedecendo mais a combinações interesseiras, do que aos afetos do coração. Às vezes, uma circunstância obstava a união conjugal: se o rapaz tinha a paixão das *cavalhadas*, divertimento que ocasionava despesas enormes e o fazia descurar de seus interêsses. Mas, a vaidade muita vez decidia favoràvelmente.

Entre pessoas do povo havia também o costume de um rapaz solicitar a mão de uma moça desconhecida: pois que o casamento era ajustado pelos progenitores, sem anuência dos nubentes.

No intuito de satisfazer os seus desejos, o homem do povo procurava um velho amigo do pai da moça, e invocava os seus bons ofícios em favor de sua pretenção. A concessão requeria algum tempo, para indagações, acêrca do procedimento e das rendas do indivíduo, e se estas chegavam para manter a prole. Os dois velhos não conversavam em casa, a respeito do assunto; pois a mulher não tinha voto, e era justo que a menina não se tornasse ousada, falando em casamento. Conversavam à noite estas coisas, sentados no adro da igreja mais próxima, e onde, nos bons tempos, como nas boticas, falavam da vida alheia e discutiam política.

Se, por acaso, o candidato não reunia as qualidades exigidas, no tempo aprazado, era pôsto à margem, com esta sentença fulminante: "Meu caro senhor, o rapaz não serve! Dizem até que êle já fuma!!" E assim se desfaziam tantos sonhos de ventura (24).

No comércio, se o patrão desconfiava que o caixeiro se dava ao vício de fumar, era logo despedido; porque êsse costume só era permitido aos marítimos, gente sem cotação na época.

Um diplomata baiano, que residiu em París, trouxe, de volta à terra natal, o hábito de fumar charutos, pois só se conhecia o cigarro. Por muito tempo fôra censurado, porém, mais tarde, ficou sendo o fumar um hábito da sociedade elegante.

---

(24) A expressão "dizem até que êle fuma" encerra tôda uma série de tragédias desde o amanhecer do Brasil. O atrabiliário bispo Pedro Sardinha expôs um popular à chacota pública e, indiretamente, levou outro à morte, por **beberem fumo** como se dizia naquele tempo, traduzindo literalmente um idiotismo tupi. Vasco Fernandes Coutinho, o infeliz donatário do Espírito Santo, pelo mesmo vício, viu-se por êle excomungado e desmoralizado do púlpito da igreja.

E foi banido o charuto indígena. E' que **fumar** era um costume pagão, selvagem, do índio, embora generalizado de norte a sul do nosso continente muito antes do seu descobrimento. Na América do Norte os índios fumavam cachimbo; das Antilhas ao sul preferiam charutos ou cigarros enormes. Holandeses e ingleses espalharam o cachimbo; espanhóis e portugueses o cigarro e o charuto, que, mais tarde, aperfeiçoados lhes haviam de voltar. Do rapé consta ter-se êle originado na Espanha pela aplicação medicinal e dali foi aristocratizar-se na França. — A seguir, o rapé tomou, aos poucos, conta das camadas superiores; mascar e cachimbar ao tempo de Antonil já se haviam tornado hábitos do povo, vindo-nos o último dos holandeses. O cigarro atual só se difundiu mundialmente na segunda metade do século passado, partindo a onda da Turquia.

Para um rapaz fazer a barba, pela primeira vez, era mister licença paterna. Solenizavam êsse acontecimento reunindo-se os parentes, para saudar o escanhoado moço.

* * *

O africano desempenhou, entre nós, o papel de burro de carga, de mau tratamento. Era pau para tôda a obra: no serviço doméstico, na lavoura, nas artes mecânicas, principalmente nas de construções; nas artes liberais, como auxiliar, sem brilho, é verdade, mas, com esfôrço profícuo.

Aplicava sangue-sugas, sangrava, tirava ventosas, cortava cabelo, fazia barba, remava saveiro, acendia o lampeão, era magarefe e açougueiro, tirava dentes, carregava cadeirinha de arruar, tudo em proveito do *senhor*, enquanto não adquiria a liberdade.

Não tinha tempo a perder; nas horas vagas, estudava música de oitiva, constituindo os chamados *Terno de Barbeiros*. Apesar disso, sobrava tempo para os LE-*VANTES*, que tanto deram que fazer às autoridades da época.

O terno mais importante fôra organizado por Manuel José de Etra, e que estropiava trechos de óperas em novenas e lavagens de igreja. A tenda de barbeiro era conhecida por tradicionais e característicos emblemas: um papagaio da Costa, uma bacia de barba, um frasco com sangue-sugas, dentes enfiados num cordão, tudo isso pendurado na porta de entrada, como anúncio. As paredes internas ornadas de quadros, não faltando, em absoluto, os retratos de d. Pedro I ou de Napoleão Bonaparte, cujas aventuras guerreiras eram recordadas em conversa. A bacia de barba era de latão, dispondo de uma reentrância na extremidade curva, que se adaptava

ao pescoço do freguês, enquanto êste segurava o vaso com as mãos. Para o bom êxito daquela ablução era necessário que o freguês tornasse o rosto saliente, enchendo a boca de ar, no momento em que o africano dizia amàvelmente: *Iôiô, faze buchichim*.

As cavalhadas

Nos tempos coloniais, quando a escravidão constituia o fator máximo da prosperidade pública e particular, os exploradores do fruto do trabalho alheio, sem sentir-lhe o pêso, davam largas à ociosidade, por meio das diversões. Assim era que, além das festas do calendário, outras tantas havia, por ocasião de casamentos, aniversários e batisados, na família reinante, denominada *festas reais*, para as quais contribuia, por sua vez o erário público, além de outras dádivas.

Nêstes festejos representavam papel importante as *cavalhadas*, que se realizavam no Terreiro de Jesús, em presença do que a capital possuia de mais escolhido. No interior, as cavalhadas mais importantes, foram as de Santo Amaro da Purificação, no memorável 2 de Fevereiro.

Os cavaleiros — pessoas de recurso, dispunham cada um de seis a oito animais de alto preço, exclusivamente para êsse fim. Criados especiais não tinham outra incumbência sinão a do tratamento, durante todo o ano, dos árdigos ginetes, além do mestre que, diàriamente, ensinava os animais a dansarem ao som de músicas apropriadas.

Os possuidores dêsses animais não tinham outra ocupação mais agradável que pudesse realçar a vaidade e a ostentação do poderio.

Gastavam pingues somas, o que não raro produzia a ruína da família ou a rejeição de uma proposta de casamento. Naquela época, um cavalo habilidoso, próprio para passeio, custava de vinte a trinta mil réis; entretanto, o de corrida variava na estimativa, de quatrocentos a seiscentos mil réis.

Convém assinalar que entre os cavaleiros, muitos não nutriam a vaidade de retirar a argola, mas a de exibir, de ostentar grandeza e recursos pecuniários.

Nos dias aprazados para o divertimento, os animais que tinham de tomar parte nas corridas assim se exibiam: ricas selas forradas de veludo, bordadas a ouro, com pregarias de prata; mantas de veludo bordadas a ouro, com franjas do mesmo metal; arreios de prata, e sôbre a sela uma grande manta, a que davam o nome de — *talim,* também de veludo, bordada a ouro, com franjas, variando de côres, para cada animal. O condutor dêste, que acudia pelo nome de — *pedestre,* vestia calção curto, meias compridas, sapatos de entrada baixa com fivela dourada, colete, jaqueta com galão de ouro e chapéu de dois bicos. Os heróis das corridas apresentavam-se galantemente uniformizados, todos de veludo e ouro, jôgo de pistolas na cinta, gorro finíssimo e lança de madeira aparelhada de prata. Entre dois postes, completamente enfeitados, colocavam uma fita prêsa nas extremidades, tendo no centro uma argola de ouro, o objeto disputado. O cavaleiro tomava posição, o cavalo fazia piruetas, ao som da música, empinava, equilibrando-se nas patas trazeiras, ou rodopiava sôbre estas; e, no momento preciso, o animal rompia em vertiginosa carreira, e o cavaleiro, de lança em riste, com o olhar fixando-se na argola, tirava-a com a ponta da lança.

Urras e palmas vitoriavam o vencedor, enquanto a música atacava uma peça apropriada.

Em meio de todos aqueles aplausos ia o cavaleiro oferecer a argola a uma senhora, como sinal de distinção. Se esta ocupava a janela de um primeiro andar, o cavalo, sob a fustigação dos acicates e tendo as rédeas retezas, tornava a empinar, enquanto fôsse retirada a oferta. Depois voltava ao ponto primitivo, sempre dando voltas e fazendo piruetas, com as narinas dilatadas e a remorder o freio. O cavaleiro deveria executar todos aqueles exercícios de equitação, conservando duas moedas de prata entre o joelho e a sela, como prova de que estivera firme como uma rocha, sem o menor desequilíbrio no corpo.

Grande apreço se dava aos que assim se exibiam. As demais corridas eram de quebra-potes, quartinhas, etc., mais ou menos como idênticas diversões da atualidade, em que sobressaía o elemento popular. Na última corrida, os cavaleiros, de pistolas em punho, alvejavam máscaras colocadas em determinados pontos, demonstrando perícia no jôgo daquelas armas.

Êsse divertimento durava três dias consecutivos, com o mesmo deslumbramento. A ostentação chegou a ponto de se construirem luxuosas propriedades ùnicamente para serem habitadas durante as cavalhadas, e, onde se davam grandes funções e opíparos jantares, em honra dos vencedores.

Bons tempos de antanho! (25)

(25) As **cavalhadas**, essa imitação popular dos aristocráticos torneios, vieram-nos de Portugal, onde, segundo Armando de Lucena, Arte Popular, vol. II; pgs. 67-72; ainda se praticam.

No Brasil as cavalhadas chegaram a ter brilho extraordinário nas capitais. Na Bahia eram famosas as de Santo Amaro da Purificação, levadas a efeito em 2 de fevereiro, dia da padroeira.

Das cavalhadas do Rio temos a descrição ilustrada de Luís Edmundo, em O Rio de Janeiro no Tempo dos Vice-Reis, pgs. 161-172.

Os direitos do povo

Nos tempos ingratos do obscurantismo, muito antes de surgir o raio de luz dessa civilização elétrica que deslumbra, mas não edifica; que proporciona a decadência do caráter, que transforma os bons costumes em baixo interêsse, elevando-o à altura de um princípio, o povo possuia seus eleitos, seus patriarcas, aos quais ouvia com respeito, acatava suas decisões, agindo com desvanecimento e acertando, porque o povo nunca se engana. Diz-se que o povo não sabe escolher bem, é puro engano; erra quem decide em nome dêle sem consultá-lo. "O govêrno será sempre bom quando fôr apropriado ao caráter e ao gênio do povo que governar".

Assim pensava o licenciado Cipriano José Barata d'Almeida, que nunca desmentira suas idéias, e, por vezes, se vira comprometido pela constância de seu programa político.

* * *

A notícia da revolução portuguêsa de 1820 foi entusiàsticamente recebida no Brasil, e na Bahia cresceu de ponto.

A casa do Aljube tornou-se o centro de um clube, onde pontificava Barata d'Almeida, o homem de tôdas as revoluções.

A 21 de fevereiro de 1821 rompeu o movimento revolucionário. O frenesí do entusiasmo tocara ao delírio por êsse patriota, que representava a encarnação do prestígio popular.

Assumindo grandes responsabilidades nêsse movimento, pela posição saliente que representou, o governador, Conde dos Arcos, mandou buscá-lo à sua presença por um ajudante de ordens, e atirou-lhe à face esta ameaça:

"Sei de tôda sua vida em Abrantes e na cidade; por todos os lugares o tenho vigiado; mude de vida, senão lhe hei de mandar cortar a cabeça".

Essa linguagem forte, essa imposição cruel não atemorizou o patriota. Por êsse fato, fez-lhe o povo extensiva esta quadra, dedicada pelo coronel João Ladislau de Figueiredo e Melo a José Bonifácio de Andrada e Silva:

Brasileira ardente tocha,
Coração singelo e nú,
Nossa pátria só anela
Patriotas como tú.

* * *

A veneração por êsse homem fôra tamanha que os cidadãos traziam pendurada, ao peito esquerdo, como emblema de valor, pequena medalha de metal, e algumas até de ouro, onde estava insculpida uma barata, significativa do cognome do patriota.

O nativismo ferroz e justificável da época prescrevia:

"Nada de Portugal precisamos".

E assim sucedera, de modo que, a exemplo de Barata d'Ameida, os seus partidários também usavam rou-

pa de algodão manufaturado no país; chegando o apuro ao ponto de vestirem casaca de algodão. Essa severidade de procedimento o patriota conservou enquanto vivo.

* * *

O rei D. João VI, procurando meios de obstar a Independência, resolveu ordenar ao general Madeira que suspendesse as hostilidades. Essa missão foi cometida ao marechal de campo Luiz Paulino da França, natural dêste Estado, deputado às côrtes de Lisbôa, onde se mostrara contrário ao movimento de liberdade e de autonomia do Brasil, o que muitos desgostos lhe havia causado.

Barata d'Almeida, indignado com o procedimento do seu colega de representação, em certo dia, deu-lhe tamanha bofetada, que o fez rolar pelas escadas do Convento das Necessidades. O representante do povo castigara o desviado de sua missão.

* * *

O govêrno da antiga província, em nome da saúde pública, mandara construir o Cemitério do Campo Santo, extinguindo a nociva prática dos enterramentos nas igrejas, excetuando os prelados diocesanos e as religiosas professas e recolhidas. A emprêsa concessionária, tendo satisfeito o seu contrato com o govêrno, apresentou o cemitério em condições de funcionar. Entendeu o povo de não utilizá-lo, e nêste sentido, fez reclamação, que não foi aceita.

Pouco importava, pois havia o recurso de uma consulta ao Visconde de Pirajá, o ídolo do povo baiano, e êste opinou pelo voto popular.

A 25 de outubro de 1836 o sino da câmara municipal tocou a rebate, o povo apinhou-se na praça de Palácio, as irmandades compareceram de cruz alçada, e o venerando titular, pôsto à frente do movimento, agitando o seu nunca esquecido ramo de cafeeiro, determinou que a multidão ficasse firme, enquanto conferenciava com o presidente da província.

Decorrido algum tempo, o velho patriota chega à janela do palácio e proclama: "O presidente não concorda", e acenou para a rua direita, hoje rua Chile.

O povo tomou o caminho do Campo Santo.

Aí chegando, deu princípio à demolição, com desespêro inaudito. As mulheres tiravam os panos da Costa e chales, passavam-nos em tôrno às colunas, deitando-as por terra. Em pouco tempo tudo se reduzira em ruínas.

Isto ocorreu em época de espêssas trevas, quando o povo impunha a sua vontade e fazia respeitá-la.

Hoje, qualquer movimento semelhante seria rechaçado pelo *regimento dos dragões*. Naqueles tempos obscuros havia o Povo; hoje temos o poviléu. (26) Mas,

---

(26) — Esta apreciação que focaliza diversos episódios interessantes parece-nos por demais unilateral. Em primeiro lugar o povo sempre é fácil no deixar-se levar por espíritos irrequietos e cintilantes. Em épocas como a da nossa Independência um Barata de Almeida pode tornar-se elemento de inestimável valor.

Entretanto, ao faltarem motivos superiores para o seu exibicionismo doentio, fàcilmente perdem a noção do são civismo, acabam transviando o povo, que muitas vezes paga o pato. As ocorrências durante a presidência de Cansanção de Sinimbu são disto exemplos.

onde também estão os heróis de prestígio verdadeiro, essas consciências puras, vivas encarnações do patriotismo, capazes de guiar o povo aos mais eficazes cometimentos e às conquistas mais brilhantes?

Não aparecem; e o povo, portanto, não tem mais em quem confiar.

Braz do Amaral deu-nos interessante relato da **Cemiterada** no vol. 43 da Rev. do Inst. Geogr. da Bahia, pg. 87-92, onde a chefia destas arruaças é conferida ao célebre Santinho.

Sôbre Cipriano José Barata de Almeida, vejam-se as notícias às pg. 174. 246-249, 324 e 336 do Resumo Cronológico de Alvares do Amaral, 2ª ed. e, principalmente, Hélio Viana, Cipriano Barata e as sentinelas da liberdade, em Cultura Política — Vol. 4, pg. 168-198.

A Combuca Eleitoral

No antigo regimen, não era destituida de interêsse a observação psicológica dos fatos relativos ao processo eleitoral.

Tomava o nome de *Combuca* — a casa transformada em hospedaria e bazar, onde se reuniam, perto da paróquia, os votantes que tinham de eleger os juízes de paz, camaristas e eleitores, que, por sua vez, elegiam os deputados provinciais, gerais e, senadores, pelo sistema denominado de dois gráus, de cada parcialidade política. A principal função da *Combuca* consistia no fornecimento de refeições aos votantes que residiam distante, e, ainda, no suprimento de roupas a quem precisasse.

Os candidatos e chefes políticos cotizavam-se, para fazer face às despesas.

Que ingenuidade do tempo! Hoje, ficariam assombrados com as formidáveis larguezas da verba secreta, e a usura dos candidatos. Com o novo regimen, o candidato não precisa conhecer o eleitor; basta figurar seu nome na chapa, pois os mesários fazem tudo. Rara era a freguezia que não possuia uma combuca, sobressaindo pela variedade de manjares, a que não faltavam o vinho velho da Figueira encorpada e muitas outras bebidas.

As combucas mais notórias eram as das paróquias da Sé, Santana, S. Pedro, Santo Antônio e Brotas, nas quais os chefes políticos e cabos eleitorais desenvolviam

grande atividade na cabala. Fato interessante era ver o votante todo encadernado de novo, quando, poucas horas antes, mostrava-se-lhe a penúria dos trajos: sapatos sem graxa, mordendo-lhe os pés; colarinho em franca luta com a gravata; palitó mal amanhado, de riscado ou de alpaca ordinária; chapéu desconcertado, na cabeça; enfim, eis o votante popular, jocosamente vestido.

Os conservadores com fumaça de aristocracia improvisada, e os liberais, sempre defensores das liberdades públicas, sabiam seduzir o vulgacho, e obtinham melhor resultado. Suas combucas eram mais frequentadas, ainda por indivíduos que, não tomando parte no exercício do voto, todavia, eram adeptos da idéia.

Êsses formavam a guarda de aspirantes, provectos manejadores do cacête, como prova de dedicação na falta de outra melhor, à causa do partido.

A capoeira fôra sempre figura indispensável nos pleitos eleitorais, fazendo respeitar a opinião do correligionário, provocando a desordem, sempre que se fazia necessário; espancando o adversário e contribuindo dêsse modo para a formação da *Câmara dos Fagundes*. *Mochibas* e *Vermelhos* (liberais e conservadores) não se conheciam durante o pleito; evitavam-se para não despertar suspeita. Entretanto, uns e outros se vigiavam, à espreita de alguma ovelha tresmalhada do rebanho adverso, a qual pudesse ser chamada ao aprisco contrário, por ardís políticos, muito em ação na época. E, por isso, consideravam de boa estratégia política um votante ser guardado na combuca, até a hora de ser chamado, sendo escoltado até as urnas. Nos primeiros dias de chamada dos votantes, apresentavam-se nas combucas mesas lautas; à noite, eram ceias imponentes, ardorosas modinhas, cantadas ao som de violões e outros instrumentos; discursos, improvisos entusiásticos, saudações aos chefes e copiosas libações pela vitória do dia seguinte. A seriedade política fôra sempre um fato averiguado; o votante como o eleitor possuiam o sentir de um exército disciplinado, difícil de se enumerar uma deserção.

Tomaz d'Aquino Jurema, juiz de paz da Conceição da Praia, em estado moribundo, foi cumprir o seu dever político, isto é, votar no candidato do seu partido liberal. De volta, chegando à residência, expirou. Se algum adversário tentava subornar com dinheiro ou corromper de outro modo, ouvia o seguinte de um pobre plantador de capim ou mandioca:

Sou pobre, não da graça de Deus; tenho muié e fios; mas não me vendo. Homem não é cachorro.

Quanta ingenuidade em comparação com as deserções de hoje!

Chegado que fôsse o dia da eleição, estavam as hostes preparadas para a luta: cada partido arregimentava o seu pessoal, composto de votantes, turbulentos, capoeiras e aderentes. Todos a postos, começava a chamada, no corpo da matriz da paróquia. Na ocasião aprazada, dava-se um conflito, era o meio de perturbar a eleição. Chamava-se um cidadão para votar; o grupo político que dispunha de maior número de desordeiros, gritava: — E' fósforo! — Não é! — E fechava-se o tempo... Gritos, protestos, doestos, uma vozeria ensurdecedora, e, por fim recorriam ao argumento decisivo — o cacête; e o sangue dos partidários ensopava as lages do templo, que era alguma vez interdicto pela autoridade diocesana.

Aproveitando a confusão do momento, o votante mais sagaz introduzia na urna um maço de chapas. Chamava-se esta ação — *emprenhar a urna*. De modo que a vitória das urnas estava na razão de quem dispunha dos maiores elementos de desordem, fôssem paisanos ou fôssem militares.

O conselheiro Dantas, com o seu estado-maior, a carro, visitava as paróquias, animando com sua presença os correligionários, no resultado do pleito.

Além das combucas, reuniões havia em casa de certos partidários influentes, onde se discutia o valor dos candidatos.

Na freguezia da Sé, o capitão Marcolino José Dias convidava os correligionários para a casa de sua residência, que nessas ocasiões, estava sempre repleta, inclusive oradores de tôda ordem, e aí discutiam largamente o assunto.

Em uma dessas reuniões, fez-se ouvir o tribuno abolicionista e boêmio Paula Nei. Um dos oradores constantes nesses comícios era o alfaiate Josué de Morais, que tinha um discurso sempre à espera do "momento psicológico". Josué pedia a palavra e, invariàvelmente, concluia a sua arenga, referindo-se aos conservadores, nestes têrmos :

"Senhores, êste estado de coisas não pode continuar: um govêrno sem raízes na opinião pública; uma situação gasta por si mesma; um partido que não tem mais razão de ser; e sendo assim, tenho dito, uma vez por tôdas, com palavras saturadas de verdade, que: os mambêbos estão sendo sangue-sugas de vós outros".

Todo o auditório aplaudia, com entusiasmo, o orador.

Durante o tempo das eleições, candidatos e chefes políticos entretinham o pessoal das combucas, por meio de diversões; cada um se encarregava do festejo por noite, onde a pagodeira era grande. Depois, as visitas de grupos políticos aos correligionários do mesmo credo, conforme a praxe. À noite, formados, à guisa de batalhões patrióticos e precedidos de uma banda de músi-

ca, seguiam em cumprimento aos correligionários, sendo recebidos com foguetes e atroadoras aclamações. Eram obsequiados com bebidas, doces, etc.

Essa gentileza era retribuida, ficando sempre uma turma guardando a urna.

A massa popular, que então cria nos homens e tinha ilusões, acudia a essas manifestações, ou antes, a êsses folguedos.

* * *

A eleição direta ou a lei Saraiva, que aboliu o processo eleitoral de dois gráus, a princípio pareceu uma fórmula de censo alto, aristocrático; mas, na prática, ficou verificado o bom resultado; pelo menos, o estímulo contra o analfabetismo. Apesar da escuridão da época, os homens de condição humilde possuiam opiniões políticas inabaláveis, sustentavam-nas com galhardia, sem temerem os resultados. O povo, pròpriamente dito, fôra sempre inclinado ao partido liberal, concorrendo com o seu esfôrço, em favor dêsse elemento. Ia começar a cabala para deputados gerais; e, uma feita, apareceu na tenda do sapateiro Manuel Roque, homem do povo, ardente abolicionista e bastante considerado, respeitável cidadão, candidato do partido conservador.

Depois dos cumprimentos do estilo, expôs o que pretendia. O sapateiro, como que surpreso, suspendeu o trabalho, consertou os óculos, fixou o candidato, e, com o dedo polegar da mão direita, descreveu duas curvas no ar e disse :

"Não, senhor; não, senhor. Representar uma província, que já brilhou no parlamento, com Fernandes da Cunha, S. Lourenço, Cotegipe, Nabuco, Rio Branco, Dantas, Leão Veloso, Zama, e tantos outros, não, senhor doutor, V. S. não está em condições disso fazer".

O ilustre candidato retirou-se, sem a menor objeção. Eis aquí o que foi a Bahia antiga : o valor do passado, desconhecendo a intolerância da atualidade.

O cidadão possuia uma idéia política e a manifestava sem temor. Não havia interêsse que o fizesse desertar das fileiras de sua agremiação partidária.

Afrontava o perigo, resignava-se, mas, não cedia.

Hoje, procura-se adivinhar onde o Poder esconde os pés.

A Bahia e a Campanha do Paraguai

O objetivo capital desta palestra é recordar a memória patriótica da estremecida terra dos nossos verdes anos, pois que, até o presente, tem sido, talvez, criminosamente esquecida pelos historiadores que mais largamente referiram os gloriosos feitos, o valor, o heroismo na desafronta dos brios nacionais, humilhados pela audaciosa insolência de um ousado tirano.

Aludo à espontaneidade do povo baiano, acudindo ao chamamento da pátria.

As vitórias alcançadas sôbre as fôrças inimigas, em Paisandú, nos dias 6 de dezembro de 1864 e 2 de janeiro de 1865, predispuseram os ânimos para o desagravo do pavilhão auri-verde. Essa brilhante jornada fôra festejada com as mais vivas demonstrações de alegria e entusiasmo; e ainda mais inflamou a alma popular, ao chegar até nós a notícia da vitória das armas brasileiras. A Bahia então deu público testemunho do seu regosijo, promovendo, no teatro S. João, um espetáculo de gala, no qual se fizeram representar as diversas classes sociais. Nessa ocasião inaugurou-se um novo pano de proscênio, trabalho do artista Macário José da Rocha, e representava o Brasil esmagando a tirania paraguaia.

A êle se referiu o poeta Rozendo Moniz, nesta oitava:

"Que feito está gravado neste pano!
Que cena de heroismo e de vitória
Reproduzida aos olhos da Bahia
Pelo inspirado gênio da pintura.
O que é isto, o que diz êste silêncio!
De mil bocas em ânsias reprimidas?
Diz que esta cena que nos prende os olhos
Não é glória celeste, é glória humana".

O govêrno imperial, por decreto nº 337, I de 7 de janeiro de 1865, fazia um apêlo aos brios dos brasileiros, para que apagassem com sangue a nódoa da injúria que conspurcara a Bandeira Nacional.

A Bahia não se fez esperar, e, em 17 de março seguinte, entre ruidosas manifestações de alegria, embarcava o primeiro batalhão de Voluntários da Pátria, sob o comando do tenente-coronel José da Rocha Galvão, a quem o general Labatut, na guerra da Independência, chamara o *Cadete bravo*. O poeta acadêmico Rozendo Moniz dirigiu ao valoroso militar e aos soldados eloquente saudação em verso, da qual repito esta oitava:

Quem não lê nestes rostos o desejo
de pagar o insólito agravo,
vendo à frente o cadete bravo
que entre os bravos achou Labatut?
Quem levando por chefe a coragem
ser na luta primeiro não timbra,
imitando os heróis de Coimbra
as façanhas que viu Paisandú?"

Na mesma ocasião, o poeta acadêmico Aprígio de Menezes também saudou os voluntários:

Voluntários da Bahia,
Sinceros patrícios meus,
Aquí cheio de ufania
Venho dizer-vos adeus.
Ide mostrar que o Baiano
Também sabe ser humano,
Porém que quando lhe irritam
Quando a cólera lhe excitam
Um Baiano é de temer.

Mostrai que o povo tem crença
Que o Brasil tem muita luz,
Que a intrepidez é imensa
Na terra da Santa Cruz;
Que o soldado brasileiro
Nobre valente guerreiro
Há de sempre triunfar,
Que da peleja no embate
Morre ou vence no combate
Mas, não sabe recuar.

Esta medalha singela (*)
Que vos adorna gentil,
E' a divisa mais bela,
Dos bravos do meu Brasil.
E' a relíquia luzente,
O protesto mais ardente
Contra os rigores da lei:
E' o êden majestoso
E' o quadro mais pomposo
Onde alegre me inspirei.

(*) Aludia à legenda de **"Voluntário da Pátria"** que os oficiais e praças traziam, no braço esquerdo.

A academia de medicina também quis pagar à pátria o seu tributo de sangue; e assim foi que, em agôsto do mesmo ano, seguiram professores e estudantes, com destino aos hospitais da campanha. Rozendo Moniz, ao despedir-se dos colegas, assim falou:

"Colegas ! o brado ouvistes
que entre nós veio ecoar
do lar das letras saistes
para as balas arrostar !
Para nós é dupla a glória:
levais no peito a vitória,
levais na fronte o saber;
empunhando o livro e a espada
da Medicina a Cruzada
vai para curar e vencer.

Quem não inveja êsses louros,
ganhos ao gênio do mal ?
São troféus imorredouros
dos combates do hospital.
Voluntários acadêmicos,
nos sintomas epidêmicos
que o pavor as almas trás,
mostrai ao vosso doente
que essa guerra é mais decente
que a vergonha de uma paz".

O imperador havia seguido, em 10 de julho de 1865, para o teatro da guerra, proferindo estas memoráveis palavras:

"Parto. Levo na minha pessoa a garantia do triunfo". Êsse ato de abnegação de S. M., trocando o confôrto e as comodidades do paço pelas asperezas de uma tenda de campanha, por certo entusiasmou o povo Brasileiro.

O embarque de tropas constituia um dia de festa, tal a certeza, nutrida por todos, na bravura excepcional do povo baiano.

As escolas e outros estabelecimentos públicos não funcionavam. Enfeitavam-se as ruas de arcos triunfais e bandeiras nacionais erguiam-se em todos os pontos, como lembrança aos que partiam, em sua desafronta.

Colchas ornavam as janelas, e, apesar de todos êsses tons de alegria que se casavam às notas dos instrumentos marciais, divisava-se em todos os semblantes um sentimento de tristeza, nos que iam levar aos amigos ou parentes a última despedida, certos, embora, de que acima de tudo estava o desagravo da pátria. As bandas de música tocavam dobrados alegres, trechos escolhidos das melhores óperas. O Arsenal de Marinha, ponto de embarque, apinhava-se de povo, que sorria com o coração chorando. Dir-se-ia que essa expansão de contentamento e de justa alegria confortava a ausência dos filhos, maridos, irmãos, amigos e pais, que se retiravam para o campo da luta, entre as saudades dos que deixavam, talvez para sempre, dominados pelo cumprimento de um dever cívico.

Depois, a população entregava-se a uma prostração de melancolia; daí as modinhas sentimentais, que tanto abundavam, na época.

José de Soúza Aragão e Tito Lívio, de Cachoeira, com suas endechas levavam doce lenitivo à saudade dos que ficavam.

José Bruno Correia tornou-se popular com a sua composição — *O Proscrito,* cuja letra é a seguinte:

Tão longe da pátria, proscrito, exilado,
Viver desgraçado, prefiro morrer !
Mandou-me a desdita, tal é minha sorte,
Só tenho por norte, penúria e sofrer.

Assim aviltado, assim constrangido,
Votado ao olvido, vou mares transpor!
Talvez que lá mesmo, do abismo no seio
Se vá meu receio, se extinga essa dor.

Então se, na terra, lembrar-me algum dia,
Daquela em que eu via risonho porvir!...
Se ainda, coitada, tiver-me na mente
Talvez, ah! bem crente que eu devia existir.

Que os mares procure, e aí suas queixas,
Em ternas endechas, confira a solidão;
E as ondas gementes dir-lhe-ão em segredo:
Meu triste degredo, meus males de então. (*)

A modinha *Gigante de Pedra* — teve também grande voga; e dela cito aquí a seguinte paródia, oferecida aos "Zuavos Baianos:"

Lá naquêle vilão Paraguai
A Lopez eu irei esmagar:
Mas, si acaso não fôr venturoso
Quero só minhas máguas chorar.

De Henrique Dias neto esforçado
Vou a teu brado pátria gentil;
Mais que o da França ligeiro e bravo,
Seja o Zuavo cá do Brasil.

(*) Como se vê, estas estrofes não primam pela correção sintática, nem pela irrepreensível beleza do metro.

O autor conhecia, apenas, as primeiras letras e viveu numa época em que a língua vernácula era estudada através do latim; e os colégios particulares não tinham ainda a cadeira de gramática filosófica.

A música, porém do **Proscrito** encobria perfeitamente os defeitos da letra, que José Bruno escreveu para o povo.

Ao raiar êsse dia de glória
Que Humaitá ante nós se prostara,
Êsse dia de tantas venturas
Lenitivo ao meu pranto há-de dar.

Deixarei essa vida tristonha,
Vou os brios da pátria vingar;
Defendendo a nação Brasileira
Hei de minha existência findar.

Após avultadas levas de voluntários, seguiram as primeiras remessas de contingentes de guardas nacionais. Felizmente o ato patriótico da Bahia fôra grandemente produtivo, pois outras províncias a imitaram.

Inflamado no santo amor da pátria, os baianos não desmentiram o valor que lhes é próprio, cujas provas se vêm assinalando desde os tempos coloniais.

Os velhos esqueciam-se da idade; os moços não se lembravam do futuro. Até os sexagenários marchavam para a luta, quando deveram aguardar a morte, no seio tranquilo do lar; e os que, por enfermos, não os podiam acompanhar, lastimavam-se. Para êstes, escreveu o poeta Ildefonso Lopes da Cunha o *Canto do Veterano*, pôsto em música por Manuel Tomé de Bittencourt Sá, do qual transcrevo aquí estas estrofes:

"Com setenta anos de idade
Que posso agora fazer?
Desejos de um pobre velho,
Já não sou p'ra combater.

Se no Salto e Paisandú
Já caíu o povo ousado,
Deixando após sua queda
O meu país celebrado;

Cairá p'ra glória nossa,
A gente vil de Lopez;
Êsse sicário que ostenta,
Sôbre os roubos, altivez.

Como não possuíamos o telégrafo, em comunicação com esta capital, só tardiamente era recebida a grata notícia de vitórias das armas Brasileiras. O povo transformava, imediatamente, a tristeza em alegria, prorrompendo em entusisásticos vivas ao triunfo dos bravos. Músicas pelas ruas, acompanhadas de enorme multidão, saudavam os valentes guerreiros. Os poetas tiravam de seus alaúdes notas impressionantes; e os tribunos não cessavam de enaltecer o valor e a bravura dos defensores da pátria.

Numa dessas ocasiões, o distinto poeta e musicista Domingos de Faria Machado produziu — *O canto de Guerra do Voluntário Baiano*, do qual cito estas estrofes:

Sou soldado, na pátria aguerrida
Muito embora nascido na paz;
Nasci livre, qual águia no ninho
Ser escravo, outra vez, não me apraz.

Ao bramir do gigante que acorda,
A Princêsa do monte se ergueu !
Minha terra, foi ela a primeira,
Da vanguarda o soldado sou eu.

Do seio da representação Baiana saíram os dois ministros que mais atividade desenvolveram na repressão do vandalismo de Lopez: Francisco Xavier Pinto Lima, na pasta da Marinha, o político ativo do gabinete que no início da campanha, mandara buscar os operários do nosso Arsenal para no do Rio de Janeiro construirem, com a presteza necessária, os couraçados "Rio de Janeiro", "Barroso" e "Tamandaré", os primeiros dessa natureza que serviram nas operações da guerra; e Angelo Moniz da Silva Ferraz, que na pasta da Guerra, acompanhou o monarca ao campo de batalha, assistiu à rendição de Uruguaiana, providenciando, com energia, acerca das necessidades do momento.

De modo que a Bahia, com uma população de pouco mais de um milhão de habitantes, enviou para o teatro da guerra, entre voluntários da pátria, guardas nacionais, voluntários do exército e da armada, e recrutados, 18.725 combatentes! Com o retraimento dos voluntários foi mistér recorrer ao recrutamento, que, seja dito em abono da verdade, não se realizou, em alguns pontos da província, com a precisa moderação.

As autoridades cometeram abusos reprováveis. De envolta com as notícias de vitórias vinha a triste nova da queda de muitos bravos que tombaram, no campo da luta; assim, pois, a população vitoriava os vencedores, sufragava as almas dos mortos, e ao mesmo tempo, procurava amparar as famílias dêstes, com uma série de concertos vocais e instrumentais. A êsse ato de Caridade prestavam-se todos, tanto da capital, como do interior. Num dos benefícios realizados no teatro S. João, Rozendo Moniz fez-se ouvir, recitando:

Atraído pelo influxo
desta idéia que é tão nobre,
o fidalgo, o rico e o pobre
aquí distinção não tem;
num concêrto de virtudes
quando as vaidades estão mortas,
do bem são francas as portas
para os que trazem o bem.

Do mesmo modo nas associações particulares, bem como no "Grêmio Literário", onde o verbo ardente de

Castro Alves solicitava um óbulo para os desvalidos, recitando — *O Livro e a América*.

Nos grandes feitos celebrados na campanha, a Bahia foi sempre vitoriosa, não só pelo grande número de combatentes que fornecera, mas ainda pela bravura de seus filhos.

A República Argentina e a do Uruguai criaram medalhas comemorativas para distinguir o valor dos heróis; e o govêrno imperial concedeu condecoração às bandeiras dos corpos que em maior número de combates entraram, portando-se sempre com dedicação e bravura. Pois bem: a Bahia participou de tôdas essas honrarias, prestadas aos defensores da Pátria.

Em outubro de 1868, combinada a ação da passagem de Humaitá, entrava nesse plano o meio de atravessar o Chaco de Santa Tereza, com o fim de cortar a retaguarda do inimigo.

O rio era tão fundo que os monitores encostavam na barranca.

Reunido o conselho de generais para deliberar a respeito do assunto, terminou por não encontrar meios de realizá-lo.

Convencidos todos da ineficácia da temerosa emprêsa, o general Argôlo assim se pronunciou: "Se é possível, está feito; se impossível, há de fazer-se". E o impossível tornou-se possível. Tudo cedeu ao mando imperioso do gênio militar. Subjugaram-se as selvas, transpuzeram-se os pântanos do Chaco, e o general Argôlo, com três mil homens, executou a espantosa emprêsa. Construiram sôbre o rio uma ponte de troncos de coqueiros, e, por ela passou todo o exército, inclusive a artilharia. Quantos baianos, obscuras praças de pré, caíram no campo da batalha, satisfeitos do dever cumprido, sem terem uma só vez voltado as costas ao inimigo ?

A intrepidez, o desprendimento da vida, o sangue frio, o arrojo de planos grandiosos e a pronta execução dêles fizeram do general Argôlo um astro luminoso nos acontecimentos da guerra, a refletir as glórias imorredouras da Bahia. O general em chefe do exército em operações assim se manifestou a respeito do fato, na Ordem do Dia n. 212 de 14 de janeiro de 1869:

"Reconhece dever ao general Argôlo a execução dêsse trabalho, que constitue uma verdadeira vitória estratégica, o ter-se aberto em 23 dias uma estrada larga e cômoda, com estivas de considerável extensão e duas pontes; estrada que evitava os efeitos da artilharia de Angustura e permitiu levar o exército à retaguarda das fortificações inimigas.

No trabalho insano da abertura da estrada pelo Chaco, exibiu o exmo. sr. marechal Argôlo provas tais de seu tino e perícia, de sua perseverança e de sua prodigiosa atividade, que só por êle tornaria a memória de seu nome, indelével, na história da guerra".

Em abril de 1869 chegou a esta capital o valoroso cabo de guerra, visconde de Itaparica, sendo recebido com a maior efusão de contentamento. A imprensa cobriu-o de louvores.

A "Bahia Ilustrada" assim se referiu ao grande batalhador: "Folga, S. Salvador, predileta das letras e do trabalho; folga, Bahia, terra donde surgem os ilustres e valentes guerreiros.

Sôbre os louros da glória, sôbre êsses louros imarcessíveis que te cingem as têmporas, esparze as rosas festivais ! Filhas da Bahia, entoai hinos sonoros, tangei celígenas sinfonias !

Trajai galas, anjos da nossa terra, e, ao som de orquestras afinadas, voai nas dansas, oh ! prodígios de li-

geireza graciosa, oh! prodígios de enlevo e de formusura fascinante!

Mancebos consagrados à divina poesia, oh! filhos de Moniz e Pedra Branca, tornai-vos ébrios, loucos de entusiasmo e cantai epinícios surpreendentes. Aureolado pela glória, opulento de louros ópimos, farto de vitórias, coberto de honorificentíssimas condecorações, e com uma ferida que é a mutra da sua intrepidez e bravura, acha-se entre nós o famoso baiano, o herói do Chaco, o imorredouro Alexandre Gomes de Argôlo Ferrão, visconde de Itaparica!

Alegrai-vos todos que o piedoso arcanjo que vela pelos homens arrancou seus dias dentre os braços inexoráveis da lutífica tesoura da triste parca. O ilustre brazão, honra e glória da Bahia, ergue-se das bordas do ataúde, e veiu dar-nos aquêle abraço fraternal que tanto nos orgulha e sensibiliza.

A intrepidez, o sangue frio, o denôdo, a heroicidade do visconde de Itaparica igualam a sua inteligência vigorosa, à nobreza de sua alma, e ao amor grandioso em que êste se abraza pela pátria, e o fizeram assumir proporções gigantescas, legendárias nessa guerra, que tão brilhantemente sustentamos. Por isso, a pátria, nos seus arroubos de gratidão, aclama-o *Benemérito;* o povo, nos vôos do pasmo e admiração, chama-o *herói;* e a história, nas suas severas e imparciais apreciações, contempla-o no elenco dos generais que lhe iluminaram as páginas majestosas".

Terminada a guerra, com a morte do tirano Francisco Solano Lopez, a 1.º de março de 1870, o povo exultou de alegria; embandeiramentos em profusão, missas em ação de graças, iluminação por tôda a parte, cartas de alforrias concedidas a escravisados, tudo isso comemorou o acontecimento há muito almejado. Nas arca-

das do edifício da Câmara Municipal foram colocados painéis pintados pelo artista Tito Capinam, representando os diversos combates havidos, dos quais o Brasil saíu vencedor.

Com a chegada dos batalhões de voluntários, de volta do teatro da guerra, a população recebeu-os condignamente, vitoriando-os, pelos louros alcançados, inebriante de contentamento, bendizendo a fortuna dos que escaparam com vida. O govêrno imperial, com o decreto de 7 de janeiro de 1865, concitou o patriotismo dos cidadãos para a luta, no intúito de organizar um exército numeroso. Os cidadãos cumpriram o seu dever; o govêrno, porém, não correspondeu ao sacrifício; não concedeu as terras prometidas, sob o pretexto de não serem vendidas aos estrangeiros; e nos cargos públicos, raramente os veteranos foram preferidos. Depois de mais de quarenta anos, é que os poucos sobreviventes dessa cruzada estão percebendo o sôldo de suas patentes pela tabela antiga. No entanto, os que não experimentaram os trabalhos da guerra e desconhecem o cheiro da pólvora nos combates, vencem, no quartel da saúde, um sôldo cinco vezes maior do que aquêles. Já o dizia alguém:

"As guerras começam pela ambição dos príncipes, e findam pela desgraça dos povos".

NOTA — Êste capítulo foi lido em uma das palestras do Instituto Histórico e Geográfico.

O recrutamento

A obstinação de Solano Lopez em continuar a guerra forçou as frequentes remessas de combatentes Brasileiros.

À proporção que vinham chegando os inválidos, mutilados, narrando os incidentes, fadigas e privações por que passaram, não produzira, êsse fato, bom efeito no espírito dos que, longe do teatro dos acontecimentos, se limitavam às aclamações das vitórias.

Como era natural, manifestou-se o retraimento; ninguém mais queria seguir.

Os potentados estavam na obrigação de agir contra o indiferentismo pela sorte da Pátria. Os batalhões da guarda nacional excluíam os seus designados, remetendo-os para o sul.

Começou o recrutamento desordenado, com seus tons de barbaridade. Os homens válidos foram procurados como feras; parecia que a Bahia tomara a peito fornecer o pessoal necessário às funções da guerra. Varejavam-se casas, arrancavam-se rapazes ocultos nos armários e outros móveis domésticos.

Às vezes eram filhos, arrimos da família, que uma indiscreção qualquer apontara, com esta setença: *"vai de presente ao Lopez"*. Os comandantes de batalhões foram uns potentados na época; designavam os guardas, muitas vezes sem atender às condições exigidas na lei.

Os comandantes superiores tornaram-se simplesmente soberanos; a vaidade e o ódio colocavam acima de tudo; pretendiam reviver o antigo poderio dos capitães-móres de ordenanças. Quem não queria vestir farda pagava uma mensalidade, a juizo do comandante, como auxílio às despezas com o fardamento da música, e tinha a designação de *contribuinte*. O cidadão que não se prestava ao serviço da guarda nacional apresentava um substituto, a quem o povo deu o nome de — *pataqueiro;* porque, além do sôldo, que era de *noventa réis*, e a etapa de *quatrocentos* réis diários, recebia, particularmente, uma gratificação do substituido. Também o indivíduo recrutado ou designado para o exército podia obter excusa, dando um homem por si, a quem pagava certa quantia, prèviamente ajustada, ou comprava um escravizado para substituí-lo .

Quando o indivíduo dispunha de proteção, apontava, ou antes, recrutava um outro para servir em seu lugar.

Depois da revista, aos domingos, saiam as patrulhas da guarda nacional, para determinados pontos, e na faina de caçarem homens, às vezes acompanhados de cães amestrados. Dada a busca, efetuada a prisão, produzido o desassocêgo no seio das casas de família, as senhoras choravam (ainda não estava em moda as crises nervosas)), os recrutadores, satisfeitos, diziam: *"Se hei de morrer eu, morra meu pai, que é mais velho"*. As aulas do Liceu Provincial enchiam-se de alunos, que assim se subtraíam ao serviço militar. Muitos adotaram outro expediente ou artifício interessantes: andavam bem trajados, munidos de chapéu de pêlo de castor. Ao aproximar-se um soldado, para dar-lhe voz de prisão, o rapaz aprumava-se, dizendo: *Sabe bem com quem está falando ?*

Se a praça se retraía, supondo ter dirigido a palavra a algum rebento da nobreza da época, ajuntava

polidamente: *Vossa senhoria desculpe;* se era um desabusado, respondia: *só conheço o pau pela casca, siga;* e lá ia o cidadão recolhido ao Forte de São Pedro, com cartola, impostura e tudo. Fôra, realmente, um tempo de sobressalto, para os rapazes; mas, também, alguns se vingaram com os casamentos, que aumentaram de de número. Depois do toque de silêncio, nos quartéis ninguém se animava sair de casa, salvo em casos muito urgentes.

As ruas ficavam desertas e os trovadores mudos. Duas entidades, porém, estavam na plenitude de suas regalias: os gatos de telhado, e os soldados de patrulha.

Festejos campestres

A passagem da festa nos arrabaldes ou à beira mar era um encanto assás delicioso e pinturesco, pois trocava-se o bulício da cidade pela solidão campezina. Sob o teto de frondosas mangueiras, acotovelavam-se os passeantes. Os banhos de mar, às frescas horas da manhã, a abundância e diversidade dos frutos, as refeições ao ar livre, as chulas e trovas, preludiadas ao som do violão, tudo isso aumentava a sofreguidão em se abandonar a cidade. As jornadas para o campo, quase sempre, se faziam aos primeiros albores da madrugada, pois não havia ainda os bondes de tração animal. O arrabalde preferido era o do Bonfim, talvez por ser o único que oferecia locomoção fácil, pois havia as gôndolas de três seções e os pequenos vapores da Companhia Baiana.

Para os que viajavam a pé, a monotonia era distraída pelos sons dos instrumentos e pelas vozes harmoniosas dos cantores:

Belo, belo, belo,
Tenho tudo quanto quero,
Uma pomba de ouro,
Vestidinha de amarelo.

Alecrim verde e cheiroso
Na janela de meu bem,
Inda bem não sou casada,
Já me dão o parabém.

A viagem assim, tornava-se mais agradável. O aroma das flores, a alegria dos campos, as doces cantilenas de moçoilas morenas, com acompanhamento de violão, flauta, cavaquinho e castanholas, não deixavam margem para reflexão nas necessidades da vida e suas incertezas. Mesmo porque desgostos não pagam dívidas.

Chega-se, afinal, ao ponto de destino.

Após a primeira refeição dispersavam-se os convivas, ávidos de curiosidade, para reunirem-se mais tarde à hora do jantar, entre as mais vivas expansões de alegria, de risadas estridentes, com que eram recebidas as narrações de incidentes, ocorridos com êste ou aquele. Seguia-se opíparo jantar, em que os anfitriões não cessavam de encarecer e gabar o esmero, no preparo dos variados acepipes.

O tocador de harmônica, que se havia desviado na viagem, chega e conta um incidente que presenciou.

E' recebido com afago, senta-se à mesa e começa a folia.

Em meio do jantar, ergue-se um conviva e pede a palavra, pela ordem, para brindar a *bela sociedade*.

Cruzam-se os talheres, afinam-se os instrumentos e o orador não fala, canta:

Um dia, minha ventura
Com Marília se encontrou,
Ambos nós simpatisamos,
Eu gostei, ela gostou.

Estribilho

Todos—

Sim, eu gostei, êle gostou
Sim, eu gostei, ela gostou.

Todos aplaudem. Peço um *adendo*, para completar o brinde, brada outro conviva:

Se amor é sonho
Para que viver,
Implorando oh ! bela
Se não há firmeza.

Se amor é ídolo
Quero só viver contigo
Meu coração será firme
O' meu anjo de beleza.

Além dos instrumentos, todos batiam com as facas nos bordos dos pratos, para maior realce do festim.

Terminado o jantar, seguiam-se as modinhas; era o momento das maiores expansões da alma baiana.

Havia uma como vertigem, ao se ouvirem as primeiras notas de inspirada modinha do mavioso menestrel Francisco de Magalhães Cardoso, mais conhecido por Chico Magalhães. Quem não se recordará, com saudade, dos melhores tocadores de violão do tempo ? Saltam logo à memória os seguintes nomes:

Quinquim do Bom Jesús, Luiz Alvim e sua mulher, Pedro Advincula, Quinquim Bahia, que também cantava, Francisco Carlos, Custódio de Santo Amaro, José Leandro, bedel da Faculdade de Medicina; João de Deus, Mandacarú, tipógrafo, Damião Lisboa, voz pastosa, cheia e bom estilo, no cantar, Antônio Cavaquinho, porteiro da repartição de obras públicas, a única nomeação feita no govêrno Cruz Machado, e muitos outros que fizeram as delícias da época, dos bons tempos de antanho.

Afinal, encerrava-se a função campestre com arrojado lundú, em o qual se improvizavam esplendidas cantigas.

* * *

Muitas vezes acontecia reunirem dois ou mais grupos de passeantes, e então, a pândega tomava proporções colossais. Senhoritas e matronas respeitáveis tocavam pandeiros, dansavam lundú de modo arrebatador. Os rapazes se exibiam na roda com certa elegância; assim tambem graves chefes de família, por sua vez, não matavam ociosamente o tempo.

Isso prova que o lundú tem seus atrativos. Antes que alguém saisse na roda entoavam quadrinhas, como estas:

Iaiá não mate seu negro,
Que bem caro lhe custou;
Êle veste camisa gomada,
Meia lavada, chapeu de castor.

Mulata baiana, brasileira
Para morar comigo
Chora, caboclo, chora
Na prima desta viola.

Ocasiões havia em que mais de um samba se presenciava. Assim era que as pessoas mais recatadas não dansavam aos olhos de todos; formavam um samba à parte, sendo as chulas mais discretas.

Passarinho que cantais
Junto aos pés de quem chora;

Todos—

Ora, adeus, meu benzinho,
Que já vou m'embora,
Neste instante, nesta hora.

Se o cantar não der alívio
Não cante mais, vá embora.

Todos—

Ora, adeus meu benzinho, etc.

Uns gostam de muito gorda,
Outros de poucas gorduras...

Todos—

Ora, adeus meu benzinho, etc.

Eu gosto de gorda e magra
Pois tôdas são criaturas.

Todos—

Ora, adeus meu benzinho, etc.

Mais adiante um pouco, em reserva, as mucamas, por sua vez, divertiam-se fora das vistas do senhorio; e então, no samba arrojado, lá vai chula:

"A côr da rolinha bela,
E' a côr do tafetá,
Tem o bico verdezinho
A rolinha de sinhá:

Bravo da rôla,
Senhorazinha,
Porque razão
Está zangadinha:

Moço me deixe
Não seja imprudente,
O senhor o que quer
E' enganar a gente.

E' o caso; todos sambavam, desde o mais humilde homem do povo, até ao mais abastado figurão. Os senhores de engenho saltavam na roda, ao som da tirana, com botas e esporas, fazendo proezas. Depois destas expansões encaminhavam-se todos para a cidade, uns alegres, outros dominados pela fadiga e pelo cansaço: um contraste com a alacridade da partida.

* * *

Nas festas principais, como fossem: do Senhor do Bonfim, Nossa Senhora da Conceição, do Rosário, da Boa-Morte, de S. Benedito, do Espírito Santo, Sexta-feira da Paixão e Sábado de Aleluia, era um gôsto ver as mulatas dengosas e as crioulas chibantes, como se apresentavam em grande gala: tôrço de sêda branca enfcitado de finíssimo bico condizente, argolas e anéis com brilhantes; pulseiras cobrindo todo o anti-braço; rosário de grossas contas com borda (barangandam ou balançamçam); bentinhos e correntão, tudo de ouro; camisa, lenço e anáguas de esguião bordados; sapatinhas de pelica branca, com enfeites de sêda; beca e sáia preta de pano fino enfeitada com pelúcia de chapéu; argola de prata em forma de meia lua, onde penduravam as moedas de ouro, prata, de valores diversos; figas e outras tetéias; fita de sêda na cintura para sustentar o peso das moedas; cadeirinha estofada, torneada, de jacarandá, com enfeites de sebastião de arruda, e espelho na parte posterior, conduzida por criadinha, ou então, cadeirinha de arruar, bordada a pão de ouro. bem pintada e conduzida por dois possantes carregadores, bem trajados e com chapéu de oleado.

O mocotó

Não é fácil tarefa a descrição do que se observava, nas noites de sábados, na Bahia, a bem dizer, a preocupação constante dos trovadores.

Eram das mais movimentadas, especialmente na freguesia da Sé e parte da de S. Pedro, para onde convergiam notívagos, vindos de outros pontos, atraídos pelos afamados *mocotós da meia noite*.

Jornaleiros de tôdas as profissões, cantores de modinhas, tocadores de violão, caixeiros e outros amantes de diversões, depois de abluções gerais nas fontes — Nova, do Gravatá, do Gabriel, de Santo Antônio e Coqueiros da Piedade, começavam de afluir aos pontos conhecidos, como fôssem o célebre Hotel Baiano, botequins e casas de pasto, do Coelho Branco, à Piedade, do Candinho Corcunda, do Maglioli, do Bico Doce, do João Gualberto, do Melânio, do Claudiano e da Aquilina.

Quem estava habituado à tranquilidade e ao silêncio dos arrabaldes mais afastados e que de repente se achasse entre o Terreiro de Jesús, praça Castro Alves e largo da Piedade, havia de extranhar tão desusada movimentação, a horas mortas da noite, como se se tratasse de uma grande festa popular. Os italianos com seus realejos a executarem trechos do *Trovador*, às esquinas, davam o sinal de alerta, aos tocadores de violão, cavaquinho, harmônica, castanholas, os afamados

cantores de modinhas, recitadores do *Noivado no Sepulcro, Era no Outono,* e mais a onda de curiosos apreciadores dêsses descantes, que no momento preciso estavam a postos.

Essas noites conservaram-se sempre muito animadas, até à proclamação da República, quando um dos primeiros governadores entendeu de dissolver aquêles pacíficos ajuntamentos, com receio da reprodução das graves correrias que assinalaram os primeiros dias do novo regimen. Às nove horas da noite, quem penetrasse nos lugares acima observava o seguinte: um grupo se entretinha a jogar o *três sete,* mudos como uma esfinge, a fazerem sinais com as cartas, com o olhar ou com gesticulação combinada, enquanto pontas acesas de cigarros baratos fumegavam nas extremidades da mesa. Aqui, alguns dividiam bebidas: são os que estão de cabeça *inchada e peito ferido*. Alí, outros assentados aplaudem os triunfadores da noite. Acolá, estão os trovadores que, em surdina, *davam o tom* aos tocadores de violão, para começo da cantoria. Às vezes, nessa questão de *dar o tom*. consumia-se largo tempo, pois não descansavam as cravelras do popular instrumento baiano.

Em compensação, porém, havia trovadores, *entendidos em música,* que, antes de fazer ouvir a sua *possante* e afinada voz, diziam para o instrumentista: — "Primeira parte, lá menor e o alegro *mi-bemol*". O tocador fazia vibrar as cordas em escalas ascendentes e descendentes, formando depois os tons indicados. De vez em quando penetrava no botequim um indivíduo muito ofegante e apressado, pedindo notícias do mocotó. Ainda é cedo, volte mais tarde, querendo, respondia pausadamente, o dono da casa.

Das dez horas em diante começava a folia. As modinhas *Gigante de pedra, Virgem Santa, Belas Baianas,*

Tão longe de mim distante, Vai cruel em braços doutros, Rosto d'anjo, Prazeres que eu não sonhava, Resposta ao Trovador, etc eram ouvidas entre os aplausos mais calorosos.

Seguiam-se os comentários.

— E' verdade, isto é voz !

— Qual, caía-lhe o queixo se ouvisse o Totônio das Candeias ou o Camilo peito de bronze do Pau Miúdo. Aquela voz parece melado de pingos d'ovos a escorrer. E que me diz do *acompanhamento* do Elói beiçola ou do Chico dedo de ouro ? Ah ! êsses são mestres de violão.

E o diálogo prosseguia nêsse diapasão, em que se fazia a apologia dos cantores e tocadores, vivos mortos ou desterrados pela polícia, para outros climas.

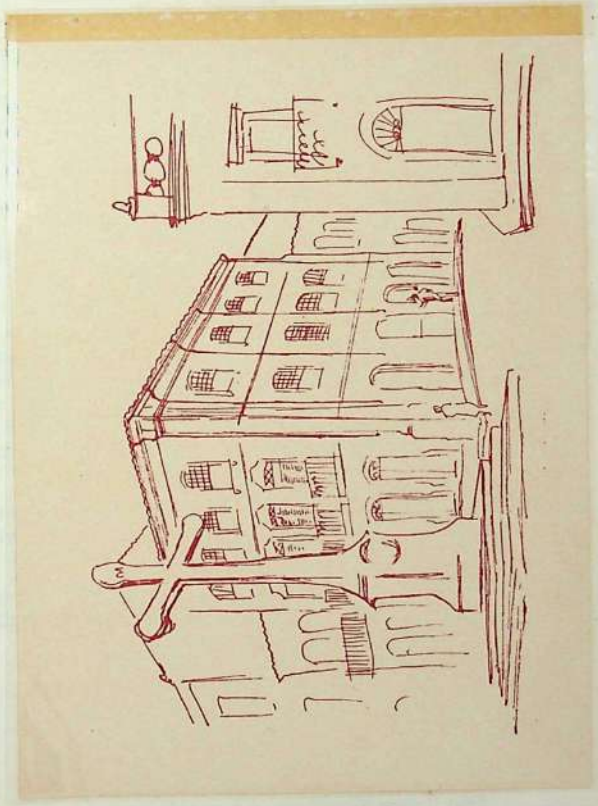
Indiferentes àquelas manifestações da música popular levantava-se a um canto da sala, mal iluminada, certa *vozeria* — eram os jogadores de víspora, em que o chocalhar do *bozó* não permitia a audição clara do número *cantado*.

Os trovadores de esquina vinham-se aproximando, e de certa hora em diante, quantos quisessem tinham entrada no botequim. Não faltavam os discursadores, porque até então discurso e poesia era com o povo da Bahia.

Encostado às portas ou janelas, dava o cantor de serenatas lenitivo às suas máguas, às suas queixas de amor.

Os aplausos não se demoravam, conforme as impressões do auditório.

As janelas se abriam, umas francamente, outras, a furto. Quem estava de peito ferido cantava ou pedia preferência para a modinha favorita, aquela que mais lhe aguçava o sentimentalismo. Êsses divertimentos não



Trecho do Terreiro de Jesus
Ilust. de Ligia.

obrigavam a presença da polícia ou dos *urbanos*, a não ser algum abreviado exercício de rasteira, soco, cabeçada ou coisa equivalente, que de momento terminava, porque não estava em uso a faca, a pistola, o revólver. Tudo isto emprestava às noites de sábado ruidosa animação. Nesses bons tempos ainda não existiam os cavalos de corridas, as regatas e os exercícios de "foot-ball".

Que diriamos ainda das numerosas salas de dansa, bailes populares, onde, mediante a entrada de dois mil réis, o indivíduo divertia-se até pela manhã ? Um estudante de medicina, o mais querido e folgazão do seu tempo de academia, e que depois se tornou notório como tribuno e parlamentar, numa bela noite, entendeu de *entornar o caldo* do famoso e afamado mocotó do Coelho Branco, ao qual não faltava a fôlha de loiro para dar o cheiro, e a chouriça do reino para desafiar o gôsto, sem esquecimento do respeitável molho apimentado. O célebre estudante preparou uma estudantada, conseguindo atirar um gatinho à panelada do Coelho Branco.

Imagine-se o desapontamento do pobre homem: perdeu a vendagem daquela noite, e, por muito tempo a freguesia.

Como recordação das alegrias dessa noite, reproduzimos abaixo a poesia de Edístio Martins, que melhor esboça o nosso pensamento.

O MOCOTÓ

E' sábado de noite. Postados nas esquinas
Pândegos de cacetes, mulheres Messalinas,
Dão largas à cachaça, e à voz do coração.
E muita gente boa, que passa engravatada,
Detem-se por um pouco p'ra ver a *fanfurrada*
Dos épicos cantores à voz do violão.

— Olá ! dono da casa ! diz um que pode e manda,
Entrando na bodega com o chapéu à banda.
Se tem o que beber, um pouco para mim !
Não querem, meus senhores, é pura, é excelente !
E serve-se dos tragos aquela boa gente
Que sábado de noite frequenta o botequim !

No banco, um separado, que traz a camarada.
Só chupa do figueira, pondo-lhe figurada,
Bebendo ao lado seu, ouvindo alguem cantar !
O mocotó depois p'ra disfarçar a cena,
Repleta o figurão — amigo da *pequena,*
Que puxa muita prata disposto p'ra gastar !

Os grupos que na rua se achavam exaltados
Já cantam por demais; estão enfastiados
Das guélas ressecadas, de tanto contender.
Então, fitando todos um folgasão contente,
Segura no chapéu e grita de repente:
Senhores ! é preciso primeiro que beber !

Já é de madrugada. Alguns cambaleando
Insultam os demais, que apenas vão entrando,
Provocam a mulher daquêle que comprou.
O próprio Satanaz parece que tem medo
Da *apuração final* que traz o tal brinquedo !
Dos célebres *cantores* que a branca provocou !

Arreda ! grita um ! arreda, senão mato !
Eu cá, quando prometo, quero cumprir o trato !
Do dono da *bodega* ninguém deve ter dó !
E dá-lhe com o cacete. Depois vêm os soldados,
Há sangue, bofetadas, cabeças, pés quebrados.
Por causa dos efeitos que traz o mocotó.

O Colatino nas "buchas"

Era assim vulgarmente conhecido um velho funileiro, morador ao Maciel de Baixo, freguesia da Sé.

O seu apelido provinha da ligeireza ou prontidão com que desempenhava os pequenos concertos de que o encarregavam. Tendo de batizar a um filho, entendeu de oferecer ao seus íntimos opíparo jantar mesmo porque não queria fazer exceção aos costumes da época. Entre as iguarias, entendeu o Colatino que deveria fazer figurar bonito queijo flamengo. E começou a dar tratos à bola, até que que lhe ocorreu feliz idéia. Dirigiu-se ao armazem mais próximo e disse ao taverneiro: Seu José, eu preciso de um queijo *alugado*. O homem esbugalhou os olhos, admirado da novidade, e começou a matutar: *Um queijo alugado !!* Não se admire seu José, entremos num acôrdo. Pese o queijo; se não se bulir, eu lhe dou quinhentos réis pelo aluguel; havendo necessidade de tocar nêle, eu pagarei o que se gastar. O taverneiro aceitou a proposta e, por porta travessa, tratou de comunicá-la a diversos convidados da pagodeira, por conveniência própria; e um dêles tomou o encargo de desfazer a figura do Colatino. Em meio da festança, propositadamente chamaram o Colatino, como meio de distração; e nêste interim, o convidado, armado de uma boa faca, começou a reduzir o queijo a fatias, tão grossas como se fosse inhame. O Colatino teve um pressentimento e voltou apressado à sala de jantar. Ao ver o

queijo esbandalhado, não se conteve, pôs as mãos na cabeça e exclamou:

Pelo amor de Deus, não me façam isto, que o queijo é de figura!! Estrondosa gargalhada acolheu a lamentosa exclmação do Colatino, sendo enorme o gáudio do taverneiro, que lucrou com o negócio do seu freguez.

Por muito tempo, nas rodas populares do quarteirão se comentou o caso do queijo alugado.

* * *

O sr. Bispo, o pobre alfaiate da rua do Colégio, a despeito de aliar à sua modesta profissão à de mercador de bebidas miúdas, atravessava a existência atormentado pela idéia de ser poeta, ainda mesmo que um endecassílabo ou alexandrino tivesse a extensão dos versos da "Morgadinha de Val-flor". Por êsse tempo, o "Alabama", gazeta periódica desta Capital, costumava publicar motes, desafiando a glosa dos entendidos. Em certa ocasião, alguns rapazes entenderam de lisongear a imaginação poética do alfaiate e dirigiram-se à sua casa, encontrando-o no banho, e alí mesmo pediram a glosa dêste mote, extraído daquele periódico:

Coração não goste dela
Que ela não gosta de ti.

Depois de algumas abluções, recitou o Bispo:

"Eu estava na gamela
Condo me viero chamá;
Me pidiro p'ra grosá
"Coração não goste dela".
Veja em que esparrela
Eu, sendo véio, caí!
Mais porém!

Cuma nunca eu não vi
Muié que não fosse gaiata
(*) *Miau* — Não bula, meu bem, cá gata
Que ela não gosta de ti".

A tradição também conservou esta outra produção do vate da rua do Colégio:

Tape, tape, tapiti
Eu vi Anaia — na praia
Núa, apanhando siri.
— Seu Bispo tem caxaça aí?
— Não meu amor, tem juritî.
Que faz a gente sirri.

(*) Aludia o Bispo a uma gatinha, que dormitava no parapeito da janela, quando foi procurado pelos alegres rapazes.

O gás (27)

O serviço de iluminação pública com os lampeões de azeite de peixe estava entregue a africanos livres, ao serviço da província, vencendo a diária de cem réis, vestuário e alimentação, impondo-se-lhes a multa de vinte réis por bico de lampeão apagado. Nas noites de luar, não se acediam, excetuando as três primeiras noites de lua nova.

Efetivamente, foi grande progresso material a substituição do candieiro de azeite de peixe, na iluminação pública, pela de gás carbônico, em 1862, produzindo êsse fato grande alvoroço popular.

O notável acontecimento fôra cantado, em prosa e verso, havendo tido grande aceitação as seguintes sextilhas do mavioso poeta baiano, Augusto de Mendonça:

Adeus, testemunhas certas
Das populares canções,
Entoadas por chibantes
Menestréis de violões.
Adeus, para sempre, adeus,
Malfadados lampeões.

(27) As diversas fases preparatórias do serviço de iluminação a gás dá-nos Álvares do Amaral, resumo cronológico, pgs. 312-314.

Ante a vossa luz mortiça
Temperada por amor,
Quantas Lílias acordaram
Ouvindo a voz do cantor,
Tôdas as noites fugindo
Da casa de seu senhor.

E foi-se o tempo querido
Da velha iluminação;
Traziam todos contentes
A cabeça e o coração:
Cacete em baixo do braço
Noutro braço o violão.

Maldito seja o progresso,
Que tantos males nos faz.
Vivia tudo tranquilo,
De repente, tudo, zás!
Cai o cetro da torcida
Sobe o reinado do gás.

E, agora, triste do povo
Outrora amante e feliz.
Modinhas d'amor às claras
De certo ninguém as diz:
Mataram tôda a beleza
Das noites de meu país.

Adeus, pois, amigos velhos,
Taciturnos lampeões,
Adeus, modinhas e chulas,
Adeus, doces libações,
Adeus, para sempre, adeus,
Cacetes e violões.

Em 1864, o querozene baniu a lamparina, que era iluminação mais comum no interior dos lares, e, alimen-

tada a luz pelo azeite de oliveira ou pelo de mamona, conforme a situação pecuniária do casal. Existiam, ainda as velas de sébo e de carnaúba, de fabricação nacional, e que foram desbancadas, há pouco.

Até nos brindes de mesa, se fazia alusão ao grande melhoramento.

Não raro se ouviam, nos jantares festivos, estas quadras:

Temos estradas de ferro,
Para irmos passeiar,
Temos gás por toda rua
Para nos alumiar.

Ba, be, bi, bo, bú,
Soletramos o A, B, C.
Que se aprenda fàcilmente,
Sem a letra compreender.

* * *

Contemporânea da iluminação do azeite de peixe foi a moda dos balões, um tecido de barbatanas e cadarços, a qual perdurou longo tempo, caindo em desuso, depois de 1870.

Não era sem grande precaução que as senhoras transitavam pelo largo do Teatro, pois o mais leve descuido, o vento batendo nas gaiolas — os balões — podia expô-las aos olhares curiosos dos transeuntes. João Nepomuceno da Silva, o *poeta graxeiro,* assim criticou o invento dos balões:

Sórdida trouxa de panos
Intitulada balão !
Oh ! invento dos tiranos
Que fez da mulher fogão,
E a meteu entre abanos:
. . . . . .

Que pelas ruas dansando,
Com as cadeiras postiças,
Vão tal geito ao corpo dando,
Que vistas julgam massiças
Os que se vão enganando.

Presépio de Fala

O presépio de fala, invariàvelmente de assunto religioso, armava-se em barracão, ao ar livre, quase sempre no largo do Barbalho, Bonfim, Barra, Rio Vermelho, Graça, ou em casas particulares.

Um grande pano, com uma abertura, dava idéia da boca de cena do pequeno teatro, com o respectivo tablado, fingindo palco. Ao fundo, uma vista de cidade; na parte posterior, a esta ficavam as pessoas que falavam, cantavam, sambavam, e os encarregados de fazer os movimentos dos bonecos, com o auxílio de cordéis. O trabalho era, realmente interessante, produzindo a ilusão, tanto quanto possível, na época, e, aproximadamente, dava idéia de um cinema primitivo.

O presépio de fala costumava funcionar, de preferência, pelo Natal, pela festa do Espírito Santo, sábado de Aleluia e domingo de Pascoela. Um côro de vozes, com acompanhamento de flauta, pandeiros, castanholas, canzás e violas, dava começo à função, cantando:

Hoje forma Deus o mundo
À luz de todo o vivente,
Para que seu Santo nome
Se louve eternamente.

Levantava-se o pano, aparecendo o Padre Eterno, que fazia ligeira alocução, e, imediatamente, brilhava o

sol e descortinando-se os planetas que lhe servem de satélites. Nisto apresentava-se *Adão*, a quem o Padre Eterno conferia a posse do mundo.

Adão lamentava estar sòzinho, mostrando-se descontente; então o Eterno fá-lo dormir e de uma das costelas tira a companheira *Eva*. A serpente vem tentar os dois habitantes do Paraíso; *Adão* resiste, mas afinal cede, pela intervenção de *Eva*, que o aconselha, ao sabor da serpente. *Adão*, um tanto contrariado, exclama:

— Fui o primeiro gerado, o primeiro que pequei e o primeiro desterrado.

De súbito, aparece o anjo Gabriel que lhe exprobra o procedimento e diz:

— Adão! Adão! quem é mais alto do que Deus? Manda o mesmo Deus, com justiça, que saias do Paraíso.

Vem o Eterno. Adão apresenta-se envergonhado, chorando, e diz:

— "Senhor! escondido estava, temendo o vosso castigo. Que a mulher que vós me destes foi a causa do meu delito".

— Adão, eu não te disse que não comêsses o fruto da árvore do bem e do mal pois logo que comêsses pecarias e morrerias?

— Senhor, Eva me enganou.

— Eva, porque enganastes teu marido?

— Senhor, a serpente me enganou.

O *Eterno* — Serpente maldita! Andarás de rastro sôbre a terra, e há-de vir uma mulher pisar-te a cabeça.

A *Serpente*: — Inocente criatura, na vista de Deus presente, caiu nesta loucura, estou contente.

O *Eterno* — Adão, tu, pela desobediência, não ouviste meus preceitos. Andarás com a enxada trabalhando para te poderes manter. Eva, com o fuso e roca, o mesmo há de fazer.

ADÃO É EXPULSO DO PARAÍSO

Divisão das terras

Na divisão das terras, Caim mata a Abel, no que é repreendido pelo Padre Eterno, que o amaldiçôa, enquanto Abel é glorificado pelos anjos, que o levam, cantando:

"Viva, viva, viva quem de glória se vê coroado, já que no céu triunfa a suma bondade, dessa claridade, triunfo maior não pode haver".

Chegam compradores das terras, e em companhia dêstes vem Satanás, cognominado — *Compra Barulho* ao qual, *Caim* se acovarda.

Aquele conduz um facho aceso, e, de vez em quando, encosta o facho em Caim, que, não satisfeito com a pilhéria, reclama, dizendo: *Chegue-se para lá, olhe que eu não quero brinquedo de fogo comigo*. Trava-se luta, e, no meio dela, Caim é arrebatado pelo Diabo, envolvido em nuvens de enxofre, com enorme algazarra.

Dá-se o *Dilúvio*, e o senhor Noé da Costa sai, de porta em porta, à procura do carpinteiro *Manuel Gonçalves da Ribeira das Naus*, marido da senhora *Marta*, para encarregar-se da fatura de uma barca. Nessa procura êle vai ter a chiqueiros, encontra animais berrando, meninos gritando na escola, e *Noé*, pacientemente, a dizer: Valha-me Deus, meu Deus.

Afinal, descobre a morada do carpinteiro, entrando logo em ajuste com a senhora *Marta*, a respeito da fatura da barca, pelo preço de *trezentos mil e novecentos*.

Chegam os serradores de madeira da barca, e começa o trabalho de construção.

Neste ínterim, aparece um *caboclo*, embriagado, monta na serra, impedindo o trabalho e exclama: *Não se serra mais aqui; porque, o pau, o tôco do pau, o cavaco do pau e o farelo, tudo é meu e de meu amo*.

Dá-se um conflito, no qual o *caboclo* faz proezas.

Depois surge a barca e o senhor Manuel Gonçalves faz entrega dela ao senhor Noé da Costa, que lhe restitui o valor ajustado. Noé da Costa convida a tôdas as pessoas presentes para se recolherem na barca, dizendo: "Embarque, embarque, senhora Marta que aí vem o dilúvio".

A velha regateira de capona responde: "Espere, senhor Noé, deixe fazer o meu testamento".

Com essa demora desencadeiam-se os elementos: trovão, raios e coriscos, no meio dos quais embarcam a senhora Marta e um casal de animais de cada espécie.

Terminava a representação com um soberbo samba. (28)

(28) — O presepio da fala era um interessante sobrevivente dos **mistérios portuguêses** com acréscimos profanos e nativistas. Esta variedade do auto popular merece um estudo comparativo.

Oradores do Povo

A camada popular de tempos idos possuia em alta dose o gôsto das letras e das boas-artes: o hábito da imitação dos bons exemplos, embora modestamente. Os debates do corpo legislativo provincial constituiam a tenda de aprendizagem dos oradores do povo. Vocábulos e frases empregadas pelos deputados, e gesticulação, as figuras oratórias, a entonação de voz, tudo, enfim, procurava-se imitar. De modo que o indivíduo sem instrução desenvolvia-se pràticamente, sem se encontrar ou cumprimentar uma personagem. No círculo dos homens do povo que se dedicavam à oratória obtivera notória nomeada, o Marcelino — oficial de sapateiro, analfabeto, porém, bastante inteligente, perspicaz e de memória surpreendente.

Recitava de cór sermões, quase na íntegra, dos mais famosos oradores sacros do tempo, imitando-lhes a graça, a gesticulação e atitudes do corpo. O sapateiro Marcelino tornava-se melhor apreciado quando abordava outro assunto. Não era êle um simples decorador, não; possuia idéias originais, manejava a frase com acêrto, conversando ou discutindo.

Certa ocasião, um doutorando em medicina leu a Marcelino a tese que ia sustentar. Passados alguns dias, o doutorando, conversando a respeito do seu trabalho, recitou alguns trechos, e por engano, trocou o nome de um autor inglês, que citara.

Pois bem: Marcelino salientou o engano, corrigindo-o, e recitou passagens outras da tese, como se a estivesse lendo.

Fôra entusiasta do grande pregador fr. Raimundo Nonato da Madre Deus Pontes, franciscano, que entre os bons pregadores de seu tempo alcançou a primazia, pela eloquência, pela elevação de conceitos e pela fôrça de raciocínios convincentes.

Ouví ao sapateiro Marcelino recitar um trecho de sermão pregado por fr. Raimundo, no Convento de São Francisco, na festa do Padroeiro:

"Senhores: o meu grande Padroeiro foi mais do que Cristo, pois teve a glória de receber as chagas do próprio Cristo. Maria Santíssima, sua mãe, apenas, teve o martírio das dores. Penitente Bento, paciente Job, caridoso Antônio, glorioso Elias, vinde todos, levantai-vos de vossas campas celestiais : abri alas : quem passa é Francisco, o meu grande Patriarca. Assim é que é ser grande, tudo mais é nada".

Lembra-me ainda, recitado pelo Marcelino, do exórdio de um sermão de Sexta-feira Santa, pregado no Convento do Carmo por fr. José Joaquim do Amparo:

"Que espetáculo comovente se apresenta diante dos meus olhos! Parece-me ouvir ainda as marteladas dos algozes e as lamentações dos filhos de Sião. Oh! Jerusalém, oh! Jerusalém ! Ingrata Jerusalém! Ao Calvário, ao Calvário, subamos ao Calvário".

Bem poucos se recordarão, hoje, do velho sapateiro, cuja memória prodigiosa causava verdadeira admiração. Quem com êle conversava por algum tempo tinha logo a idéia de que não tratava com analfabeto, e, no entanto, Marcelino não sabia ler. Tôda a ilustração do seu espírito era de oitiva; e tão bem usava dela, sem afetação,

Oradores de Povo

Ilust. de Caribé

que fàcilmente iludia. Entre os oradores populares de outros tempos, salientou-se o operário Roque Jacinto da Cruz, que, no distrito de S. Pedro, com a sua palavra eloquente, fácil e correntia, arrastava aos comícios do partido liberal uma multidão de eleitores. Promoveu diversas sessões fúnebres de homenagens a homens de alto saber ou de renome, filiados às idéias liberais, sobressaindo, principalmente, as que foram tributadas ao Visconde do Rio Branco e Victor-Hugo, excelsos vultos, dignos da consagração popular.

Aí, apesar de modesta, à vivenda do tributo popular, comparecia a nobreza do partido liberal, desde o Conselheiro Dantas, o chefe político de mais prestígio, na época, até o mais humilde cidadão, em romaria cívica, onde se faziam ouvir desde o Conselheiro Rui Barbosa até o próprio Roque da Cruz.

Incontestàvelmente, o novo regimen rasgou novos horizontes, aumentou a riqueza, o território, liquidou pendências seculares; mas, em compensação, deu-nos uma instrução pedantesca, extorquiu-nos a segurança individual, abateu-nos o caráter, elevou a intolerância a um princípio, e, o que é mais, destruiu a estabilidade das convicções, com o desrespeito a tudo.

* * *

De volta de sua viagem às Províncias do Norte, preparando o terreno para o terceiro reinado, o conde d'Eu aquí esteve, no mês de setembro de 1889. Na ocasião de embarcar para a Côrte do Império, descia Sua Alteza a ladeira de S. Bento, acompanhado pelo Presidente da Província, Dr. Almeida Couto, Presidente da Câmara Municipal, Dr. Augusto Guimarães, Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, Comandante das Armas, todo o mundo oficial e grande massa do povo. Ao chegarem na

fralda da ladeira, entre o Hotel Paris e o antigo Bonneau, hoje Sul Americano, Roque da Cruz assomou à frente do préstito e, dirigindo-se ao Príncipe, assim falou: "Real Senhor!"

Parou a comitiva, o Conde ficou surpreendido:

"De regresso da vossa visita às Províncias do Norte, parastes aquí. Hoje, porém, que ides recolher à Côrte do Império, abraçar a esposa de voss'alma, a companheira de vossos dias a beijar os augustos filhinhos, dizei-lhe que, na Província da Bahia, que tem por seu Presidente o Exmo. Cons. Dr. José Luiz de Almeida Couto, na freguesia de S. Pedro, criou-se o batalhão patriótico, com o seu augusto nome, para comemorar a data gloriosa de Dois de Julho de 1823; e lhe oferecemos esta capela, que serviu na bandeira do dito batalhão, sendo Vossa Alteza o portador, para coroar-lhe as virtudes, durante vossa ausência. E, quando entrardes no augusto lar, e reverenciardes os cabelos brancos, prateados pela neve dos anos de vossos augustos sogros, beijai a mão de vossa espôsa, dizendo: que os filhos da raça que ela, com a pena de ouro, sancionou a áurea lei, em sinal de gratidão e respeito, oferecem esta capela e pedem licença para erguer um viva ao vosso augusto sogro, vossa augusta sogra, a veneranda mãe dos Brasileiros, e ao grande herói de Peribebui".

O Conde d'Eu, enternecido, (chegaram-lhe as lágrimas nos olhos) recebeu a capela, deu o braço ao popular Roque da Cruz, e dêsse modo, o representante da dinastia reinante seguiu até o Arsenal de Marinha, ponto de embarque. Ao despedir-se o Conde recomendou ao Presidente que tomasse sob a sua proteção ao operário Roque. A capela oferecida era de folhetas de ouro e trabalhada a capricho, tendo a seguinte legenda: "Homenagem à Princesa Isabel".

A Viagem do Imperador

Das províncias do Brasil, a Bahia também participou da satisfação de agasalhar, em seu seio, a d. João VI, em 1808, Pedro I, em 1826, Pedro II, em 1859, os três monarcas que tanto impulso prometeram ao país, com o advento de próspero futuro. Tratando da viagem do último imperador à Bahia, vou tentar, nestas linhas, o esbôço de reminiscências, avivadas pela tradição oral de contemporâneos dêsse acontecimento.

Como era natural, ninguém ocultava o desejo de conhecer, pessoalmente, o filho do rei cavaleiro, não para ficar boquiaberto na presença da imperial pessoa, nem tampouco para desiludir-se, como acontecera ao general Canabarro, que no primeiro encontro com o soberano, em Uruguaiana, exclamara:

"Caraco! pensei que o imperador era outra coisa, é um homem como eu".

Anunciada que foi a viagem do monarca a esta capital, tôda a população pôs-se em movimento, e curiosa da realização que ia testemunhar.

A cidade, como que despertada de prolongada modorra, apressava os preparativos das festas de recepção. Pintaram-se as casas, concertaram-se os calçamentos das ruas principais, os lampeões de azeite de peixe foram lavados e limpos; improvisou-se um serviço de asseio e lim-

peza pública, fazendo desaparecer a vegetação dos muros e da beira dos telhados.

Dentro em pouco tempo, a cidade tomou novo aspecto. Costureiras, alfaiates, pedreiros, carpinas, enfim, operários de toda a espécie viram-se assoberbados de trabalho. O Palácio do Govêrno passou por grande reforma, sendo dotado de mobiliário novo, reposteiros, colchas e tudo mais que necessário se tornava para iludir o olhar do imperante.

Afinal, no mês de outubro de 1859, ancorou, no pôrto, a embarcação que conduzia os augustos viajantes, seguindo-se o desembarque, no arsenal de marinha, com tôdas as honras do protocolo oficial. Acompanhados de sua comitiva, todo mundo oficial e grande massa de povo, subiram todos a ladeira da Conceição, recebendo no percurso, calorosas aclamações, que se confundiam com as notas estridentes das músicas marciais.

No largo do Teatro, nas imediações do Curiachito, armaram rico docél, onde o imperante descansou, e aí recebeu as chaves da cidade das mãos do presidente da Câmara Municipal, que compareceu incorporada.

Daí partiram os soberanos para o Palácio do Govêrno, sempre aclamados pela multidão, entre alas de batalhões da guarda-nacional e de primeira linha. Pouco depois recebiam suas majestades os cumprimentos da sociedade baiana, representada em suas diversas classes. João Nepomuceno da Silva, o *poeta graxeiro*, apresentou um *Relatório Poético*, em estilo satírico dando conta do que se tornava necessário melhorar.

E, no prólogo do livro, assim se enunciou:

"Fardas saiam dos cantos bolorentas,
De balões, de uma vez fiquem varridas

As lojas do comércio brasileiro:
Escovem-se as caponas, e se remendem,
Velhos façam a barba; as moças, comam
De sepo, e fitas se lhe façam ornadas,
Coletes de três terças e dois palmos,
Gravatas grandes, de atrevidas pontas.
Calças estreitas de fivela e cós,
Que cem anos já têm, se escovem hoje;
Chapéus sem abas, de afiladas copas,
Camisas grandes, que a canela roçam
Tudo veja contente a luz do dia.
E o grande arsenal se apinhe de povo;
Não entrem negros que não têm monarca,
Os pobres também não, que não têm rei".

E dêsse modo foi o poeta fazendo referências a tudo mais quanto entendeu :

Inimigo da república
Sei os males qu'ela trás:
Trocar o bem pelo mal,
Eu, senhor, não sou capaz.
Oh! senhor, muito atrasado
Vai êste ramo primeiro
Da brilhante mocidade
Do império brasileiro.

* * *

Primeiro que os professores
Dão lição lá nas escolas,
De manhã de chambre velho
De tarde de camisolas.

Referindo-se ao hospital da Misericórdia, assim se exprimiu :

O café, que não ilude,
Parece água barrenta
E' café que o mal aumenta,
Bem adverso à saúde.
O mingau parece grude
Feito dágua e farinha,
Raio caldo de galinha
Bem picado de vinagre:
Parece tripa de bagre
Misturada com sardinha.

* * *

A nossa Relação de bons e maus
Desembargadores, se compõe, é certo
Que ali há mais brejeiros que homens sérios
E é com bem razão que de mim queixas
Fazem tôdas os meus nobres leitores
De presos os não ter para capetas.

* * *

Senhor meu, toda a Bahia
Nada aquí em porcaria.
Eu vos afirmo, eu vos juro
Se não fosse a vossa vinda
Oh! existiria ainda
Em cada canto um monturo.

* * *

Ninguém mete aquí prego sem estopa,
Ninguém faz um favor, sem pedir três;
Debalde as ruas do comércio correm
Homens ilustres, proteção pedindo.
.....

Cazuza, que caixeiro inda ontem era,
Hoje senhor José cumprimentado,
Em seu rico escritório. Ah! Costa d'Africa
Ah chanchan! papel falso a coisa sois
Destas fidalgas orgulhosas pompas,
E nós só para guardas nacionais!

* * *

E termina o relatório assim :

"Eu, João, poeta novo,
Graxeiro denominado,
Que não tarda proclamado
Ser defensor de seu povo,
Faço ciente que o rei,
Que visitou nossa grei,
Recebeu meu relatório
Êste folheto notório
Que sôbre o povo atirei".

O soberano, espírito investigador, correu Seca e Meca, viu tudo quanto lhe quiseram mostrar, sempre apressado, muito perguntador, e justificou bastante interêsse pela instrução pública.

Assim visitou as escolas, salientando a sua boa impressão para com os professores José Lourenço Ferreira Cajatí, da Conceição da Praia, e José Maria da Fonseca, do Pilar, aos quais concedera uma medalha de ouro ao primeiro, e cavaleiro da Ordem da Rosa, ao segundo.

A 19 de outubro, dia do nome do imperador, pelas oito horas da manhã, uma companhia de setenta e um veteranos, conduzindo uma das bandeiras do batalhão que tomou parte nos combates da independência, fardada com uniforme e legenda dêsse tempo, composta de

oficiais, militares, magistrados, empregados públicos, negociantes e artistas, todos cidadãos que, em 1822 e 1823, se expuseram aos perigos para completo gôso da liberdade da nação brasileira, formou no largo da Palma e dirigiu-se, sob o comando do brigadeiro Luís da França Pinto Garcez, para o Paço Imperial, onde fez o serviço de sentinela, até a manhã do dia seguinte, como singela e tocante homenagem à Imperatriz. O comandante fôra encarregado de brindar a sua majestade; e o poeta Moniz Barreto saudou-a delirantememnte:

Da liberdade os primeiros
Atalaias do Brasil,
Ei-los hoje sentinelas
Do vosso paço gentil.
Nem velhice, nem doença,
Pode na vossa defensa
Seu vigor enfraquecer;
Peitos que contra as metralhas
Foram da pátria muralhas,
Ainda o são do dever.

Sim, vosso paço, Senhora,
Por nós guardado será,
Como foi nosso estandarte
Sempre ovante em Pirajá!
Olhai, crivado de balas
Êle mais que as nossas falas
Nossa coragem vos diz:
E mudo nos narra a história,
Em que teve tanta glória
Vosso sogro — Imperatriz.

A mão que tanto protege
Os desvalidos mortais,
Que tantos prantos enxuga,
Que acalenta tantos ais,

Permiti que vos beijemos
Senhora, a nós que sabemos
Render-vos tão santo amor;
E' um ósculo de bravos,
Que nunca deram escravos
A despótico senhor.

No dia 18 de novembro os veteranos da independencia montaram guarda no paço imperial, sob o comando do marechal barão de Cajaíba, ato a que o imperador assistiu de uma das janelas do paço. Nessa ocasião o referido titular dirigiu aos seus camaradas uma alocução, da qual cito o seguinte trecho: "Senhores veteranos da independência. A vossa presença simboliza os dias memoráveis da nossa história, quando cobertos com o estandarte imperial, dádiva do imortal fundador do império, conquistamos com as armas em punho a independência e liberdade de nossa pátria, e quebramos, para sempre, os ferros da escravidão".

* * *

O poeta Moniz Barreto, com delegação de seus colegas veteranos, apresentou-os ao imperador, e o memorial que entregou compõe-se de estrofes que êle próprio o disse improvisando, levantando bem alto a cabeça e olhando fito para o imperante :

Agora, senhor, consente
Que, por honra da nação,
P'ra o veterano indigente
Te peça o poeta o pão.
Dos meus irmãos infelizes,
Cobertos de cicatrizes,

Senhor, por quem és, tem dó!
Eu para mim nada quero,
Só te imploro, só espero
Para êles socorro — só.

Quem vestiu de bravo a farda
Não deve andrajos vestir:
Mão, quem deu fogo à bombarda
Não deve esmolas pedir.
E' um pesar para o Estado,
Um exemplo, que ao soldado
De hoje, os brios destrói,
Que aí penem, na indigência
Obreiros da independência
Soldados do seu herói.

Do teu coração humano,
Sim, esperamos, senhor,
Ver do infeliz veterano
Sêco o pranto, extinta a dor.
O colo então reverentes
Te curvarão mais contentes
Os velhos soldados teus;
O joelho não; que da guerra
A lei só manda que em terra
O ponha o soldado a Deus.

Uma aluvião de pretendentes não deixava o monarca sossegar; a todo momento a importunar-lhe com a entrega de memoriais, solicitando empregos, condecorações e favores outros, que êle, como bom filósofo, ia recebendo e mandando guardar, despachando os mais impertinentes com o seu habitual: "Já sei, já sei; senhor camarista, tome nota".

Diversas cidades do interior da Província receberam festivamente os soberanos. Em Santo Amaro, hou-

ve cavalhadas, na Feira de Santana, os imperantes dormiram numa cama de jacarandá, pertencente ao coronel Afonso Pedreira, que é uma maravilha no gênero, executada pelo artista Roque.

Prestes a deixar a Bahia, distribuiram algum dinheiro com os pobres, caixas de rapé, de ouro, aos artistas pintores Rodrigues Nunes e Tourinho Silva.

A partida dos soberanos, quanto a regosijos e aclamações, obedeceu ao programa da chegada.

Toda a embarcação procedente do Rio de Janeiro enchia de esperanças aos entregadores de memoriais. Afinal, vieram as distinções, foram agraciados com os títulos de viscondes, barões, comendadores e cavaleiros.

Landulfo Medrado, espírito fulgurante e arrojado, ao serviço da democracia, publicou em 1860 o seu panfleto — *Os cortezãos e a viagem do imperador*, do qual transcrevo, aquí, alguns tópicos:

"Compreendeu o imperador qual devia ser o caráter de sua viagem ?

Vingaram, porventura, em seu ânimo as prevenções que lhe quiseram incutir os cortezãos ?

Segundo as doutrinas cortezãs, essas viagens não têm, não podem ter outro objeto que fascinar as populações estupefatas, deslumbradas com os esplendores da majestade real; e recolher os testemunhos fervorosos do amor da admiração do povo.

Vêde a seriedade daquêle espetáculo burlesco! Tudo aquilo é uma mentira e uma baixeza! Vêde como os cortezãos, revestidos de uma certa gravidade e importância ridícula, inculcam exercer uma função honesta!

Vêde e corai: a municipalidade também representou a mais desgraçada das comédias — a cerimônia das chaves.

Será verdade que os queridos da fortuna trazem na fronte um sinal sagrado para a política? Mas, por que razão haverá uma espécie de homens, muitas vezes sem espírito e sem talento e até sem honra, que tudo alcançam, e outros que nada alcançam, a despeito de eminentes qualidades?" (29)

(29) Os jornais da época publicam longas reportagens, que o Resumo Cronológico de Álvares do Amaral condensa nas pgs. 409-412.

João Nepomuceno da Silva escreveu e ofereceu na ocasião à S. M. I. um "Relatório Poético", Bahia, 1859.

Sôbre o repentista Moniz Barreto veja-se a memória de Damasceno Vieira — Revista do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, n. 34; pgs. 3-25, e Xavier Marques — Ensaios, Rio, 1944; pgs. 135-145.

Costumes familiares

Primitivamente, o chefe de família dispunha de uma autoridade absoluta; não existia a igualdade relativa da mulher. A esta não se proporcionava a instrução, sob o pretexto de lhe facultar um perigoso veículo de namôro. Verdade é que só no ano de 1820 a metrópole providenciou sôbre escolas primárias para o sexo feminino.

A dona de casa era um misto de soberania e escravidão: soberana dos escravisados e escrava do marido.

A dansa era considerada diversão perniciosa, pois a austera moral do tempo não podia admitir que um rapaz pudesse com o braço enlaçar a cintura de uma dama. A maldita civilização, porém, conseguiu ameigar a austeridade dos nossos ancestrais.

Destarte, já no princípio do século passado, as senhoras tocavam piano, dansavam a *gavota*, a *alemanda*, e até se batia o *solo inglês*. O luxo era surpreendente, vinham da França os espartilhos, os objetos da moda, as toilettes e bem talhadas; os diamantes ofuscavam a vista, e andavam as damas em cadeirinhas douradas com lacáios fardados.

* * *

Os homens de posição, figurando entre êles, os empregados públicos, usavam calção curto, meias de sêda,

sapatos de entrada baixa, de verniz, com fivela dourada; bengala de castão de ouro, casaca ou sobrecasaca, conforme a exigência da etiqueta, e, em dia de grande gala, traziam chapéu de dois bicos.

A moda das calças de alçapão, como ainda usam os marinheiros, só foi introduzida no Brasil, depois de 1840.

As boticas, hoje farmácias, constituiam verdadeiros centros de tramas revolucionárias ou políticas e pontos de palestra sôbre a vida alheia; os frequentadores divertiam-se jogando gamão. A botica era uma espécie de imprensa falante; e umas melhores informadas do que outras, conforme o pessoal que as frequentava.

* * *

Em outras épocas, as distrações familiares não iam além da — *Roda, Cirandinha, Padre Cura, Senhora Dona Sancha, Canivetinho,* etc. Era um elemento complementar da educação feminina. Havia antigamente as *casas de mestras,* onde se ensinavam costuras de todo o gênero, como fossem: bordados, rendas de almofada, bordado a ouro, sapatos de lã e muitos outros trabalhos de valor apreciável. Como incentivo da aprendizagem, não faltavam os beliscões, o olhar indicativo do que a mestra desejava, e o célebre limão colocado abaixo do queijo, para que a discípula não distraisse o olhar da costura.

Os rapazes, até aos dezoito anos, ficavam inativos, sem ocupação outra que não fosse aprender a ler.

Houve, nesta capital, uma curiosa instituição, que prestava grandes serviços: os recolhedores de tradições e dos fatos ocoridos na sociedade.

Em cada freguesia, um ou mais indivíduos tinham por profissão recolher, em cadernos de notas, os fatos

mais importantes dos respectivos quarteirões, principalmente os que se relacionavam com as fraquezas da vida pública e particular das pessoas mais salientes.

Dava-se uma luta entre famílias e cada uma punha em relêvo a sua importância social. Isto ficava apurado logo, mas era preciso conhecer-se o lado fraco e procurava-se o homem do arquivo. Êste, com a melhor vontade abria o seu caderno e discorria sôbre o assunto: "fulano nasceu em tal tempo, seus pais foram fulano e fulana; sua avó escrava e por vezes levou surra.

Teve um tio que cumpriu sentença, por êste ou aquele crime. Ou então: fulano, que está hoje figurando como gente, é filho de mulher escrava, que fugiu do engenho, ainda rapariga nova; veio para aquí, a sorte correu-lhe a mil maravilhas, os filhos já estavam bem arranjados, quando apareceu o senhorio. Houve uma luta tremenda para que tudo ficasse em sigilo, como, de fato, ficou devido a muitos empenhos e considerável soma de dinheiro".

Era isso nos tempos do obscurantismo. Hoje, o homem do arquivo está vantajosamente substituido pelo anonimato das *colunas de ferro* dos jornais, e não falta quem se entregue à faina de revolver coleções quinquegenárias de periódicos para desentranhar às vezes uma calúnia.

Jantares

O tradicional povo da Bahia, o folgazão de todos os tempos, sempre alegre, desde a comemoração dos fastos da história pátria, até as provas inequívocas da hospitalidade, não perdia ocasião de manifestar contentamento, ainda nas coisas insignificantes, exceção feita no regimen republicano, que criou a guarda cívico, para desrespeitar desde o mais alto funcionário ao mais simples dos cidadãos.

Fàcilmente se arranjava um divertimento: As promessas aos santos, batizados, ainda mesmo de bonecas, casamentos, aniversários, a chegada de um parente, as missas de Santo Antônio, S. João, Cosme e Damião, N. S. da Conceição, as festas do Natal, Ano Bom, Reis, prolongadas até o estúpido divertimento do entrudo, o qual fôra substituido pelo Carnaval ,em 1878, pelo então Chefe de Polícia, Conselheiro Carneiro da Rocha, que mandou distribuir máscaras e emprestar roupas do Teatro S. João a quem quizesse divertir-se. Os primeiros Clubes Carnavalescos eram denominados: *Comilões* e *Sacarôlhas*.

Os preços dos gêneros alimentares eram convidativos.

Assim era que uma quarta de farinha custava duzento e quarenta réis; uma libra de carne verde, duzentos réis; e, depois do meio dia, chamava-se carne virada, ao preço de cento e vinte réis; carne de charque, uma

libra, duzentos réis; um refrêsco — água, açúcar e limão ou vinagre, quarenta réis; um pão com manteiga e açúcar, quarenta réis.

Comprava-se na taverna: dez réis de cebola, dez réis de azeite doce e pedia-se um pouquinho de vinagre; um vintem de manteiga de porco, misturada com manteiga de vaca, acompanhada de uma cabeça d'alho; um queijo flamengo, por seiscentos e quarenta réis; uma garrafa de aguardente francêsa — conhaque —, oitocentos réis; uma garrafa de cachaça, cento e quarenta réis; uma libra de açúcar refinado, por cento e sessenta réis; uma libra de presunto inglês, quinhentos e sessenta réis.

Na quitanda pedia--se: cinco réis de tomate e cinco réis de limão, uma galha de coentro.

O vinho figueira, custava duzentos réis a garrafa, e tudo o mais relativamente.

Com pouco dinheiro organizava-se uma função bem regular. Para os convites, bastava o influente encontrar um camarada, batia-lhe no ombro, dizendo: "Fulano, hoje te espero em casa, às tantas horas; não há festa, mas, (citava um dos motivos acima) queremos nos divertir um pouco; não há cerimônia, vá de qualquer forma; (era o sonho democrático) arranje quem toque o violão, porque flauta e clarineta já temos".

* * *

Aproximava-se a hora da folgança; vêm entrando os convidados; um dos mais desembaraçados ia oferecendo aos homens pequeno trago de genebra, ou aguardente, como aperitivo; às senhoras, porém, delicado cálice de licor.

Começa o jantar.

Num labirinto, come-se, bebe-se, conversa-se, distribuem-se as pilhérias mais picantes. Entrementes, um conviva levanta-se, pede a palavra para brindar a dona da casa, com as formalidades da época. Terminado o brinde antes de se beber, outro conviva pede um — *adendo:* proponho que a saúde seja abrilhantada, pela importância da pessoa, com uma canção. Os presentes tocam as facas nos bordos dos pratos e copos, acompanhando o cantor:

Papagaio, periquito,
Saracura, sabiá;
Todos comem, todos bebem
À saúde de Sinhá!

Olhem como bebem
As morenas do Brasil!
O vinho na garganta delas
Corre mais que num funil...

Todos —

Papagaio, periquito etc.

— Peço a palavra, diz um conviva. Vou brindar, meus senhores, à cozinheira, pelo agradável prazer que nos está dando, com os seus apreciados quitutes.

— Pela ordem, exclama outro: o brinde da cozinheira há de ser concluído com uma canção, ei-la:

O vinho é coisa santa,
Nascida da cêpa torta;
Que a uns faz perder o tino,
A outros errar a porta.

Se tu és, vinho, robusto,
Eu sou quem te busco;
Se deres comigo na lama,
Bravos toré
Darei contigo na cama.

— Para corroborar a fibra, exclama um exaltado, na saúde da cozinheira, me ouçam:

Amigos bebamos,
Bebamos com glória,

Que a nossa vitória
Vai amanhecer.
E quando à chamada
Rufar o tambor!
Corramos às armas
Deixemos o amor.

Estribilho —

Amigos e companheiros,
Vira, vira, vira,
Companheiros, vira!
Oh ! que belo marinheiro !
Como trepa tão ligeiro!

Quem fôr covarde
Saia da mesa,
Que a nossa emprêsa
Requer valor — *(bis)*

Vira, vira, vira, companheiros, vira.

Bebem todos alegremente, continua o alvorôço, diversos convivas falam ao mesmo tempo; os que estão

sentados à mesa esquecem de que pessoas outras estão de pé, nos corredores; uns fumando, outros destorcendo o belo sexo; êstes conversando política; aquêles fulos de fome.

O dono da casa anuncia que vai preparar a segunda mesa, sendo necessário que quem está servido ceda o lugar a outro.

* * *

Segunda mesa: sentam-se os que estavam de pé. Apresenta-se, na sala, a senhora d. Ambrosina, que vem conduzindo uma sua amiga, a qual, por cerimônia, não quer servir-se de cousa alguma. Levanta-se um cidadão e oferece o seu lugar, dizendo:

— Sente-se aquí, minha senhora.

— Não senhor, muito obrigada, eu fico para depois.

O cavalheiro continua firme na sua gentileza. Afinal descobre-se o motivo da recusa de d. Ambrosina; é devido à falta de acomodação para a sua amiga.

— Não seja esta a dúvida: retira-se um menino da mesa.

Isto feito, todos acomodados, apresentam-se os tocadores de flauta e violão. — Peço a palavra, diz um conviva, para brindar *d. Fulana, senhora respeitável, de altos dotes.* Em resumo: *Esta senhora está tocada do espírito de Deus, não mais pertence à humanidade. (Bravos, muito bem).* O homem da flauta toca uma fantasia acompanhado pelo violão.

Depois, uma canção, acompanhada de instrumentos, inclusive castanholas; uma cançoneta, exibida no teatro S. João:

Dentista que fôr barbeiro,
Que se intitula doutor,
Sendo, apenas, curandeiro,
Enganando o mundo inteiro
Que tira dente sem dor!
Abre a boca... tá.

Pomada, pomada, pomada de primôr
Com ela se envolve o negócio do amor.

Rapaz solteiro ladino
Que a casados faz visitas;

E se julga muito fino,
Se faz festas ao menino
Sendo a mãe moça bonita!
— O' tão bonitinho!
— E' todo o retrato do papai.

Pomada, pomada, pomada de primôr
Com ela se envolve o negócio do amor.

Bravos! muito bem! batem-se nos pratos; copos, etc.

* * *

Nos divertimentos simples, a música se limitava a três ou quatro figuras; nos arrojados, porém, o número era maior: compareciam artistas de orquestras, inclusive cantores e instrumentistas, que abrilhantavam as festas.

Nos primeiros eram infalíveis as dansas, como fossem quadrilhas, polcas, valsas; nos segundos, porém, além do que fica acima dito, havia uma parte de modinhas e o nunca esperdiçado samba, circunstância indispensável ainda nas funções aristocráticas, a original

dansa da terra, nota obrigada nos divertimentos. Em tôda a função havia um certo número de indivíduos encarregados de discursar e cantar, alegrando o auditório.

As modinhas do tempo regulavam:

Carolina, que horas são estas,
Meia noite no bronze da torre;
Justos céus como é possível,
Prazeres que eu não sonhava;
O Trovador; A gentil Carolina era bela.
Teus lindos olhos, pretos e formosos;
Canção do Cego; Não há quem ame sem ter ciúmes;
Nestas praias de limpidas areias.

O inspirado trovador, músico e poeta, Francisco Magalhães Cardoso, cantando e tocando, fizera as delícias da época, nesse gênero. Nas arrojadas festas da Boa Viagem, Bonfim, Barra e muitas outras, o popular Chico Magalhães era nota principal, no seu elemento, fazendo se ouvir nas suas sempre apreciáveis composições: *Qual quebra as vagas do mar; — Tão longe de mim distante; — Lembranças do nosso amor; — Vai ó sensível saudade;* verdadeiras jóias do seu escolhido repertório, em que fez sucesso, com sua encantadora voz, delirando sempre apaixonado. A êste seguira Tito Lívio, no verso, e Aragão, na música, com: *O Sonho; A Caridade; A Vaga; O gigante de pedra,* e uma infinidade de modinhas, que justificavam o enlêvo. Faria Machado e outros vates e musicistas dedicavam-se à composição de modinhas, sem que fique no esquecimento o opulento ator dramático Xisto Bahia, com *Quiz debalde varrer-te da memória,* até o mavioso e infeliz José Bruno, adicionando-se-lhe o Manuel Ricardo. Naquela época constituia uma raridade encontrar-se um estudante que não fizesse versos, ou não tocasse um instrumento qualquer, especialmente a flauta.

A romaria da polícia

A antiga música do corpo de Polícia costumava solenizar a data de sua chegada a esta capital de volta da campanha do Paraguai.

Os festejos tomaram proporções surpreendentes; e para custear as despesas corria durante todo o ano, diàriamente, uma pequena loteria, cujo bilhete custava duzentos réis e a sorte grande era de cem mil réis.

No dia 11 de maio, logo aos primeiros albores da manhã, desfilava, com destino à capela do Bonfim, a corporação, uniformizada em grande gala, seguida de numeroso acompanhamento de populares que não cessavam de aclamar os defensores da Pátria.

Por todo o percurso faziam-se ouvir inspiradas composições, escritas algumas expressamente para aquêle fim.

Além dos populares, incorporava-se ao préstito pessoas gradas e oficiais de polícia. Chegados à capela do Bonfim, onde iam render graças ao Todo Poderoso, por terem escapado com vida, entrava logo a missa festiva, ouvindo-se ao Evangelho, sermão alusivo àquela romaria, no qual, o ilustrado monge beneditino, Fr. Francisco da Natividade Carneiro da Cunha, relembrava com fervoroso patriotismo os heróicos feitos d'armas do antigo corpo de polícia, sob o comando do coronel Joaquim

Maurício Ferreira, aos quais assistiu o orador, levando o confôrto e os alentos da fé cristã aos que se desprendiam da vida, no cumprimento do dever.

Terminado o ato religioso armavam-se barracas, no largo, fornecidas pelo Arsenal de Guerra, em meio de geral alacridade. Pouco depois davam começo à carneação, à semelhança do que fazia em campanha, dividiam-se as rações de boca, em que sobressaia o churrasco acompanhado do "mate chimarrão" à maneira riograndense do sul. No mesmo dia, à tarde ou no imediato, pela manhã, voltavam todos para a cidade satisfeitos.

No regimen republicano desapareceu uma cerimônia cívica que tão eloquentemente falava ao coração do povo, despertando o sentimento do dever patriótico.

As desavenças

As desavenças entretidas por mulheres do povo, quase sempre motivadas por ciúme, o desforço se fazia por intervenção de instrumentos aviltantes e perigosos como fossem o rabo de arraia, o esporão do agulhão bandeira, e o celebrado umbigo de boi. A mulher atingida por êste último instrumento quando apontava na rua, acrescentavam: fulana caiu no vergalho. Por muito tempo fôra improfícua a ação da polícia na repressão de semelhante prática, mesmo por que as que mais se distinguiam contavam com a impunidade, pela proteção que lhes dispensavam e até achavam graça nesse procedimento os grandes da terra. Era corrente no tempo que a pessoa surrada com o rabo de arraia, tinha as carnes do corpo engelhadas a cobrir os ossos. Para extinguir ou moderar o bárbaro costume, a polícia teve de intervir junto aos pescadores, proibindo-lhes que expusessem à venda as arraias com os seus perigosos apêndices. Não foram poucas as contendas havidas por causa dêsses detestáveis hábitos. Para maior eficácia da perversidade a cometer, o pescador logo que apanhava uma arraia, cortava o rabo e soltava o peixe. Assim praticavam na persuasão de que o efeito produzido era muito mais grave.

Outro costume também campeava sem repressão: eram as faladas surras com saco cheio de certa porção de areia fina, acrescida de substâncias outras venenosas e batiam diversas vezes no indivíduo, de modo que as

pancadas tocassem de preferência a espinha dorsal. Vi um saco de areia assim: uma espécie de bengala ou cacete grosso feito de pano forte, cosido e cheio de areia. Era fato consumado: o paciente tinha forçosamente que perecer.

Não era extranho aos aristocratas o uso de saco de areia contra os seus escravisados.

Pessoas de consideração foram vítimas de açoites com saco de areia, os quais lhes comprometiam certos vasos ou visceras vitais sem deixar vestígios do aviltante instrumento. À medida que se foram extinguindo êsses costumes perversos, outros vieram substituí-los. As mulheres de Cachoeira e Santo Amaro usavam um pedaço de madeira roliça, com cerca de dois centímetros de diâmetro, por cinquenta de comprimento, a que davam o nome de grima, instrumento especial para quebrar cabeças. A grima não ficou isolada no campo de ação; pois veio logo em seu auxílio o emprêgo da navalha, que, as mulheres traziam oculta no cabelo, ora na cintura, e às vezes em balaio. Os homens de má índole não dispensavam o uso de um cacete denominado — pau de fumo: era um pedaço de madeira em que se enrolava o fumo de corda.

A instrução primária

A reforma da lei de 1870 deu notável incremento à instrução primária, com o aumento do número de cadeiras e permitiu que qualquer cidadão sem o diploma de aluno mestre, pudesse ser nomeado professor primário, no interior. A política não perdeu a oportunidade de arrumar seus afilhados.

Os professores da capital abriram cursos preparatórios, dando candidatos prontos em sessenta dias, e alguns até se julgavam habilitados, com a frequência de uma semana. Os concursos foram em sua maioria verdadeiras catástrofes, que terminavam no escândalo, na galhofa.

Rapazes sertanejos, meio embrutecidos, afiançados pela recomendação do chefe político local, apresentavam-se e era aquela desgraceira no concurso.

Apesar de tudo voltavam nomeados.

Um dos melhores candidatos, fôra infeliz no concurso e muito contrariado com a reprovação, disse:

Quem não é do Externato
E' intruso à instrução.

E glosou:

Vou a todo candidato
Que quizer ser professor,
Dizer que não tem valor
Quem não é do Externato.

Se lhe traz a precisão
De mestre ser no lugar,
Qual! mandam-no bugiar...
E' intruso à instrução. (30)

(30) Embora existam alguns bons ensaios parciais, a história do ensino primário da Bahia, assim como a do ensino superior, ainda não foi escrita. E' um campo interessante para pesquisadores pacientes.

Cerração no mar

Assim era denominada uma comédia, que se exibia, principalmente, nos intervalos dos bailes pastoris. (*)

Um marujo cego, numa embarcação, vogando em alto mar, ao capricho de furiosa tempestade, eis todo o entrecho. Em sala completamente às escuras ouvia-se a queda de corpos, bater nos pratos, solavancos de encontro às paredes e fortes pancadas no chão.

A claridade produzida pelo algodão queimado ou pelo enxofre pulverisado, recebendo a chama de uma vela, momentâneamente fingia o clarão da tempestade, uma fôlha de Flandres tremulando, simulava o ulular da tormenta; pequeno foguete do ar, preso a um arame, ao incendiar-se dava o efeito do raio; uma bola de ferro, rolando no chão, produzia o som onomatopáico do trovão. E o marujo, já perdia a esperança, diante da procela e na iminência do perigo, monologava: (**)

E' noite,, cerração fechada,
Pela proa me apanhou!
Com a bitácula apagada
Nunca ninguém navegou.
Leme, casco, vergas, mastros
Tudo sem luz vai de rastro
Dar em terra como eu dou.

(*) Representou-se no Teatro S. João em 1869.
(**) A orquestra em surdina tocava a **Dalila**.

Sou cego, num temporal
A luz dos olhos perdí.
Ao rugir do vendaval,
Seguiu-se o raio, caí...
Caí sem luz nestes olhos,
Cego, metido entre escolhos,
Porque foi que não morrí!!

Que faço eu neste mundo
Sem bússola para navegar?
Sempre em risco de ir ao fundo,
Quer em terra, quer no mar!
Meu Deus, arrancai-me a vida,
Se desta noite comprida
Não devo mais despertar.

Onde está tua bondade,
Se me deixastes viver?
Nas fúrias da tempestade
Não me quizestes abater?
Mas, em negra escuridão
Seria bendita a mão
Que me fizesse morrer.

Ah, luz do sol, tão brilhante,
Que nunca mais eu verei!
Nem da lua o semblante
Outra vez enxergarei!
Ah mastro grande querido,
Que tu, gageiro atrevido,
Já nunca mais eu verei.

Ah, vida alegre doutrora,
Quem te poderá viver?
Já num romper d'aurora,

Nem o sol a se esconder;
Nem da terra apetecida
O sorrir da espôsa querida
Meus olhos poderão ver!

Sei que é dia e nada vejo,
Sei que é noite, e noite escura;
Nem da lua um só lampejo
Nestas trevas de espessura!
Eu não creio que haja Deus,
Pois se me ouvisse, do seio
Não me dava esta tortura.

Coragem, que me importa o perigo!
Que importa a fúria dos ventos,
Com mar e céu por abrigo
Quem teme, neste momento?
Coragem, que é nosso brio
Arrostar com sangue frio
A luta dos elementos.

Coragem, homem do mar,
Onde está nossa bravura?
Quem não se atreve afrontar
Os golpes da desventura?
A mim, a mim, companheiros,
Que êste mar p'ra marinheiros
E' honrosa sepultura,

Mentira, Deus não existe!
Tal não posso acreditar.
O raio com que me feriste,
Nas fúrias do alto mar,
Não podia ser vibrado
Por quem na cruz foi pregado
E morreu para nos salvar.

Perdão, perdão, Deus do Céu...
Creio em vossa Divindade!
Embora êsse espêsso véu
Me esconda a luz da verdade!
Creio na voz do trovão,
Que me diz o coração:
Existe um Deus de bondade.

Na época escreveram-se algumas paródias, como fossem: *Cerração na Cachola*, e *Cerração na Bolsa*, da qual sito aquí, de memória, êstes versos:

E' noite, cerração fechada
Pela proa me apanhou;
Com a bolsa magra, achatada,
Nunca ninguém flauteou.
Relógio, livros, corrente —
Tudo foi-se, de repente,
Dar no prego, como eu dou.

O Automobilismo

Imperavam ainda, nesta capital, a cadeira de arruar e o árdego corcel, no transporte das famílias abastadas e do rico comerciante, quando o dr. Francisco Antônio Pereira Rocha, incansável propugnador dos melhoramentos materiais da terra, importou em 1871, uma máquina muito parecida com os atuais carros compressores, tendo uma quinta roda, na frente, exclusivamente destinada à direção do veículo, que era movido a vapor.

À máquina estava ligado um carro, à imitação das antigas gôndolas para acomodação de passageiros.

O povo apinhado na Praça do Palácio contemplou, admirado, as evoluções daquela máquina, cujas rodas eram forradas de borracha.

O transporte da cidade baixa para a alta era bastante difícil, principalmente, no ato da ascenção de ingremes inclinações, fechando-se apostas contra a subida da ladeira da Conceição da Praia. Afinal, a "borracha do Rocha", conforme a pitoresca denominação popular, galgou aquela via pública e percorreu as diversas ruas sem o menor acidente.

De volta de uma excursão ao Rio Vermelho, partiu-se uma peça da máquina, à margem do Dique, e os passageiros tiveram que continuar a viagem em um trole da Companhia "Trilhos Centrais" de recente incorporação.

Pelos festejos do imortal Dois de Julho de 1871, o auto fôra armado em transporte de guerra, o que produziu belo efeito.

O povo da antiga cidade, sempre alegre e folgazão, improvisou a seguinte quadra, colocando, em desafio, o auto e o elevador hidráulico:

Havemos de ver dos dois
O que aperta ou afrouxa:
Do Lacerda o "parafuso",
Ou a borracha do Rocha.

Afinal, como não souberam aproveitar os serviços que poderia prestar o original veículo fôra êle levado para o Rio Grande do Sul. (31)

(31) Também se referem à **borracha do Rocha**: O **Resumo Cronológico**, pag. 217-18, Jão da Silva Campos, nas **Tradições Baianas**, pag. 127-129 e Carlos Alberto de Carvalho, n'**A Locomoção da Cidade**, pg. 28. Esta última monografia completa a notícia com a da chegada dos primeiros automóveis, de pg. 31-34.

A Segunda-Feira do Bonfim

A conclusão da guerra do Paraguai proporcionou aos que de lá voltaram, desafogados da labuta de cinco anos de atrozes sofrimentos de tôda ordem, o aumento de diversões populares.

Começaram por se dirigirem ao arraial das Candeias, e ainda à cidade de Santo Amaro, nos dias primeiro e dois de fevereiro. Saveiros, barcos, lanchas, todos empavezados, conduziam grande multidão de romeiros e pessoas outras, inclusive músicos, diletantes, tocadores de violão e trovadores. Nas Candeias, armavam casas de palha, botequins, e, por espaço de três dias, entregavam-se a tôda a sorte de diversões.

Eram repetidas e constantes as alterações da ordem pública, do que resultavam ferimentos e até assassinatos, e daí a esquivança e o retraimento da romaria das Candeias. Foi então que Pero Luciano das Virgens, excabo d'esquadra do 41.º Corpo de Voluntários da Pátria, numa segunda-feira imediata à festa do Bonfim, dirigiu-se ao arrabalde de Itapagipe, conduzindo uma barraca e todos os acessórios militares que lhe serviram na campanha.

No trajeto da cidade ao ponto de destino ia desenvolvendo as diversas peripécias da guerra, como fôssem: *entrada em combate, tropeços na marcha, espionagem do inimigo, carregar! fogo! calar baioneta, retirada, car-*

neação, etc, provocando destarte estrepitosas gargalhadas do observador. Chegado ao largo do Papagaio, o voluntário Luciano das Virgens armou a barraca, e do melhor modo, rendeu graças ao Senhor do Bonfim, por ter escapado de tantos perigos experimentados. Assim tiveram origem os festejos da segunda-feira do Bonfim.

Dessa data em diante começaram de afluir ao arrabalde pequenos grupos e que, proporcionalmente, foram aumentando. No dia aprazado, logo pela manhã, davam começo à romaria.

Os bondes não comportavam o grande número de passageiros, por isso que excediam da lotação. Uns sentados, outros de pé, êstes nos estribos, aquêles na plataforma. Sem embargos da grande aglomeração, alí mesmo ouviam-se as bonitas modinhas, recitativos com acompanhamento de violão, de cavaquinho e harmônica, sem faltarem os ditos burlescos e engraçados. Por todo o trajeto encontravam-se grupos, cantando e tocando, e que se dirigiam ao mesmo local.

Os que seguiam a bonde vozeavam para os que se dirigiam a pé: *Adeus, pobreza!* isto em meio de grande algazarra. E destarte tornou-se o arrabalde de Itapagipe o centro de convergência de animadas diversões, às segundas-feiras, após a festa do Bonfim.

O largo da Ribeira ficava apinhado de gente, de modo que dificilmente era aí o trânsito permitido. Grupos enfileirados, formando cordões, cantando e tocando, a custo podiam romper a compacta massa de povo. Os estabelecimentos bancários e comerciais, fábricas, repartições públicas, enfim, todos os ramos de atividade, eram paralisados pelo feriado popular. O povo, numa alegria irreprimível, assemelhava-se a crianças em recreio. Os ranchos de reis percorriam o arrabalde, vesti-

dos a caráter, entoavam seus cânticos especiais, seguidos de grande acompanhamento de populares.

Mercadores ambulantes forneciam, por preços accessíveis a tôdas as bolsas, medidas e registos dos mais simples aos mais enfeitados de ouro.

A cidade por assim dizer, despovoava-se. Cavaleiros, grupos musicais, famílias, todos concorriam para o mais suntuoso brilho das diversões.

A todo momento se ouvia:

Psiu! psiu! psiu!
Venha cá meu bem,
Psiu! psiu! psiu!
Eu não vou lá não.

Todos

Onde vai morena,
Apressada assim?
Vou colher as flores
Lá no meu jardim.

Um gaiato, satisfeito, bradava: *"Tristezas não pagam dívidas"*. Outro retorquia: *"Quem canta seus males espanta"*.

Se surgia um borracho cambaleando, bradava logo um popular: *"Oh! que rua mal calçada!*

Alí era um rancho, que cheio de animação, desfilava, cantando:

Cheguei, cheguei,
Cheguei, agora
Cheguei, e neste instante
Andorinha vai embora.

Secou-se a água do mar,
Acabou-se a geometria,
A negra perdeu a ovelha,
O estudante a academia.

No meio dessa alegria ouvia-se a miúdo um dito engraçado:

"E durma-se com um barulho dêste, e diga-se que passou bem a noite".

Acolá vê-se um cordão de povo, tocando castanholas, a entoar:

Sussú, sossegue,
Vá dormir seu sono,
Está com medo, diga,
Quer dinheiro, tome.

Mais adiante, está um samba ao ar livre, em que se ouve a cantiga:

P'ra dor de dente,
Cocada;
P'ra indisgestão,
Feijoada;
Mulher velha na Bahia,
Se eu fosse a morte
Matava.

Casa de palha é mulambo,
Se eu fosse o fogo queimava,
Mulher alta, magra e feia,
Se eu fosse a morte matava.

Nesse ínterim diz um pândego:

"Vá saindo, malvado!"

Outro, aí presente, retirando-se, diz:

"Como isto pode dar em barulho — Não me dou bem com a cachaça de ninguém".

Se por acaso surgia um cidadão trazendo alta cartola contra o prosaismo da festa, gritavam logo:

"Chapéu de pêlo engole êle". Na mesma ocasião, acrescentava outro: *"Olô que manimolência".* Invariàvelmente todo o ano apareciam as chulas novas, os ditos apropriados e muita troça divertida. Os continuadores de antigos menestréis e trovadores, como o simpático Chico Sepúlveda, com sua voz elegante e agradável estilo se faziam ouvir, em meio de ruidosas ovações. Quem não se recorda desta canção do Sepúlveda?

Dês que meus olhos te viram
Que fiquei por ti perdido;
Fugiste, também fugí,
Ficou-me um só lenitivo.

Não fujas assim de mim,
Pois eu te trago na mente,
Vem ver quanto é grato em mim
A paixão que meu peito sente.

Vem depressa, não demores,
Abrandar a minha dor.
Por Deus, arcanjo, eu te peço
Vem compensar tanto amor.

Não fujas, etc.

Retirava-se o popular cantor, e, mais adiante, fazia-se ouvir engraçada chula do seu repertório:

Chô galo, chô galinha,
Chô pinto, chô perú,

Periquito de S. Gonçalo,
Jandaia comeu o milho,
Com que sustentava meu galo;
Eu vi o meu galo morto,
Chorei... chorava.

O' minha vizinha,
Domingo eu vou lá,
Me guarde uma cousa,
Que não faça mal.

Chô galo, etc.

O' minha vizinha,
Deu Ave-Maria,
Vamos para Barra,
Fazer romaria.

Sou pássaro preto,
Que ando voando,
Por cima d'água
Só peneirando,
Por baixo dela
Vou mergulhando.

Chô galo, etc.

Outra:

Maria Inácia cabelos não tem,
Trepa moleque custa quatro vintém;
O dinheiro é meu, não é de ninguém,
Quem tiver inveja faça assim também.

Se eu te pedi foi por precisão
Como tarde me deste
Não quero mais não.
Aranhas me mordam,
Me puxem os cabelos,
Me joguem no chão:
Castigue o seu bode,
Conforme a razão.

O engraçado cançonetista e amador dramático Manoel Ricardo de Santana, empunhava o violão, prendia o auditório com a sua popular

A LISTA

Não me chame de cacete
Por causa desta revista,
Que, apesar de muito honesta..'.
Ta-ra-ra-la-la-lá, está na lista.

Janotinha abrilhantado,
Que só festas tem em vista,
Sem emprêgo, sem herança...
Ta-ra-ra-la-la-lá, está na lista.

Caixeiro, que anda na moda
E com o patrão joga a crista
Na ocasião do balanço...
Ta-ra-ra-la-la-lá, está na lista.

Estudante que, sem livros,
Vai às aulas por flautista,
Quando vai prestar exames...
Ta-ra-ra-la-la-lá, está na lista.

Bacharel que a muito custo
Só a pulso o grau conquista,
Tornando o direito torto...
Ta-ra-ra-la-la-lá, está na lista.

O doutor em medicina
Que o pobre doente avista,
Se indaga — você tem febre...
Ta-ra-ra-la-la-lá, está na lista.

O político invencível
Forte oposicionista,
Quando pega na chupêta...
Ta-ra-ra-la-la-lá, está na lista.

O oficial que ao soldado
Prende por faltar a revista,
Vejam sua fé de ofício...
Ta-ra-ra-la-la-lá, está na lista.

Jovem casada com velho
No comércio sempre vista,
Se na volta traz presentes...
Ta-ra-ra-la-la-lá, está na lista.

Convidado sem empenho
Conhecido bom garfista,
Quando cai na mesa alheia...
Ta-ra-ra-la-la-lá, está na lista.

E p'ra não perdermos tempo
Pois é coisa que está vista,
Todos nós aquí presentes...
Ta-ra-ra-la-la-lá, s'tamos na lista.

Para os lados da Madragôa, em elegante vivenda, onde o conjunto harmonioso da ornamentação denotava a residência de pessoa de tratamento: aí, nessa espécie de ninho amoroso, de uma feita, três artistas de eleição deliciavam os ouvidos dos assistentes com uns acordes encantadores.

Adelmo Nascimento, no seu mavioso violino, executava delicado trecho sôbre motivos da *Norma;* Tobias Magalhães, num soberbo Pleyel n. 4, os melhores do tempo, irrepreensivelmente acompanhava-o, como especialista que fôra; o flautista, porém, a contra-tempo, modulava umas notas aveludadas, nos graves.

O auditório ficara arrebatado de entusiasmo. Feito silêncio, as ovações justificavam o valor da execução, pelo sentimento expressivo e pela condigna interpretação do trecho musical.

Depois de pequena pausa, ainda ecoando aos ouvidos das pessoas presentes os rumores longínquos da agradabilíssima batalha de sons, eis que se aproxima do piano uma senhora, já entrada em anos, de aspecto grave, ainda emocionada pela alegria, e pede que lhe acompanhem uma modinha.

E, com firmesa na voz, deliciosamente cantou a jóia literária que se segue do mavioso vate Bruno Seabra, música do maestro Gurjão:

As doces crenças do primeiro amor

Foi pela sésta, eu cismava à sombra
Da laranjeira rebentando em flor;
Veio a saudade despertar minh'alma,
Lembrando as crenças do primeiro amor.

Após, de leve, veio o sono doce,
Como um suspiro do primeiro amor!
Embalde as peço, à tardinha, às aves,
E à laranjeira rebentando em flor.

Passando a brisa sacudiu os ramos,
Da laranjeira rebentando em flor!
E as lindas flores alastravam a relva,
Como um leito do primeiro amor.

Era num bosque, pensativa dama,
Trajando as vestes do primeiro amor:
Eu a vi sentada, sôbre um tronco verde,
Todo em renovo, rebentando em flor.

Fáda-me, ó fada, neste bosque ameno,
Há tanta relva rebentando em flor!
As açucenas namorando as brisas,
Abrem seus seios ao primeiro amor.

Meu sol de noivo vi tombar no ocaso
E com êle as crenças do primeiro amor;
Embalde as peço, à tardinha, às aves,
E às laranjeiras que rebentam em flor.

Dái-me um abrigo, nos teus brancos seios,
Verás minh'alma rebentar em flor!
Dá que em teu colo, reclinando a fronte,
Eu sinta a febre do primeiro amor.

Ergueu seus olhos, acenou-me rindo,
Que olhar aquêle, que sorrir de flor;
Corro a beijá-la, despertei, sonhava!
As doces crenças do primeiro amor.

Os Bobos

Desde a mais alta antiguidade, vêm essas personagens figurando como elemento de distração nas côrtes alegres. E' bem verdade que uns foram perversos, outros inofensivos.

Aquêles por cálculo, não podendo contrair suas inclinações, tornaram-se arrogantes, pretenciosos, tirando partido de tudo, até que obtiveram doações de terras, isenções de impostos, pensões, mausoléus, chegando alguns a imortalidade, fato muitas vezes recusado a homens de valor.

Com o decorrer dos tempos, foram os bobos adquirindo posições de destaque, e aí nunca perdoaram aos que, em consciência, os detestavam.

Em Portugal, donde nos veio a tradição, já no tempo de Afonso Henriques, existia D. Bibas — o truão, cuja ação, de valimento fôra benéfica, vingando os oprimidos contra os poderosos, sem a subserviência do adulador.

Os inofensivos, às vezes, vingavam-se da posição humilhante em que se encontravam, dizendo, à face dos patrões, verdades cruas, que, sem a impunidade da condição, não seriam capazes de proferir. A Bahia não podia escapar à influência da metrópole, e foram os senhores de engenho e poderosos do tempo que, deconhecendo os

acabrunhadores vexames da necessidade, estabeleceram a instituição dos bobos, desde que o elemento servil lhes assegurava certa independência e abastança. Não os preocupavam as especulações do espírito, viviam na mais franca ociosidade, e era mister empregar parte do tempo em diversão mais ou menos duradoura.

Indivíduos falhos de recursos, e sem disposição para o trabalho, imbecilizavam-se, com fins lucrativos tornavam-se parasitas, desempenhando, satisfeitos, o *papel de bôbo*.

No recôncavo da Bahia, notadamente nos municípios de Cachoeira, Iguape e Santo Amaro, residiram, muito tempo, três indivíduos, que acudiam pela antonomasia de: *Cazuza Laborão*, *Campante* e *Rodrigo Batoque*.

Um titular de importância, antigo coronel de milícias, valoroso nas lutas da Independência, de real prestígio, reunia a essas qualidades muita estima popular e fôra um varão essencialmente alegre e de gênio folgazão. Constituiu-se o chefe de um grupo que desfrutava as cenas burlescas proporcionadas por êsses bôbos.

A êles davam alimentação, vestuário e dinheiro. Um fornecia o terreno; outro mandava fazer as plantações, e o produto da safra lhes era entregue, em ocasião oportuna. Sempre que os negócios corriam à feição, não raro se reuniam os fidalgos em alguma vivenda de um dêles, e, para divertí-los era indispensável a presença de um dos bobos, a cuja busca eram despedidos os pagens, tendo preferência o de nome *Laborão*.

Seguiam os criados; os bobos fingiam importância, faziam-se rogados.

Muita vez maltratavam os mensageiros, tornavam-se exigentes, o que os obrigavam a grandes promessas, e afinal cediam.

Vinha o *Laborão* trajando roupa branca, em dia chuvoso, cavalgando árdego poldro.

Percebida que fosse pelos fidalgos a aproximação do bôbo, imediatamente mandavam soltar uma égua, para além da porteira ou cancela do engenho.

O encontro dos animais enfurecidos punha o bôbo cavaleiro em palpos de aranha.

E' fácil imaginar a colisão e o perigo a que expunham o pobre bôbo, o qual fazia esforços ginásticos para se ver livre de tão inesperada agressão, embora tivesse a roupa branca amarfanhada. Os fidalgos riam a bandeiras despregadas, e o arlequim, bastante intrigado transpunha o nobre solar, maldizendo a sua sorte, e ao mesmo tempo bradando contra tudo, sem esquecer alguns impropérios, proferidos a esmo, porém, que eram recebidos sem ofensa.

Para abrandar tamanha cólera, mandavam servir bebidas ao bôbo e oferecer-lhe novas roupas; e como estas não se ajustavam bem, explodia a gargalhada. À mesa do jantar, a fidalguia punha em atividade todos os recursos, de sorte que o bôbo emprestasse a maior animação àquêle íntimo ágape. Só êste tinha o direito de falar, discutir, ralhar com criados, dizer graçolas às mucambas.

Se aparecia alguma pessoa extranha e fazia uma saúde, o bôbo era obrigado a corresponder ao brinde, com uma saraivada de asneiras, improvisadas de momento e proferidas com ênfase, o que provocava francas risadas e aplausos das pessoas presentes. Os jantares sucediam-se, diàriamente, na vivenda dos outros fidalgos, assim não faltasse o espírito ao bôbo.

Nessas alegres refeições, apenas tomavam parte cavalheiros. Subiam de importância êsses banquetes, quando ao Laborão se juntavam o Campante e o Batoque, aos quais eram dirigidos convites especiais.

Êstes compareciam cavalgando bons animais e acompanhados de pagens. Tais eram as libações a que se entregavam os bobos, que afinal, se embriagavam, e, nestas condições, se tornavam insolentes. Nessa ocasião eram os criados chamados a introduzirem os bobos, em sacos vasios de açúcar, e grande era a relutância em se deixarem prender. Isto feito, esturgia a galhofa e Campante, Laborão e Batoque, para se livrarem do saco — *miavam, rinchavam, cacarejavam, grunhiam,* enfim imitavam tudo quanto lhes fôsse ordenado.

Enfadados daquelas cenas grotescas, mandavam os fidalgos colocar nos quatro ângulos da sala de jantar bacias ou vasos com vinho, e davam ordem:

— *Vão pastar.*

Os bobos punham-se de quatro pés, dando coices e mordendo uns aos outros ,terminando por beberem o vinho dos vasos, como se fossem animais, na manjedoura.

Laborão chamava-se fuão Carneiro.

Entenderam que sua mulher devera ser tratada por — *Ovelha,* o que fazia o bôbo exasperar-se.

Foi o caso que, estando presentes pessoas estranhas, um dos fidalgos dirigiu-se a uma delas, mais ou menos, nestes têrmos: "Meu bom amigo, necessito de um favor seu. O Laborão é um grande criador, especialista em ovelhas de raça; já me tem feito oferecimento de diversas, porém, preciso ainda de mais uma para o Barão de Belém. Quando estivermos à mesa peça-lhe, como favor

especial, que ceda uma ovelha". No momento oportuno, o cidadão, que desconhecia a fraqueza do Laborão, encaminhou-se para o bôbo e fez-lhe o pedido.

Ao pronunciar a palavra — *ovelha*, o Loborão possesso, ficava alucinado; quebrava copos, garrafas, atirava-se contra o interlocutor, no que era contido, e então desafiava céus e terra. O barão e seus amigos prorrompiam em gargalhadas, enquanto se conservava estatelado o inocente autor de todo aquêle incidente. Se o bôbo, ainda dominado pelos vapores do vinho, insistia nas violências, era ameaçado de, novamente, ser metido no saco. Certo deputado baiano consagrava tamanho aprêço ao seu bôbo que, sendo nomeado ministro, levou-o para a Côrte.

Os bobos de hoje são de espécie mais ladina: *laboriosos* e *diligentes*.

Cantor de Modinhas

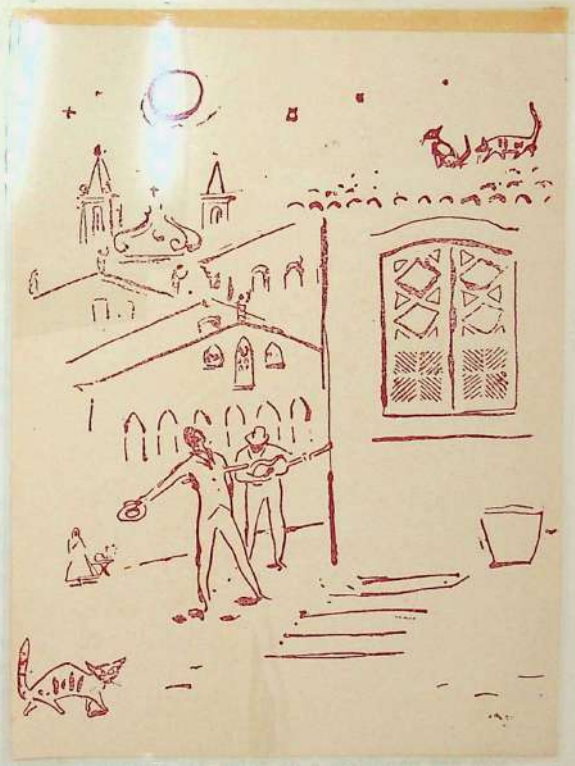
Hoje temos avenidas, chauffeurs, palácios e bondes elétricos, com o horário um pouco atrasado.

Temos a cidade em grande movimento, e os guardas civis postos de ataláia para que as cousas marchem segundo o protocolo da graciosidade. As moças não se vestem como as damas de 1730, nem como as maravilhosas incríveis, ou as belezas dos tempos íberos. Toucam-se melhor e fulminam um cristão com as graças de seus encantos.

Os homens seguem os riscados dos figurinos de Paris ou de New York, num snobismo encantador da mais alta parvoíce, que chega a ser fenomenal. Um tipo da moda agora é bem diferente da elegância de Petrônio, ou do príncipe de Sagan; Alcebíades, que foi cantado pelo aprimorado da vestia, hoje, talvez, não passasse de um ente vulgar, ante a distinção do corte do fraque de qualquer Narciso, que, às 3 horas da tarde, forma na esquina da Praça Rio Branco, a antiga de Palácio, vendo as donas passarem nos seus sapatos à Luiz XV.

Como tudo mudou, já se não encontram mais os palanques, as cadeiras de arruar, as liteiras, as andorinhas, as gôndolas e a machambomba.

Os meios de transporte são outros, mais compatíveis com o evoluir do século: o automóvel e a motocicleta.



Cantor de modinhas

Ilust. de Caribé

Dois dias idos e ninguém andará mais de cab; os passeios serão feitos em aeroplanos, indo-se, às tardes frescas por sôbre as vilas e povoados, com a segurança de quem palmilha por estrada macadamisada.

E tudo isto é obra do Progresso. Quando êle aparece numa cidade tudo se transforma, os usos e os costumes dos velhos somem-se, para as novidades imperar. Deixa-se de comer o clássico cozido à portuguêsa, a carne assada, os ovos cozidos, e à sobremesa o melado polvilhado com a torrada farinha de mandioca. Hoje um homem senta-se à mesa e o criado serve-lhe potage à la Reine, salmis de pigeons e salada de mâches. Levanta-se satisfeito, depois de ter mastigado pomes; toma café com conhaque e fuma charuto fabricado em Maragogipe, mas que lhe foi vendido como puro havano. Não dorme à sesta, nem usa pomada de cheiro no cabelo. Vai ao lírico, ao cinema. e, como é perfeito em tudo, dança two step e ridiculariza a velhinha que reza em seu rosário.

Tudo isto é bom. Mas eu, que fui criado vendo o andador das almas pedindo — uma esmola para as almas santas e benditas do purgatório, nas segundas-feiras, metido em sua capa verde e com a bolsa com a estampa de prata para a gente beijar, tenho saudade dêsses dias que passaram na voragem do tempo.

Hoje, não se encontra mais essa personagem; nem o irmão do Divino Espírito Santo, com a bandeira vermelha, encimada pela pombinha branca que se venerava tanto... Nada! Quando se aproximava a festa do Divino saíam os meninos a cantar, recolhendo esmolas, ao som dos pandeiros e do rufar dos tambores, de calções e jaqueta carmesins e chapéu coberto de algodão e cheio de fitas de tôdas as côres. Era um encanto, que trazia tôda a cidade alegre.

Não há mais nada disso; tudo se afundou pela guela do minotáuro que inventou os pórticos iônicos e os elevadores elétricos. De si nada ficou. As revistas não recolheram as suas silhuetas nem a imprensa o seu perpassar pelas ruas.

Entre êsses tipos que floresceram no tempo dos cosmoramas, com realejo à porta, sobressaia pela sua importância originária o Cantor de modinhas. Si a tanto me ajudar o engenho e a arte, como disse o namorado de d. Catarina de Ataíde, talvez... Não, não! Só as competências poderão traçar-lhe o perfil...

Hoje... E digam as Musas o que era o Cantor de modinhas nessas noites deliciosas da eterna primavera de nossa terra! Ah! O Cantor de modinhas! O progresso estrangulou-o de uma vez, para que não proliferasse, como os cogumelos no campo. Hoje não há um só para remédio!

Fizesse luar ou a terra estivesse alumiada pela via-lactea ou Saturno ou Urano, nos sábados, às dez horas, quando as vendas fechavam-se e as Lílias iam dormir, o cantor aparecia, e na primeira esquina, encostado ao frade, depois de temperar a garganta, e o acompanhador afinar o pinho, abria o éco e ninguém podia resistir, si o pândego era senhor do ofício. Da meia noite em diante, em pouco tomado, as cordas do violão ou do cavaquinho gemiam, e êle, com o lenço amarrado no pescoço e a ponta do cigarro detrás da orelha, dava as notas mais sentidas, arrancadas do coração, naturalmente, sem esforço.

Ninguém o confundia com outro ser; era sui generis. Quasi sempre era um cabra, altura regular, magro, pernas finas e pescoço comprido, olhar vivo e boca rasgada, muito pernóstico e usando bem alto topete, com a estrada da liberdade sem uma curva. O chapéu deitado a

três pancadas, completava o físico do cantor. Metido em uns chinelos sem meias e de paletó de pano leve, tinha mais importância do que um rei. Si não era charuteiro ou marcineiro, era oficial de alfaiate. De dia, de pernas trançadas, assobiando, cosia calças de sedan ou pospunta a sobre-casaca de pano fino do comendador dos Anzóis, freguês de tenda; mas, à noite... não chegava para quem o queria.

Batizado nas Sete Portas, na Quinta das Beatas ou no Tororó que êle não estivesse, não prestava; aniversário sem a sua presença, não tinha graça. Era a vida das funções e a alma das reuniões.

Nêsse tempo estava em moda, entre outras cantigas, As Baianas. Era cantada em tôdas as casas e batida em todos os pianos. Todo moleque assobiava e tôda mocinha trinava-a à costura.

Parecia uma praga, mas que a ninguém incomodava. Nas suas serenatas o Cantor não podia deixar de acordar os euros com suas notas plangentes, contando as graças da mulher baiana, mormente se êle sentia que se abria uma janela e um vulto meio oculto aparecia para escutá-lo. Sua imaginação exaltava-se, supondo alguma Márcia apaixonada de sua vóz, quando não de sua pessoa galante e correta, como de cabra que se preza e sabe o valor que tem.

Levantando o diapasão, meia oitava acima, mirando a lua ou a estrêla do pastor errante, numa posição de Simplício jurando uma eternidade de amor, ao acompanhamento da prima e do bordão desfazia-se todo. E então ninguém lhe vencia — ninguém — nem o tenor do teatro, nem o tiple que no côro da igreja grasnava corretatamente o solo.

Era um gôsto vê-lo e ainda mais ouví-lo, mão no bolso das calças, o cacete em baixo do braço. O companheiro, o rapaz do violão, era a sombra de seu corpo.

Aonde um ia o outro estava: eram insuperáveis como os irmãos siamêses, pela arte e pelo gênio. Mas o Cantor era um pouco superior, êle reconhecia e, porisso, às vezes, relevava as suas embirranças, sôbre o tom que estava certo, e êle queria com outro sainete, que julgava quadrar bem à sua modinha, últimamente escrita por um vate obscuro e cuja música arranjou de diversos pedaços.

A noite está bela. A cidade silenciosa e as ruas desertas convidam mesmo para um descante. Não se ouve um cão ladrando, nem se sente vulto de namorado dobrando à esquina. A viração vem de leve, como que saudosa da luz bruxoleante, dos lampeões de azeite de peixe, suspensos em uma engrenagem de ferro, e agora substituida por não menos trêmula luz do gás carbônico. Parece que tudo se quieta — pássaros dos ares e rusgas da terra — para ouvir o Cantor de modinhas com todo sentimento. Depois de temperar a garganta e cuspinhar para o lado, aos guinchos, por entre os dentes, faz sinal e começa:

"São astros luzentes, são lindas estrêlas
Os anjos formosos da minha Bahia;
Os olhos se quebram, meu Deus, que ternura
Se vivos fascinam qual astro do dia!

Seus risos são flores caídas do céu
Em lábios formados de fino coral,
Que enfeitam as liras de nossos poetas,
Que ornam seus cantos com voz divinal;

E tomando outra atitude, marcando o compasso com o pé, num alegro febril, entra no estribilho:

"Quem há que escutando seu canto melífluo
Não julgue expandir-se num céu de prazer,
Com os ternos arroubos da voz argentina,
Os anjos baianos nos fazem morrer".

— Bravo! grita o companheiro entusiasmado. E êle, o trovador, com a voz segura, afinada, vai até a última estrófe.

"As flores que exalam suave perfume,
Que em muda linguagem nos falam de amôres,
Têm magos encantos, têm mil atrativos,
Porém das baianas não têm os primores..."

Daí segue, repetindo a mesma modinha, pela Rua Direita de Palácio, pela da Misericórdia, entrando no largo do Terreiro, no botequim do Moscôso, às 2 horas da madrugada, onde é recebido com aplausos, e onde, com uma pataca, tem um prato cheio de suculento mocotó, como apetitoso môlho de vermelhas malaguetas. Vem a meia garrafa de Figueiróte, e antes da segunda libação ainda desata a garganta e todos os apreciadores da mão de vaca, da bodega da esquina que dá para as Portas do Carmo, dão palmas e louvam o cabra limpo, que desafia quem possa cantar melhor.

Um pouco pesado sai em caminho de casa. Do lado do oriente tons róseos vão aparecendo. E' a manhã que surge alegre, como são tôdas desta terra miraculosa.

O Cantor, na porta de casa, ainda gorgeia. E' o cisne que se despede de uma noite silenciosa. Entra no poiso; meio vestido, atira-se sôbre a cama e dorme como um bemaventurado. sem pesadelo, sem apoplexia.

Quando acorda, às 11 horas ou meio dia, sente-se um pouco aborrecido. Almoça; muda a roupa e sae, disposto para outra noitada, não tão prolongada, mas regularzinha, porque o outro dia é segunda-feira, dia de branco.

O Cantor de modinhas de antanho desapareceu, sem deixar continuador. O progresso torceu-lhe o gasnete e êle morreu como um carneiro, sem soltar um balido. Bem disse um poeta:

"Maldito seja o progresso
Que tantos males nos faz,
Vivia tudo tranquilo,
De repente — zás!"

E com o Cantor de modinhas foi-se o andador das almas, os irmãos do Santíssimo e do Espírito Santo, o carcamano do realejo, o capitão do canto e muitas coisas mais incluindo os pés de moleque e os roletes de cana mirim.

Um Baile (32)

Em 1859 o imperador d. Pedro II e sua virtuosa esposa, d. Tereza Cristina, se dignaram visitar esta pacata ex-província, mas honrada, de um nome feito nas letras, no comércio, nas artes e na indústria.

A Bahia não tinha avenidas, nem a rua da Montanha, nem as obras do Pôrto, nem bondes, elevador e plano inclinado. Os moradores da cidade alta desciam calcante pede para a baixa pelas ladeiras da Misericórdia, Preguiça e outras. Os ricos iam em cadeirinhas de arruar. Como descer todos os santos ajudam, sempre se chegava são e salvo à rua da Alfândega ou ao Arco do Morgado. Para subir, fechado o comércio às 6 horas, um cristão munia-se de paciência e lá ia, pegando-se com S. Pedro e as onze mil virgens, apoiado na bengala e no guarda chuva. Enfim, depois de arfar, suar e arrenegar-se do péssimo calçamento de pedrinhas miúdas, tomava a casa, entre as 7 e as 8, onde a família o esperava para o suculento jantar, constante da bôa sôpa de macarrão e ótimo cozido à portuguêsa, o lombo cheio ou o peixe de escabeche. O vinho era o clássico Figueiróte; depois servia-se o café da Chapada e o charuto regalia de fumo

(32) O baile foi descrito pelo **poeta graxeiro**, João Nepomuceno da Silva n'Os Mistérios da Bahia; Bahia, 1861. Sôbre êsse poeta veja-se a crônica mais abaixo.

dos campos de S. Felix. Os havanos eram para os magnatas e os tolos, que compravam a pêso de ouro o que vem do estrangeiro, tendo em casa tudo quase por um real — produtos melhores ou iguais aos importados...

Nesse tempo a que me refiro, a iluminação pública era de azeite de peixe. Havia uns lampeões suspensos em uma jeringonça de ferro, que subia e descia. A luz, se não era melhor do que a carbônica, tão decantada e esmorecida, com certeza custava muito menos — muito menos. A província não tinha uma receita de tantos mil contos, nem a vereança uma despesa de outros tantos mil. Os dois poderes, porém, iam a passos, um apoiado no outro, remendando a cidade e procurando manter seus créditos e o nome herdado daquêles maiores que se bateram com Madeira, seguindo o exemplo dos velhos avós que venceram os holandeses. Por isso, quando sua magestade disse que vinha ver a terra onde Moema nasceu, foram varridas as ruas, caiadas as casas e todo mundo mandou fazer roupa nova. Os veteranos da Independência exultaram e Francisco Moniz Barreto afinou a lira para aquêles sublimes versos, que tanto calaram no coração do augusto visitante.

O corpo do comércio não quís ficar atrás. Não podia. Era uma corporação, como é, importante, que devia dar uma prova de seu amor, seu respeito, sua veneração ao bom monarca, que olhava com olhos amigos os homens de trabalho, mormente aquêles que se ocupavam em medir algodão do sertão e guardar a erva santa. Então a associação reuniu-se em assembléia geral e deliberou dar um baile em seu edifício à praça dos Tamarindos. Foi logo aberta uma subscrição que rendeu Cr$ 28.,00.

Chamaram, no dia seguinte, pedreiros, carapinas, pintores, armadores e serventes; contrataram-se criados

e mandou-se fazer para uns casaca azul claro, colete amarelo e calças de casemira branca, e para outros novas vestias de gala. Os conventos do Desterro, Soledade e Lapa, foram encarregados dos dôces, que custaram... Cr$ 1.627.00. O remate da função seria um lindo fogo de artifício, queimado, dias depois, no Campo Grande, que não tinha grades, nem monumento, mas que estava capinado e com as coranas cortadas. (33)

Chegou a noite do baile, 17 de novembro do supracitado ano. Havia "um pórtico sôbre colunas de ordem corintia, de 152 palmos de extensão, de madeira pintada imitando mármore claro"; aí foram fixadas bem iluminada.

Em um palanque à esquerda do chafarís, que tiraram em 1911 para plantar quando e onde Deus determinar e fôr servido, duas bandas militares, revesadamente, "tocavam escolhidos pedaços de música extraídos de óperas, à proporção que chegavam as senhoras, e depois que começou o baile, nos intervalos das dansas". As honras da casa foram feitas pelas distintas senhoras: dd. Helena Auta Belens Nobre, Joana Cândida da Silva Godinho, Elesiária Carolina Teixeira Gomes, Aurélia Acióli Coimbra Viana, Rosa Clementina Leite Pereira, Ana Kleinschimidt e Umbelina Constança Cezimbra.

Sua majestade que estava no viço da mocidade, pois contava 34 anos de idade, apresentou-se trajando o uniforme de almirante, e a sua bôa consorte, vestido de séda preta, "tendo apenas uma grinalda de flores brancas na cabeça, e no pescoço um colar de brilhantes".

Compareceram 160 damas e 600 cavalheiros, não obstante terem sido distribuidos mil convites. Hoje, no

(33) As grades foram removidas por volta dos festejos do primeiro centenário da Independência.

regimen da democracia e com o progresso que louvadamente temos, os salões da associação seriam poucos para conter os convidados: em vez de mil dois mil, ou mais pois todos queriam ter a honra de familiarmente, dar dois dedos de prosa com o monarca, e as moças não invejar a elegância da imperatriz, que era uma criatura simples.

O sereno foi enorme: a Praça estava cheia. O Zé, que não perde festa fez-se representar ao pé da música: ouvido nos acordes e olho em quem entrava.

Sua majestade foi quem rompeu o baile dansando a primeira quadrilha com d. Helena Auta Belens Nobre; d. Tereza dançou com o conselheiro João de Almeida Pereira Filho, então ministro do império. Finda a contradança, o poeta João Gualberto de Passos, dada a competente vênia, com a voz clara e gesto seguro, recitou o magnífico Canto onde disse:

"Salve, tipo de reis, Pedro Segundo,
De nobre peito, esclarecida mente,
Popular, magnânimo, piedoso. —
Cousas que juntas se acham raramente".

Depois, no intervalo de outra dansa, teve a palavra Bráulio Tertuliano Chaves, guarda-livros do Banco da Bahia, que elogiou a imperatriz em bem inspiradas oitavas. Seu panegírico concluia assim:

"Aceitai pois a homenagem
De mais súbito respeito —
Não é mentida a linguagem,
Qu'espontânea vem do peito: —

Nem pode a mente outra imagem,
Imperatriz, ter aceito,
A mente que só se inspira
Onde a virtude respira".

Aí pela meia noite retiraram-se os imperantes, encantados das homenagens que lhes foram prestados. A ceia foi esplêndida. O rico salão de baile era iluminado por 120 arandelas, 4 custosos candelabros, 12 bonitos lustres dourados, ou sejam 254 velas de esparmacete, da mais acreditada marca, que oito criados renovavam.

Idos os monarcas as dansas ainda continuaram, sem o protocolo da côrte, com quadrilhas de contradansas, valsas e polcas ,até às 3 horas e tanto da madrugada, quando foi servido o chocolate.

Dessa festa todos levaram saudades. A sociedade escolhida, o luxo e a amabilidade deram as mãos para, num conjunto delicado, celebrar a visita do nosso ex-imperador, que bem merecia as maiores provas de estima. O presidente da província, senador Herculano Ferreira Pena, deu parabens à comissão, pelo ótimo desempenho do encargo. Nem podia deixar de ser assim. Nada faltou — nem flôres, nem bandeiras, nem gôsto decorativo e faustoso.

Houve tudo em profusão e do melhor. Com o chá, ceia e refrescos foram despendidas Cr$ 4.500,00; com cervejas e espíritos, que hoje chamamos licôres,..... Cr$ 402,816; com vinhos, Cr$ 991,90; com uvas e maçãs, Cr$ 90,50, não falando no fogo de planta que custou.... Cr$ 1.199,20.

Devemos notar que neste tempo o câmbio não estava a 5 ou a 16. Se não estava ao par, andava por aí perto,

o que quer dizer que hoje se gastaria o quadruplo, senão mais, para têrmos ótimas cousas e o chop para fartar a todos.

Como vimos, a subscrição recolheu CrS 28.080,00 e mais CrS 4.499,975 da venda de objetos que ficaram do baile.

Gastaram-se CrS 29.119,019, ficando um saldo de CrS 3.400,975 que foi distribuido pelos infelizes da sorte, casas pias, donzelas pobres, desamparados, um negociante reduzido a indigência, etc...

Tal e qual como se há de fazer no futuro, quando o acaso mandar outro Bragança visitar a Bahia, o que garantem os monarquistas ser ainda no presente século...

Esperemos.

Associação Comercial da Bahia

Há 100 anos, em 17 de dezembro de 1814, colocou-se a primeira pedra do alicerce destinado ao edifício da Associação Comercial, em presença de extraordinário concurso de povo. (*)

O acontecimento foi comemorado com um esplêndido baile, oferecido ao governador, o benemérito Conde dos Arcos.

Nessa ocasião formaram os batalhões da guarnição que deram as descargas da ordenança.

Os navios de guerra salvaram em demonstração de regosijo, durante todo o dia.

A planta do edifício fôra da concepção e execução do tenente-coronel de engenheiros Cosme Damião da Cunha Fidiê.

O governador deu recepção em Palácio, em homenagem ao início de uma obra que tanto enalteceu a sua fecunda e patriótica administração.

Orna uma das salas da bela instituição vistosa galeria de homens eminentes, assim constituida:

Retrato do Conde da Ponte, busto, por L. G. Tourinho, em 1840;

(*) Vide "Idade de Ouro" de 20 de dezembro de 1814.

Barão de Cotegipe, em tamanho natural, por E. Muller — Paris;

Visconde de Caravelas, por Barandier, em 1854;

D. Pedro II, por Barandier, em 1859;

Conde dos Arcos, por Francisco da Silva Romão, em 1854;

D. João VI, por A. Baêta, Lisboa — 1907;

Visconde de Cairú, por Vieira de Campos, em 1908;

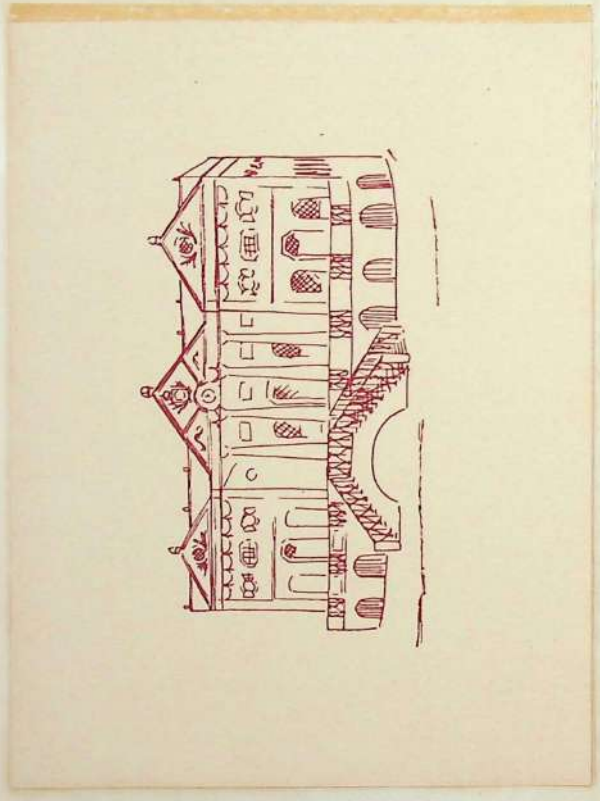
Conselheiro Pedro Luís Pereira de Sousa, por Lopes Rodrigues Pai, em 1882;

Comendador Manoel Belens de Lima;

Comendador José Joaquim de Morais, por Vieira de Campos; (34)

Vê-se também uma rica tela de dois metros e oitenta centímetros por um metro e trinta, marinha, representando a entrada do vapor "Hoop", conduzindo o cabo submarino, comemorativa da inauguração do serviço telegráfico nesta cidade, contendo diversas personagens, em miniatura, salinentando-se entre elas, o Barão de Cotegipe e Barão de Araújo Góes, trabalho do artista L. de Martino, em 1873, oferta da antiga firma Marinho & Companhia.

(34) A galeria dos beneméritos da Associação Comercial está hoje bastante aumentada.



A Associação Comercial da Bahia
Ilust. de Ligia.

A Retreta

Na ausência de distrações mais proveitosas, constituía agradável diversão pública o costume antigo de uma ou duas vezes na semana as bandas de música da Polícia, da Guarda Nacional em serviço e da primeira linha, irem tocar à noite à porta do Palácio da presidência, o que o povo denominava — *o toque de recolher*.

Êsse entretenimento dera lugar à criação de partidos exaltados, pelas ovações consagradas a esta ou aquela corporação musical.

Na administração Cruz Machado o *recolher* era executado tôdas as noites; nas outras, porém, limitava-se às quartas-feiras.

As bandas de música da Polícia, do 8.º da Guarda Nacional, e bem assim a dos Aprendizes do Arsenal de Guerra eram as que maior entusiasmo despertavam.

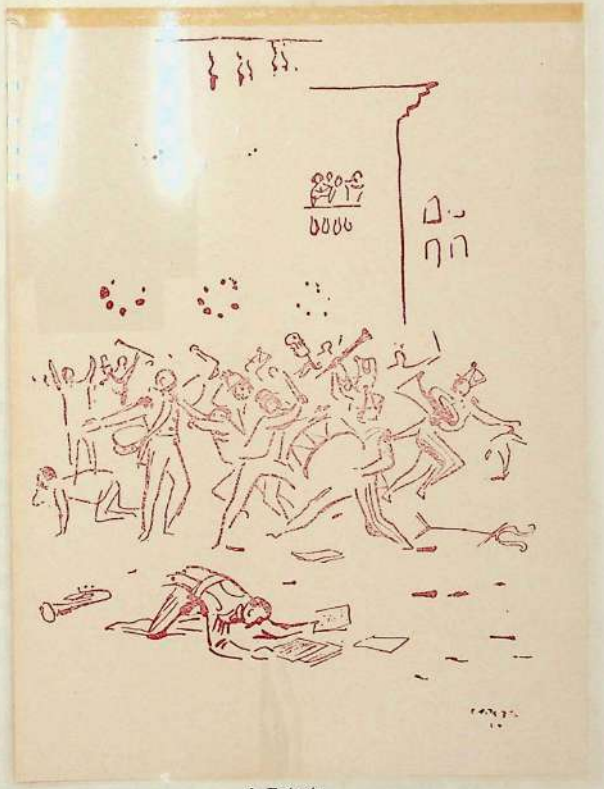
Ao terminar qualquer trecho de música ofereciam-lhes ramalhetes de flores naturais, batutas aos mestres das bandas, em meio de calorosas aclamações, foguetes, palmas, etc. A Praça de Palácio ficava repleta de espectadores, e havia mesmo assentos que se alugavam às famílias.

Terminado o *recolher*, as músicas tornavam aos quartéis em rumos diferentes, acompanhadas por seus adeptos, executando bonitos dobrados ou brilhantes

marchas, como as sabia compôr o inolvidável maestro Miguel Torres.

Caprichavam as músicas na exibição de trechos escolhidos e na execução dos mesmos. Os ensaios gerais de qualquer peça deviam ser feitos em reserva; pois, se a banda contrária conseguia apanhar uns tantos compassos, imediatamente davam-nos a conhecer à *Música da Chapada*, que os aprendia de oitava. A banda de música atingida pelo ridículo conspirava; e os *chapadistas* ficavam com a parte odiosa. Surgiram os incidentes desagradáveis, e em um dêles, após o recolhimento da procissão de N. S. da Conceição, os chapadistas tiveram o bombo inutilizado, ficando um dos músicos com ferimento grave na perna, pelo fato de haver executado o Hino Nacional antes de outra qualquer banda.

Os músicos da Chapada foram corridos pelos de artilharia da Guarda Nacional. A banda do corpo de Polícia fôra sempre vitoriosa nesses torneios em que sobressaíam Joaquim Pedro, o mestre; José Tomaz, requinta, atual tenente inspetor das bandas; Henrique e Aureliano, no piston; Sérgio, no flautim; Manuel Moreira e Vallongo, na clarineta. Com a proclamação da República extinguiu-se o *recolher* e por assim dizer o estímulo entre as bandas marciais, perdendo o povo uma das suas melhores diversões.



A Retreta

Ilust. de Caribé

O Chafarís do Largo do Teatro

A lei provincial n. 451, de 17 de janeiro de 1852, autorizou o presidente da província a contratar com os bacharéis Francisco Antônio Pereira Rocha e Bernardino Ferreira Pires o fornecimento d'água potável à cidade alta e baixa, por meio de chafarises. O primeiro dos contratantes foi à Europa e lá efetuou a compra de diversos chafarises, tendo começo as obras em 1855, com o assentamento do da praça Conde dos Arcos, em frente ao edifício da "Associação Comercial", sob a direção do mecânico francês José Revault. O dr. Rocha, sempre que se referia à aquisição dêsses chafarises, salientava que o do largo do Teatro representava Pedro Álvares Cabral. Há, porém, uma circunstância que suscita dúvida: é o fato de todos os retratos, bustos e estátuas do navegador português representarem-no com aparência de homem de idade, e de barba opulenta, ao passo que o do largo do Teatro representa Cabral imberbe. Essa circunstância levou o acadêmico dr. Afonso Arinos a tomar a estátua do chafarís do largo do Teatro pela de Castro Alves, ao publicar, no *Jornal Paulistano*, as suas impressões de viagem. A estátua, não resta dúvida, é de um navegador; e, talvez, sem menor investigação, o comprador fôsse logrado.

No "Resumo Cronológico e Noticioso da Província da Bahia", publicado em 1881, o distinto homem de letras José Álvares do Amaral, à página 246, referindo-se ao dito chafarís, assim conclue: "tem no alto a estátua

de Pedro Álvares Cabral, o descobridor do Brasil". À falta de documentos mais positivos, tomei a deliberação de ouvir ao venerando professor de geografia e história, dr. Odorico Odilon, cuja resposta é a seguinte: "Sempre ouvi dizer que a estátua que encimava o chafariz da praça Castro Alves representava Pedro Álvares Cabral, e é a opinião do dr. Francisco Vicente Viana, na sua Memória do Estado da Bahia; mas, um detido exame do monumento deixou-me em dúvida entre o viajante citado e Cristóvam Colombo.

O viajante português era barbado e a estátua representa um indivíduo sem barba. Cristóvam Colombo é retratado sem barba".

"Não existe um único retrato autêntico do descobridor do Brasil. Todos os que se conhecem são fantasiados".

Observa um escritor português: o do largo do Teatro é ainda mais fantasiado do que os outros, porque se afasta do tipo geralmente aceito, sabendo-se que Cabral faleceu com 53 anos.

Para terminar, a estátua representa Cabral, oficialmente sancionada pela tradição. (35)

(35) A estátua do chafariz da praça Castro Alves tem dado lugar a várias discussões e enganos. Rocha Pombo, que frequentemente é falho quando se refere à Bahia, dedica-lhe a seguinte apreciação:

"No meio da praça (Castro Alves), agora é que vimos, a estátua do pobre do Cairú (!) minúscula, engelhada, mofina, como um pinto que se tivesse naquele momento tirado d'água. — Há sacrifícios neste mundo... "Notas de iVagem, Rio, 1918; pg. 47.

Além de errado — venenoso !

Hoje o chafariz ornamenta a praça da Inglaterra, à cidade baixa.

Pedro Bala

Na relação dos oradores do povo ocupou posição saliente e teve os seus momentos de verdadeiro triunfo, Pedro Alexandrino Moniz Barreto, filho natural do abalisado homem de letras, que por muito tempo desempenhou o cargo de secretário do govêrno da então província.

Pedro Bala era bastante inteligente, embora sem cultura. Aos quatorze anos de idade, ainda frequentando a escola pública de Santana, a ela não comparecia sempre que havia embarque de tropas para o Paraguai, principalmente de voluntários. Pedro Bala acompanhava-os, ouvia as apóstrofes ardentes dos oradores contra o ditador Lopez, e, em uma dessas levas incorporou-se aos voluntários e surgiu no campo inimigo, tendo aos ombros pesada espingarda. No acampamento, devido à sua idade e pequena estatura, servia de motejo aos companheiros de armas: Que veio aquí fazer esta criança? Acudia um outro:

— Veio para ser colocado numa praça, servindo de bala para destroçar o inimigo.

Daí lhe proveio a antonomásia porque era conhecido. Inteligente, dedicado e corajoso, fàcilmente adquiriu simpatias tendo servido durante o tempo que esteve na campanha, sempre adido ao quartel general.

Assistiu, porém, ao combate de 24 de maio de 1866, cuja medalha possuia como padrão de honra militar.

O marechal Hermes Ernesto da Fonseca, a quem Pedro Bala conhecia da campanha manifestava grande satisfação em ouvir o voluntário baiano recitar de cór a ordem do dia do general Osório referente àquêle feito darmas.

Viveu vida de boêmio, não se preocupando de trabalho útil.

Filiado ao partido liberal, nunca transigiu com as suas idéias, e sabia repelir com dignidade qualquer proposta indecorosa.

Pedro Bala tinha momentos de hipocondria, tornava-se reservado, mas, ocasiões havia em que se apresentava expansivo, conversador, principalmente em vésperas de eleições, quando provocava discussões calorosas.

Era de uma loquacidade admirável, recheada de têrmos e frases originais, que perfeitamente demonstravam a vivacidade da sua inteligência, embora inculta.

Nos dias de eleição, logo cedo, saia de casa empunhando grossa bengala, que êle chamava — *Guilherme Tell*, e ao cumprimentar um conhecido mais íntima, acrescentava:

"Hoje, o povo há de fazer valer o seu direito, com a cimitarra da opinião pública; cá por mim estou disposto a repelir qualquer afronta, com a de Guilherme Tell".

No entanto, Pedro Bala era incapaz de uma agressão a quem quer que fosse.

Numa eleição muito disputada para deputados gerais um político quís subornâ-lo com dinheiro: êle repeliu dizendo:

— Doutor, me respeite; voto contra o argentário, sou liberal de tradição.

Episódio da Independência

I

A nomeação do brigadeiro Pedro Labatut para o cargo de comandante em chefe do exército pacificador, conforme comunicação do Príncipe Regente aos deputados da Junta Provisória da Bahia, pela Carta Régia de 9 de julho de 1822, fôra mal recebida pelos que haviam iniciado o movimento da Independência. (36)

Os patriotas julgaram-se ofendidos nos seus brios pela preferência dada ao estrangeiro, tanto mais quanto havia brasileiros capazes de desempenhar tão árdua comissão.

No Rio de Janeiro, donde Labatut saíu a 14 de Julho, os oficiais de artilharia fizeram-lhe manifestações de

(36) Sôbre os episódios da nossa Independência na Bahia fôram publicadas, por ocasião do primeiro centenário, diversas monografias entre as quais avultam:

Braz do Amaral — História da Independência na Bahia; Bahia, 1923.

Bernardino Ferreira Nóbrega — "Memória Histórica sôbre as vitórias alcançadas pelos Itaparicanos", reedição feita por Pirajá da Silva; Bahia, 1923.

Bastante valiosa sôbre o assunto é também a "Breve Notícia" de Antônio Moniz de Souza nas "Viagens e Observações de um Brasileiro", obra reimpressa no vol. 71 da Rev. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, 1945.

desagrado; e a imprensa explorou o caso, dizendo que êle não era militar. Estava aberta a luta entre o general e seus comandados.

Bem certo é não fôra êle o escolhido para tão espinhosa tarefa, e sim o brigadeiro Domingos Alves Branco Muniz Barreto, baiano, que gosava de real prestígio entre seus camaradas, e que só fôra substituído em consequência da poderosa intervenção de José Bonifácio, por solicitação de fr. Francisco de S. Paio.

Labatut, efetivamente, era bravo e disciplinador; mas, de um rigor que tocava à desumanidade. Filiado à escola do conde de Lipp e apreciador das proezas de Frederico II, da Prússia, sendo mal recebido pelos seus subordinados, não mediu consequências no seu poderio. Mandava fusilar sob qualquer pretexto, não só militares, mas também a quem quer que fosse. Pobres escravisados, porque pertenciam a portugueses, foram vítimas dessas atrocidades, havendo benevolência para as mulheres, que eram, apenas, surradas.

Logo em princípio começaram as divergências do general com a Junta Governativa de Cachoeira, pretendendo êle desautorá-la; aos oficiais de qualquer graduação êle prendia, por qualquer fato simples, não escapando o próprio visconde de Pirajá, o ídolo do povo baiano. Cheio de ódios, como estava, não podia continuar, numa emprêsa tão delicada.

O valoroso tenente-coronel Falcão de Lacerda consentiu então que prendessem a Labatut, que estava no seu acampamento, sem a menor resistência, tal o descontentamento que existia. O coronel Felisberto Gomes Caldeira era o desafeto mais ostensivo, e, por isso, o alvo das iras de Labatut, que, de mais a mais, fôra instigado

pelo carmelita fr. José Maria Brayner, comandante do batalhão de *Couraças*.

E' certo que o exército estava obediente pelo terror, e por isso solapado pela desafeição a seu chefe. Prêso Labatut, e destituído do comando, seguiu para o Rio de Janeiro, com o fim de defender-se das acusações que lhe imputavam, continuando o exército nas operações de guerra, até ao desenlace desejado, qual o da nossa autonomia política.

Retirado Labatut do teatro dos acontecimentos, pois não lhe coube a glória de terminar a guerra, os seus partidários exasperaram-se contra o coronel Felisberto Gomes Caldeira; e, a 25 de outubro de 1824, rebentou o motim militar promovido pelo batalhão de *Periquitos*, o qual, começando às 5 horas da manhã teve como epílogo sangrento a morte do governador das armas, atravessado por quatorze balas, quando, já prêso, descia a escada do quartel general, sito à ladeira do Berquó. Os amontinados, depois de praticado o crime, procuraram o presidente da província, dr. Francisco Vicente Viana, em sua residência, à rua de S. Pedro, e lhe declararam: "'*Matamos o tirano*". Respondeu-lhe o presidente: '*Si foi a bem da pátria, fizeram bem*". Satisfeitos com a resposta, retiraram-se.

O presidente, com receio, retirou-se, numa cadeirinha de arruar, tôda fechada, dirigindo-se para a casa de seu cunhado Pedro Rodrigues Bandeira, à baixa da Soledade. Pouco depois, daí encaminhou-se para Água de Meninos, tomou um saveiro, com destino a uma fragata ancorada no pôrto, e aí mandou içar o pavilhão do govêrno. As autoridades que lá foram ficaram em sua companhia. O batalhão revoltoso ficou por algumas horas senhor da cidade; mas, afinal, oficiais e praças fôram

presos pelo major de Legião Alexandre Gomes d'Argôlo Ferrão, depois brigadeiro e barão de Cajaíba, que, estando em exercício com o seu batalhão, efetuou a diligência.

O dr. Antônio Calmon du Pin e Almeida, juiz de órfãos da capital, a única autoridade que não abandonou o seu posto, dirigiu-se ao local do acontecimento e aí procedeu a corpo de delito. Atendendo à exaltação dos ânimos, despediu os lacaios com a cadeirinha de arruar, foi ter ao Arsenal de Marinha, alí embarcou e entendeu-se com o presidente, a bordo da fragata, entregando-lhe os papéis referentes ao corpo de delito; notando que no trajeto fôra acompanhado por uma escolta, cujos intúitos eram ignorados, mesmo porque não conheciam o destino que levava o dr. Calmon.

Enquanto isto se passava, os amotinados foram a residência do dito juiz, no edifício onde está funcionando a Escola de Belas Artes, procuraram ao dr. Calmon, e, não o encontrando, pediram os papéis do corpo de delito. Não sendo atendidos, quebraram móveis, espalharam pelo chão papéis, livros e outros objetos e espancaram os carregadores da cadeira, como manifestação de desagrado.

E como na ocasião, o oficial mais graduado era o tenente-coronel Manuel Gonçalves da Silva, comandante do batalhão *Henrique Dias*, tão bravo como delicado, assumiu o comando das armas e o govêrno da província, até que ficou restabelecida a ordem.

O coronel Felisberto Gomes Caldeira era um militar distinto, disciplinador; tinha contra si a má vontade dos afeiçoados do general Labatut, porque o exército estava dividido.

Uma testemunha da época, escrevendo a um amigo, dias depois do acontecimento, assim se exprimia: "De-

Entrada do atual Ginásio São Salvador na antiga ladeira do Berquó

Ilust. de Ligia.

pois que êle general (Felisberto) e o velho Viana (o presidente) tomaram conta do govêrno, tudo ia tomando um novo estado, e já não havia rusgas todos os dias, podia-se transitar pela cidade tôda sem o menor insulto". Essa testemunha estava isenta de suspeição: era um português.

Quando se resavam as orações em sufrágio do coronel Felisberto, na matriz de S. Pedro Velho, Labatut, aí entrando, depois de ajoelhar-se e orar, voltou-se para o féretro e batendo sôbre êle disse: "Quizeste-me matar, Felisberto; entretanto, estás aí, e eu ainda me conservo aqui. A terra te seja leve".

Episódio da Independência

II

A geração atual não tem sabido aquilatar a soma de benefícios que lhe outorgaram os nossos ascestrais. Sem heroismo e sem amor pela liberdade, bem cedo esqueceu a consagração devida aos seus heróis. E por isso sem o culto do passado, não temos nem sintomas de patriotismo porque êste não conhece dificuldades, não esmorece na presença dos maiores obstáculos.

Vem de molde propugnar a verdade dos fatos, tirar do esquecimento e da condenação o nome de um dos bravos fatôres da Independência da Bahia.

Refiro-me ao malogrado coronel Felisberto Gomes Caldeira, assassinado pelos partidários do general Labatut, depois de haver prestado os seus bons serviços, como bravo capitão que fôra, e membro do govêrno provisório.

Em se tratando dos fatos da Independência, ouve-se de preferência o nome de Labatut, deixando-se no olvido o brigadeiro José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o idolatrado Santinho, comandante chefe das primeiras fôrças que, em Pirajá, nesse teatro de briosas façanhas, hostilisaram as tropas de Madeira, com implacáveis guerrilhas sempre coroadas pelos hinos da vitória; brigadeiro Antônio de Souza Lima, o destemido defensor

de Itaparica; brigadeiro Rodrigo Antônio Falcão Brandão, o primeiro que deu o grito de Independência, em Cachoeira; tenente-coronel Manuel Gonçalves da Silva, que pedia preferência para ser colocado nas posições mais arriscadas; tenente-coronel José de Barros Falcão de Lacerda, o valoroso cabo de guerra, cujo nome, ingratamente, deixou de figurar no monumento Dois de Julho; brigadeiro José Joaquim de Lima e Silva e tantos outros denodados campeões da liberdade, que se recomendaram à gratidão nacional, por assinalados atos de bravura no campo da honra militar.

E' uma injustiça destacar-se a figura de Labatut, como astro de primeira grandeza, no primeiro plano dos acontecimentos heróicos, deixando na penumbra, em posição secundária, outros com iguais direitos. Dever-se-á essa posição de destaque ao fato de ser êle o general em chefe das fôrças em operações? Mas, o general Lima e Silva também o foi com mais brilho, porventura, porque lhe coube a glória de terminar a guerra, e de entrar, com o seu exército triunfante, na cidade em o dia 2 de julho de 1823. Daí se conclue que Labatut não teve proeminência sôbre os demais oficiais superiores. Mas, porque essa maldição ao nome do coronel Felisberto? Por ter cumprido um dever, conspirando contra a investidura do estrangeiro numa posição que competia aos nacionais, em igualdade de condições?

Não desconheço o prestígio militar de Labatut, oficial afeto aos embates perigosos das batalhas; mas, não posso me conformar com a injustiça da sua preferência, no comando geral das fôrças libertadoras.

Labatut encontrou as tropas sem disciplina, não era, um exército pròpriamente dito, sim uma falange de patriotas dedicados ao serviço da liberdade, meros paisa-

nos, que desconheciam a organização militar. O general em chefe adestrou-os, instruiu-os, deu-lhes a orientação necessária; mas, também, abusou tanto do seu poder a ponto de não aceitar a menor observação da Junta Governativa, que era o govêrno reconhecido por Pedro I, o imperador.

Se a junta nomeava um oficial, êle não o aceitava; dirigia o exército discricionariamente; apenas, ouvia em tudo e concordava com o seu secretário e ajudante. Labatut começou a dar provas de seu gênio atrabiliário logo que fôra investido no comando: além dos atos de despotismo praticados a bordo do navio em que viajava, com oficiais distintos, cercou a casa do cônsul inglês, em Maceió, fazendo arrombar as portas a machado, atacando assim o asilo sagrado do cidadão.

Em Sergipe, fez depor a junta provisória que tinha aclamado a regência; promovia a oficiais subalternos, por afeição, com acintosa preterição dos que se haviam já distinguido na peleja; convidou para seu secretário um *afamado* cirurgião, de compostura duvidosa. De uma feita, reuniu cinquenta e um escravos, sòmente por pertencerem a portugueses, e mandou metralhá-los, com a maior desumanidade; casava, descasava, negociava com pau brasil declarando-se ditador, alegando possuir carta branca do monarca; abriu luta com a Junta Governativa, por esta querer conhecer a importância total dos valores arrecadados, no engenho da *Passagem;* cometeu uma série de abusos, que descontentava a todos.

Nestas condições, o general estava impossibilitado de continuar no exercício de suas funções.

Em 19 de maio de 1823 mandou êle chamar à sua presença, a objeto de serviço, o coronel Felisberto Caldeira; apresentado êste, Labatut deu-lhe voz de prisão.

Um dos seus apologistas, comentando o fato, assim se externou: "Não era, nem devia ser, pensamos nós, essa prisão efetuada traçoeiramente.

"... mas êle temeu que a divisão do comando de Felisberto rompesse em hostilidade, opondo-se à sua prisão; entregou-se, perdeu o prestígio de chefe, e querendo obstar a guerra civil, como julgava, sacrificou-se, só havendo um homem — o carmelita Brayner — comandante do batalhão dos Couraças, que quís levantar-se em seu favor pois tinha ficado inteiramente desmoralisado: porque o poder que cede é o poder que se suicida; o poder deve caír da sua altura com honra, qualquer que seja a sua queda".

Espalhada a notícia da prisão de Felisberto Caldeira, o exército alarmou-se, Lima e Silva estremeceu e fez ponderações que não foram aceitas por Labatut, que se preparou para reagir sem elementos.

No dia imediato, reuniram-se em conselho todos os oficiais das brigadas do centro e da direita do exército, para deliberar sôbre o assunto, quando chegou a notícia da prisão de Labatut, sendo Felisberto Caldeira pôsto em liberdade e nomeado comandante chefe o general Lima e Silva, pelo govêrno interino, que Labatut não queria considerar.

A divergência por espírito de nacionalidade existia no exército; tanto assim que o major Sátiro da Cunha comandante d'artilharia e que pertencera ao exército lusitano, passou para o nacional e foi quem planejou e levou a efeito o assassinio de Caldeira, como auxiliar de Labatut.

Mas, pagou caro sua temeridade, sendo despido das honras e fuzilado.

A tradição oral não regista um fato arbitrário praticado por oficiais brasileiros, ainda mesmo na posição de comandante em chefe; ao passo que inúmeros são os atribuídos a Labatut. J. Brígido, no seu estudo biográfico sôbre Labatut, assim se exprimiu... "as formas grosseiras e as noções mui superficiais de govêrno, que tinha o general, não era de vez para pronta solução do problema baiano".

Referindo-se aos fuzilamentos, acrescenta: "A brutalidade de Labatut bem mereceu os ultrajes e amarguras que lhe estavam por diante; mas, naquêle instante, não despertou a execução dos patriotas".

Apesar da grande proteção que o acobertava, o govêrno imperial viu-se na contingência de, por decreto de 5 de fevereiro de 1829, mandar eliminá-lo do quadro do exército, determinando a sua retirada, em seis dias, do território brasileiro. De modo que, durante o reinado de Pedro I, não fôra mais incumbido de negócio algum. Nomeado pela Regência para servir no Rio Grande do Sul, por contrariar as ordens recebidas fôra demitido em 1841 e submetido a conselho de investigação, em virtude de acusações que lhe fizera o general em chefe das fôrças.

Apreciador de intrigas e ávido de bajulação, não saiu-se bem quando serviu no exército da Colúmbia.

O glorioso coronel Lima e Silva, comunicando a Lord Cochrane a sua nomeação de comandante em chefe do exército, assim se expressou:

"Ilmo. exmo. Ocurrências extraordinárias e filhas de atos pouco pensados do general Labatut, têm feito mudar repentinamente a face do quartel general dêste exército, sem que, contudo, se tenha mudado o caráter de fidelidade e firme adesão ao sistema jurado pelos co-

mandantes, oficiais e soldados, que o compõem. Pelas precipitadas medidas do general Labatut e por suas ordens não refletidas, espalhou-se o descontentamento em todo o exército, e, com especialidade, na brigada da esquerda, a prisão de cujo comandante havia êle general ordenado e feito verificar, no dia 20 do corrente; seguindo-se a ela o rumor de que a dita brigada tinha pretenções sôbre a liberdade do seu comandante, o general, entregue ao furor de seu gênio e esquecido da prudência que convinha em tal negócio, se propôs a atacar e suplantar pela fôrça aquela referida brigada, o que, vindo talvez ao conhecimento dela, pegou em armas no dia 21 e fez depôr e prender, à ordem do imperador, o general.

Quartel-general em Pirajá, 27 de maio de 1823".

Porque, pois, essa glorificação especial, quando existe um monumento reconhecendo os serviços de todos os heróis da Independência?

Cogita-se de uma memória a Labatut, e atiram-se no limbo do esquecimento outros bravos, de igual ou maior merecimento. Que justiça é essa, que levanta a um e despresa os outros? Não tem justificativa essa romaria anual ao túmulo de Labatut, sem que sejam prestadas iguais homenagens aos demais batalhadores. Não foi o iniciador, nem lhe coube a glória de terminar a luta.

Primórdios da Independência

A quem se remontar às causas, às origens ou princípios da independência política do Brasil, acudirá logo ao espírito os fatos da revolução francesa e o sistema democrático dos americanos do norte.

Não é inteiramente destituído de razão êsse modo de pensar; mas, é certo que essas idéias de liberdade tiveram reflexo secundário na gênese de nossa emancipação política.

O princípio capital fôra, sem contestação, o sofrimento do povo oriundo do absolutismo ferrenho da metrópole. Portugal, por muito tempo, deixou o Brasil entregue ao capricho de governos espoliadores, para cuidar, exclusivamente, de conquistas, sem resultado material.

Baldo de recursos, volveu novamente as vistas para o tesouro que havia abandonado na América; e então, não se fez esperar a prática de abomináveis explorações de todo o gênero, as quais tiveram por epílogo a separação definitiva.

"Os Ouvidores e Juízes de Fora eram quase sempre os tiranetes mais inexoráveis e desafrontados. Colocavam-se acima de tudo; julgavam-se senhores dos bens, da liberdade, da honra e da própria vida do semelhante".

Para sustentar a guarnição militar do Morro de São Paulo, ficou criado o impôsto de *um prato de farinha*, por *habitante*, enquanto durasse a guerra de Pernambuco. Pois bem: essa contribuição foi cobrada por espaço de cento e vinte anos!

Em 1734, a Câmara Municipal de São Paulo pediu que fôsse dispensada dos sessenta mil cruzados que lhe cumpria recolher ao erário público para as despesas com o casamento do príncipe do Brasil e das Astúrias. O governador justificando o pedido da Câmara informara:

"Para pagar o que até o presente têm feito, Senhor, foi necessário, aos moradores, venderem tudo quanto possuiam".

As reclamações não eram atendidas; e o receio de perder o domínio da colônia aumentava as arbitrariedades. Assim foi que o Senado da Câmara da Bahia, em 1671, protestou perante o rei, dizendo: "Senhor. Por notícias que temos consta-nos, que V. A. foi servido mandar passar um decreto para que nenhum filho do Brasil ocupe o pôsto de Desembargador neste Estado, quando os que presentes o são *não devem* nada a nenhum *dos mais;* parece, Senhor, que é uma ofensa que V. A. faz aos filhos dêste Estado, e principalmente aos da Bahia, a quem V. A. por seus serviços concedeu o privilégio de infanção e outras mercês de que estão de posse. Seja V. A. servido mandar reparar um dano tão afrontoso para os naturais do Brasil". Dentre êsses os que se recomendavam por seus estudos, os mais distintos, eram espionados, ordenando-se aos governadores "vigilância sôbre os indivíduos simpáticos às idéias políticas que desolam a França, enviando informações secretas dos que estiverem *contaminados* dos princípios jacobinos e revoltos".

Ninguém tinha a garantia de seus bens, quando a autoridade falava em nome dos interêsses da Real fazenda. O Padre Antônio Vieira, em carta dirigida ao rei,

em data de 20 de abril de 1657, assim se exprimia: "As injustiças e tirania, que se tem executado nos naturais destas terras, excedem muito às que se fizeram na África; em espaço de quarenta anos *se mataram e se destruiram* por esta costa e sertões mais de *dois milhões de índios* e mais de quinhentas povoações, com grandes cidades, e disto nunca se viu castigo".

Aconselhando ao monarca umas tantas providências, lembrou o egrégio jesuíta: "Que os governadores e capitães mores que viessem a êste Estado sejam pessoas de consciência; e porque estas não costumam vir cá, que ao menos tragam entendido que mui deveras hão de ser castigados, se em qualquer coisa quebrarem a dita lei e regimento". O referido Padre Vieira, em carta de 20 de maio de 1630, ainda observava: "As causas até agora de se ter feito tão pouco fruto com estas gentes são principalmente as tiranias que com êle temos usado, havendo capitão que obrigou a atar dez murrões acesos nos dez dedos das mãos de um principal de uma aldeia para que lhe desse escravos, dizendo que o havia de deixar arder enquanto lhos não desse, e assim fez".

O Alvará de 20 de outubro de 1621 ordenou que nenhum negro ou mulato nem índio, pôsto que fôrros, exercesse a arte de ourivesaria.

O governador do Maranhão mandou ao govêrno amostras de ferro descoberto na Ilha de São Luís, e a carta régia de 23 de março de 1688 declarou que não convinha continuar nessa manufatura, por ser o ferro a melhor droga que de Portugal podia ir para o Brasil. O decreto de 20 de fevereiro de 1690 declarou não permitir consumo algum de sal que não proviesse de Portugal, nem mesmo do que a natureza produzisse em salinas e lagoas do Brasil. Em 1766, mandavam-se fechar as florescentes oficinas de ourivesaria e escultura em ouro e

prata, a que o gênio de um artista brasileiro havia proporcionado assinalada vitória na concorrência dos antigos similares portuguêses.

Para satisfazer a cobiça dos filhos da metrópole, que representaram contra os brasileiros natos, D. Maria I mandou prender e assentar praça os mestres e aprendizes de diversos ofícios, mandou fechar as lojas, demolir as forjas, sequestrar as ferramentas de trabalho, extinguir fábricas e manufaturas de ouro, prata, sêda, linho, algodão e lã existentes no Brasil, e, bem assim, aplicar surra e calcêta a quem se dedicasse à cultura do arroz.

Ordenou a retirada do sábio Barão de Humboldt que aqui fazia investigações científicas. D. João V chegou ao delírio de possuir bacios de ouro, tendo como asas serafins em adoração.

Toca às raias da fábula o modo porque a metrópole revolvia as entranhas das terras do Brasil. Batalhões vinham com a exclusiva incumbência de arrancar o ouro das minas.

Por informações exatas, sabe-se que, de 1730 a 1810, seguiam para Portugal anualmente, nunca menos de 57.120 arrôbas de ouro; e 50.000 cruzados em diamantes.

Por ocasião do terremoto que destruiu a cidade de Lisboa criou-se um impôsto especial, para a sua reconstrução; e, para êsse fim, os naturais do Brasil foram fintados por espaço de quarenta anos.

Um eminente publicista lusitano, tratando da colonização do Brasil, disse:

"Legislamos, como se foram os portuguêses de além-mar os párias da metrópole.

Governamos, como se o Brasil fôsse apenas uma herdade, onde trouxéssemos agages obscuros e opressos jornaleiros.

Defendemos-lhe a comunicação e o trato de gentes peregrinas. Reduzimos a estanco e monopólio grande parte das suas mais valiosas produções. Proibimos-lhe que erigisse um tear, uma forja, uma oficina. Declaramos por atentado que um só prelo difundisse tìmidamente a sua luz naquelas regiões escurecidas. Condenamos por subversivas as sociedades literárias. Receamos que a mínima ilustração do pensamento nos roubasse a colônia emancipada".

E observa o mesmo escritor: "O que nos sobra em glória de ousados e venturosos navegantes, míngua-nos em fama de enérgicos e previdentes colonizadores.

Conquistamos a Índia para que estranhos a lograssem. Devassamos a China, para que utilizassem depois os seus comércios. Levamos ao Japão o nosso nome para que outros mais felizes implantassem naquela terra singular os primeiros rudimentos da civilização ocidental. Lustramos a África para que alheios povos, tachando-nos de inertes e remissos, nos disputássem o que não soubemos nunca aproveitar.

De infindos territórios, que a nosso poderio avassalamos, resta-nos apenas no Oriente quanto de terra era sobeja para cravar, como heróica tradição, a bandeira nacional". (*)

Diante desta situação acabrunhadora, premente e insuportável, era legítimo e natural que os ódios acumu-

(*) Latino Coelho — Elogio Histórico de José Bonifácio — Lisboa 1877.

lados de longa data explodissem numa reação vitoriosa, pois era latente a fermentação da liberdade em represália à opressão, que tantos desesperos produzia nos ânimos dos perseguidos.

Em Minas Gerais, os governadores promoviam os cabos de esquadra, seus ordenanças, aos postos de tenentes e capitães, com flagrante preterição dos brasileiros oficiais do quadro.

A conjuração mineira fôra tramada de modo a proclamar-se a república; e para que esta fôsse duradoira, os conjurados colocaram-se sob a proteção dos Estados Unidos. Como é sabido, o movimento devera explodir por ocasião da derrama do ouro. Mesmo assim o fim que tiveram os conjurados não influiu no ânimo dos brasileiros para que calcassem no fundo do coração qualquer idéia de liberdade.

Não padece dúvida que a metrópole receava qualquer surprêsa; tanto mais que mudou de rumo, adoçando o seu manifesto terror contra os brasileiros natos. E tanta consciência tinha o govêrno português das atrocidades cometidas pelos seus delegados, que, de muito longe, vinha procurando desviar dos filhos do Brasil tôda e qualquer idéia de emancipação. Notória era a vigilância exercida sôbre os estudantes brasileiros que, nos cursos de Coimbra, davam prova de capacidade intelectual e moral, pois os seus entusiasmos, as suas opiniões eram suficientes para despertar maiores cuidados do govêrno. Com êsse intuito, à proporção que os moços brasileiros iam completando o curso eram logo despachados para o exercício de cargos públicos em Portugal, sendo que os nascidos em Portugal eram despachados para o Brasil.

Aí estão, para não citar outros exemplos, as nomeações de Gregório de Matos, para Juiz do Crime e de Ór-

fãos da cidade de Lisboa, por volta do ano de 1671, e de José Bonifácio de Andrada e Silva para o lugar de lente de Coimbra.

No govêrno do Marquês de Pombal, elevou-se muito a cotação dos brasileiros para os cargos públicos da metrópole, notadamente entre o Clero, em que era abundante o número de capacidades.

No Rio de Janeiro, o séquito de fidalgos que acompanharam a d. João VI, em 1808, apossava-se da propriedade alheia, de uma maneira bem singela. Chegavam numa casa e diziam ao morador: *precisamos dêste aposento*. O meirinho que os acompanhava escrevia a giz, na porta, as maiúsculas — P. R. (Príncipe Regente). O proprietário ou inquilino retirava-se em vinte e quatro horas; e o fidalgo instalava-se muito à vontade no aposento alheio.

Em 1820, a cidade do Pôrto deu o grito de liberdade, que intensa repercussão teve no Brasil, avigorando as idéias de emancipação. José Bonifácio, bastante considerado pelo seu saber, dispondo de grande influência e prestígio, encontrou ensejo de preparar os ânimos para a luta. Por êsse tempo, a colônia brasileira residente em Portugal costumava reunir-se sob a direção do patriarca, que distilava no ânimo dos ouvintes idéias liberais e patrióticas sôbre o assunto.

Em continuadas palestras, ficou assentado que os rapazes que concluíssem o curso da Universidade, de 1819 a 1821, nenhum dêles aceitasse colocação oferecida pelo govêrno da metrópole; que se recolhessem todos ao Brasil, dirigindo-se cada um para o lugar de seu nascimento, e, aí, *propugnassem e animassem o movimento emancipador*. Para isso levar a efeito, *deveriam promover a criação de associações*, onde, a pretexto de discussão referentes às *necessidades da lavoura*, cuidadosamente tratassem do objeto primordial.

Entre os propagandistas do movimento figuraram: o Marquês de Abrantes, o Visconde de Jequitinhonha, Visconde dos Fiais, Dr. Cassiano Espiridião de Melo e Matos, seu irmão, Dr. Eustáquio de Melo e Matos, Visconde de Monserrate, Des. Manuel Messias de Leão, Dr. Francisco Teixeira de Sá, Marquês de Caravelas, Dr. Antônio Calmon du Pin e Almeida, Dr. Miguel de Mascarenhas, Dr. Policarpo Cabral, Dr. Vicente Ferreira de Magalhães, Dr. Cezar Jacobina, Dr. Lino Coitinho, Dr. Henrique de Paiva, Dr. Bernardo Pereira de Vasconcelos, Marquês de Olinda, Marquês de Sapucaí, os irmãos Dr. Bernardo Manuel de Souza Magalhães, fundadores da Escola de Direito do Recife, e José Manuel de Souza Magalhães, fundador da de S. Paulo.

A lavoura foi o elemento que serviu de pretexto às manifestações da liberdade, pois dos seus comícios nasceu a conspiração. Na Bahia, o movimento iniciou-se na Vila de Santo Amaro, onde o Visconde de Monserrate exercia o cargo de Juiz de Fora.

Estava combinado o grito de liberdade para o dia 29 de junho, na Vila de S. Francisco. Circunstância, porém, imprevista, determinou a chegada de uma barca lusitana no pôrto de Cachoeira e êsse fato apressou aí a proclamação do Príncipe Regente, no dia 25 de junho de 1822. Não resta dúvida que o movimento emancipador partiu da Vila de São Francisco e a prova está em que a Junta de Cachoeira teve que indicar e convidar para um dos seus membros ao Marquês de Abrantes.

O povo brasileiro não percebia bem os salutares efeitos da liberdade: rebelava-se contra o sofrimento. Se a metrópole lhe houvesse outorgado, no momento, um

pouco de regalias, fôra bem possível o fracasso de emancipação.

Feita a independência, começaram as desconfianças.

"Grande parte da opinião pública do país olhava com sobressaltos e sustos a obra da Constituinte, suspeitando que dela não saísse a organização de um govêrno livre e garantidor dos direitos e liberdades públicas".

O deputado José d'Alencar interpretando o sentir das mesmas classes, assim pronunciou-se:

"Tem-se dito e desconfiado nas provincias e aquí mesmo que o ministério procura entronar o despotismo; tem-se dito que tudo aquí se prepara para formar uma Constituição a geito e a molde do despotismo disfarçado; tem-se dito que os deputados chegando aquí seriam comprados e trairiam seus constituintes por empregos, medalhas e fitas".

O deputado Xavier de Carvalho, corroborando as opiniões do seu colega, assim se externou:

"Desconfiam que se lhes preparam os ferros do antigo e tão justamente detestado despotismo; que se lhes querem lançar cadeias douradas com o nome lisonjeiro de independência".

Do exposto, não tenho a menor dúvida em acreditar que a emancipação política do Brasil foi vitória da resistência contra o sofrimento, e não o resultado de aspirações de um povo cônscio dos seus direitos. A indecisão dos espíritos sugeriu a desconfiança, alimentando a desordem.

Daí, a anarquia com o seu cortejo de revoluções.

A Litografia e a Gravura (37)

O processo de popularizar a obra do artista coincidiu com o elemento de propagar o pensamento do poeta ou do filósofo.

A gravura, que é a imprensa das belas-artes, fôra descoberta no momento em que se inventava a imprensa que é a gravura das belas-letras.

Assim foi que, no meado do século XV, quando Gutemberg imprimiu o primeiro exemplar da Biblia, o florentino Maso Finiguerra, também imprimia o primeiro trabalho de gravura a talho doce. Como todos os produtos do engenho humano teve a gravura as suas fases de indecisão, de florescimento e de intransponivel perfeição.

Os primeiros ensaios de litografia, entre nós, foram devidos aos esforços do operoso artista baiano Bento Rufino Capinan, com a circunstância de que todo o material preciso fôra aquí mesmo preparado, da melhor forma possível, no ano de 1835.

---

(37) Não conhecemos outro estudo sôbre a gravura e a litografia na Bahia. O campo das duas atividades conexas foi certamente restrito, mas nem por isto as pesquisas no sentido de completar o artigo de Manuel Querino deixam de ser um dos capitulos da mais interesante atualidade para estudiosos das artes na Bahia.

Era natural que as primeiras tentativas não fôssem coroadas do melhor êxito; mas, nem por isso desanimou o artista, tanto assim que, em 1840, os seus trabalhos já apresentavam notório valor sôbre os primitivos, e os progressos se acentuaram de tal maneira que, em 1845, Capinan montou uma oficina litográfica.

A afluência de aprendizes não se fez esperar, e os curiosos se entregaram à fatura de figurinhas e emblemas moldados em casca de cajazeira, destinados aos frontespícios de pequenos jornais.

Em 1848, José Maria Cândido Ribeiro estabeleceu secretamente uma oficina de gravura, onde fabricou em larga escala a moeda falsa, e tão perfeita era a imitação que se tornava difícil distinguir uma nota falsa da verdadeira. Devo aquí abrir um parêntesis: em se tratando de um fato histórico, qual o da introdução da gravura na Bahia, não me fôra lícito calar o nome do artista e dos seus trabalhos, de modo que a alusão que faço à fabricação de notas do govêrno, de sorte alguma encerra a intenção de deprimir-lhe a memória.

Cândido Ribeiro não fôra só consumado desenhista, mas reputado retratista a óleo.

Conta-se que em um dos interrogatórios, a que foi submetido pelo chefe de polícia, desenhou a lapis o retrato da aludida autoridade, a quem ofereceu. Presos e processados o artista e seus cúmplices, seguiu-se certo retraimento em trabalhos de gravura, motivado pelo receio de qualquer suspeita.

Pouco tempo durou êsse receio, pois em 1850, Manoel Emilio Pereira Baião, discípulo de Cândido Ribeiro, estabeleceu-se com oficina de litografia e gravura; e em 1835, Gaspar Wirze, natural da Suiça, associado a Manoel Jacques Jourdan montaram também outra oficina de gravura.

Como animação à nascente arte de gravador, a Sociedade de Belas-Artes estabeleceu em 1856 exposições anuais, premiando com duzentos mil réis o melhor trabalho exibido de pintura, escultura, gravura em desenho de qualquer natureza sôbre motivo de história pátria.

Algum tempo depois, Tito Nicolau Capinan, filho do artista do mesmo nome, de sociedade com Camilo Lélis Masson fundaram por sua vez, uma oficina sob a direção de Leopoldo Armanino, gravador italiano.

Aí iniciaram a sua aprendizagem os artistas Heráclio Odilon e Job de Carvalho, mais tarde doutor em medicina e professor de latim do Instituto Normal. Em 1856, apareceu nesta capital a primeira gazeta ilustrada, *A Buzina*, de propriedade do poeta satírico Manuel Pessoa da Silva.

Em 1867, Heráclio Odilon e os sergipanos Brício Cardoso e Severiano Cardoso criaram o periódico — *A Bahia Ilustrada*, de formato igual ao da *Semana Ilustrada* do Rio de Janeiro. Além de Heráclio Odilon teve a *Bahia Ilustrada* a colaboração dos artistas Emílio Baião, Antônio Vera-Cruz, André Pereira e Bernardino de Oliveira. A gravura do tempo de Capinan era grandemente rudimentar; no entanto, confrontando êsse trabalho com os da *Bahia Ilustrada* verifica-se que notáveis foram os progressos da litografia, de 1835 a 1867.

João Nepomuceno da Silva (38)

(O poeta graxeiro)

O processo detestável de colonização, seguido pela metrópole, a princípio com indígenas e depois com os filhos do continente negro, envolveu os naturais do país numa atmosfera de barbaria, difícil de se extinguir, por ter invadido a família e formado prosélitos na sociedade baiana. Os espíritos contrários a êsse meio violento de adaptação, por sua vez, reagiram, embora sem resultado satisfatório, devido à falta de prestígio no meio social. Daí a luta natural de preconceitos, que tomou proporções agigantadas, sendo que o único recurso dos fracos fôra a sátira mordaz e causticante, pelo jornal ou pelo panfleto. Foram os abusos, a prepotência, as perseguições e os escândalos dos nobres e dos poderosos que criaram a sátira no Brasil; que levou Gregório de Matos a atacar, em versos, aos cônegos da Sé da Bahia, e bem assim ao seu governador. Não fôsse o absolutismo prepotente do governador de Minas, e nenhum dos poetas da escola mineira se lembraria de escrever as — *"Cartas Chilenas"*.

(38) João Nepomuceno da Silva é um êmulo de Gregório de Matos muito mal conhecido. O seu talento mordaz está a desafiar a pena de um amante da bio-bibliografia local.

Em meado do século passado, Próspero Diniz criou o periódico — *A Marmota*, — e as suas colunas despediam faiscantes chispas de sátira veemente, contra os desregramentos de uma sociedade insolente, embusteira e hipócrita.

Chocaram-se os elementos antagônicos e os poderosos incultos cometiam violências de tôda a ordem; mas o redator da *Marmota* não cessou de flagelá-los, fez prosélitos; e se fôra odiado e temido de uns, fôra respeitado de outros.

Foi por essa época que surgiu João Nepomuceno da Silva, mais conhecido pela alcunha de *poeta graxeiro*, individualidade literária de merecimento, e que viveu acabrunhado por uma pobreza insubmissa, e pelo ridículo dos seus desafetos, que não foram poucos.

A intolerância do tempo não se conformava com o dizer de Nicoláu Tolentino:

"Eu dou golpe nos costumes, e pensam que é nas pessoas". Então os ódios mal contidos, escudados na posição social ou no dinheiro, desfecharam sôbre os dois poetas todo o mal que puderam, e levaram o seu desfôrço até à ofensa física. Não lhes abateram, porém, o ânimo, pois continuaram a castigar, em verso causticante, a falsa civilização de uma sociedade barbarizada.

João Nepomuceno da Silva nasceu na Bahia, no primeiro quartel do século passado. Frequentou, com assiduidade e proveito, as aulas do antigo Internato Normal, sem que houvesse conquistado o diploma de professor. Depois sustentou luta sem tréguas contra a adversidade, na qual retemperou a altivez do seu caráter e a inspiração da musa insubmissa. Finalmente, resolveu tentar a vida em outro meio mais generoso e benevolente,

seguindo para Pernambuco e dali para S. Paulo e Rio de Janeiro, onde faleceu em 1879. João Nepomuceno deu à estampa os seguintes trabalhos:

Relatório Poético, oferecido a S. M. I., por ocasião de sua viagem à Bahia, em 1859;

Os Mistérios da Bahia, contendo: Biblioteca Baiana, Biografia do Arcebispo Marquês de Santa Cruz, Descrição do Baile, oferecido ao Imperador pelo Comércio da Bahia, etc. 1861;

As Cortinas da Relação — sátira;

Os Mortos na Posteridade, poema em três cantos. Bahia, 1863 — 2 volumes;

Lopez — poema — Bahia, 1866;
A Sapeca — Sátiras — Pernambuco, 1861;
Sátiras — Rio de Janeiro — 1864;

Traços Biográficos de Fr. Francisco das Chagas — Bahia, 1868;

A Província de S. Paulo — 1876;
Minhas Viagens, no interior do Rio de Janeiro, 1876;
O Ministério falando à nação — 1879.
Usos e costumes do Rio de Janeiro, 1879.

No folheto *A Sapeca, falando* em nome de um veterano abandonado, assim se exprimiu:

Pobre mendigo, veterano sou
que há três dias não come,
Que do trabalho o prêmio me pagou
A pátria com a fome.

Sinto ver os meus filhos na orfandade.
Eu, soldado e herói da liberdade.
Nunca tremeu-me a mão pegando à espada
Para ela e para o rei;

A farda de suor já desbotada
Nem uma hora tirei:
E furioso contra o inimigo
Eu fiz a independência e sou mendigo.

E como escritor soube que eu era
A única razão
Foi aquela que em casa lhe trouxera;
Que eu tendo ocasião,
De escrever do Brasil sua memória
Contasse de um soldado a dura história.

* * *

Lamentando os males do tempo, disse o poeta:

Quem tem cabeça de burro,
Que nem à fôrça de murro
Não escreve um nome inteiro;
Chamam-lhe douto, eloquente,
Chamam-lhe belo, excelente,
Acho razão, tem dinheiro.

O rico, além da riqueza
Por vênia feita à nobreza,
Tem nas mãos fechadas as leis;
Tem mais de quarenta achegos,
Porque, tendo dois empregos,
Terá quatro, cinco ou seis...

Se êle é senhor de engenho,
E no maior desempenho
Do furor mata um escravo,
Tem logo e logo o perdão,
Recebe absolvição
De pena, culpa e agravo.

Filho de rico é talento
Que escreve em breve momento
Sôbre o céu e pinta a Cintra;
Nome de pobre não sôa,
Porque mesmo, ora esta é bôa!...
Tudo que é pobre é pilintra.

O pobre, porém, se briga
Porque arranha a barriga
Do companheiro na luta,
Vai à cadeia levado,
Depois do tempo acabado,
Vai prêso para recruta.

O rico, só por ser rico,
Porque dá p'ra melhor bico
Dos outros o seu dinheiro,
Porque tem leite e tem vaca,
Traz suspenso na casaca
A medalha do cruzeiro.

* * *

Saudando a terra do seu berço, assim cantou o poeta:

Mais carinhosas, mais puras
Como nenhuma, as baianas,

São da terra as mais formosas,
Compadecidas e lhanas.
Por feiticeiras que são,
Curvou-se o mundo ante elas,
São radiosas estrêlas
Que põem têrmo às procelas
Do cativo coração.

Em ti choveram bombardas,
Tremularam pavilhões
Morreram centos de bravos,
Mas, morreram com brazões;
Nenhum soldado tremeu
Ante os fuzis dos tiranos,
Inda restam veteranos,
Cicatrizados e ufanos,
Porque a Bahia venceu.

* * *

Do seu livro os *Mistérios da Bahia* aquí reproduzo, de memória, êste conto em verso:

— Meu doutor, esta menina,
Por temer a medicina
Sempre se queixa de um lado.
— E' defluxo; se não come,
Se não bebe, à noite tome
Um chá de ovo queimado.

— Ai, Jesús, sim, coitadinha,
E' uma pobre santinha,
Devota de São Gregório.
Sem nenhum bem desejar,
Só gasta a noite em rezar
Nas portas do oratório.

— Deveras? serão saudades
Como é o mal das cidades
Vamos ver-lhe o coração.
Se mostra um choque convulso,
Pelo sintoma do pulso
Sofre alguma indigestão.

— Não, senhor; ela é biqueira
Nem que a obrigue e queira,
E me torne aborrecida,
Ela não come cocada,
Nem comida carregada,
Salvo, se come escondida.

— Da vossa vida saber,
Nem tanto vos ofender,
Senhora, eu não sou capaz,
Porém, é bom perguntar:
Vocemecê franqueia entrar
Nesta casa, algum rapaz?

— A não ser um menininho,
Uma coisinha, um pinguinho,
Que é meu parente também,
Pequerrucho, pigmeu,
Estudante do Liceu,
Não entra aquí, mais ninguém.

— Pois senhora, eu não lhe engano,
Agarre o moço magano
E com o prelado se empenhe;
Que, desde já faço saber,
E muito sinto dizer,
Que vossa filha está prenhe.

— Santo nome de Jesús!
Maldito demônio, cruz!
Ora, você não quer ver!
Esta moça me enganando,
No oratório rezando,
Ela prenhe, eu sem saber?

Mas com que cara, senhor,
Hei de sofrer essa dor?
Vergonha que hei de passar,
O que dirão as vizinhas,
Vendo comprarem-se galinhas,
E quando a parteira entrar?

— Se o sujeito é coisa nobre,
Vendo a menina ser pobre
De certo que não se casa.
— Já dei com um plano mui belo:
Quando nascer o pinguelo
Deitarei na Santa Casa.

— Enfim, faça o que puder
Adeus, senhora, mulher,
Dissipe para isso mêdo,
Proceda sempre assim,
Não se esquecendo de mim,
Se quer que guarde o segrêdo.

Desconfiando que lhe fazia côrte, uma senhora, intrigada com o poeta, deu o seguinte mote. A glosa é selvagem, mas, estava nos moldes do tempo:

Mote

Uma menina formosa
Só deve ser de um Barão;
Para contente viver
Sempre com luxo e brazão.

Glosa

Senhora, esta existência
E' um oceano terrível,
No qual é sempre impossível
Navegar sem paciência.
E' preciso haver prudência.

Nesta vida tenebrosa,
E ela é tão duvidosa
Que até chega p'ra soldados
"Uma menina formosa".

Não vos zangueis, por piedade,
Segui a trilha que eu sigo;
Para minha leviandade
Só peço vosso perdão,
Pondo em paz a confusão,
Do vosso norte mesquinho,
Que não é para meirinho.
.....
.....
"Só deve ser de um Barão"

Aquí lavro uma receita
P'ra quem na melancolia,
Passa noite, a tarde, o dia
Sempre no chôro desfeita:
Mulher se o marido aceita

E depois se arrepender,
Tanto, e não quer comer...
O marido, por cautela
Mete o pau no lombo dela,
"Para contente viver".

O' senhora, por ventura,
Não pode gozar o pobre,
Como goza o rico, o nobre
Da humana criatura?
Se vai tudo pela usura
E não pela reta razão,
Respondo a esta questão:
Que valia tem aquela,
Que vive sem ser donzela
"Sempre com luxo e brazão"?

Manuel Pessoa da Silva (39)

Excede às minhas fôrças de obscuro amador das letras tracejar a fisionomia literária do poeta, cujo nome encima estas linhas. A outros cabe a tarefa de fixar-lhe o lugar entre os melhores vates baianos; e, quem quer que empreenda êsse serviço às letras, há-de reconhecer que, depois de Gregório de Matos, ninguém mais do que êle, nem com maior vivacidade e profundeza, manejou a sátira, entre nós.

Nas linhas a seguir refiro-me ao homem; outro assuma o compromisso de estudar o poeta.

O destino, sempre lógico e invencível, poderoso em seus desígnios, incumbe-se de corrigir a fraqueza humana; e para isso há produzido indivíduos capazes de vingar os erros dos que se julgam autorizados à prática de tôdas as loucuras, deprimindo a todos e a tudo, avassalando conciências e perseguindo os que não se subordinam ou não comungam na taça de suas depredações.

A individualidade de que me ocupo fôra um desses predestinados, por seu espírito lúcido e vantajosamente instruído, para vingar, na sátira incisiva e penetrante, a sociedade ultrajada de seu tempo.

(39) Manuel Pessoa da Silva é outro vate da sátira à espera do seu biógrafo. De tais estudos muito lucrariam os nossos sentimentos de brio, tão achincalhados de algum tempo a esta parte.

Manuel Pessoa da Silva foi mal apreciado pelos seus contemporâneos, circunstância que lhe não diminui o valor e prestígio intelectual. Teve desafetos, porque era um temperamento altivo e independente. A despeito de tôdas as provações, nunca se lhe abateu o ânimo, no ataque franco e em campo raso, às incongruências e às tradições da época. E' verdade que, se nem sempre os vultos atingidos pela sátira demolidora do poeta mereciam rigor, é certo, porém, que todos êles eram passíveis de censuras, uns mais, outros menos. Não era completamente injusta a maneira por que êle apreciava os protagonistas de suas obras.

Nasceu Manuel Pessoa da Silva, nesta Capital, a 13 de março de 1819, e faleceu a 24 de fevereiro de 1878.

Muito jovem ainda, entrou para o funcionalismo público, com a nomeação de amanuense da tesouraria da fazenda, sendo mais tarde elevado a oficial da mesma repartição.

Por ocasião da Sabinada, em 1837, fizera parte de um dos corpos organizados, no Recôncavo, pelo govêrno provisório, para manutenção da ordem *pública*, obtendo o pôsto de alferes, por serviços prestados.

Em 1845, sendo desafeto do redator do único jornal que defendia a administração do general Andréa, o citado jornalista, munido dessa importância, solicitara a demissão de Manuel Pessoa.

O general, fazendo vir à sua presença o altivo funcionário, pôs-lhe a mão sôbre o ombro, familiarmente, e, com riso traiçoeiro, pediu-lhe que se demitisse, pois lhe daria lugar mais vantajoso, na secretaria do govêrno.

A isso observou Pessoa: *Palavra de honra, sr. presidente?*

— *Sim senhor, palavra de honra.*

A êsse compromisso seguiu-se o pedido de demissão, e o presidente riu-se mais uma vez, com um sorriso satânico de algoz, e a promessa não fôra cumprida. Para desafôgo dessa mágua, Manuel Pessoa recorreu à imprensa, e daí desferiu golpes profundos e incuráveis contra os atos administrativos do general Andréa.

A situação da Bahia, naquêle tempo, fôra tão desordenada, que, mais tarde, o sr. d. Pedro II, apreciando os fatos em conversa com seus íntimos, dissera:

"O que seria da Bahia, no govêrno do Andréa, se não existisse o *Guaicurú?*"

Daí se vê que Domingos Guedes Cabral, Manuel Pessoa da Silva, Landulfo Medrado, Próspero Diniz e tantos outros prestaram notáveis serviços a esta terra, batendo de rijo na carcassa dos máus governos.

Em 1846, Manuel Pessoa, "o Juvenal brasileiro", na frase do ilustre homem de letras, Barão de Lorêto, fôra convidado por patriotas para escrever uma poesia em represália ao fato do general Andréa, como presidente da província, haver influído no ânimo da comissão dos festejos do 2 de Julho, para suprimir o *Caboclo* — emblema dos ditos festejos.

Accedendo ao convite, serviu aos patriotas, e, ao mesmo tempo, desabafou-se com o seu maior inimigo, recitando de um dos camarotes do "Teatro S. João" inspirada poesia, cujas estrofes terminavam por um dos versos da seguinte quadra do Hino ao 2 de Julho":

Nunca mais o despotismo
Regerá nossas nações,
Com tiranos não combinam
Brasileiros corações. (*)

(*) Vide **Artistas Baianos**, 1.ª ed. pg. 15.

Que decepção amarga experimentaria o poeta, se fosse vivo, com os costumes dos nossos dias?

Foi colaborador de quase tôdas as gazetas do seu tempo, notadamente o *Cascavel*, o *Sargente* e o *Guaicurú*, em oposição ao govêrno do dr. Francisco Gonçalves Martins, depois Visconde de S. Lourenço. Em 29 de julho de 1849 assim se dirigiu ao redator desta última, de referência ao dito titular:

"Pelo desejo de declarar-me não de uma ação morta para a imprensa, que hoje faz a devida e sempre heróica oposição ao descomedido govêrno dêsse tigre feroz, que aí vive a poluir a cadeira da presidência desta minha desventurada província, rogo-lhe a publicação pelo seu nobre e conceituado jornal, desses versos, frutos da minha satírica inspiração:

.....
Amigos do povo — aquêles,
Que servos são de um tirano! !
Mais certo será chamá-los
Labeu do povo baiano.
....."

No mesmo ano publicou o *Vinte e nove de Setembro* ou a *Escápula do Diabo*, poema herói-cômico satírico, com o retrato do autor.

O assunto do livro fôra o golpe de Estado de 1848, apreciando a subida dos conservadores, motivada pela apresentação do parecer anulando as eleições de Pernambuco, circunstância atribuída à parcialidade do imperador contra os liberais, para satisfação de caprichos do seu áulico, o Visconde de Sepetiba, o maioral do célebre *Grupo da Joana*. Justificando a publicação do seu primeiro livro, disse o poeta no prólogo: "Dotado de um

coração ardente, desenvolvido pelas poderosas influências dêste clima americano, eu nunca pude deixar de seguir-lhe os impulsos para o amor extremo da liberdade; — desde que senti no mundo o desabrochar da minha razão, e o desferir dos primeiros voos do fraco gênio que, por natural partilha, me coube, todos os frutos da minha razão têm sido consagrados à liberdade; em todos os sons da minha lira têm respirado até hoje o seu nome — grande como êle é, pura como pura descendera de Deus aos homens: sempre na posição honrosa do seu defensor, jàmais o poder infame das conveniências desviou-me do seu estandarte glorioso para a fileira de seus adversários".

Nesse livro fez alusões ferinas, não só ao dr. Gonçalves Martins, mas também ao ilustrado sacerdote cônego Joaquim Cajueiro de Campos, por êste ter acompannado ao dr. Manuel Vieira Tosta, depois Marquês de Muritiba, presidente nomeado para sufocar a revolução praieira em Pernambuco, satirizando-o dêste modo:

"Em vão porqu'o convença que não parta
A velha *Companheira* assim lhe fala:
O que vai fazer senhor cônego? — tão fácil
Quer em terra de guerra arriscar-se?
Não tem dó de seus filhos? não receia,
Que às suas rubras meias desacatem?
Que o seu chapéu de borlas não respeitem?
Que a sua larga banda não venerem?
Pois não lhe satisfaz em santo ócio!
Ir a sua prebenda desfrutando;
Do latim gozar professorado

O rendimento, além de outras pexinxas?
Éste seu frenesi será por essa

Mania, que tem tomado, de um dia
De arcebispo vestir a roxa murça,
Do atual prelado pela morte;
E por que se um direito a isto faça
Procura a um govêrno — em seu destino

Acompanhar nas horas de perigo?
Não caia, senhor cônego, em tal coisa;
Em um tão grande risco se não meta,
Presága — lhe aconselho — enternecida —
Eu lhe peço por êsse ardente beijo,
Que — primeiro, — na flor da minha idade,
Na cheirosa coroa pespeguei-lhe.
Aquí um ai quebrou choroso a velha;
E, na falta de lenço no semblante
Com a ponta da fralda o pranto enxuga".

Chamado à responsabilidade, no dia marcado apresentou-se em juízo, perante numeroso auditório trajando casaca azul com botões dourados, calça de casemira alvadia, chapéu de castor, bengala de unicorne com castão de ouro, sobraçando o seu livro. Aberta a audiência, Manuel Pessoa pediu a palavra e disse:

"Meus senhores, sou chamado à barra do Tribunal, apenas, por ter usado a liberdade de pensamento.

Quando Juvenal desnudava, na praça pública, as vergonhas de Messalina, essa mulher que sedenta de volúpia, entrava nos quartéis e não saía saciada, não houve juiz que o responsabilizasse. Tendo de escrever o meu poema, de leitura de meus alfarrábios, aproveitei a vida de um cônego devasso, relapso, e o tomei para protagonista.

O que me admira é que no cabido da Sé Metropolitana haja um cônego que se queira trajar com o manto

das odiosas torpezas do protagonista do meu poema, como seja o meu ilustre mestre cônego Cajueiro.

Eu me refiro ao cônego Castanha.

Castanha há em diversos frutos, e de diversas formas".

E neste tom foi desenvolvendo a sua defesa, e, ao terminar, foi alvo de estrondosa salva de palmas. O processo crime intentado não prosseguiu.

Em 1877 publicou *O Mosquito Incendiário*, a propósito do incêndio do "Banco da Bahia", atribuído a um dos diretores do estabelecimento, e assim começa:

"Abro sem invocação,
Regras — escuso atender;
E meu norte seja então
A justiça de morder,
Na dextra um rijo mangoal
Agora prefiro a tudo;
Nas iras de Juvenal
Temperá-lo saberei.
Romper o maciço escudo
Com os seus golpes vencerei
De um tão vil tempo imoral,
Em que a honra nada vale,
Quando afrontam-lhe os brazões
Burros — sòmente e — ladrões". (40)

A sátira mordaz grangeou-lhe muitas desafeições, que, entretanto, eram compensadas pelo grande número de admiradores de sua erudição.

(40) O caso do misterioso roubo de 266 contos de réis vem relatado com amplos pormenores nas "Tradições Baianas", pg. 115-119, de João da Silva Campos.

Aí vão alguns trechos destacados, escalpelando os políticos de seu tempo:

"Cantasse Homero o façanhudo Aquiles
Trazendo ao carro Heitor vencido.
Leão que de altivez só tem o nome;
Porém nunca lhe escapam
Os móveis dos palácios, que não pilhe.
Família de uns estúpidos roceiros
Colados às têtas
Do esfaltado erário, não são mais
Que uns manéis de souza.
Tanta prostituição! !
Tantos nobres do cisco levantados
A cada canto fumeando orgulho".

Êsses trechos eu os publico, conforme ouví a um admirador do poeta, que m'os recitou de memória.

Fica assim ressalvada qualquer falta que nêles possa haver.

Entre as composições que deixou, destacam-se *Poesia* à sentida morte do ilustre brasileiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva; *Ode* ao conselheiro Antônio Inácio de Azevedo; *Série* de artigos contra o general Andréa, no *Guaicurú; Sonho e Verdade*, poemeto a propósito do incidente do vapor americano *Wasuchet*, no pôrto desta capital, em 1864; *A Escápula do Diabo*, *O marquês de Paraná*, poema; *Lira e fel*, o banco e os ratos, o Soares, no Dique; (refere-se ao desaparecimento de 226 contos de réis, do Banco da Bahia, em 1866); *Rimas Inocentes; A Caridade*, poema heróico em seis cantos; *Discurso* à memória do sábio baiano Francisco Agostinho Gomes; *Elegia* — ao passamento da princesa

d. Leopoldina; *A Buzina* — panfleto: *Dois de Julho*, idem; *Láurea no túmulo*, poesia à morte do dr. Guilherme Rebelo.

Eis aí a relação do espólio literário de Manuel Pessoa da Silva, do qual poderá a crítica desapaixonada estudar tôda a evolução de espírito do patriota e inspirado poeta, que faleceu, secretário aposentado da repartição de Obras Públicas dêste Estado.

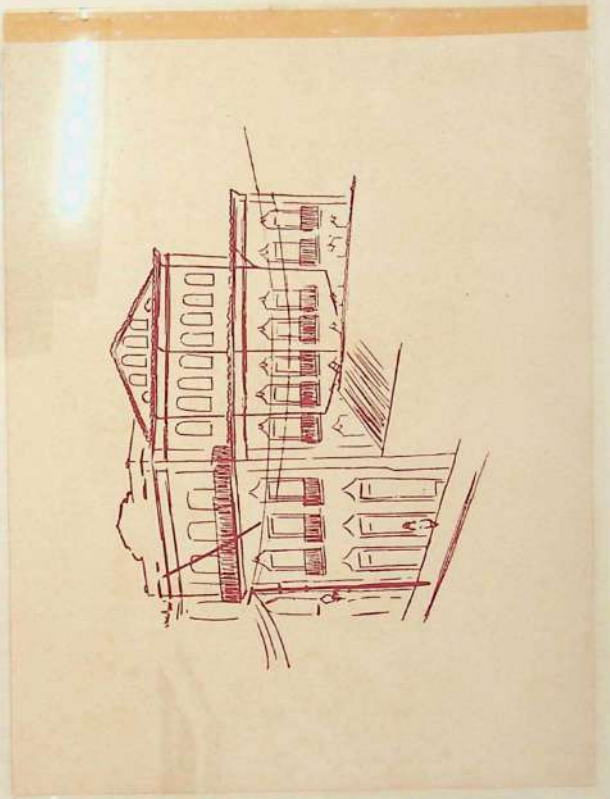
João da Veiga Murici

A cidade do Salvador, berço de homens ilustres em todos os departamentos do saber, pode ufanar-se de ter sido também a pátria de João da Veiga Murici, vulto de grande valor, nascido nesta capital, em 1806.

Apenas sabemos do eminente baiano que êle cursou humanidades com tamanho proveito e aplicação que ainda na verdura dos anos consagrou-se, de corpo e alma, ao magistério público, tendo sido seu mestre de grego e retórica o abalizado professor régio Francisco Paz da Silveira. Lecionou as línguas francesa, latina, portuguêsa, grega e, com especialidade, filosofia racional e moral. Escasso como era o professorado, no começo do século passado era natural que o professor Murici, como geralmente o chamavam, tirasse do ensino os meios para uma subsistência folgada, que lhe permitiram ainda recrear o espírito no cultivo da poesia e da música.

Daí a sua inscrição entre os membros da Sociedade — Biblioteca Clássica Portuguêsa do Instituto Literário, onde robusteceu os seus talentos e aprimorou a sua educação política.

Com ardor patriótico, tomou parte saliente na revolução de 1837, a cujo triunfo dedicou tôdas as suas energias físicas e os recursos inexgotáveis da sua inteligência.



Edifício do antigo Diário da Bahia
Ilust. de Ligia.

Fôra em tempo alferes de milícias, patente de que se mostrava orgulhoso, ainda mesmo nos últimos tempos da sua gloriosa existência. No círculo dos intelectuais, seus contemporâneos, fôra figura de realce não só pelo profundo e sólido saber senão também pela altivez de seu caráter.

Tão nobres predicados foram origem da inveja e da perseguição a que resistiu heròicamente, até que foi vencido pelo desgôsto, pela injustiça e pelo pêso dos anos.

Amigo particular do venerando arcebispo D. Romualdo, era o seu auxiliar direto na correspondência do prelado com a Santa Sé. Aportando a esta cidade um sacerdote estrangeiro, à procura de colocação, o arcebispo houve por bem exonerar o velho amigo, da cadeira de filosofia do Seminário e dar-lhe por substituto o sacerdote recém-chegado. Magoado com a injustiça do velho amigo que só tinha motivos para agradecer-lhe os inúmeros serviços prestados, com inteira dedicação, começou de profligar o procedimento do prelado em uma série de artigos na imprensa, de modo que, se fez mistér a intervenção valiosa de pessoas afeiçoadas, para que terminasse a contenda.

Data dessa época a perseguição do amigo poderoso, contrariando-lhe as pretensões, no empenho pouco generoso de reduzí-lo à miséria. João da Veiga Muricí distinguiu-se como musicista de valor, e o célebre Domingos Mussurunga não se dedignara de submeter ao juízo do amigo sincero as suas memoráveis composições musicais. Fôra exímio tocador de flauta e especialmente de violão. Convidado para servir de árbitro numa polêmica entre músicos, Muricí estudou regra de contraponto e fuga, num compêndio escrito em latim, de Palestrina, a-fim-de, convenientemente preparado, emitir com segurança o seu laudo.

Conta-se a seu respeito, o seguinte episódio:

"Um músico espanhol iniciara aquí, uma série de concertos, e Veiga Muricí lhe fôra apresentado como grande artista. Em certa ocasião exibiram-se os dois, em presença de seleto auditório. O espanhou tocou dois trechos difíceis, na flauta; e Muricí, depois repetiu-os de modo que o artista espanhol admirou-se da execução tão perfeita de música antiga ou clássica, que julgava desconhecida entre nós.

Em 1849, inscreveu-se no concurso para o provimento da cadeira de língua grega, no antigo Liceu Provincial. Diz a tradição que o seu competidor, professor da Faculdade de Medicina e jornalista, obtivera os pontos de véspera. A luta, porém, fôra renhida, dadas as habilitações dos candidatos que tiveram aprovação distinta, e como era de prever, Muricí não fôra o escolhido. Veiga Muricí frequentava assìduamente a imprensa e no "Diário da Bahia" proveitosa polêmica sustentou com o notável homem de letras, dr. J. J. Barbosa d'Oliveira, a propósito do pronome — Se, acuindo em seu auxílio o distinto professor Belarmino Gratulino de Aquino, então Secretário da Escola Normal. O eminente dr. José Pedro de Souza Braga, um dos luzeiros da Faculdade de Medicina dêste Estado, deparou em um tratado de medicina com uma sentença em língua grega. Não conhecendo êsse idioma, recorreu, como era natural, aos helenistas que a fama então celebrava, e diante da impossibilidade da versão, de primeira vista, foi o passo confiado para uma tradução posterior, que nunca chegou às mãos do dr. Braga, o qual narrando o ocorrido em círculo de amigos, disseram-lhe: "Não perca tempo com semelhante impostores; vá a Muricí". Procurou então o dr. Souza Braga, o professor Muricí, na sua humilde habitação, e, depois de contar-lhe o ocorrido entegrou o livro ao erudito professor que incontinente verteu em latim a sentença dêste modo.

"Medicus enim filosofus dei similis est".

Até com a unha, que de propósito não aparava, num polegar de um dos pés tocava admiràvelmente o violão. Velho, sem recursos, invejado e perseguido pela sua vasta ilustração e saber, viu-se o erudito professor na precária contingência de implorar um lugar de contínuo na Secretaria da Câmara dos Deputados, da então província, intercedendo a seu favor um deputado que nada conseguiu, pois a mesa da Câmara respondeu-lhe que — Deus a livrasse de propor a nomeação de um homem diante de quem não poderiam êles falar.

A modéstia foi o apanágio da sua longa existência. O entusiasmo, manifestado pelos admiradores dos seus dotes peregrinos, não lhe alterava a nobreza de sentimentos que êle tinha como fundamento de todo o seu valor moral.

Devorado de pobreza insubmissa, mesmo assim, nunca se escravizou às ruins paixões.

Excluídos os artigos insertos nas páginas volantes da imprensa, a bibliografia do professor Muricí é constituida das seguintes obras, a qual julgamos a mais completa possível, porquanto neste particular dispendemos grande interêsse:

1 Autoridade Pontifícia, 1845.
2 A Trindade Filosófica.
3 Curso abreviado de Filosofia, 1846.
4 Revelações Cristãs do Paganismo.
5 Compêndio de Filosofia Moral.
6 Reflexões Gramático-Filosóficas, 1858.
7 Várias Odes em Latim.
8 Pontuação Arrazoada, 1864.

9 Gramática da Língua Portuguêsa, 1864.
10 Partenologia ou Exposição comprobatória da Virgindade da Santíssima V. Maria, 1864.
11 Os finados em juízo ou o espelho dos vivos, 1865.
12 O Grão Pastor — (Poema Religioso em dez cantos), 1866.
13 Sintaxe da Língua Portuguêsa.
14 Bailes Pastoris: Adonis, Jovino, Graça, Eficaz, Albano e outros.
15 Considerações sôbre a escravidão, em que discutiu à luz dos princípios filosóficos, os seguintes pontos:

1.º A escravidão proveniente das guerras.
2.º A escravidão dos descendentes do homem já escravo.
3.º A escravidão feita por homens que vão à Costa d'África comprar os africanos vendidos por seus conterrâneos.
4.º A escravidão voluntária.

O professor Muricí é o autor da música dos conhecidos cânticos da Noite de Reis.

Bem poucos conterrâneos nossos sabem dessa circunstância Como poeta, o professor Muricí se mostrava espírito superior até nas composições mais ligeiras. Como é sabido, o baile pastoril, consiste, principalmente, em louvar e enaltecer o nascimento de Cristo, entrelaçada essa composição de episódios profanos, como para alegrar ou quebrar a singela monotonia do assunto religioso da peça.

Entre os bailes pastoris deixados pelo professor Muricí, destaca-se o da Graça Eficaz, em que uma das personagens, diz:

Fala o Espírito do Êrro

Já não posso sofrer tantos insultos
D'homens que me render deviam cultos.
Em meus ditames de uma sã verdade.
À tôda terra dou felicidade.
Comigo vive o pobre na cabana:
Anda o rico na sua traquitana.
Comércio, indústria, fôro, agricultura,
Sem mim fariam má figura.
Dou prestígio aos impérios e reinados;
As ciências sem mim são vãos cuidados.
Chamem-me embora — Espírito do Êrro,
Não perco aos meus ditames todo o aferro.
Em campo estou, disposto a combater
A quanto se opuzer ao meu poder.
Como ninguém disputa a minha glória,
Devo entoar o hino da vitória.

Canta

Não há no mundo quem tenha
Como eu tanto poder:
Governando a tôda gente,
Quanto queira hei de fazer.

O professor João da Veiga Muricí faleceu nesta Capital, em 24 de fevereiro de 1890, aos 84 anos de uma existência exuberante de triunfos e cheia de dissabores e desenganos.

Tal é a vida dos grandes homens que vivem pela pátria e para a pátria. (41)

(41) João da Veiga Muricí, eis aí uma personalidade que se presta como poucas para uma tese na Faculdade de Filosofia da Bahia. A sua qualidade de professor de filosofia e de grego, a sua atuação na imprensa e principalmente o incidente com D. Romualdo constituem assuntos sempre palpitantes por interessarem diversos setores da vida baiana.

ÍNDICE

	págs.
Prefácio a terceira edição	5
INTRODUÇÃO	9
O Natal	15
A Noite de Reis	35
A Noite primeira de Julho	44
Cheganças	62
Cucumbis	69
A capoeira	73
Milícia, Ordenanças e Guarda Nacional	81
A procissão de fogaréus	86
A festa do Espírito Santo	89
Superstição	92
A imprensa	99
A Irmandade de Santa Cecília	103
O Colégio de São Joaquim	107
A procissão de cinzas	111
A vida no lar	114
A cadeirinha de arruar	122
A festa da "Mãe d'água"	126
A chapelinha das moças	128
A extrema-unção	131
Os estudantes de Coimbra	135
A romaria dos jangadeiros	137
Oradores de sobremesa	141
A lavagem do Bonfim	143
A guerra das pedras	158

	pags.
A moda Carijó	161
As cavalhadas	166
Os direitos do povo	169
A combuca eleitoral	174
A Bahia e a campanha do Paraguai	180
O recrutamento	193
Festejos campestres	196
O mocotó	202
O Colatino nas "buchas"	208
O gás	211
Presépio de fala	215
Oradores do povo	219
A viagem do Imperador	224
Costumes familiares	234
Jantares	237
A romaria da polícia	244
As desavenças	246
A instrução primária	248
Cerração no mar	250
O automobilismo	254
A segunda-feira do Bonfim	256
Os bobos	267
Cantor de modinhas	272
Um baile	280
Associação Comercial da Bahia	286
A retreta	289
O Chafariz do Largo do Teatro	292
Pedro Bala	294
Episódio da Independência (I)	297
Episódio da Independência (II)	303
Primórdios da Independência	309
A Litografia e a Gravura	318
João Nepomuceno da Silva	321
Manuel Pessoa da Silva	331
João da Veiga Muricí	340

Edições da

Livraria PROGRESSO Editora

A AVENTURA HUMANA

RICHELIEU	Auguste Bailly
ALEXANDRE	Cezar Zama
ANIBAL E CEZAR	Cezar Zama
OS 3 GRANDES ORADORES DA ANTIGUIDADE	Cezar Zama

No Prelo:

O SECULO DA RAINHA VITORIA	Jacques Chastenet

COLEÇÃO DE ESTUDOS BRASILEIROS

A BAHIA DE OUTRORA (Edição ilustrada por Caribé e Ligia)	Manuel Querino
A ECONOMIA BRASILEIRA	Rodrigues de Brito e Góes Calmon
FRONTEIRAS DO BRASIL	João Ribeiro
CORRESPONDÊNCIA DE RUY	Afonso Ruy de Souza
CULTURA E OPULÊNCIA DO BRASIL	André João Antonil
HISTÓRIA DO BRASIL (6 volumes)	Robert Southey
HISTÓRIA DA AMÉRICA PORTUGUEZA	S. da Rocha Pitta
O ESTUDANTE NA HISTÓRIA DO BRASIL	Renato Bahia
HISTÓRIA DE RUY BARBOSA	Rubem Nogueira
CONTOS TRADICIONAIS DO BRASIL	Luis da Câmara Cascudo
O RIO S. FRANCISCO (edição ilustrada)	Teodoro Sampaio

No Prelo:

DIÁLOGOS DAS GRANDEZAS DO BRASIL	
HISTÓRIA DO BRASIL (5 volumes)	Pe. Raphael Gallanti
AS ARTES NA BAHIA	Robert Smith
O BRASIL (edição ilustrada)	Ferdinand Dénis
A BAHIA DO SÉCULO XVIII (edição ilustrada)	L. Santos Vilhena
ANCHIETA	Pe Pedro Rodrigues
UM NATURALISTA INGLÊS NO BRASIL	C. J. Fox Bunbury
DIÁRIO DA ESQUADRA DE LORD COCHRANE	Fr. Manoel M. P. Dores

ESPIÕES, POLICIAIS E AVENTUREIROS

ESPIÕES	A. Karl Graves
SCOTLAND YARD	

No Prelo:

MISSÃO SECRETA	Ch. Lucieto
ESPIONAGEM	Roberto C. Wolf
SETE MÊSES CONDENADO A MORTE	Manuel M. Valdés
POLICIAIS DE ROMANCE E DE LABORATÓRIO	Edmond Locard
SUTTER, CONQUISTADOR DA CALIFORNIA	J. P. Zollinger
OURO, ESCRAVOS E MARFIM	Theodore Canot

COLEÇÃO DE ESTUDOS FOLKLORICOS

O FOLKLORE	A. Van Gennep
CACHAÇA, MOÇA BRANCA	José Calazans

ROMANCE E REALIDADE

VIDAS PERDIDAS	Carvalho Netto
MARGARET, A MULHER SEM ALMA	Caroline Slade
A CARNE	Julio Ribeiro

ESTANTE DE LITERATURA NACIONAL

CONTOS REGIONAIS BRASILEIROS	Antologia
JANA E JOEL	Xavier Marques

LIRICA

CARTAS DE AMOR	Soror Mariana de Alcoforado
OS AMORES	Ovidio
CÂNTICOS DOS CÂNTICOS	Salomão

OS CAMINHOS DA FELICIDADE

COMO EMPREGAR A NOSSA VIDA	John Lubbock

BIBLIOTECA MÉDICA

DETERMINAÇÕES CARDÍACAS	Renato Lobo
INVESTIGAÇÕES PROPEDÊUTICAS NA CIRROSE	Renato Lobo
A ESCOLA TROPICALISTA BAHIANA	A. Caldas Coni
TUBERCULOSE E DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATÓRIO (I e II)	José Silveira

BIBLIOTECA JURÍDICA

CRÍTICA DO TESTEMUNHO	C. Ayarragaray
A EVOLUÇÃO DO DIREITO	R. von Ihering
O DIREITO PURO	E. Picard
IDEOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA	Nelson Sampaio
ESTUDOS DE DIREITO	Tobias Barreto
DO PECULATO	Demerio Tourinho
CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA	C/ Índice remissivo
QUESTÕES DO DIREITO	R. von Ihering

No Prelo:

CÓDIGO FISCAL E EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	C/ formulários
CÓDIGO DE MINAS	
CÓDIGO DE ÁGUA E FLORESTAL	
CÓDIGO DE MENORES	
LEI DE FALÊNCIA — NOTAS — FORMULÁRIO E ÍNDICE	Prof. Gilberto Valente

PROBLEMAS DO NOSSO TEMPO

O PROBLEMA DAS GRANDES CONCENTRAÇÕES URBANAS	David Lilienthal
UMA DEMOCRACIA EM MARCHA: O VALE DO TENESSEE	Ebenezer Howard

TEMAS DE NOSSO SÉCULO

O HOMEM MEDIOCRE	José Ingenieros
A CAMINHO DE UMA MORAL SEM DOGMAS	" "
AS FORÇAS MORAIS	" "

No Prelo:

AS MENTIRAS CONVENCIONAIS	Max Nordeaux
O SÉCULO TARTUFO	Paulo de Montegazza
OS CRIMINOSOS NA ARTE E NA LITERATURA	Enrico Ferri

ESTANTE DE PSICOLOGIA SOCIAL

A SIMULAÇÃO NA LUTA PELA VIDA	José Ingenieros

No Prelo:

AS LEIS DA IMITAÇÃO	Gabriel Tarde

OS GRANDES ROMANCES DO POVO

NOVENTA E TRES	Victor Hugo
O HOMEM QUE RI (2 volumes)	" "
BUG JARGAL	" "
O ÚLTIMO DIA DE UM CONDENADO	" "
OS MISERÁVEIS (5 volumes)	" "
NOSSA SENHORA DE PARIS (2 volumes)	" "
YAN D'ISLANDIA	" "
OS TRABALHADORES DO MAR	" "

No Prelo:

O CONDE DE MONTE CRISTO	Alexandre Dumas
ASCANIO	Alexandre Dumas
O FEREIRO DA ABADIA (2 volumes)	Ponson Du Terrail
OS MISTÉRIOS DE PARIS	Eugenio Sue
CLEOPATRA	Ridder Hagard

OBRAS COMPLETAS DE JOSÉ DE ALENCAR

JOSÉ DE ALENCAR (Estudo Crítico)	Lafayete F. Spinola
O GAURANI (2 volumes) — (Prefácio de Ronald de Carvalho)	José de Alencar
O LICENCIADO (continuação de "O Guarani")	Pompilio C. de Moura
SENHORA Prefácio do	Prof. Lafayete Spinola

No Prelo:

AS MINAS DE PRATA (3 volumes)	José de Alencar
IRACEMA — UBIRAJARA	" " "
GUERRA DOS MASCATES	" " "
O GARATUJA	" " "
ALMA DE LAZARO — O ERMITÃO DA GLORIA	" " "
O TRONCO DO IPÊ	" " "
O GAÚCHO (2 volumes)	" " "
TIL	" " "
O SERTANEJO (2 volumes)	" " "
CINCO MINUTOS — A VIUVINHA — ENCARNAÇÃO	" " "
DIVA — LUCIOLA	" " "
A PATA DA GAZELA	" " "
SONHOS D'OURO (2 volumes)	" " "

ESTANTE DE SOCIOLOGIA E DE POLITICA

OLHANDO PARA O FUTURO	Franklin D. Roosevelt
O INDIVÍDUO E O ESTADO	Herbert Spencer
PROBLEMAS DE GOVÊRNO SOCIALISTA	Straford Cripps
LIÇÕES DE RUY	Heitor Dias
AS ORIGENS DO SOCIALISMO CONTEMPORÂNEO	Paul Janet
O SOCIALISMO	J. Ramey Mc Donald
UM GOVÊRNO MUNDIAL	R. Gudelha de Melo
O ANARQUISMO	Peter Kropotkin

No Prelo:

A SUPERSTIÇÃO SOCIALISTA	Rafael Garafalo
A LIBERDADE	Harold Laski
A REBELIÃO DAS MASSAS	J. Ortega Y Gasset
OS TEMPOS NOVOS	José Ingenieros
A FORMAÇÃO DO SOCIALISMO	Felicien Challaye
A GRANDE PROVA DAS DEMOCRACIAS	Julien Benda

LITERATURA INFANTIL

A CABANA DE PAE TOMAZ	E. Beecher Stowe
HISTÓRIAS DE ENCANTAMENTO	L. Câmara Cascudo
CONTOS EXEMPLARES	L. Câmara Cascudo
NO TEMPO EM QUE OS BICHOS FALAVAM	L. Câmara Cascudo

No Prelo:

AVENTURAS DE UM BONECO DE PÃO	C. Collodi
AVENTURAS DO BARÃO DE MUNCHAUSEN (ilustrações de Gustave Doré)	

CONTOS — MINIATURA

No Prelo:

AS NOITES BRANCAS	Fedor Dostoiewsky
O CONVIDADO DA MADRUGADA	Villiers de L'isle Adam
SENHOR E SERVO	Leon Tolstoi
A DAMA DO PÉ DE CABRA	Alexandre Herculano
ELA ESTÁ MORTA	Fedor Dostoiewsky
24 HORAS DA VIDA DE UMA MULHER	Stefan Zweig

ESTANTE DE FILOSOFIA E ESTÉTICA

BELEZA E INSTINTO SEXUAL	Charles Lalo
O FUTURO DA CIÊNCIA	Ernest Renan

BIBLIOTECA DE ESTUDOS FILOLÓGICOS

SERÕES GRAMATICAIS	Carneiro Ribeiro
A TREPLICA	Carneiro Ribeiro
A ORIGEM DA LINGUAGEM	Ernest Renan
ANÁLISE LÓGICA EM 4 LINGUAS	Cristiano Müller

OS ENIGMAS DA HISTÓRIA E DA NATUREZA

A CIÊNCIA MISTERIOSA DOS FARAÓS	Abbé Moreux
SERÃO HABITADOS OS OUTROS MUNDOS	" "

ENSAISTAS AMERICANOS

INGLATERRA E SUA GENTE	Ralph W. Emerson

No Prelo:

ARIEL	José E. Rodó
FACUNDO	Domingos Sarmiento

COLEÇÃO ARIEL

No Prelo:

PASSAPORTES FALSOS	Charles Plisnier
ADRIENNE MESURAT	Julien Greend
UM DRAMA NA CAÇA	A. Tchekoff
O RESGATE	Joseph Conrad

OBRAS PRIMAS DO ROMANCE UNIVERSAL

O JOGADOR	Fedor Dostoiewsky
NADA DE NOVO NA FRENTE OCIDENTAL	Enrique M. Remarque

No Prelo:

CRIME E CASTIGO	Fedor Dostoiewsky
DEPOIS	Enrique M. Remarque
CONFISSÕES DE UM FIM DO SÉCULO	Alfred Musset
O INTRUSO	Gabriel D'Anunzio
TARTARIN DE TARASCON	Alphonse Daudet
MARE NOSTRUM	Blasco Ibanez
RAPHAEL	A. Lamartine
ESPLENDORES E MISERIAS DAS CORTEZÃS	Honoré de Balzac
MADAME BOWARY	Gustave Flaubert
JUDEUS SEM DINHEIRO	Michael Gold
O ESPIÃO	Maximo Gorki

COLEÇÃO DE CLÁSSICOS

PROSADORES E POETAS LATINOS	Cezar Zama
ORAÇÃO DA COROA (com um estudo sôbre a civilização grega)	Demostenes — Latino Coelho
A DIVINA COMÉDIA (Tradução do Barão da Vila da Barra, Notas de Xavier Pinheiro)	Dante Alighieri

No Prelo:

ODISSÉIA (Tradução de Odorico Mendes)	Homero
ILIADA (" " " ")	Homero
O AVARENTO	Moliere
FAUSTO (Tradução de Antonio F. Castilho)	Goethe